

**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO**

**Mestrado em Educação**

**RENATO MODENEZE DO NASCIMENTO**

**LIMA BARRETO E A EDUCAÇÃO:  
UMA LEITURA D'OS *BRUZUNDANGAS* NUMA PERSPECTIVA  
DECOLONIAL**

Itatiba  
2019

**RENATO MODENEZE DO NASCIMENTO - RA: 002201701062**

**LIMA BARRETO E A EDUCAÇÃO:  
UMA LEITURA D'OS BRUZUNDANGAS NUMA PERSPECTIVA  
DECOLONIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Sociedade e Processos Formativos.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães.

Coorientadora: Profa. Dra. Cleonice Aparecida de Souza

Itatiba  
2019

37.01 Nascimento, Renato Modeneze do.  
N198I Lima Barreto e a educação : uma leitura d'Os  
Bruzundangas numa perspectiva decolonial / Renato Modeneze  
do Nascimento. – Itatiba, 2019.  
183 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-  
Graduação *Stricto Sensu* em Educação da  
Universidade São Francisco.  
Orientação de: Maria de Fátima Guimarães.  
Co-orientação de: Cleonice Aparecida de Souza.

1. Educação. 2. Decolonialidade. 3. Educação –  
Decolonialidade. 4. Lima Barreto. I. Guimarães,  
Maria de  
Fátima. II. Souza, Cleonice Aparecida de.  
III. Os Bruzundangas. IV. Título.



**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU**  
**EM EDUCAÇÃO**

Renato Modeneze do Nascimento defendeu a dissertação "LIMA BARRETO E A EDUCAÇÃO: UMA LEITURA D'OS BRUZUNDANGAS NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL" aprovada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco em 25 de fevereiro de 2019 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

**Prof. Dra. Maria de Fátima Guimarães**  
**Orientadora e Presidente**

**Prof. Dra. Cleonice Aparecida de Souza**  
**Coorientadora e Examinadora**

**Prof. Dr. Nilo Agostini**  
**Examinador**

**Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira**  
**Examinador**

**Prof. Dr. Elison Antonio Paim**  
**Examinador**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade, pela força, enfim, por tudo o que me mantém de pé para realizar este sonho, “[...] porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas” (Romanos 11:36).

À Michelle, minha esposa, pelo companheirismo, paciência, amor e apoio, e às minhas filhas, Stephany e Nicolý, por tanta compreensão durante todo o tempo dedicado ao mestrado, no qual sacrificamos momentos outrora dedicados a outras atividades.

Aos meus pais, Jerivaldo e Florides, e aos meus irmãos, André e Cesar, pelo incentivo, pelas orientações e apoio de sempre.

À Prof<sup>a</sup> Dra. Maria de Fátima Guimarães, por ter apostado em mim e nesta pesquisa, pela paciência em ensinar, pela compreensão com minhas dificuldades e limitações, pelas orientações que sempre me deslocavam, mas que tanto contribuíram para o meu desenvolvimento. Assim também à Prof<sup>a</sup> Dra. Cleonice Aparecida de Souza, que assumiu o desafio da coorientação desta pesquisa.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação com os quais tive a oportunidade de estudar e ter acesso às leituras indispensáveis para o desenvolvimento desta pesquisa: Prof<sup>a</sup> Dra. Luzia Batista de Oliveira Silva, Prof. Dr. Frei Nilo Agostini e Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira.

Aos amigos e companheiros de pesquisa do Programa de Pós-Graduação, com os quais dividi momentos de expectativas, dúvidas, realizações, tristezas, alegrias, trocas de experiências, apresentações de trabalhos: Lilian, Rodrigo, Adriel Cabral, Isaac, Andreia, Elna, Ricardo Cintra, Larissa, Ana, Sandra, Dante, Maria Augusta e Valeria, esta, também pela revisão final do texto.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento (Código 001), sem o qual esta pesquisa não se teria realizado.

## RESUMO

Esta pesquisa focaliza a obra literária de Lima Barreto *Os Bruzundangas* (1922), à luz das contribuições teóricas decoloniais. A obra é uma coletânea de artigos do autor publicados em diferentes periódicos brasileiros, especialmente no periódico *A.B.C.* do Rio de Janeiro. Em *Os Bruzundangas*, Lima Barreto satiriza o contexto sociocultural do Brasil, questionando diversos aspectos das primeiras duas décadas do século XX. Após considerações que abrangem esse contexto, privilegia-se o aspecto educacional. Porém, destaca-se que todos os demais aspectos problematizados pelo autor foram atravessados pelos temas da exclusão social e do aumento da pobreza, ambos matizados pelo racismo vivenciado pela população negra e seus descendentes no Brasil. Lima Barreto, escritor negro e pobre, sensível e atento a todos esses contrassensos, denunciou-os por meio de suas implicâncias, através de críticas ásperas, materializadas no texto literário impresso *Os Bruzundangas*. Trata-se de uma pesquisa qualitativa situada na área de História da Educação, dentro da linha de pesquisa Educação, Sociedade e Processos Formativos, cujo objetivo geral é analisar historicamente Lima Barreto, situado no seu lugar e tempo, ancorada por categorias decoloniais e desenvolvida a partir da análise de diferentes fontes documentais. São objetivos específicos: flagrar algumas das implicâncias de Lima Barreto; identificar como ele se posiciona frente ao contexto educacional do Brasil nos artigos que compõem *Os Bruzundangas* e analisar seu posicionamento à luz das contribuições teóricas decoloniais, atentando-se aos conceitos de exterioridade, dupla consciência crioula, colonialidade do poder, colonialidade do ser e colonialidade do saber. Esta pesquisa histórica que focaliza a educação coloca em confronto as contribuições teóricas de Barbosa (2002), Schwarcz (1993, 2017), Sevcenko (1999), Prado (1976, 2012), Thompson (1981, 1998) e Bueno (2007), concernentes aos estudos decoloniais, em diálogo com as contribuições teóricas de Dussel (1980, 1993, 1995, 2000), Mignolo (2005), Quijano (2009), Maldonado-Torres (2009), Porto-Gonçalves (2005), Walsh (2012, 2017), Ballestrin (2013), Freire (2008, 2014), Candau & Russo (2010), Oliveira & Candau (2010) e Paim (2016). Propõe-se que a escolha de *Os Bruzundangas* para a análise do período, com foco no aspecto educacional e em diálogo com conceitos decoloniais, representa um campo promissor de pesquisa ainda pouco explorado, pertinente, além de muito potente, sobretudo pela atualidade das problemáticas abordadas pela coletânea. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

**Palavras-chave:** Lima Barreto. *Os Bruzundangas*. Educação. Decolonialidade.

## ABSTRACT

This research focuses on the literary work of Lima Barreto *Os Bruzundangas* (1922), to the light of theoretical decolonial contributions. This work is a collection of articles from the author published in different Brazilian journals, especially in the periodic *A.B.C. do Rio de Janeiro*. In *Os Bruzundangas*, Lima Barreto satirizes the sociocultural context of Brazil, questioning several aspects of the first two decades of 20<sup>th</sup> century. After considerations covering this context, the educational aspect is privileged. However, it is noteworthy that all the other aspects problematized by the author went through themes of social exclusion and of poverty increase, both nuanced by racism experienced by African origin people and descendants in Brazil. Lima Barreto, of African origin and a poor writer, sensitive and alert to all counteracting, delated them by means of his implications, through rough criticism, materialized in the literary paper *Os Bruzundangas*. It is about qualitative research in the field of History of Education, within the line of research Education, Society and Formative Processes, which general aim is to analyse Lima Barreto historically set in his place and time anchored by decolonial categories and developed from the analysis of different documental sources. Specific objectives are: to catch some of the implications of Lima Barreto; identify the way he positions himself in relation to Brazilian educational context in the articles making up *Os Bruzundangas* and analyse his position to the light of theoretical decolonial contributions, looking at the concepts of exteriority, “criolla” double consciousness, coloniality of power, coloniality of being and coloniality of knowledge. This historical research that focuses on education confronts the theoretical contributions of Barbosa (2002), Schwarcz (1993, 2017), Sevcenko (1999), Prado (1976, 2012), Thompson (1981, 1998) and Bueno (2007) in terms of decolonial studies, in dialogue with the theoretical contributions of Dussel (1980, 1993, 1995, 2000), Mignolo (2005), Quijano (2009), Maldonado-Torres (2009), Porto-Gonçalves (2005), Walsh (2012, 2017), Ballestrin (2013), Freire (2008, 2014), Candau & Russo (2010), Oliveira & Candau (2010) and Paim (2016). It is suggested that the choice of *Os Bruzundangas* to the analysis of the period, focusing on the educational aspect and in dialogue with the decolonial concepts, represents a promising area of research yet under explored, pertinent, and very potent, especially due to the current affairs mentioned by the compilation. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

**Key words:** Lima Barreto. *Os Bruzundangas*. Education. Decoloniality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| FIGURA 1 - Projeto Olhares da Paz .....   | 33  |
| FIGURA 2 - Pintura que retrata os integrantes do Grupo Racionais MC's .....             | 73  |
| FIGURA 3 - Lima Barreto (1903): Início da carreira de amanuense na Secretaria de Guerra | 96  |
| FIGURA 4 - Internações no Hospício Nacional em imagens de 1914 e 1918.....              | 97  |
| FIGURA 5 - Caricatura de Lima Barreto: Revista <i>A Cigarra</i> (1919).....             | 98  |
| FIGURA 6 - Lima Barreto na Politécnica.....   | 115 |
| FIGURA 7 – Frase de Nelson Mandela sobre a Educação.....                                | 129 |



## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| QUADRO 1 - Atributos da sátira (diversos autores).....                            | 34 |
| QUADRO 2 - Perfil dos membros do Grupo Modernidade/Colonialidade .....            | 38 |
| QUADRO 3 - Personagens e Movimentos Sociais que remetem ao Pensamento Decolonial. | 43 |
| QUADRO 4 - Textos que compõem o livro <i>Os Bruzundangas</i> .....                | 47 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABE – Associação Brasileira de Educação
- ABL – Associação Brasileira de Letras
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCCS – Do inglês *Centre for Contemporary Cultural Studies* – em português, Centro de Estudos Culturais Contemporâneos
- CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CNS – Conselho Nacional de Saúde
- CONAIE – Do espanhol *Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador* – em português, Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador
- EUA – Estados Unidos da América
- FAESP – Faculdade Evangélica de São Paulo
- MC – Do inglês *Masters of ceremony* – em português, Mestre de Cerimônias
- M/C – Modernidade/Colonialidade
- PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- SCIELO – Do inglês *Scientific Electronic Library Online*
- UNIVOVE – Universidade Nove de Julho
- USF – Universidade São Francisco

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| MEMORIAL .....  | 10  |
| INTRODUÇÃO.....   | 17  |
| CAPÍTULO 1 <i>OS BRUZUNDANGAS</i> : POTENCIALIDADE PARA UMA PESQUISA EM<br>EDUCAÇÃO .....                             | 33  |
| 1.1 Decolonialidade: Uma Leitura Possível .....   | 36  |
| 1.1.1 <i>Os Bruzundangas</i> : é possível propor um olhar decolonial?.....  | 37  |
| 1.1.2 Pensamento decolonial .....   | 38  |
| 1.2 <i>Os Bruzundangas</i> – O Livro .....  | 46  |
| 1.2.1 Textos publicados no periódico <i>A.B.C.</i> .....  | 50  |
| 1.2.2 Textos editados como capítulos da primeira edição de <i>Os Bruzundangas</i> .....                               | 60  |
| 1.2.3 Textos publicados em outros periódicos.....   | 69  |
| CAPÍTULO 2 QUANDO BIOGRAFIAS, GERAÇÕES E LITERATURA SE<br>ENTRECRUZAM.....  | 73  |
| 2.1 Entrecruzando Biografias: Uma Vida, Vários Olhares .....  | 74  |
| 2.2 Trajetória e Experiência Familiar de Lima Barreto.....  | 91  |
| 2.3 Lima Barreto Sob Vários Ângulos .....   | 95  |
| CAPÍTULO 3 LIMA BARRETO E SUAS IMPLICÂNCIAS DECOLONIAIS NA<br>PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO EM <i>OS BRUZUNDANGAS</i> ..... | 129 |
| 3.1 Exterioridade .....   | 130 |
| 3.2 Dupla Consciência Criolla.....  | 133 |
| 3.3 Colonialidade do Poder .....  | 136 |
| 3.4 Colonialidade do Ser .....  | 147 |
| 3.5 A Tessitura da Colonialidade do Saber na Relação com a Educação .....   | 155 |
| CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....  | 171 |
| REFERÊNCIAS .....   | 177 |
| ANEXO I – SUMÁRIO DE <i>OS BRUZUNDANGAS</i> .....   | 183 |

## MEMORIAL

Nasci na capital paulista e vivi minha infância na região do bairro do Grajaú, na Zona Sul da cidade. Filho de Jerivaldo do Nascimento, oriundo do interior do Estado, pastor da Igreja Assembleia de Deus, e Florides Augusta do Nascimento, nascida no estado da Bahia, Auxiliar de Enfermagem, função que exerce há uns quarenta anos. Tenho outros dois irmãos, André, o mais velho e Cesar, o mais novo, ambos profissionais da área de administração de empresas e também pastores.

Ressalto as atuações eclesiais do meu pai e irmãos porque essa questão sempre esteve presente na minha vida bem como influenciaram muitas das minhas escolhas. Até a minha adolescência, é importante ressaltar que a igreja da qual fazíamos parte era muito rígida com alguns costumes, como as mulheres não poderem usar maquiagem, cortar os cabelos, usar calças, os homens não poderem usar bermudas, as crianças não poderem assistir televisão ou praticar atividades físicas, costumes esses que meu pai seguia, mas não com tanto rigor, sobretudo os que envolviam a mim e aos meus irmãos.

Na adolescência, juntamente com minha família, nos mudamos para o Imirim, bairro situado na Zona Norte de São Paulo, por motivos de saúde na família. Neste bairro, vivi até os 24 anos, quando, motivado pela aprovação em um concurso público para exercer a função de professor, mudei-me para Jaguariúna, interior de São Paulo, próxima a Campinas, onde vivo desde então; hoje (desde 27/06/2015), casado com Michelle Modeneze.

Desde a pré-escola, sempre estudei em escolas públicas. Preocupado com nossa educação escolar (minha e dos meus irmãos), meu pai me matriculou em uma escola distante da nossa casa cerca de 3 quilômetros, por julgar que fosse uma escola que proporcionava uma educação melhor. Até a 2ª série, ia acompanhado da minha babá para a escola, uma prima da minha mãe e, a partir da 3ª série, já ia sozinho, a pé ou de ônibus. Mesmo não podendo me manter em escolas particulares, meu pai sempre teve o cuidado de oferecer e fomentar um estudo de qualidade, por isso, com muito esforço, pude estudar inglês a partir dos 11 anos.

Quando me mudei para o Imirim, aos 14 anos, fui para uma Escola Estadual, onde cursei o Ensino Médio, paralelamente com o curso de inglês, ainda que com algumas interrupções devido a questões financeiras. Durante o Ensino Médio, também estudei música (contrabaixo e bateria), paralelamente ao meu emprego.

Quanto ao meu desempenho escolar, sempre razoável, nunca exemplar, mas também nunca muito aquém dos conteúdos e habilidades mínimas exigidas pelas escolas. Não me esforçava muito para aprender ou para realizar trabalhos bem feitos, apesar dos incentivos do meu pai.

Ao concluir o Ensino Médio, apesar de entender que seria importante continuar os estudos superiores, não tinha ideia alguma de qual curso escolher. Devido ao meu emprego no Departamento Pessoal do Hospital das Clínicas, uma opção era cursar Administração de Empresas, mas o desconhecimento sobre o curso e o “medo” e a consciência da defasagem no ensino de matemática me fizeram desistir dessa ideia. Por conta do meu envolvimento na Igreja, devido à motivação familiar e ao meu interesse pessoal, decidi cursar Teologia na Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP), uma instituição diretamente ligada à administração da Igreja Assembleia de Deus, portanto, um curso dogmático. Esta escolha trazia algumas preocupações, como a de não ser bem vista pelo mercado de trabalho e a da dificuldade de ascensão profissional.

Ao contrário da minha motivação pelos estudos e ao meu desempenho escolar, cursando Teologia, passei a ser um aluno muito aplicado, por estar aprendendo assuntos que me interessavam sobremaneira. Comprava e lia diversos livros, estudava bastante, inclusive aos finais de semana, e percebi que tinha afinidade com as disciplinas de humanas em geral.

Porém, aos 20 anos, no início do 3º ano do curso, influenciado por diferentes motivações (a preocupação profissional, conflitos pessoais e um novo interesse pelo estudo da História), resolvi trancar o curso para iniciar o curso de História. Os conflitos pessoais se tratavam do interesse em conhecer um mundo diferente do que tinha vivido até então, sempre ligado com a Igreja e com a fé, seja na faculdade e com família durante a semana e nas atividades eclesiais aos finais de semana. Já o interesse pelo estudo da História surgiu ao estudar a História da Igreja Cristã. Tinha curiosidade de saber o que acontecia na História Geral paralelamente aos acontecimentos da História da Igreja, ou seja, uma escolha não muito criteriosa. Naquele ano, então, tranquei o curso de teologia e inscrevi-me em um cursinho pré-vestibular para tentar uma vaga em uma faculdade pública. Foi um ano de conscientização e autoconhecimento, momento em que percebi a precariedade dos meus conhecimentos sobre conteúdos básicos, mas também um tempo de aprendizagem sobre os mesmos. Compreendi que tinha mais afinidade com os estudos da História do que apenas o interesse pelos conhecimentos de alguns fatos; interessava-me pelas discussões relacionadas às questões éticas, de respeito ao próximo, sociais e, por uma certa rebeldia, àquelas que notava no meu

professor do cursinho, no seu modo de se vestir, no seu linguajar – comportamentos incomuns aos meios em que eu convivía até então.

No ano seguinte, não tendo conseguido a aprovação em uma universidade pública e ansioso pelo estudo da História, matriculei-me em uma faculdade privada, a Universidade Nove de Julho (UNINOVE), onde cursei Licenciatura em História de 2003 a 2005. Satisfeito com essa escolha, procurava me dedicar bastante e consegui me destacar como um bom aluno. No último ano desse curso é que fui apresentado a Lima Barreto por um colega de turma, o Valderi, quando estudávamos sobre movimentos sociais no período inicial da República no Brasil. Nessa ocasião, Lima Barreto me fora apresentado como um anarquista brasileiro.

A possibilidade de pensar em uma sociedade sem hierarquias, além de outros ideais anarquistas – antiestatismo e anticlericalismo –, atraíam e encantavam-me, não exatamente por considerar que fossem possíveis ou por concordar exatamente com eles, mas, talvez, por simplesmente considerar outras possibilidades de organização social, por perceber que eu não era o único com implicações irresponsáveis sobre as coisas como elas são. Então, eu era um cristão, apesar de tantos incômodos em relação à organização das igrejas cristãs que eu conhecia, sem, contudo, conseguir questionar a existência de Deus e sequer deixar de ir à igreja; por outro lado, um estudante de história, afeito e até deslumbrado com algumas ideologias revolucionárias recém-descobertas por mim – marxismo e anarquismo –, as quais pareciam contradizer meus valores pessoais e familiares. Parecia um paradoxo que, de certa forma, acompanha-me até hoje, muitas vezes me inquietando, fazendo-me sentir pressionado a escolher um lado em detrimento do outro. Porém, isso foi – e ainda é – também responsável pelo meu trânsito por entre grupos sociais que, se não antagônicos, pelo menos muito divergentes, por conviver com pessoas e ideias com as quais discordo em parte ou grande parte, por ter amigos com os quais divido apenas questões próprias ao grupo a que pertencem.

Enfim, ainda que minha percepção não fosse completa sobre essas questões, identifiquei-me rapidamente com Lima Barreto; eu era o Lima Barreto, seus conflitos eram os meus, suas implicações eram as minhas. O seu trânsito por entre lugares e grupos sociais incomuns lhe trazia angústias e impedia-lhe de classificar-se ou de aceitar qualquer classificação pertencente a algum grupo ou ideologia que conhecesse. Negro, pobre, literato, monarquista, anarquista; contraditórios ou não, ele não se identificava puramente com nenhum desses grupos ou ideologias, mas de todos eles carregava marcas.

Ao findar a graduação, imediatamente me inscrevi para uma Pós-Graduação *Lato Sensu* em História, Sociedade e Cultura na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São

Paulo, a qual cursei aos sábados e finalizei em 2008. Quando a iniciei, tinha uma motivação e um interesse de continuar os estudos seguindo para o Mestrado, porém, durante o curso, perdi essa motivação, por decepcionar-me com a profissão de professor, sobretudo nos dois primeiros anos de atuação. Nesse início, não conseguia lidar bem com o desinteresse dos alunos, com as cobranças colocadas sobre o professor, com a falta de recursos nas escolas, entre outras coisas.

Alguns anos depois, com um pouco mais de experiência e maturidade, consegui lidar melhor com essas dificuldades e, também por conta delas, resolvi cursar Pedagogia de 2010 a 2012. Devido a esse curso e à minha atuação profissional, meus interesses pela formação continuada nunca mais se definiram exclusivamente, de maneira que tanto me atraio pelos estudos e pesquisas em História quanto pela Educação em geral.

Apesar da quantidade de anos de trabalho, minhas experiências foram em poucos lugares. Conforme já citei brevemente – agora com mais detalhes –, de 1997 a 2007 (dos 14 aos 24 anos), trabalhei na Fundação Faculdade de Medicina, dentro do Hospital das Clínicas, no Departamento Pessoal. Esse tempo equivale ao período em que cursei o Ensino Médio, a Faculdade de Teologia (incompleta), o cursinho pré-vestibular, a Faculdade de História e o primeiro ano da Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Em 2006, paralelamente a esse emprego, tive as primeiras e breves duas experiências profissionais como professor, uma como professor substituto em Escolas Estaduais no período noturno e outra com apenas duas aulas semanais em uma Escola Particular.

Desde 2007, após aprovação em concurso público, trabalho para a Prefeitura de Jaguariúna, sendo que, de 2007 até 2012, como Professor de História no Ensino Fundamental II; de 2012 até 2017, como Coordenador Pedagógico no mesmo segmento; retornando, em 2018, a atuar como Professor, inclusive devido às demandas do mestrado. No final de 2018, porém, aceitei um convite e desafio de assumir a função de Vice-diretor em uma escola, função que deverá ser desempenhada em 2019. Paralelamente a essas atuações principais, desempenhei outras funções no mesmo município, também relacionadas à educação, como: monitoria e substituição na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e no Ensino Fundamental I, iniciação no uso do computador (internet) como ferramenta de estudo, entre outras.

Passados os primeiros anos “traumáticos” de atuação como educador, por volta de 2010, voltei a me interessar pela continuação da minha formação acadêmica. Desde esse período, avancei meus estudos em Educação, por meio do curso de Pedagogia e também com pesquisas autônomas, juntamente com a experiência profissional como professor e

coordenador pedagógico. Procurei também retomar os estudos do idioma inglês, tendo concluído o curso avançado em 2015 por motivação pessoal.

Desde então, o meu grande interesse para a continuação dos estudos voltou a ser cursar mestrado, por isso, procurei pesquisar sobre possibilidades de cursos, participar de eventos relacionados às áreas de Educação e de História, sempre com a intenção de me atualizar sobre esses assuntos, de entender melhor o funcionamento do “mundo acadêmico” e de tentar encontrar um caminho para o meu ingresso em algum programa de Pós-Graduação. Nesse tempo, em 2014, cheguei a participar de um processo seletivo em uma universidade em São Paulo, mas sem sucesso. No final de 2016, a convite de uma colega de trabalho, participei do processo seletivo para o mestrado na Universidade São Francisco, sem muitas expectativas, devido à tentativa frustrada, anteriormente, mas desta vez consegui ser aprovado, graças a Deus. Por meu interesse pessoal e pela dificuldade que foi conseguir essa aprovação, fiquei e ainda me sinto contente, motivado e, com o apoio da minha família, venho me aplicando ao máximo nas leituras, no avanço das discussões, na participação em eventos, enfim, em todas as atividades que envolvem o Programa de Pós-Graduação.

Tem sido um tempo de muita aprendizagem e desenvolvimento, desde o primeiro semestre, no qual cursei a disciplina de “História e Historiografia da Educação Brasileira”, ministrada pela Profª Dra. Maria de Fátima Guimarães, também minha orientadora, e a disciplina de “Educação como Prática da Liberdade e a Formação Crítica”, ministrada pela Profª Dra. Luzia Batista de Oliveira Silva e pelo Prof. Dr. Frei Nilo Agostini; ambas as disciplinas muito relevantes para a minha pesquisa sobre Lima Barreto. Na primeira, desde o início, fui desafiado a pensar uma educação não apenas como sinônima de escolarização, tive acesso a textos que discutem a educação no Brasil em diferentes níveis e também em relação a outros aspectos, como: economia, política, arquitetura, tradições, memória, entre outros. Alguns dos autores lidos foram: Edward Palmer Thompson, Jacques Le Goff, Maria Stella Bresciani, David Hamilton, Diana Gonçalves Vidal, Rosa Fátima de Souza, Moysés Kuhlmann, Marcia D’Angelo e Ulpiano Menezes. A segunda disciplina, fruto de um projeto audacioso e inovador de propor diálogos entre Paulo Freire (uma das especialidades do Professor Nilo) e Walter Benjamin (uma das especialidades da Professora Luzia), também garantiu leituras e discussões ricas para o desenvolvimento da minha pesquisa, como ao pensar uma educação crítica, ao propor possíveis relações da educação com a filosofia e a história. Nessa, sobretudo, lemos textos desses dois autores (Paulo Freire e Walter Benjamin), mas também de alguns outros autores que escreveram sobre eles e, durante as discussões, um dos desafios propostos foi o de pensar conexões entre a vida e as produções de ambos.



No segundo semestre, cursei também duas disciplinas, “O Urbano e seus Lugares de Memória e Educação” e “Memória, História e Educação”, ambas ministradas pela Profª Dra. Maria de Fátima Guimarães. Nessas, fizeram parte dos autores lidos: Pierre Nora, Richard Sennett, Jacques Le Goff, Eric Hobsbawn, Ulpiano Menezes, Maria de Fátima Guimarães, Maria Carolina Bovério Galzerani, Aleida Assmann, Helena Maria Marques Araújo. Novamente, uma das preocupações foi a de extrapolar as noções de educação, pensando nas suas possíveis relações com os estudos da história, da memória, da arquitetura, do espaço que também educa, dos perigos de não notar a “monumentalidade” de um documento, entre outras. A partir da leitura da tese de doutorado de Helena M. M. Araújo, sobre o Museu da Maré no Rio de Janeiro, por exemplo, surgiram discussões sobre em que estão ancorados os que consideram e os que não consideram o Museu da Maré como um museu. Nessas discussões, tive o primeiro contato com um conceito que se tornaria chave para o desenvolvimento da minha pesquisa: “decolonial”.

No terceiro semestre, cursei também duas disciplinas: “Educação: Fontes Históricas, Memórias e Linguagem”, ministrada pela Profª Dra. Maria de Fátima Guimarães e “Educação e Teorias Críticas Latino-Americanas”, ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira; ambas indispensáveis para o desenvolvimento desta pesquisa. Na primeira, fizemos leituras e discussões sobre a diversidade de documentos que podem se tornar fonte para a pesquisa acadêmica, tal como os cuidados e os métodos para fazê-lo. Nessa perspectiva, estudamos as possibilidades da pesquisa em bibliotecas, arquivos, museus, centros de memória, centros de documentação; na questão da importância da “experiência” para a pesquisa; em pensar o lugar como um dos aspectos da educação; na relação entre “corpo” e educação; nas imagens fotográficas, documentos jurídicos, literatura, fontes documentais e a história oral, como fontes de pesquisa, entre outras. Alguns dos autores lidos foram: Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, Jeziel de Paula, Kazumi Munakata, Katya Braghini, Maria Stella Bresciani, Maria de Fátima Guimarães, Edward Palmer Thompson e Jorge Larrosa. Na segunda disciplina, fizemos diversas leituras e discussões sobre os estudos decoloniais e a urgência de considerarmos o potencial da América Latina em desenvolver o seu próprio pensamento, não mais subordinado à influência europeia (eurocentrismo). A partir dessas discussões, me apropriei melhor de alguns conceitos que são usados nesta pesquisa para propor algumas aproximações com as “implicâncias” de Lima Barreto, como: “exterioridade”, “totalidade”, “colonialidade”, “dupla consciência crioula”, entre outros. Alguns dos autores lidos foram: Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Boaventura de Sousa Santos, Vera Maria Ferrão Candau e Luciana Ballestrin.

Apesar da produção escrita se tratar basicamente de uma atividade solitária, não poderia deixar de mencionar aqui a importância do coletivo nesses primeiros passos na vida acadêmica, seja nas discussões de textos, nas conversas extracurriculares, na participação em eventos, nas parcerias para produção de textos, nas trocas de experiências e ideias e, sobretudo, nas discussões coletivas promovidas pelo grupo de pesquisa “Rastros: História, Memória e Educação”, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade São Francisco (USF), certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, do qual participo.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Grupo de Pesquisas liderado pela Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães, tendo como vice-líder o Prof. Dr. Elison Antonio Paim.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa focaliza a obra literária *Os Bruzundangas*, escrita por Lima Barreto, a qual pode ser vinculada a diferentes áreas do conhecimento: história, antropologia, ciências sociais, literatura e educação. Na pesquisa estreitei a relação entre a história e a literatura, ao explorar uma das potencialidades dessa relação privilegiando *Os Bruzundangas*, uma obra literária, enquanto fonte histórica e objeto de pesquisa. Para tanto, entendo que *Os Bruzundangas* é uma produção literária que traz as marcas da singularidade de seu autor. Ela expressa pensamentos, sensibilidades, valores, práticas e costumes da época na qual foi produzida, logo, ela é matizada pelas tensões, disputas e conflitos<sup>2</sup> de seu tempo.

O valor atribuído à literatura, nesta pesquisa, é o de uma “historiografia inconsciente” ou “inoficial”. Rumo em direção à Kothe (1976) para explicitar o significado de tais expressões. Ele atribui a Benjamin o potencial de flagrar personagens, grupos, encontros, desprezados pela historiografia oficial; o que acredito fazer ao tomar *Os Bruzundangas* como objeto desta pesquisa.<sup>3</sup>

Benjamin insiste também muitas vezes na ideia de que a literatura é uma historiografia inconsciente. As obras literárias, mesmo não pretendendo ser e não sendo um mero registro histórico, acabam sendo também uma historiografia inoficial. Na medida mesma em que não querem ser documento, seu caráter autônomo lhes permite uma liberdade de registro e transmissão que escapa à historiografia oficial, comprometida com as omissões, cortes e deformações que as relações de produção lhe impõem (KOTHE, 1976, p. 78-79).

Lima Barreto (1881-1922) foi um escritor negro que viveu a maior parte da sua vida no Rio de Janeiro, cidade tematizada por ele em diferentes publicações. A pesquisa privilegia a análise de uma das suas obras: *Os Bruzundangas*, uma coletânea de artigos. Porém, o diálogo com as suas demais produções literárias se fez necessário e foi promovido em diferentes trechos deste trabalho.

O período analisado acolhe as duas primeiras décadas do século XX, mas em certos momentos faço referências a alguns acontecimentos do final do século XIX, com intuito de

---

<sup>2</sup> Tensão: qualidade ou estado do que é tenso; rigidez em certas partes do organismo. Tenso: estendido com força; esticado. Disputa: contestação; discussão. Conflito: embate dos que lutam; discussão injuriosa; luta; briga; colisão (FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda; 1972). Essas expressões, apesar da proximidade dos significados, na ordem que foram usadas, indicam um crescente na gravidade.

<sup>3</sup> Nas considerações finais, eu trago um esclarecimento da opção da apropriação de algumas categorias benjaminianas neste trabalho sem, contudo, aprofundá-las.

dar maior complexidade à análise da obra de Lima Barreto. O recorte temporal da pesquisa foi delimitado a partir das críticas que Lima Barreto faz às primeiras décadas da República no Brasil. Ele tratou de diversos assuntos, como: da produção cultural, da religião, da economia, da política, da industrialização, da agricultura, da educação, dentre outros. Os assuntos são tantos e tão amplos que representam um dos motivos da escolha do livro para a pesquisa: o seu potencial historiográfico.

Na condição de historiador, educador e pesquisador da educação, motivei-me a circunscrever minha pesquisa a partir de alguns questionamentos norteadores (ou suleadores) iniciais:

1. Como era a educação no início do século XX no Brasil e no Rio de Janeiro?
2. Lima Barreto expressava opiniões sobre os principais acontecimentos no Rio de Janeiro na condição de capital do país. Essas opiniões incluíam o tema da educação?
3. Além de opiniões, ele tinha sugestões para a educação?
4. Em caso afirmativo, suas opiniões e sugestões eram apenas de natureza pessoal ou expressavam o posicionamento de algum grupo social?
5. Depois de um século, seria possível flagrar, ainda hoje (2019), permanências de alguns aspectos da educação criticada por Lima Barreto?

Apesar de tais questionamentos, vinculando Lima Barreto à educação, terem surgido apenas em 2017, os quais orientaram esta pesquisa, meu primeiro encontro com o escritor se deu há mais de uma década, conforme citado no Memorial. Desde 2005, quando então cursava a primeira graduação (História), ao estudar sobre o movimento anarquista no Brasil, Lima Barreto me foi apresentado como um anarquista. Porém, ao avançar um pouco nas pesquisas, deparei-me com sua própria autodefinição (ou indefinição): “O que tenho são implicâncias parvas [...] e não em nome de teoria alguma, porque não sou republicano, não sou socialista, não sou anarquista, não sou nada: tenho implicâncias” (BARRETO, 1911 apud REZENDE, 2017, l. 1273).

Desde então, percebi que ele sempre esteve ligado a algumas incoerências em relação à sua autoimagem diante do olhar dos outros, que tentavam classificá-lo ou rotulá-lo como: monarquista, socialista, anarquista, positivista; ponderando-se acerca das características da sua literatura, esta não se enquadrava no parnasianismo, mas o modernismo ainda não tinha se consolidado; era a favor das mulheres, mas muitas vezes se posicionou contra os movimentos

feministas. As experiências e decepções com a política partidária e sua racionalidade parecem ter decepcionado a tal ponto Lima Barreto, que ele parece ter optado por se afastar dela.

Hoje, após mais de uma década, penso não ser importante trabalhar nesta perspectiva de tentar classificá-lo, mas o que me motiva é seguir os rastros dessas suas “implicâncias”, balizando minhas questões norteadoras (suleadoras) com a preocupação de compreender:

1. Que implicâncias eram essas?
2. Quais eram as pessoas, as práticas sociais, as entidades, os grupos sociais pelos quais Lima Barreto tinha implicâncias?
3. O que as motivava?
4. Quais eram as tensões, disputas e conflitos sociais que fomentavam suas implicâncias?
5. Por que suas relações e seus posicionamentos eram tão incômodos e desconcertantes?

Uma permanência em relação ao que me impulsionava e ainda impulsiona a pesquisar mais sobre sua vida e suas obras é o seu olhar para o outro, a sua preocupação com as desigualdades do país, não apenas as que o afetavam diretamente. Ele era solidário às diferentes minorias e causas, fossem elas dos negros, das mulheres negras, dos pobres, enfim, do povo em geral. No transcorrer de sua vida, passou por inúmeras dificuldades e a sua produção literária foi consagrada apenas após a sua morte. Mas, certamente, sua existência e produção foram significativas para muitos contemporâneos seus, como sugerem os parágrafos abaixo.

Durante o velório de Lima Barreto, apareceu um homem com um pequeno ramalhete de perpétuas. Ninguém o conhecia. Curvou-se diante do morto e espalhou as flores no caixão. O depoimento pertence a Pereira da Silva<sup>4</sup>, transcrito com as próprias palavras do poeta.

Quando transpusemos a sala em cujo centro jazia o cadáver, o homem correu a espalhar no caixão, votivamente, aquelas perpétuas de um roxo tão expressivo. Depois, mal contendo a comoção, descobriu-lhe o rosto, beijou-o na testa, que ainda recebeu lágrimas”. Uma pessoa da família dirigiu-se ao visitante. Quis saber quem ele era.

- Não sou ninguém, minha senhora. Sou um homem que leu e amou esse grande amigo dos desgraçados” (BARBOSA, 2002, p. 359).

---

<sup>4</sup> O poeta A. J. Pereira da Silva fez este relato em um artigo que escreveu no jornal *A Noite*, Rio de Janeiro, em 07/11/1922.

Por conseguinte, alinhando-me a essas questões que envolvem a atualidade de Lima Barreto e de *Os Bruzundangas*, a sua resistência a classificações, as motivações e a potência das suas implicâncias, o seu olhar para o próximo, delimitei o objetivo geral desta pesquisa histórica qualitativa situada na área de História da Educação, que é analisar Lima Barreto considerando o seu lugar e tempo, ancorada por categorias decoloniais e desenvolvida a partir da análise de diferentes fontes documentais, incluindo textos literários, documentos sonoros, pinturas e bibliografias diversas.

São os objetivos específicos:

- Flagrar algumas das implicâncias de Lima Barreto;
- identificar como ele se posiciona frente ao contexto educacional do Brasil nos artigos que compõem *Os Bruzundangas*;
- e, analisar seu posicionamento à luz das contribuições teóricas decoloniais.

Na contemporaneidade, um dos teóricos que me mobiliza em direção a *Os Bruzundangas* é o educador Paulo Freire, no que tange a sua concepção de educação e a sua defesa da importância dela para transformar a condição de vida das camadas mais populares. Apoio-me em algumas ideias de Paulo Freire, como: a proposta de considerar o aluno como um sujeito e não como um objeto, portanto, um ser pensante, atuante, portador de vontades, crenças, opiniões e cultura próprias, as quais devem ser ouvidas e respeitadas; a de conseguir perceber, na educação, um potencial político para além de pedagógico, capaz de garantir a liberdade; a de propor que o processo de alfabetização ocorre simultaneamente ao de conscientização do sujeito; a de que sem a crítica necessária para decidir, o homem já não é mais sujeito, mas coisifica-se. As categorias conceituais freirianas de “intransitividade da consciência”, “transitividade ingênua” e “transitividade crítica”, de “dialogicidade”, entre outras, mobilizaram-me na trajetória desta pesquisa, inclusive no sentido de garantir subsídios teóricos para pensar no diálogo com propostas decoloniais para a educação.<sup>5</sup>

Há outros pontos de aproximação possíveis entre Paulo Freire e Lima Barreto, mas, neste momento, atendo-me à preocupação com o próximo, ao respeito pelo ser humano, ao

---

<sup>5</sup> Essas ideias e conceitos explorados por Paulo Freire constam em diferentes obras, tais como: *Educação como prática da liberdade* (2014a); *Pedagogia da autonomia* (2014b); *Pedagogia do oprimido* (2014c); *Política e educação* (2014d); e *A importância do ato de ler* (1993). Essa discussão das contribuições de Paulo Freire será ampliada no terceiro capítulo junto aos conceitos de “intransitividade da consciência”, “transitividade ingênua” e “transitividade crítica”.

questionamento das desigualdades sociais, entendendo que as lutas de classes é que distanciam as pessoas, causando tanta dor no mundo, aos oprimidos que Freire se refere (2014c) e aos silenciados da História por Benjamin (1994), aqueles que são excluídos do acesso à educação de qualidade, à alimentação básica, às condições de moradia e trabalho dignas, ao direito de pensar e manifestar-se livremente. Enfim, Lima Barreto e Paulo Freire, cada um no seu contexto sociocultural, tempo e ao seu modo, pensaram, escreveram, lutaram e militaram contra as desigualdades criadas e alimentadas por elites que não primam por um mundo melhor para todos, mas apenas para si próprias.

No rastro dessa luta e militância de Lima Barreto e Paulo Freire, acabei por entrecruzar a preocupação com os vencidos da história, explorada com vigor por Walter Benjamin (1994) quando mobiliza, em suas Teses sobre História, a imagem dialética dos vencidos e vencedores na relação com a cultura e a barbárie. Benjamin, no início do século XX, apesar de sua origem burguesa (família rica de comerciantes judeus na Alemanha) e europeia, denunciava as atrocidades advindas da Primeira Guerra Mundial; a fome, as motivações desta guerra – que em nada tinham a ver com questões inerentes ao ser humano –, a morte de inocentes, os discursos usados pelas elites para imporem seu modo de vida a todos, desconsiderando suas diferenças, impondo sua religião, seus valores burgueses que visavam sempre o enriquecimento a qualquer custo, a mercantilização da vida, tratando a tudo e aos sujeitos oriundos das camadas mais pobres como mercadorias, inclusive suas próprias vidas, sensibilidades, valores e costumes.

Apoiei-me em ideias de Benjamin, em particular, nesta pesquisa, nas suas impressões acerca da relação entre história e literatura. A escolha da coletânea literária *Os Bruzundangas* como uma fonte dessa pesquisa, atravessada e deslocada pelas experiências e impressões de Lima Barreto sobre o contexto sociocultural no qual vivia, em uma perspectiva histórica, representa minha opção em propor uma história na perspectiva do vencido, recusando a empatia com o historicismo, com a história do vencedor, ou seja, uma “história a contrapelo”, como propôs Benjamin, quando tratou sobre a história na sua tese VII.

Pois bem, aqueles que uma vez dominam se convertem em herdeiros de todos os que venceram até aquele momento. A empatia com o vencedor sempre calha bem aos que mandam em cada momento. [...] Eles devem sua existência não só ao esforço dos grandes gênios que os criaram, mas também à servidão anônima de seus contemporâneos. Não há um só documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, de barbárie. E se o documento não está livre de barbárie, tampouco o está o processo de transmissão de mão em mão. Por isso, o materialista histórico toma distância na medida do possível. Considera como tarefa escovar a história a contrapelo (MATE, 2011, p. 169-170).

Nessa perspectiva de olhar para os oprimidos (FREIRE), para os vencidos (BENJAMIN), de dar ouvidos aos clamores de grupos que tiveram sua voz silenciada ao longo da história sem, contudo, deixar de notar as tensões que envolveram tais silenciamentos, suas resistências, suas participações enquanto agentes da história, considerando uma relação dialética, mobilizei ainda a categoria conceitual contra-hegemônico, adotada por Araújo (2012), referindo-se ao Museu da Maré no Rio de Janeiro. Na sua tese sobre esse museu, Araújo traz uma rica discussão sobre museologia, inclusive a de que, para a museologia tradicional, o Museu da Maré não pode ser considerado um museu, porque se localiza na favela e dá conta da memória de segmentos sociais populares. A autora, pautada em uma nova museologia, surgida na França nos anos 1970, propõe a democracia cultural, mediante a conscientização e a valorização da cultura local. Para tanto, um dos principais aspectos desse Museu é o fato dele ser aberto, interativo, promover o diálogo entre os sujeitos que entram em contato com sua concepção museal, seu acervo e a comunidade em que ele se localiza. Segundo essa nova museologia, essas seriam características de um museu comunitário que, segundo Araújo (2012), também é a natureza do Museu da Maré.

Trago essa discussão, neste momento, pois dirijo-me à Lima Barreto e a *Os Bruzundangas* com a mesma intencionalidade com que Araújo dirige-se ao Museu da Maré, ou seja, preocupado em solapar uma história e uma memória hegemônicas. Por isso, ela utilizou-se do conceito de contra-hegemônico, por considerar que a memória que o Museu da Maré luta por guardar é a memória da comunidade da Maré, uma memória que valoriza a luta e a resistência de uma população sob muitos aspectos excluída. Oposta, portanto, à memória valorizada pelos museus clássicos que reafirmam uma memória elitista, negando espaço para outras memórias, outras culturas (ARAÚJO, 2012).

Ao tratar da obra de Lima Barreto como uma fonte histórica, é necessário considerar a sua história pessoal, porque ele próprio a retratava por meio dos seus personagens. Sua história, apesar de breve (ele morreu aos 41 anos), foi muito complexa, marcada por encontros e desencontros, produtiva e ao mesmo tempo marcada pela pobreza; por tudo isso, exigente de uma pesquisa ampla, cuidadosa e sensível. A fim de atender a essa exigência, apoiei-me em duas biografias que focalizam a sua vida, que dialogam simultaneamente com suas obras e com o contexto no qual vivia: *A Vida de Lima Barreto*, por Francisco de Assis Barbosa, publicada pela primeira vez em 1952, e *Lima Barreto – Triste Visionário*, por Lilia Moritz Schwarcz, publicada em 2017.



A biografia de Barbosa é citada em diversos livros, dissertações e teses, aos quais eu tive acesso, que tratam da vida ou obra de Lima Barreto. Trata-se de uma pesquisa bem elaborada, construída com os detalhes de quem teve acesso e soube dialogar sensivelmente com fontes documentais acerca do biografado, incluindo livros, ensaios, depoimentos de familiares, cartas e bilhetes pessoais, dentre outros. A importância desta obra se confirma no fato de ter recebido muitas reedições, inclusive após a morte do autor.

A biografia escrita por Schwarcz, tão bem elaborada quanto a de Barbosa, lançada recentemente, passa também a ser considerada uma das obras indispensáveis para se pesquisar, estudar ou se ter o primeiro contato com Lima Barreto. Nesta, Schwarcz reconhece e reafirma a importância da primeira biografia e esclarece que o que pretende é um diálogo com a obra de Barbosa.<sup>6</sup>

Porém, no avanço da pesquisa, tive acesso a outras obras que se tornaram indispensáveis para as discussões sobre a vida e a obra de Lima Barreto. Entre elas, cito duas de Antonio Arnoni Prado: *Lima Barreto - o crítico e a crise* (1976) e *Lima Barreto – uma autobiografia literária* (2012). Na primeira, Prado discute a relação entre Lima Barreto e seus personagens, sem deixar de considerar o contexto literário e político. Na segunda, ele organizou diversos textos da autoria do escritor e acrescentou notas realmente esclarecedoras sobre as condições das suas produções.

Outro trabalho relevante para esta pesquisa foi *Literatura como Missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (1999), de Nicolau Sevcenko. Destaco, na obra, a contextualização histórica construída do período que compreende a passagem do século XIX para o XX e uma contribuição de caráter metodológico, ao propor uma pesquisa histórica a partir da leitura de dois literatos, neste caso: Euclides da Cunha e Lima Barreto.

Como as leituras de Walter Benjamin me mobilizaram para a definição do tema a ser pesquisado, cito uma das obras que utilizei para pensar nesta comparação, a tese *Uma leitura benjaminiana da narrativa de Lima Barreto* (2013)<sup>7</sup>, de José Carlos Mariano do Carmo, na qual o autor aponta como semelhantes as abordagens de Lima Barreto e Walter Benjamin acerca da história.

---

<sup>6</sup> Tomei conhecimento do lançamento da biografia que Lilia Schwarcz escreveu sobre Lima Barreto por volta de abril de 2017, antes do seu lançamento em junho de 2017, por ela própria, quando, por e-mail, consultei-a sobre a relevância e a pertinência de seguir minha pesquisa pensando na relação entre Lima Barreto e o anarquismo. Na ocasião, além de muito solícita ao pedido de um desconhecido, ela me orientou também que tomasse conhecimento da produção de Arnoni Prado.

<sup>7</sup> Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, orientada pelo Prof. Dr. Cláudio Celso Alano da Cruz.

Outro trabalho indispensável para esta pesquisa, sobretudo para o aprofundamento do estudo de *Os Bruzundangas*, foi a dissertação *Palavras de um Revoltado: a contribuição de Lima Barreto ao periódico A.B.C. (1916-1922)* (2012)<sup>8</sup>, de Henrique Sérgio Silva Corrêa, na qual ele oferece um levantamento de toda a produção de Lima Barreto no periódico *A.B.C.*, no qual foi publicada a maioria dos textos que, posteriormente, foram organizados e lançados como o livro *Os Bruzundangas*.

Para além de textos que tratam da vida e da obra de Lima Barreto, com a intenção de construir um panorama do período pesquisado (passagem do século XIX para o XX), a fim de traçar paralelos e promover imbricamentos com a vida de Lima Barreto, apoiei-me nos trabalhos de alguns historiadores. O livro *História do Brasil* (2003)<sup>9</sup>, de Boris Fausto, por sua natureza panorâmica, foi bastante consultado para a elaboração desta pesquisa, inclusive pelos dados estatísticos, pelas imagens e tabelas que fornece, que contribuem significativamente para a compreensão de processos do período pesquisado, como: a imigração, a industrialização, os movimentos sociais, os grupos mais influentes, a redação da Constituição, as campanhas eleitorais dos primeiros presidentes republicanos, entre outros. Por apresentarem um panorama do período, outros dois livros foram utilizados, sendo que um deles já foi apresentado por também tratar especificamente de Lima Barreto: *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (1999), de Nicolau Sevcenko. O volume IV da *Coleção História da Vida Privada* (1998), também organizado por Sevcenko, que traz um texto seu com o mesmo título do livro: *História da Vida Privada no Brasil*.

Para atender a exigências mais específicas, outras obras foram consideradas, por exemplo: *Carne e Pedra: O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental* (2003), de Richard Sennett, e *Londres e Paris no Século XIX: O Espetáculo da Pobreza* (1982), de Maria Stella Martins Bresciani, das quais me utilizei para traçar paralelos entre os processos de urbanização de cidades brasileiras, sobretudo o Rio de Janeiro, por se tratar do local privilegiado nesta pesquisa, e outras cidades internacionais, como Londres, Paris e Nova York. Essas obras não deixam dúvidas sobre as influências dos processos de urbanização dessas cidades estrangeiras nas cidades brasileiras, inclusive porque a preocupação das elites

---

<sup>8</sup> Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista (UNESP), orientada pelo Prof. Dr. Alvaro Santos Simões Junior.

<sup>9</sup> Por alguns aspectos, este livro pode ser considerado muito tradicional, como pelo fato de propor uma história do Brasil a partir apenas da chegada dos portugueses aqui, porém, para o que me interessa nesse momento (construir um panorama do início do período republicano no Brasil), ele é bastante útil.

que nos promoviam eram semelhantes: segregação e camuflagem da pobreza, controle da mobilidade das multidões, favorecimento do consumo, entre outras.

Nessa perspectiva de obras que tratam de assuntos mais específicos do período pesquisado, cito ainda mais duas. A primeira, *1890-1914 – No Tempo das Certezas* (2000), de Ângela Marques da Costa e Lilia Moritz Schwarcz, a qual discute o contexto sob o aspecto de alguns contrassensos, como dos avanços nas ciências e nas tecnologias terem entusiasmado, sobretudo, as elites desses países e brasileiras, ao passo que essas novidades aumentavam as desigualdades sociais no país. A segunda obra, *O Rio em Movimento: Quadros Médicos e(m) História – 1890-1920* (2000), de Myriam Bahia Lopes, levanta discussões muito caras ao tratar de acontecimentos relacionados à saúde do período, que incluem, por exemplo, pesquisas sobre as epidemias que marcaram a história do Rio de Janeiro sobre as políticas públicas implementadas pelo governo, que geraram insatisfação popular, inclusive culminando na Revolta da Vacina.

No desenvolvimento desta pesquisa, após ter sido desafiado por minha orientadora a ampliar o meu olhar para pensar em Lima Barreto para além de sua relação e da influência que recebeu do anarquismo (objeto inicial da pesquisa) abordado em diferentes trabalhos, passei a pensar nas suas “implicâncias” de maneira mais ampla, mas ainda preocupado em entender suas origens, suas motivações, sua irreverência, sua acidez. Na relação com as fontes documentais e com as obras de Lima Barreto, instaurei um diálogo com as fontes, escovandoo-as a contrapelo. Atento a essas “implicâncias”, quando tomei conhecimento dos estudos decoloniais por meio de leituras realizadas ao longo do curso de mestrado, primeiramente, a partir da leitura da tese da Helena Maria Marques Araújo, tratando sobre o Museu da Maré, na disciplina de Memória, História e Educação e, posteriormente, na disciplina de Educação e Teorias Críticas Latino-Americanas, ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira, percebi que poderia haver possibilidades de pensar conexões e análises a partir das “implicâncias” de Lima Barreto com alguns conceitos “decoloniais” e, assim, este se tornou o novo objetivo da pesquisa.

Os estudos decoloniais são muito amplos, abrangentes e, no Brasil, vêm sendo progressivamente explorados por pesquisadores de diversas áreas. Diante dessa amplitude de possibilidades analíticas, restringi a perspectiva de minha análise a cinco desses conceitos: exterioridade, dupla consciência crioula, colonialidade do poder, colonialidade do ser e colonialidade do saber. Esses conceitos foram criados e/ou explorados por integrantes do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), sobretudo por Enrique Dussel, Walter Dignolo, Aníbal Quijano, Maldonado-Torres, Santiago Castro-Gómez e Catherine Walsh; porém,

continuam sendo explorados e extrapolados por outros pesquisadores, dentre os quais cito Luciana Ballestrin, Vera Maria Ferrão Candau e Elison Antonio Paim. Paralelamente a esses conceitos, outros conceitos e outras ideias foram desenvolvidos e aprofundados pelos intelectuais do Grupo M/C e contribuíram para esta pesquisa, como a ideia de que, com a conquista das Américas, surgiu um tipo de classificação social calcado na ideia de raça, desenvolvido por Quijano (2009); e o conceito de mito da modernidade, proposto por Dussel (1993), no qual ele considera que a modernidade foi assentada nos pilares de racialização, eurocentrismo, violência e subjugação.

A partir de algumas leituras de Enrique Dussel, sobretudo *1492 – O encobrimento do Outro: A Origem do mito da modernidade* (1993) e *Filosofia da Libertação na América Latina* (1980), mobilizei o conceito de exterioridade. O conceito de “dupla consciência crioula” explorei a partir de um dos textos de Walter Mignolo, *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade* (2005), no qual ele atribui este conceito ao sociólogo William Edward Burghardt Du Bois, mas oferece avanços na extrapolação do mesmo. Já o conceito de colonialidade do poder, que foi criado por Aníbal Quijano, desenvolvo a partir do seu texto *Colonialidade do Poder e Classificação Social* (2009). Esse conceito foi amplamente explorado e extrapolado por outros autores, dando origem a outros conceitos, como o de colonialidade do ser, explorado por Maldonado-Torres, e o de colonialidade do saber, explorado por Castro-Gómez e Catherine Walsh.

Apesar do interesse pessoal por conhecer mais sobre a vida e a obra de Lima Barreto e sobre os estudos decoloniais, a importância desta pesquisa, o que também a justifica, decorre do fato de não existirem muitos trabalhos acadêmicos com esse recorte. Em uma pesquisa no banco de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), realizada em setembro de 2017, buscando por trabalhos que trazem o nome de Lima Barreto nos seus títulos, obtive como resultado 11 artigos, sendo 7 deles relacionados às áreas de Linguística, Letras e Artes e apenas 4 a outras áreas das Ciências Humanas (Sociologia, História, Antropologia e Psicologia). Mais sucesso obtive ao fazer o levantamento seguindo os mesmos critérios de busca na bibliografia do livro de Francisco de Assis Barbosa, *A vida de Lima Barreto*, na 8ª edição, no qual foram levantados 51 livros ou teses e 272 artigos publicados em livros ou periódicos, também em outras línguas, todos propondo estudos relacionados a Lima Barreto. Os títulos sugeriam os mais variados temas, sendo, porém, possível perceber alguns temas com mais recorrência, como o estudo sobre sua vida, sobre o Rio de Janeiro da sua época, sobre a sua produção literária geral ou alguma obra específica, neste caso, principalmente sobre *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

Diretamente sobre *Os Bruzundangas*, aparece apenas uma referência. Outra tendência evidenciada é a de trabalhos relacionados às Faculdades de Letras, principalmente na área de literatura.

Em nova pesquisa em julho de 2018, desta vez no banco de dados da *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* (BDTD), buscando pelo nome de Lima Barreto no título, fazendo alguma referência aos estudos ou conceitos decoloniais, não obtive nenhum resultado. Quando ampliei essa busca com esse mesmo critério, em qualquer parte do corpo do trabalho, obtive um resultado: a dissertação intitulada *Objetificação Colonial dos Corpos Negros: Uma leitura descolonial e foucaultiana do Extermínio Negro no Brasil* (2016), de Juliana Moreira Streva<sup>10</sup>.

Em agosto de 2018, desta vez no banco de dados do *Google Acadêmico*, mantendo como critério de busca o de considerar alguma relação entre Lima Barreto e os estudos decoloniais em qualquer parte do corpo do trabalho, tive acesso a um artigo escrito por Joaze Bernardino Costa, que apresenta as pesquisas que foram incluídas no livro *Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil séculos XIX e XX*, organizado por Ana Flávia Magalhães Pinto e Sidney Chalhoub, o qual propõe diálogos na perspectiva decolonial de uma maneira ampla “[...] que remonta a qualquer estratégia de mudança das relações de poder forjadas a partir da invenção das Américas e da subjugação dos povos africanos”. (COSTA, 2017, p. 241-242). Nesse livro, a autora do capítulo 8, Magali Gouveia Engel, por meio de algumas crônicas escritas por Lima Barreto, busca observar as vivências de um negro letrado no Rio de Janeiro no início do século XX.

Isso corrobora para atestar a importância desta pesquisa, servindo também como sua justificativa o fato de contribuir com a produção acadêmica com um trabalho que traz um recorte temático ainda inédito, considerando-se que se propõe ao estudo de uma obra de Lima Barreto ainda pouco pesquisada, *Os Bruzundangas*, com um foco maior no aspecto educacional e ainda propondo pensar nas relações das críticas desse literato na perspectiva de conceitos decoloniais. Entretanto, a relevância e pertinência desta pesquisa não se limita ao seu ineditismo, mas estende-se à atualidade das problemáticas tratadas a partir das implicâncias de Lima Barreto, mesmo após um século, tornando-as incômodas e sensíveis para alguns grupos sociais, por tratar de questões raciais cujas discussões vêm aumentando

---

<sup>10</sup> Dissertação orientada pelo Prof. Dr. Mauricio de Albuquerque Rocha na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Da área do Direito, a pesquisa busca questionar a naturalização da violência de Estado direcionada contra os corpos negros no Brasil.

nas últimas décadas, de questões socioeconômicas que pressupõem relações tensas entre diferentes classes sociais, além de questões políticas e educacionais.

Apresento, no primeiro capítulo, a minha leitura da obra *Os Bruzundangas*, ressaltando a sua atualidade a partir de um diálogo proposto com a obra *Quarto de Despejo* (1960), da Carolina Maria de Jesus, com algumas pinturas do muralista Eduardo Kobra e com as músicas *Negro Drama* (2002), do Racionais MC's e *O Tempo não Para* (1989), do Cazusa. Trago primeiramente uma provocação: é possível lançar um olhar decolonial para *Os Bruzundangas*? Dedico-me às possíveis comparações, aproximações entre as críticas, as “implicâncias” de Lima Barreto em *Os Bruzundangas* e alguns conceitos decoloniais. Para tanto, apresento alguns conceitos decoloniais, a genealogia do pensamento decolonial, a formação e a importância do Grupo Modernidade/Colonialidade e as contribuições de outros autores decoloniais. Após, apresento uma possibilidade de leitura da obra *Os Bruzundangas* e, posteriormente, uma leitura detalhada de seus artigos, pontuando características das diferentes edições.

No segundo capítulo, proponho uma revisão bibliográfica, principalmente no que diz respeito aos livros, teses e dissertações que tratam da vida e da obra de Lima Barreto, procurando apontar as suas principais contribuições para esta pesquisa. Em seguida, trago uma biografia de Lima Barreto, procurando evidenciar alguns fatos que podem contribuir para uma melhor compreensão das suas críticas, das suas “implicâncias”, de algumas das suas decisões, entre outros. Nesta, mobilizo brevemente a história de seus pais, da sua infância, da sua adolescência, das suas experiências educacionais, profissionais e pessoais frente à sua relação com a literatura; sempre que possível, procuro entrecruzar sua vida com o contexto histórico mais amplo do Rio de Janeiro ou do Brasil, por considerar uma característica muito marcante de Lima Barreto, a de se autobiografar frente aos acontecimentos de sua época.

A respeito da ordem dos dois primeiros capítulos, destaco que no início desta pesquisa, em 2017, quando seus objetivos encontravam-se ainda bastante desfocados e eu não tinha clareza dos rumos que a pesquisa tomaria – a não ser pelo fato de já pretender pesquisar *Os Bruzundangas* de Lima Barreto –, ao pensar em possíveis capítulos que teria a dissertação, cheguei a considerar que um primeiro deveria trazer o contexto histórico do período da virada do século XIX para o XX e a biografia de Lima Barreto, e um segundo, as discussões mais específicas relacionadas ao livro *Os Bruzundangas*. Essa também foi uma sugestão de alguns integrantes da banca avaliadora durante a qualificação da pesquisa, os quais inclusive sugeriram essa nota esclarecendo a opção em não acatar tal sugestão, devidamente amparado pela orientadora da pesquisa. Ao longo da mesma, sobretudo do meio para o final dela, passei

a ter a clareza de que uma das discussões mais relevantes para mim e para o avanço das pesquisas acadêmicas relacionadas ao Lima Barreto, trata-se de apontar a atualidade de *Os Bruzundangas*, sua pertinência e potência para o contexto político, econômico e cultural atual no Brasil, discussão que foi feita no primeiro capítulo, quando estabeleci diálogos com Carolina Maria de Jesus, Cazuza, Eduardo Kobra e Racionais MC's. Diante desse rumo que a pesquisa tomou, consideramos mais relevante que esse capítulo viesse antes daquele em que trago o contexto histórico do período em que viveu Lima Barreto.

No terceiro capítulo, dedico-me às possíveis aproximações entre as críticas e as “implicâncias” de Lima Barreto em *Os Bruzundangas* à luz de alguns conceitos decoloniais. Nesse momento, focalizo os conceitos de “exterioridade”, a partir de Enrique Dussel, de “dupla consciência crioula”, a partir de Walter Dignolo, de “colonialidade do poder”, a partir de Aníbal Quijano, de “colonialidade do ser” a partir de Maldonado-Torres e de “colonialidade do saber”, a partir de Castro-Gómez e Catherine Walsh e aponto, nos artigos da obra *Os Bruzundangas*, passagens que me permitem propor aproximações a tais conceitos decoloniais. Ao abordar o conceito de “colonialidade do saber”, proponho uma comparação com as críticas de Lima Barreto a algumas propostas educacionais que circulavam no Brasil no início do século XX, bem como, a partir das suas sugestões para a educação, promovo aproximações às propostas decoloniais para a educação: pedagogia decolonial e educação intercultural. Procuro ampliar essa análise trazendo autores que garantem maior complexidade à discussão.

Apesar dessa divisão de capítulos, ressalto que alguns elementos e conceitos transpassam e são mobilizados em diferentes partes do trabalho, porque em *Os Bruzundangas* “[...] eu vejo um museu de grandes novidades”<sup>11</sup>; vejo um “quarto de despejo”<sup>12</sup>; vejo um “Kobra”<sup>13</sup>; vejo um “Negro Drama”<sup>14</sup>. Trouxe os murais de Eduardo Kobra, as músicas de

---

<sup>11</sup> Referência à letra da música *O tempo não para*, do cantor, compositor e poeta brasileiro Cazuza.

<sup>12</sup> Referência ao livro *Quarto de Despejo – Diário de uma favelada (1960)*, da escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Carolina nasceu em Sacramento - MG, mas viveu durante muitos anos na favela do Canindé, em São Paulo, onde se tornou escritora, apesar de ter frequentado a escola apenas, aproximadamente, por dois anos na sua infância. Além de escritora, foi catadora de papel e mãe de três filhos. Diante de todas as mazelas, perdas e discriminações que sofreu por ser negra e pobre, Carolina revelou, através de sua escritura, a importância do testemunho como meio de denúncia da desigualdade social e do preconceito racial. Foi autora de outros livros, mas este é o mais conhecido. Essa obra resgata e denuncia a realidade da favela do Canindé, em São Paulo, no início da “modernização” da cidade e do surgimento constante das periferias. Texto adaptado da biografia disponível em: <<http://esperanca-garcia.blogspot.com/2010/07/biografia-carolina-maria-de-jesus.html>>. Acesso em 31 ago. 2018.

<sup>13</sup> Referência a Eduardo Kobra, que começou a sua carreira como pichador, tornou-se grafiteiro e hoje se considera um muralista. Da periferia de São Paulo para o mundo. Nascido em 1975, no Jardim Martinica, bairro pobre da Zona Sul paulistana, o artista tornou-se um dos mais reconhecidos muralistas da atualidade, com mais de 500 obras realizadas em ruas do Brasil e de outros países. Kobra começou a desenhar em muros na

Cazuza e Racionais e a obra literária de Carolina, por entender que a história se constrói a partir de questões candentes do presente e que estas pressupõem experiências que “[...] nos tocam, atravessam e deslocam”. (LARROSA, 2014).

A ideia de promover o diálogo com Cazuza, Kobra, Racionais MC’s e Carolina Maria de Jesus, surgiu a partir de uma provocação da minha orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria de Fátima Guimarães, por meio das seguintes questões: “Qual é a relevância da pesquisa de *Os Bruzundangas* para a universidade e para as pesquisas em educação como um todo? Promove alguma contribuição social? E para você? Em que esta obra te toca, te atravessa, te mobiliza? (sic)”. Pensando nessas questões, percebi que talvez uma das maiores relevâncias de *Os Bruzundangas* seja a sua atualidade, mesmo após um século da sua produção, nas permanências de problemas políticos, econômicos, sociais, culturais, raciais, dentre outros. Então precisava pensar em fontes que me permitissem explorar essa tese.

As músicas dos Racionais MC’s, eu conhecia desde os 13 anos de idade, mas, apesar de gostar e até de perceber a potência das suas letras, não me sentia, até então, à vontade para trazê-las para a academia. As músicas do Cazuza conheci na época da graduação em História, as quais, desde então, juntamente com músicas de outros artistas brasileiros dos anos 80, como Raul Seixas e Renato Russo, continuam mobilizando-me, incomodando-me a respeito de diversas questões. A Maria Carolina de Jesus me foi apresentada por uma colega professora de História que lia (ainda lê) trechos da obra *Quarto de Despejo* para os seus alunos do fundamental 2, com a intenção de sensibilizá-los quanto aos problemas sociais. Alguns trabalhos de Eduardo Kobra eu já tinha visto quando morava em São Paulo, mas não sabia quem os pintava, nem com quais intenções. Em meados de 2018, a partir de uma reportagem televisiva, tive contato com as suas pinturas e passei a admirar o seu trabalho.

---

clandestinidade, como pichador, ainda durante a adolescência, tendo sido detido por três vezes por crime ambiental. Nos anos 1990, trabalhou fazendo cartazes, pintando cenários de brinquedos e criando imagens decorativas para eventos. Sua arte urbana começou a ganhar visibilidade apenas na década seguinte. Em 2007, apareceu com destaque na mídia, pela primeira vez, por causa do projeto Muro das Memórias, em que mergulhou no universo das fotos antigas de São Paulo e passou a reproduzi-las nas ruas em tons de sépia ou em preto e branco. Sua sensibilidade para as mazelas sociais resultou no projeto *Realidade Aumentada*, em que pintou dez painéis, em dez dias, em 2015, sempre chamando a atenção para uma questão importante – de uma menina desaparecida a um morador de rua que escreve poemas, passando pela história de uma bailarina de origem pobre da periferia paulistana. Texto adaptado da biografia do autor disponível em: <<http://www.eduardokobra.com/biografia/>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

<sup>14</sup> Referência à música *Negro Drama*, do grupo de rap Racionais MC’s. O Grupo Racionais MC’s é um dos grupos de rap de São Paulo que está entre os mais influentes do Brasil. Suas canções retratam a preocupação em denunciar os problemas vividos nas periferias urbanas brasileiras, muitos deles relacionados ao preconceito racial contra os negros. Nessa música, são retratados os enfrentamentos diários de um negro favelado que passa por preconceitos com o seu cabelo, com a sua cor de pele, com o lugar onde vive, com o fato de ser criado apenas pela mãe, entre outros; ou, como preferem os compositores, de um “promissor vagabundo”, considerando tantas adversidades.



Mobilizado pelas questões provocativas e incômodas que me foram colocadas, resolvi ressignificar as obras de tais artistas estabelecendo um diálogo com *Os Bruzundangas*, dispondo-as, intencionalmente, em ordem cronológica, para evidenciar as permanências das “implicâncias” de Lima Barreto, ao longo de todo o século XX, no Brasil, e até hoje. A par de tais considerações, retomo Thompson quando propõe que

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos. [...] Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Na continuidade da leitura dos próximos capítulos, proponho a concepção de cultura utilizada pelo *Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS)*<sup>15</sup>, criado por Richard Hoggart, inspirado na sua pesquisa *The Uses of Literacy* (1957) e também nas obras *Culture and Society* (1958), de Raymond Williams e *The Making of the English Working-class* (1963) de Edward P. Thompson, além de, posteriormente, na contribuição de Stuart Hall, substituto de Hoggart na direção do CCCS.

O grupo do CCCS amplia o conceito de cultura para que sejam incluídos dois temas adicionais. Primeiro: a cultura não é uma entidade monolítica ou homogênea, mas, ao contrário, manifesta-se de maneira diferenciada em qualquer formação social ou época histórica. Segundo: a cultura não significa simplesmente sabedoria recebida ou experiência passiva, mas um grande número de intervenções ativas – expressas mais notavelmente através do discurso e da representação – que podem tanto mudar a história quanto transmitir o passado. Por acentuar a natureza diferenciada da cultura, a perspectiva dos estudos culturais britânicos pode relacionar a produção, distribuição e recepção culturais a práticas econômicas que estão, por sua vez, intimamente relacionadas à constituição do sentido cultural (AGGER, 1992, p. 89 apud ESCOSTEGUY, S.d.).

Em outras palavras, a criação cultural se situa no espaço social e econômico, mas não é totalmente explicada pelas determinações econômicas. A cultura influencia e sofre influências das relações político-econômicas, em via de mão dupla, e não simplesmente é um reflexo destas. É possível flagrar a conexão desse pressuposto com ideias decoloniais, o que

---

<sup>15</sup> O *Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS)* surge ligado ao *English Department* da Universidade Birmingham, constituindo-se em um centro de pesquisa de pós-graduação da mesma instituição. As relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais, vão compor o eixo principal de observação do CCCS (ESCOSTEGUY, [S.d.]). Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3363368/mod\\_resource/content/1/estudos\\_culturais\\_ana.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3363368/mod_resource/content/1/estudos_culturais_ana.pdf). Acesso em: 14 out. 2018.

me autorizam a trazer Thompson para subsidiar esta pesquisa. Ressalto ainda que, Stuart Hall e esse historiador, no transcorrer das décadas de 1960 a 1970, privaram de certa proximidade no CCCS.

Nessa perspectiva, entendo que esta pesquisa se volta para a colonialidade e suas manifestações nas esferas socioculturais do Brasil. Por conseguinte, o racismo, a miséria e a maneira como alguns abordam tais questões podem ser flagradas e problematizadas à luz de questões decoloniais sem minimizar aspectos relativos à educação das sensibilidades.

## CAPÍTULO 1 OS BRUZUNDANGAS: POTENCIALIDADE PARA UMA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

FIGURA 1 - Projeto Olhares da Paz



Fonte: Disponível em: <https://blogfundesign.wordpress.com/2016/09/06/os-gemeos-e-kobra/>. Acesso em: 16 set. 2018.

Pintada em Los Angeles, Estados Unidos (2005). Este projeto de Eduardo Kobra se chama *Olhares da Paz* e foi um tributo àqueles personagens que dedicaram sua vida a fazer do mundo um lugar melhor. Nesta imagem aparecem os olhares de Madre Teresa de Calcutá, Nelson Mandela e Martin Luther King, porém, outros olhares já foram retratados como parte desse projeto. Em 2015, Kobra transportou as imagens desses ícones para quadros que foram exibidos, à luz do dia, na Cracolândia, em São Paulo. Disponível em: <http://www.eduardokobra.com/olhares-a-paz/>. Acesso em: 17 set. 2018.

Esta imagem dialoga com a discussão que proponho neste capítulo ao apresentar a coletânea *Os Bruzundangas*, uma vez que nessa obra, Lima Barreto lê a sua realidade com um olhar bastante peculiar, um olhar crítico, mas ao mesmo tempo esperançoso, um olhar de quem sofria com a realidade, mas também de luta, de resistência. Enfim, um “olhar da paz”, não de uma paz passiva, mas ativa.

Neste capítulo, trago a minha leitura d’*Os Bruzundangas*, uma sátira do Brasil do início do século XX. Aliás, esse é o primeiro destaque que pretendo, o de considerar as potencialidades da sátira. No artigo *Um diálogo explosivo: Sátira, Paródia e História*, José Alonso Tórres Freire trouxe considerações importantes sobre esse gênero textual, a partir da leitura de diversos autores (GAARDER, 1996; BERGSON, 1983; BOSI, 1977 e 1990; KOTHE, 1981 e BAKHTIN, 1998), as quais eu compartilho e identifico em *Os Bruzundangas*.

No quadro a seguir, apresento algumas dessas considerações:

QUADRO 1 - Atributos da sátira (diversos autores)

| <b>Autor (ano) - Obra</b>   | <b>Atributos da sátira</b>  |
|---|---|
| Jostein Gaarder (1996)<br>- O dia do curinga  | Não é possível ler passivamente uma sátira, pois ela sempre pressupõe uma leitura crítica, e também não é possível continuar com o mesmo olhar ingênuo sobre a realidade depois dessa leitura, [...] nos incomoda com sua palavra implacável, sua metralhadora giratória, suas perguntas, em geral, inconvenientes e irrespondíveis.  |
| Flavio R. Kothe (1981)<br>- Literatura e sistemas semióticos                          | Um dos objetivos do satirista é a crítica de vícios sociais, eventualmente pela provocação do riso, e, quando provocado, esse riso será sempre incômodo, pois é intrínseco a ele o caráter de punição: estaremos rindo também de nossas piores características como seres humanos, nossos tabus morais e psicológicos.  |
| Alfredo Bosi (1977) -<br>O ser e o tempo da poesia                                    | A sátira tem uma identificação estrutural com o presente – com o efêmero, portanto – ainda que, na superfície, se apresente como uma abordagem do passado, e está ligada diretamente à ação política. [...] Ela está completamente inserida num contexto de urgência de crítica, [...] de desmistificação e rebaixamento dos indivíduos que apresentam desvios de caráter.                            |
| Henri Bergson (1983) -<br>O riso  | [...] ela se torna ostensivamente política, no sentido de haver uma vontade subjacente em todo texto de que aquela situação narrada leve o leitor a olhar sua história com olhos menos inocentes e ria daquela situação narrada o riso constrangido de quem agora sabe mais sobre si mesmo e seu mundo do que antes da leitura, o que torna esse riso um gesto social.                                |
| Mikhail Bakhtin (1998)<br>- Questões de literatura e de estética: a teoria do romance | Destrói a distância silenciadora de um passado mitificado, lançando mão do recurso da aproximação pelo riso para que esse mesmo passado seja recuperado de forma crítica na narrativa. “É justamente o riso que destrói a distância épica [...]. Um objeto não pode ser cômico numa imagem distante; é imprescindível aproximá-lo, para que se torne cômico; todo cômico é próximo”. (BAKHTIN, 1998). |

Fonte: Organizado pelo autor a partir das considerações sobre sátira em Freire (2004, p. 188-193).

Em *Os Bruzundangas*, noto cada uma dessas características da sátira de maneira marcante: a de não ser possível de ser lida passivamente, por ser incômoda, propondo perguntas inconvenientes e irrespondíveis; a de ter como objetivo criticar vícios sociais, provocando, eventualmente, um riso incômodo; por estar ligada ao presente, a de ser sempre uma ação política, muitas vezes desmistificando e rebaixando indivíduos; a de levar o leitor a olhar sua história com olhos menos inocentes; e, enfim, a de destruir a ideia de um passado mitificado, distante, imutável e, por meio do riso, aproximá-lo.

Após essas considerações sobre a sátira, diante de tantos motivos que me levaram a este livro, um deles perpassa todos os outros: a sua atualidade. Enquanto historiador, trabalho com a perspectiva de que a história não se repete, a não ser como farsa (MARX, 2000). Porém, em *Os Bruzundangas*, percebo diversas permanências, no Brasil, mesmo um século após a sua publicação; na exclusão social e racial de algumas minorias, na concentração de renda, na desigualdade de acesso às condições necessárias para uma educação, saúde, moradia, transporte e, sobretudo, alimentação desejável para qualquer cidadão.

Em *Os Bruzundangas*, percebo a revolta de um negro querendo fazer parte de um meio – o dos literatos – quase que exclusivamente para brancos no período; percebo alguém de fora tentando uma comunicação com os que estão dentro, ou uma exterioridade tentando interpelar com uma totalidade (DUSSEL, 1980); percebo um incompreendido, muitas vezes até por seus familiares.

Semelhante revolta noto nos relatos de Carolina Maria de Jesus<sup>16</sup>, a qual, enquanto negra e favelada, representa bem essa exterioridade.

A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender. Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender. [...] Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. [...] Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gosar descanso (JESUS, 1960, p. 9-10).

Simbioticamente, porém, em *Os Bruzundangas*, percebo também alguém que não deseja fazer parte de um meio excludente; alguém que tem sonhos, que tem esperança, que deseja ser aceito, que quer conquistar, mas não a qualquer custo; percebo alguém que pagou o preço de ser incompreendido, de ser rejeitado, excluído, mas não pagaria o preço de ser

---

<sup>16</sup> Manteve-se a ortografia original nas citações de JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo* [...].

aceito, compreendido, querido sozinho; percebo alguém que lutava não apenas para ser aceito, mas para mudar, para construir uma realidade na qual pudesse ser aceito sem precisar lutar.

Assim como em *Os Bruzundangas*, na letra da música *Negro Drama*<sup>17</sup>, do grupo Racionais MC's, evidencia-se essa condição de excluído de uma totalidade, mas, ao mesmo tempo, o desejo de não ser incluído nela a qualquer custo, de não ser corrompido por ela.

Admito,  
 Seus carro é bonito sim,  
 Eu não sei fazer,  
 Internet, vídeo-cassete,  
 Os carro louco,  
 Atrasado,  
 Eu tô um pouco sim,  
 Tô, eu acho,  
 Só que tem que,  
 Seu jogo é sujo,  
 E eu não me encaixo,  
 Eu sou problema de montão,  
 De carnaval a carnaval,  
 Eu vim da selva,  
 Sou leão,  
 Sou demais pro seu quintal, [...]  
 (Racionais MC's, 2002).

Enfim, é essa atualidade que me remete a *Os Bruzundangas* que está sintonizada com a causa de tantos outros “oprimidos” (FREIRE, 2008; 2014c), com tantos que foram silenciados, com outros tantos esquecidos da história (BENJAMIN, 1994), que não apenas me impulsionam a esta obra hoje, mas quase me arremessam a ela. Diante do atual cenário político, sobretudo considerando as discussões que envolvem a educação neste início do século XXI, percebo a potencialidade e até a urgência de me voltar a *Os Bruzundangas* e a Lima Barreto.

## 1.1 Decolonialidade: Uma Leitura Possível

Refletir e analisar aspectos plurais que envolvem a obra de Lima Barreto, vinculados, sempre, a um inconformismo; a uma lucidez diante de projetos que se colocavam no Brasil no

---

<sup>17</sup> A música *Negro Drama*, do Grupo Racionais MC's, faz parte do álbum *Nada como um dia após o outro dia*, de 2002. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/discografia/>>. Acesso em: 16 set. 2018. Obs.: Manteve-se a ortografia original na letra das canções do grupo citadas nesta dissertação.

período da virada do século XIX para o XX, que envolviam mudanças na política, na economia, na sociedade, na educação, na cultura do país; a uma resistência diante da influência estrangeira para os rumos do Brasil, sobretudo, dos Estados Unidos e da Europa; por outro lado, também, a uma esperança de um Brasil que transpusesse esses problemas; a uma motivação em contribuir para essa transposição; fizeram-me considerar a possibilidade de pensar em aproximações aos estudos decoloniais.

### **1.1.1 Os *Bruzundangas*: é possível propor um olhar decolonial?**

Neste tópico, avanço na direção de mobilizar alguns conceitos decoloniais criados e explorados por integrantes do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), sobretudo de Enrique Dussel, Walter Dignolo, Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres, Santiago Castro-Gómez e Catherine Walsh, sem descuidar do distanciamento contextual exigido para tal comparação, considerando que Lima Barreto, literato, negro e pobre, escrevia do Rio de Janeiro, no início do século XX, sobretudo, nas duas primeiras décadas, enquanto que essas discussões decoloniais ganharam força a partir da década de 1970 e o Grupo M/C se constituiu apenas na década de 1990<sup>18</sup>.

Antes, porém, de apresentar alguns desses conceitos decoloniais, para pensarmos em colonialidade ou decolonialidade, sugiro algumas questões:

1. Qual é a origem dos nossos padrões de cultura, de educação e de civilidade?
2. Por que os nossos referenciais estão sustentados sobre padrões econômicos, políticos, culturais, religiosos e morais eurocêntricos, ou seja, judaicos e cristãos, brancos, ocidentais?
3. Por que internalizamos (quase naturalizamos) os referenciais do “Norte” como verdade, como um referencial neutro e absoluto?

Essas e outras questões nessa linha, fazem parte dos estudos decoloniais e das discussões do Grupo M/C, formado no final dos anos 1990 por intelectuais de diversas áreas

---

<sup>18</sup> Esta preocupação em não cometer um anacronismo, propondo essa aproximação entre Lima Barreto e os decoloniais, esteve presente desde que comecei a considerar essa possibilidade para a pesquisa e tomei o cuidado de não me descuidar dela. Em janeiro de 2019, quando escrevi um e-mail para a Lilia Schwarcz agradecendo por suas contribuições, ela me sugeriu exatamente que eu tivesse esse cuidado.

do conhecimento, mas que têm em comum o fato de proporem estudos sobre o processo de construção de uma visão periférica da América Latina.

A sugestão desses intelectuais é que a colonização da América, por países europeus (séculos XV a XIX), e, posteriormente, da África e Ásia (neocolonialismo nos séculos XVIII a XX) marcaram a história mundial, determinando muitas permanências dessa colonização no presente. Essas permanências são resquícios dos processos violentos de colonização da América Latina, África e Ásia. Decorrem de tais permanências, marcas profundas no pensamento mundial, a partir das quais se definem as regiões centrais e periféricas do mundo. Uma pretensa superioridade cultural do Norte justificaria a relação de dominação e expropriação das regiões ditas periféricas, localizadas no Sul, dando origem à colonialidade. Em outras palavras, propõem que o fim do colonialismo (processo histórico de independência das colônias na América Latina, África e Ásia) não indica, definitivamente, o fim da colonialidade, posto que, de acordo com Quijano (2009, p. 73),

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado ao Colonialismo. [...] O Colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o Colonialismo.

### 1.1.2 Pensamento decolonial

Considerando a importância do Grupo Modernidade/Colonialidade para a sistematização dos estudos “decoloniais”, antes de tudo, considero indispensável apresentar os integrantes deste Grupo, utilizando-me, para isto, de um quadro disposto por Ballestrin (2013).

QUADRO 2 - Perfil dos membros do Grupo Modernidade/Colonialidade

| Integrante                   | Área       | Nacionalidade | Universidade onde leciona                |
|------------------------------|------------|---------------|--|
| Aníbal Quijano <sup>19</sup> | Sociologia | Peruana       | Universidad Nacional de San Marcos, Perú |
| Enrique Dussel               | Filosofia  | Argentina     | Universidad Nacional Autónoma do México  |
| Walter Dignolo               | Semiótica  | Argentina     | Duke University, EUA                     |
| Immanuel Wallerstein         | Sociologia | Estadunidense | Yale University, EUA                     |

<sup>19</sup> Com a finalidade de manter as informações do quadro atualizadas, destaco o falecimento de Aníbal Quijano em 31 de maio de 2018.



|                         |              |                |  |
|-------------------------|--------------|----------------|--|
| Santiago Castro-Gómez   | Filosofia    | Colombiana     | Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia |
| Nelson Maldonado-Torres | Filosofia    | Porto-riquenha | University of California, Berkeley, EUA    |
| Ramón Grosfóguel        | Sociologia   | Porto-riquenha | University of California, Berkeley, EUA    |
| Edgardo Lander          | Sociologia   | Venezuelana    | Universidad Central de Venezuela           |
| Arthuro Escobar         | Antropologia | Colombiana     | University of North Carolina, EUA          |
| Fernando Coronil        | Antropologia | Venezuelana    | University of New York, EUA                |
| Catherine Walsh         | Linguística  | Estadunidense  | Universidad Andina Simón Bolívar, Equador  |
| Boaventura Santos       | Direito      | Portuguesa     | Universidade de Coimbra, Portugal          |
| Zulma Palermo           | Semiótica    | Argentina      | Universidad Nacional de Salta, Argentina   |

Fonte: BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o Giro Decolonial*, 2013, p. 98.

Nos rastros da composição do pensamento decolonial, Ballestrin (2013) construiu uma genealogia. Aborda inicialmente o pós-colonialismo, que se refere ao conjunto de contribuições teóricas surgidas nos anos 1980 e que se tornaram moda acadêmica nos Estados Unidos e na Inglaterra, percebendo a diferença colonial e sensibilizando-se em relação ao colonizado. A autora considera que as propostas dos estudos pós-coloniais, sustentadas principalmente no pensamento de Frantz Fanon, Aimé Césaire e Albert Memmi, já estavam comprometidas com a superação das relações de colonização.

Em seguida, focaliza o Grupo de Estudos Subalternos, formado nos anos 1970, sob a liderança de Ranajit Guha, um dissidente do marxismo indiano no Sul asiático, que acabou por reforçar, posteriormente, os estudos pós-coloniais. Os intelectuais desse grupo que se tornaram mais conhecidos no Brasil foram Homi Bhabha (indiano), Stuart Hall (jamaicano) e Paul Gilroy (inglês). Inspirado principalmente neste último, em 1992, nos Estados Unidos, surgiu o Grupo Latino-americano dos Estudos Subalternos, formado por um grupo de intelectuais latino-americanos e americanistas que lá viviam. Eles inseriram a América Latina no debate pós-colonial. Porém, poucos anos depois, alguns integrantes do grupo perceberam peculiaridades no processo histórico de colonização da América Latina que não permitem pensá-la a partir dos mesmos pressupostos da Ásia, em decorrência da influência dos Estados Unidos na economia dos países latino-americanos (BALLESTRIN, 2013). Devido a essas divergências teóricas, o grupo latino-americano, ainda ligado aos estudos subalternos, foi desagregado em 1998, mesmo ano em que ocorreram os primeiros encontros dos membros que formariam o Grupo M/C.

Ballestrin (2013) destaca também que muitos dos integrantes do Grupo M/C já haviam desenvolvido, desde os anos 1970, linhas de pensamento próprias, como Dussel (Filosofia da

Libertação) e Quijano (Teoria da Dependência), as quais foram incorporadas aos estudos do grupo. O conceito de colonialidade do poder, por exemplo, já havia sido desenvolvido por Aníbal Quijano em 1989 e é amplamente explorado e até extrapolado pelo grupo. A colonialidade, segundo Mignolo (2005), se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, a do saber e a do ser. No avanço dos estudos decoloniais, o conceito de colonialidade tem sido ainda mais extrapolado para outras dimensões ou níveis, como a colonialidade da natureza, pois, segundo Paim (2016), trata-se de um conceito aprofundado por Catherine Walsh e se refere ao fato de que, com a colonialidade, “[...] toda a natureza passou a ser pensada e utilizada de forma que atenda apenas ao princípio capitalista da acumulação e do lucro, desconsiderando qualquer outra possibilidade de relação entre os seres humanos, os não humanos e a própria terra”. (PAIM, 2016, p. 148).

Sobre o eurocentrismo, Quijano (2009, p. 74-75) esclarece que ele “[...] naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como naturais, conseqüentemente, como dadas, não suscetíveis de ser questionadas”. Desta maneira, não sem resistências, continuam sendo reforçados padrões e valores do Norte, como superiores, como verdadeiros, mesmo pelos que vivem no Sul<sup>20</sup>.

Outra ideia de Quijano, ampliada pelo grupo, foi a de que, com a conquista das Américas, surgiu um tipo de classificação social: a ideia de raça. A classificação racial/étnica da população do mundo como padrão de poder está presente em todas as esferas e se iniciou na América. A raça é uma categoria mental da modernidade, inventada para justificar a dominação dos europeus (brancos enquanto condição de raça superior) sobre os “outros povos” (indígenas e negros, enquanto condição de raças inferiores, sem cultura, incapazes, atrasados).

As diferenças fenotípicas entre vencedores e vencidos foram usadas como justificção da produção da categoria ‘raça’, embora se trate, antes do mais, de uma elaboração das relações de dominação como tais. [...] A ‘racialização’ das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e a referência legitimadora fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjetivo. Ou seja, da sua colonialidade. Converteu-se, assim, no mais específico dos elementos do padrão mundial do poder capitalista eurocentrado e colonial/moderno e atravessou – invadindo – cada uma das áreas da existência social do padrão de poder mundial, eurocentrado, colonial/moderno. (QUIJANO, 2009, p. 106-107).

---

<sup>20</sup> Essa relação Norte-Sul fazendo referências aos hemisférios do Planeta Terra, onde o Norte se coloca como o Ser, o mais forte, o mais inteligente e que, portanto, se justifica a dominação do Sul, do não-Ser, do bárbaro, do ignorante, foi disposta por Dussel (1995) no diálogo que estabeleceu com outros filósofos ao buscar entender as origens da ideologia da exclusão, entre eles: Paul Ricoeur, Karl-Otto Apel, Charles Taylor e Richard Rorth.

Ao discutir a Modernidade, Dussel (1993, p. 24) reforça essa ideia de que esta foi assentada nos pilares de racialização, eurocentrismo, violência e subjugação. Na verdade, para ele, “[...] a modernidade é um mito que oculta a colonialidade”; é um “mito vitimário e destruidor, de um europeísmo que se fundamenta em uma ‘falácia eurocêntrica’ e ‘desenvolvimentista’”.

Ainda sobre o “Mito da Modernidade”, tendo, para Dussel (1993), surgido com a conquista da América, é objeto de investigação por parte do autor sobre quais pressupostos esse mito foi construído e fundamentado, o que e desde quando se justifica a ideia de superioridade da cultura europeia, o que e desde quando se justifica a dominação de outros povos, tidos como “inferiores”, mesmo que por meio da violência, fazendo-os acreditar que são culpados da sua ignorância e “imaturidade”<sup>21</sup>. Para essa (re)construção, ele se utiliza de um texto de Ginés de Sepúlveda e, posteriormente, o dissecou para a construção da sua argumentação.

A primeira razão (da justiça desta guerra e conquista) é que, sendo por natureza servos os homens bárbaros (índios), incultos e inumanos, se negam a admitir o império dos que são mais prudentes, poderosos e perfeitos do que eles; império que lhes traria grandíssimas utilidades (*magnas commoditates*), sendo, além disto, coisa justa por direito natural que a matéria obedeça à forma, o corpo à alma, o apetite à razão, os brutos ao homem, a mulher ao marido, o imperfeito ao perfeito, o pior ao melhor, para o bem de todos. (SEPÚLVEDA<sup>22</sup>, 1941 apud DUSSEL, 1993, p. 75).

A partir desse texto, Dussel argumenta:

O que se deve reter deste texto como central é a afirmação de que traz “grandíssima utilidade” e “para o bem de todos”; quer dizer, é também útil e bom para o dominado, conquistado, vencido. Vemos já perfeitamente construído o “mito da Modernidade”: por um lado, se auto define a própria cultura como superior, mais “desenvolvida” (nem queremos negar que o seja em muitos aspectos, embora um observador crítico deverá aceitar que os critérios de tal superioridade são sempre qualitativos, e por isso de aplicação incerta); por outro lado, a outra cultura é determinada como inferior, rude, bárbara, sempre sujeito de uma “imaturidade” culpável. De maneira que a dominação (guerra, violência) que é exercida sobre o Outro é, na realidade, emancipação, “utilidade”, “bem” do bárbaro que se civiliza, que se

<sup>21</sup> Na primeira conferência que Dussel deu em Frankfurt, na Alemanha, na qual tratou sobre o eurocentrismo, ele critica a ideia de “imaturidade culpável” tal como propôs Kant, ao atribuir a culpa do seu atraso e do seu subdesenvolvimento aos próprios colonizados. Nesse sentido, Kant entende a colonização como uma violência necessária, por ser uma ação civilizadora (DUSSEL, 1993).

<sup>22</sup> Juan Ginés de Sepúlveda nasceu em 1489, em Pozoblanco, na província de Córdoba, na Espanha, onde também faleceu em 12 de julho de 1573. Foi um importante filósofo do século XVI e entre suas principais obras está o *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios*.

desenvolve ou “moderniza”. Nisto consiste o “mito da Modernidade”, em vitimar o inocente (o Outro) declarando-o causa culpável de sua própria vitimação e atribuindo-se ao sujeito moderno plena inocência com respeito ao ato sacrificial. Por último, o sofrimento do conquistado (colonizado, subdesenvolvido) será o sacrifício ou o custo necessário da modernização. (DUSSEL, 1993, p. 75-76).

Para os intelectuais do Grupo M/C, “[...] o fundamento da modernidade/colonialidade está no descobrimento e na invenção da América”. (BALLESTRIN, 2013, p. 102). Suas propostas de estudos não descartam, não substituem os pressupostos que fundaram as teorias clássicas europeias, mas pretendem dialogar com elas, coexistir. A ideia não é desprezar toda tradição científica europeia e clássica, mas também considerar outras.

As potencialidades dos estudos decoloniais não se restringem à produção do Grupo M/C e vêm sendo exploradas por tantos outros intelectuais, porém, sempre orientadas por alguns pressupostos desse Grupo. Paim (2016) procurou condensar os principais pressupostos decoloniais a partir da leitura de diversos autores (MARIN, 2013; SILVA, 2013; SANTOS, 2009; NUNES, 2009; GROSGOUEL, 2009; GOMES, 2009), no que chamou de “emaranhado de vozes”.

- a) A decolonização necessita buscar a desconstrução das metas narrativas sobre a modernização, racionalização e progresso procurando restaurar as vozes, as experiências, as identidades, as histórias dos subalternos e a importância das comunidades periféricas, [...]. Portanto, busca-se desfazer a cultura do silêncio, as contradições opressor-oprimido [...];
- b) A decolonização do pensamento atua como um semeador que semeia ideias e premissas piores de indignação e esperança [...];
- c) A decolonização rompe com a invisibilidade dos ditos conhecimentos populares, [...]. Dessa forma, rompe com a dicotomização que coloca de um lado a ciência, [...] de outro, como menores e desqualificados, todos os conhecimentos que não seguem a racionalidade e cientificidade;
- d) A decolonização pauta-se numa epistemologia que abrange todos os saberes [...] sem hierarquização [...];
- e) A decolonização define-se por pensamentos de fronteira como resposta crítica aos fundamentalismos. Uma perspectiva epistêmica decolonial exige um pensamento mais amplo que o cânone ocidental (incluindo o cânone ocidental de esquerda); [...] decolonizar os conhecimentos exigem levar a sério as perspectivas/cosmologias/visões de pensadores a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados;
- f) A decolonização acontece num contexto de luta contra uma monocultura do saber, [...];
- g) A decolonização considera que muitos dos problemas com que hoje se debate o mundo decorrem [...] do desperdício da experiência que o ocidente impôs ao mundo pela força, [...];
- h) A decolonização enfatiza que as possibilidades [...] de cada saber só podem ser conhecidas na medida em que cada saber se propuser a uma comparação com outros saberes. Nessa comparação acontece uma ecologia dos saberes [...] que levará à integração entre o saber científico e os saberes

dos camponeses, dos indígenas ou dos afrodescendentes, transformando em experiências transformadoras [...]. (PAIM, 2016, p. 151-152).

Outra consideração indispensável a respeito do Grupo M/C é de que a origem do pensamento decolonial é mais remota do que a década de 1990, emergindo como contrapartida desde a fundação da modernidade/colonialidade. A genealogia do pensamento decolonial é diferente da genealogia da teoria pós-colonial; ela “[...] é planetária e não se limita a indivíduos, mas incorpora nos movimentos sociais”, como sugere Mignolo (2008 apud BALLESTRIN, 2013, p. 106), que chega a apresentar uma lista de personagens e movimentos sociais atuantes em diferentes períodos, sobretudo a partir do século XX, e diferentes lugares, sobretudo a partir da visão periférica do Sul, os quais, ainda que independentes entre si, possuem, em comum, princípios decoloniais.

QUADRO 3 - Personagens e Movimentos Sociais que remetem ao Pensamento Decolonial

| <b>Personagens</b>        | <b>País de origem</b> | <b>Nascimento-Falecimento</b> |
|---------------------------|-----------------------|-------------------------------|
| Mahatma Gandhi            | Índia                 | 1869-1948                     |
| W. E. B. Dubois           | EUA                   | 1868-1963                     |
| Juan Carlos Mariátegui    | Peru                  | 1894-1930                     |
| Amílcar Cabral            | Guiné-Bissau          | 1924-1973                     |
| Aimé Césaire              | Martinica             | 1913-2008                     |
| Frantz Fanon              | Martinica             | 1925-1961                     |
| Fausto Reinaga            | Bolívia               | 1906-1994                     |
| Vine Deloria Jr.          | EUA                   | 1933-2005                     |
| Rigoberta Menchú          | Guatemala             | 1959-Atual                    |
| Gloria Anzaldúa           | EUA                   | 1942-2004                     |
|                           |                       |                               |
| <b>Movimentos Sociais</b> | <b>País de origem</b> | <b>Surgimento</b>             |
| Movimento Sem Terra       | Brasil                | 1984                          |
| Movimento Zapatista       | México                | 1994                          |
| Fórum Social Mundial      | Sede no Brasil        | 2001                          |
| Fórum Social das Américas | 1ª vez no Equador     | 2004                          |

Fonte: Organizado pelo autor a partir da lista de personagens e movimentos sociais apresentada por Mignolo (2008 apud BALLESTRIN, 2013, p. 106).

Dussel (1993), nessa perspectiva de remontar a genealogia do pensamento decolonial, foi além, e apropriou-se de discursos de intelectuais espanhóis contemporâneos à colonização da América Latina, sendo alguns favoráveis e até mesmo justificadores dessa colonização, como o de Ginés de Sepúlveda, que considerava a “Modernidade como emancipação”, e o de

Gerônimo de Mendieta<sup>23</sup>, que considerava a “Modernidade como utopia”. Porém, Dussel não deixou escapar conflitos e tensões a respeito desse evento, desse encontro com os povos nativos americanos, de como deveria ser essa relação entre os dois povos e, para apresentar esse contradiscurso, essa crítica ao “mito da Modernidade”, apropriou-se dos argumentos apresentados por Bartolomeu de las Casas<sup>24</sup> na sua obra *Apologética História Sumária*.

Frei Bartolomeu de las Casas tornou-se um crítico do discurso que sustentava o projeto de conquista e evangelização da América utilizando-se da violência, que menosprezava a cultura e intelectualidade dos povos nativos, antes mesmo que a partir de pressupostos eurocêntricos, defendeu que essa evangelização estivesse ancorada apenas na “argumentação racional” e no convencimento oral. Ele denunciou a “falsidade” por trás desse discurso que pretendia justificar a violência contra os nativos, conforme destaca Dussel (1993, p. 82-83).

A emancipação da antiga dominação ou pretensa bestialidade ou barbárie dos indígenas não justifica, para Bartolomeu, a irracionalidade da violência, da guerra, tampouco compensa ou tem proporção com o novo tipo de dominação estabelecida. [...] Bartolomeu responderá a trinta e cinco objeções sobre este tema, o que o levará a escrever trezentas páginas só no Capítulo 5. A argumentação racional é que o único modo para convencer o gentio sobre a verdadeira religião – ao lado do testemunho de uma vida coerente, para não cair numa “contradição performativa” – que deve ser comum a todos os homens do mundo, sem nenhuma distinção de seitas, erros ou corrupção de costumes. É, portanto, um princípio absolutamente universal, a partir da autonomia da razão.

E ainda, utilizando-se das palavras do próprio Bartolomeu de las Casas, Dussel (1993) continua sua argumentação no sentido de que, desde o início da colonização, já existiam vozes dissonantes, que não pretendiam fazer parte de tamanha barbárie, apoiadas em argumentos totalmente questionáveis, que seria (que foi) essa guerra contra os nativos da América.

Para alguns parecia o mais conveniente e factível que os fiéis se sujeitassem primeiro, querendo eles ou não, ao domínio do povo cristão; e uma vez sujeitos, lhes fosse pregada a fé de maneira ordenada. Nesse caso, os pregadores não os obrigariam a crer, mas os convenceriam por meio de

---

<sup>23</sup> Jerónimo de Mendieta nasceu em 1525, em Vitoria-Gasteiz, na Espanha, e faleceu em 9 de maio de 1604, na Cidade do México, no México. Foi um missionário franciscano que passou parte de sua vida no continente americano. Sua principal obra é a *História Eclesiástica Indiana*, que relata a história da evangelização na colônia da Nova Espanha na América.

<sup>24</sup> Bartolomeu de las Casas nasceu em 1484, em Sevilha, na Espanha, e faleceu em 18 de julho de 1566, em Madri, também na Espanha. Foi um frade dominicano, cronista, teólogo, bispo de Chiapas e grande defensor dos índios.

argumentos. [...] Mas como nenhum infiel nem, sobretudo, os reis infiéis, iriam querer se submeter voluntariamente ao domínio de um povo cristão... indubitavelmente seria preciso chegar à guerra.[...] Para esta guerra ser justa é preciso demonstrar, em primeiro lugar, levando em conta... que a mereça o povo contra o qual se move a guerra, por alguma injúria que tenha feito ao povo que ataca. Mas o povo infiel que vive em sua pátria separada dos limites dos cristãos... não fez ao povo cristão nenhuma injúria pela qual mereça ser atacado com a guerra. Logo, essa guerra é injusta. (LAS CASAS, 1552 apud DUSSEL, 1993, p. 84-85).

Entre os pensadores da perspectiva decolonial, parece haver um consenso sobre o surgimento das ideias decoloniais. Segundo Paim (2016, p. 148), Maldonado Torres diz que “[...] a ideia de descolonização é tão velha quanto a colonização moderna, isto é, onde foi implementada a colonização houve resistentes pregando a descolonização”. Quijano (2009) também considera que, desde o início da colonização americana, já existiam movimentos de contradiscurso, de questionamento à colonização e ao colonialismo, ainda que considere que esses ganharam força no século XX, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, e chega a considerar alguns.

Uma crítica explícita ao evolucionismo unilinear e unidirecional do eurocentrismo está já presente, por exemplo, em *El Antimperialismo y el APPA* (escrito, segundo o seu autor, em 1924, ainda que a sua primeira edição seja de Ercilla, 1932, Santiago, Chile), de Haya de la Torre. E a percepção das relações econômicas do poder no Peru, implicada no primeiro dos *7 Ensaios de Interpretación de la Realidad Peruana* (Lima, 1928), de José Carlos Mariátegui<sup>25</sup>, pode ser considerada como o embrião do conceito de heterogeneidade histórico-estrutural elaborado em meados dos anos 60 (QUIJANO, 2009, p. 75).

Autorizado por esses autores (MIGNOLO, DUSSEL, MALDONADO-TORRES, QUIJANO), penso que suas contribuições me permitem buscar indícios do pensamento decolonial na obra *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto.

---

<sup>25</sup> José Carlos Mariátegui La Chira, nasceu em 14 de junho de 1894, em Moquegua, Peru, e faleceu em 16 de abril de 1930, em Lima, Peru. Foi um escritor, jornalista, sociólogo, ativista político e atuou no Partido Comunista Peruano.

## 1.2 *Os Bruzundangas* – O Livro

Mobilizo, a seguir, o resumo de cada capítulo (artigo) que compõe *Os Bruzundangas*, assim como algumas observações pautadas em minhas impressões sobre cada um deles. Antes, porém, de maneira mais panorâmica, apresento a obra recorrendo a dois recursos: algumas considerações sobre o prefácio e um levantamento em forma de quadro dos textos que compõem este livro, organizado a partir do seu sumário<sup>26</sup>.

No prefácio do livro *Os Bruzundangas*, já se evidencia que seus textos são sátiras, pois neles, Lima Barreto destaca aspectos relevantes sobre temas que serão mais aprofundados por ele, registrando que a Bruzundanga, um lugar que, por tantos maus exemplos, principalmente na política, serve de referência para o Brasil.

Na *Arte de furtar*, que ultimamente tanto barulho causou entre os eruditos, há um capítulo, o quarto, que tem como ementa esta singular afirmação: “Como os maiores ladrões são os que têm por ofício livrar-nos de outros ladrões”. Não li o capítulo, mas abrindo ao acaso um exemplar do curioso livro, achei verdadeira a coisa e boa para justificar a publicação destas despreziosas “Notas”. A “Bruzundanga” fornece matéria de sobra para livrar-nos, a nós do Brasil, de piores males, pois possui maiores e mais completos. Sua missão é, portanto, como a dos “maiores” da *Arte*, livrar-nos dos outros, naturalmente menores. [...] Contudo, e talvez por isso mesmo, os seus costumes e hábitos podem servir-nos de ensinamento, pois, conforme a *Arte de furtar* diz: “os maiores ladrões são os que têm por ofício livrar-nos de outros ladrões”. Por intermédio dos dela, dos dessa velha e ainda rica terra da Bruzundanga, livre-mo-nos dos nossos: é o escopo deste pequeno livro. (BARRETO, 2004, p. 13-14).

Trago a seguir um quadro elaborado a partir de um levantamento dos textos que compõem *Os Bruzundangas*. Para tanto, considere o seu sumário, para trazer os títulos dos capítulos (artigos), tal como informações sobre as publicações desses textos, como: em qual periódico e data os artigos foram publicados e em qual edição passaram a compor *Os Bruzundangas*.

---

<sup>26</sup> Para essas duas análises mais panorâmicas iniciais, considere o livro: BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. 3ª.ed., 8ª impressão São Paulo: Ática, 2004. A escolha desta edição se deve ao fato de conter os últimos textos (artigos) que foram escritos depois que Lima Barreto vendeu os direitos da obra em 1917, os quais, portanto, não compuseram a 1ª edição, apenas a 3ª.



QUADRO 4 - Textos que compõem o livro *Os Bruzundangas*

| Título do Texto   | Publicação                  |            | Edição    |
|---|-----------------------------|------------|-----------|
|   | Revista                     | Data       |           |
| Prefácio  | Publicado direto como livro |            | 1ª (1922) |
| Os samoiedas  | Publicado direto como livro |            | 1ª (1922) |
| I - Um grande financeiro  | A.B.C.                      | 06/01/1917 | 1ª (1922) |
| II - A nobreza da Bruzundanga   | A.B.C.                      | 20/01/1917 | 1ª (1922) |
| III - A outra nobreza da Bruzundanga  | A.B.C.                      | 20/01/1917 | 1ª (1922) |
| IV - A política e os políticos da Bruzundanga   | A.B.C.                      | 27/01/1917 | 1ª (1922) |
| V - As riquezas da Bruzundanga  | A.B.C.                      | 10/02/1917 | 1ª (1922) |
| VI - O ensino na Bruzundanga  | A.B.C.                      | 03/03/1917 | 1ª (1922) |
| VII - A diplomacia da Bruzundanga   | A.B.C.                      | 17/03/1917 | 1ª (1922) |
| VIII - A Constituição   | A.B.C.                      | 10/03/1917 | 1ª (1922) |
| IX - Um mandachuva  | A.B.C.                      | 24/03/1917 | 1ª (1922) |
| X - Força armada  | Publicado direto como livro |            | 1ª (1922) |
| XI - Um ministro  | A.B.C.                      | 31/03/1917 | 1ª (1922) |
| XII - Os heróis   | A.B.C.                      | 28/04/1917 | 1ª (1922) |
| XIII - A sociedade  | A.B.C.                      | 05/05/1917 | 1ª (1922) |
| XIV - As eleições   | Publicado direto como livro |            | 1ª (1922) |
| XV - Uma consulta médica  | Publicado direto como livro |            | 1ª (1922) |
| XVI - A organização do entusiasmo   | Publicado direto como livro |            | 1ª (1922) |
| XVII - Ensino prático   | Publicado direto como livro |            | 1ª (1922) |
| XVIII - A religião  | Publicado direto como livro |            | 1ª (1922) |
| XIX - Q. E. D. <sup>27</sup>  | Publicado direto como livro |            | 1ª (1922) |
| XX - Uma província  | Publicado direto como livro |            | 1ª (1922) |
| XXI - Pancome, as suas ideias e o amanuense   | Publicado direto como livro |            | 1ª (1922) |
| XXII - Notas soltas<br>Diversos temas: teatro, literatos, jornais, erudição,<br>administração, gabinete do ministro, sábios,<br>música, indústria e outra nota. | Publicado direto como livro |            | 1ª (1922) |
| <b>OUTRAS HISTÓRIAS DOS BRUZUNDANGAS</b>  |                             |            |           |
| As letras na Bruzundanga  | O Parafuso                  | 12/03/1919 | 3ª (1952) |
| A arte  | A.B.C.                      | 13/09/1919 | 3ª (1952) |
| Lei de promoções (crônica militar)  | Careta                      | 29/01/1921 | 3ª (1952) |
| Rejuvenescimento  | Careta                      | 19/03/1921 | 3ª (1952) |
| No salão da marquesa  | Careta                      | 05/11/1921 | 3ª (1952) |

<sup>27</sup> Q.D.E. é a abreviação de uma expressão em latim que significa “como se queria demonstrar”.

|                 |        |            |           |
|-----------------|--------|------------|-----------|
| Outras notícias | A.B.C. | 23/11/1918 | 3ª (1952) |
|-----------------|--------|------------|-----------|

Fonte: Organizado pelo autor.

Na elaboração desse quadro, consultei diferentes fontes de pesquisa. Para a primeira coluna do quadro, que se refere aos títulos dos textos (capítulos do livro *Os Bruzundangas*), alguns inicialmente publicados como artigos e outros já publicados diretamente no livro, utilizei-me dos títulos dos capítulos sugeridos no sumário de *Os Bruzundangas*, 3ª edição, 8ª impressão, publicado pela editora Ática, em 2004. Nesta mesma edição, constam as datas e as revistas em que foram publicados os artigos que compõe a segunda parte do livro – *Outras histórias dos Bruzundangas* –, a que foi incluída apenas na 3ª edição do livro. Finalmente, para datar os artigos que foram publicados no periódico *A.B.C.*, utilizei-me da dissertação *Palavras de um Revoltado: a contribuição de Lima Barreto ao periódico A.B.C. (1916-1922)*, de Henrique Sérgio Silva Corrêa, o qual disponibilizou a indexação de todos os artigos de Lima Barreto que foram publicados nesse periódico.

Este quadro permite identificar que *Os Bruzundangas* recebeu três edições, sendo a primeira em dezembro de 1922, aproximadamente um mês após a morte de Lima Barreto, pelo editor Jacinto Ribeiro dos Santos<sup>28</sup>, com um total de vinte e quatro textos, incluindo o prefácio e *Os samoiedas*, os quais não foram numerados, sendo que a maioria deles havia sido publicada anteriormente no periódico *A.B.C.* A segunda edição de *Os Bruzundangas* ocorreu em 1930, sem qualquer alteração no texto; e a terceira edição, em 1952, pela Editora Mérito, teve o acréscimo da segunda parte do livro (*Outras Histórias dos Bruzundangas*), composta por mais seis textos, os quais haviam sido publicados anteriormente em revistas diversas e não compuseram a primeira edição, pois foram redigidos após a entrega dos originais para o primeiro editor.

Outra observação a destacar é a frequência com que os primeiros textos foram publicados no *A.B.C.* (doze textos de 6 de janeiro a 5 de maio de 1917), considerando-se que essa foi a mesma frequência em que ele os redigiu, aproximadamente um por semana. Somando a isto outros eventos que marcaram o primeiro semestre do seu ano de 1917 (a preocupação com um endividamento devido ao empréstimo que contraiu no ano anterior para custear a edição do *Triste fim de Policarpo Quaresma*; um desabafo triste sobre a incompreensão das suas produções, no seu diário íntimo, em 7 de março; uma nova internação para tratamento de saúde em julho), revelam o quão intenso foi este período da sua vida e,

<sup>28</sup> Os originais do livro já haviam sido enviados para o editor em 1917 (BARBOSA, 2002, p. 408).

talvez, justifique sua decisão aparentemente impensada de vender os direitos autorais de *Os Bruzundangas* para o editor Jacinto Ribeiro dos Santos por apenas 70 mil réis, quantia pequena considerando que ele recebia 50 mil réis por artigo publicado no periódico *A.B.C.*

Aliás, este é outro ponto que não passa despercebido na análise do quadro – a quantidade de textos publicados no periódico *A.B.C.* – que motiva, também, levantar algumas informações sobre ele. De fato, até o gênero do periódico pode ser de difícil definição, pois possui algumas características próprias de jornal e outras de revista (CORRÊA, 2012). Ele foi fundado pelo italiano Ferdinando Borla, também diretor até a 149ª edição, de 29/12/1917, e circulava pelo Rio de Janeiro, por algumas capitais e outras cidades grandes. A partir da 150ª edição, a primeira de 1918, passou a ser dirigido por Paulo Hasslocher e Luís Moraes, os quais também passaram a donos do periódico durante o ano de 1919. Chegou a ser subvencionada pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e sua direção pagava 50 mil réis por artigo para os colaboradores, quantia elevada para o período. A maioria dos temas dos artigos relacionava-se à atualidade política, mas também tinha espaço para literatura e arte, possibilitando uma abordagem humorística. Não fazia oposição, mas também não defendia movimentos sociais, como o anarquista e o socialismo nascentes no Brasil, apesar de abrir suas páginas para a publicidade dessas tendências, ao mesmo tempo em que permitia opiniões totalmente opostas; aliás, caracterizava-se pela liberdade do colaborador de se expressar (CORRÊA, 2012, p. 44, 100, 111-114, 120).

Por sua natureza, constituía-se como um canal bastante apropriado para Lima Barreto publicar os textos que, posteriormente, comporiam sua obra satírica *Os Bruzundangas*, em que desabrochou seu lado mais polêmico, debochado, sincero e, às vezes, até brutal. Nela, criticou severamente costumes, políticos e literatos, enfim, posicionou-se sobre os principais acontecimentos do seu tempo (Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, Conferência de Versalhes, as greves operárias, o futebol, entre outros), personagens conhecidos (Anita Garibaldi, barão do Rio Branco, presidente Venceslau Brás, entre outros), instituições (o governo, as forças armadas, a Igreja, as escolas, entre outras) e até sobre vícios sociais e políticos (arrivismo, nepotismo, bovarismo, corrupção, mau uso do dinheiro público, entre outros). Para Barbosa (2002, p. 295), a colaboração de Lima Barreto no periódico *A.B.C.*

Tem um caráter menos profissional que a da *Careta*, e é por isso mesmo mais interessante. São artigos políticos e literários que constituem, na verdade, o que há de melhor no Lima Barreto polemista, a par dos que publicou em outros periódicos da época – “revistas e jornais modestos”, nos quais podia escrever com inteira liberdade sobre fatos, homens e coisas do tempo. Atento a tudo, criticava severamente os costumes brasileiros;

políticos e literatos, que se aboletavam nas posições de comando desta nossa República das Bruzundangas.

Após essas pontuações iniciais sobre *Os Bruzundangas*, que permitem uma visão panorâmica da obra, segue um levantamento mais detalhado, comentando cada capítulo (artigo) que o compõe. Dividi tal levantamento em três grupos de textos:

1. O primeiro grupo de textos trata dos que foram publicados no periódico *A.B.C.*, sendo a maioria deles, à medida que eram redigidos, os quais compuseram a primeira edição;
2. o segundo grupo, dos que já foram editados como capítulos do livro, redigidos de maio a julho de 1917, ainda na primeira edição;
3. e, o terceiro grupo, dos que foram publicados em periódicos diversos, foram redigidos a partir de 1918 e passaram a compor apenas a terceira edição do livro.

### **1.2.1 Textos publicados no periódico *A.B.C.***

Inicio pelos textos publicados no periódico *A.B.C.* motivado pela importância dada pelo próprio Lima Barreto a tal periódico, uma vez que o escolhe para diversas das suas publicações.

Esse levantamento segue a seguinte organização: o título do texto, número e ano da revista, data e páginas da publicação do texto na revista, local e data da redação do texto (nem todos os textos trazem essas informações), em qual edição do livro o texto foi publicado, o título com que o texto foi publicado no livro<sup>29</sup> e um breve resumo de cada texto, segundo minhas impressões, dúvidas e suposições.

---

<sup>29</sup> Conforme já pontuado, tive acesso aos artigos originais de *Os Bruzundangas*, tais como Lima Barreto os publicou no periódico *A.B.C.*, a partir da dissertação de Corrêa (2012) e, para facilitar ao leitor, optei por diferenciar as informações coletadas nessa dissertação com uma marca (sombreamento) e uma fonte diferente dos textos que seguem tais informações, nos quais trago a minha leitura de cada um dos artigos.

**1. Um grande financista (conto exótico), n. 96, ano III, 6 de janeiro de 1917, p. 7-8.**

Ao final do texto, há a indicação de local e data de sua redação, antes da assinatura do autor: “Todos os Santos, em 1-1-17”. O texto foi publicado, posteriormente, na primeira edição em livro de *Os Bruzundangas*, de 1922, com o título “Um grande financeiro”.

Publicado no livro como o primeiro capítulo, o texto tem como foco a trajetória de um financista da República da Bruzundanga (o Dr. Karpatoso), assim como as finanças e a frágil economia do país, que “vivia de expedientes”. Nele, Lima critica a fragilidade da economia brasileira, baseada em ciclos de monocultura (crítica direta à monocultura cafeeira), a ignorância e a má intencionalidade dos políticos (deputados, ministros, presidente), o aumento inescrupuloso de impostos, a colonialidade percebida na utilização de modelos europeus como referência para resolver os problemas financeiros do país, descaracterizando-os, atitude apresentada pelo Dr. Karpatoso, o qual preocupava-se mais com sua autoimagem, com sua elegância, em ser *chic*, do que com os problemas do país. Aliás, ele foi eleito ministro pela sua elegância, por sua fama de conhecedor de finanças, por sua retórica e por ter conseguido abrir um negócio de venda de chás e biscoitos com o qual lucrou bastante. Quando requisitado para solucionar uma crise financeira no país, sua ideia foi simples: aumento de impostos.

**2. A nobreza da Bruzundanga, n. 98, ano III, 20 de janeiro de 1917, p. 17-18.**

Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, antes da assinatura do autor: “7-1-17”. O texto foi publicado, posteriormente, na primeira edição em livro de *Os Bruzundangas*, de 1922, com o mesmo título.

Publicado no livro como o segundo capítulo, neste texto, o autor esclarece que há dois tipos de nobreza na Bruzundanga – a doutoral e a de palpite – e trata *Da primeira*. Essa nobreza tem privilégios diversos, são bem vistos, adorados em todo o país. O autor destaca alguns desses privilégios, como: o direito à prisão especial; o nepotismo, pois seus pais e sogros vão conseguindo cargos para todos familiares e conhecidos no Estado, de maneira que todos ficam empregados, acumulando cargos e salários, a partir de brechas na lei; as dispensas do serviço militar obrigatório, quando resolveram instituí-lo, não podendo isentar os nobres diretamente, abriram exceção na lei de que não podiam interromper os estudos para o serviço. Ao final do capítulo, chega a organizar uma lista contendo a composição e hierarquia desta nobreza, mas destaca que os que mais gozam de privilégios são os médicos, advogados e engenheiros.

É possível fazer associação direta dessas críticas de Lima Barreto aos acontecimentos, no Brasil, no período a que ele se refere, início do século XX: privilégios dos políticos,

nepotismo, acumulação de cargos públicos, manipulação da lei para benefício próprio e a importância dada ao título de Doutor ou Bacharel, sobretudo nas áreas de medicina, direito e engenharia.

**3. A outra nobreza da Bruzundanga, n. 98, ano III, 20 de janeiro de 1917, p. 14.**

Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, antes da assinatura do autor: “15-1-17”. O texto foi publicado, posteriormente, na primeira edição em livro de *Os Bruzundangas*, de 1922, com o mesmo título.

Publicado no livro como o terceiro capítulo, este texto complementa o anterior, tratando do segundo tipo de nobreza que há na Bruzundanga – a nobreza de palpite. O autor destaca, satirizando, que esta outra nobreza “não tem base em coisa alguma” por não possuir nem mesmo um título de doutor. São “novos ricos” que decidem mudar o próprio nome e atribuem-se títulos de nobres, como duque, marquês, conde, às vezes até inventando alguma ascendência nobre europeia, para conquistarem, mais que dinheiro, o prestígio social. Por isso foram chamados de nobreza de palpite.

Lembro que Lima Barreto mantinha uma relação relativamente próxima com o Conde Afonso Celso, o que pode ter contribuído para o seu posicionamento crítico diante desses diferentes tipos de nobreza, os quais aparecem em outros trechos do livro. Lima Barreto era afilhado dele, teve parte de seus estudos na Politécnica custeado pelo padrinho, mas não tinha uma boa relação com ele. Barbosa (2002) narra o único e desastroso encontro de Lima Barreto e Afonso Celso, o qual foi intermediado por seu pai João Henriques.

Quando entrou com o pai no escritório do visconde, este mal levantou os olhos da mesa em que escrevia e é bem possível que uma “ruga de aborrecimento”, diante dos incômodos visitantes, se tenha desenhado na “fisionomia empastada” do antigo titular do Império. [...]

- Quem é este? – teria perguntado o visconde, olhando displicentemente para João Henriques. – É o Serafim?

A pergunta era cruel. E terá chocado o rapaz, que se chamava Afonso em homenagem àquele homem antipático, de suíças, que tão mal os recebia. [...] a suposição é de que Lima Barreto rompeu com o Visconde de Ouro Preto nos primeiros anos da sua mocidade. Não o visitaria nunca mais. (BARBOSA, 2002, p. 118).

**4. A política e os políticos da Bruzundanga, n. 99, ano III, 27 de janeiro de 1917, p. 16.**

Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, antes da assinatura do autor: “21-1-17”. O texto foi publicado, posteriormente, na primeira edição em livro de *Os Bruzundangas*, de 1922, com o mesmo título.

Publicado no livro como o quarto capítulo, neste texto, como o título sugere, o autor trata da política e dos políticos da Bruzundanga, procurando destacar algumas incoerências, como o fato de o país possuir muitas riquezas naturais, mas viver na miséria, pois sua economia não tem base sólida, é artificial. Destaca, também, que no lugar de favorecer os habitantes do país, os políticos buscam seduzir trabalhadores estrangeiros com ofertas falsas, o que atrapalha mais a economia. Outro destaque é uma crítica ao uso da religião como forma de ascensão política e a influência da Igreja Católica na política da Bruzundanga. Diz que um sujeito pode até ser ateu, mas ao se casar com mulher rica, faz-se de pronto católico. As beatas gozam de influência poderosa, então conseguem, com seus amigos, títulos de nobreza para os maridos. Essa influência que tanto beatas, como padres, freiras etc. têm sobre os discípulos é vitalícia e se torna uma espécie de sociedade. Por isso o divórcio não é lei, para que não percam seus poderes com esses casamentos. Com esse poder, tratam de se enriquecer mais e se esquecem das necessidades do povo. Arrumam cargo para vários parentes e conhecidos. O povo continua na miséria, oprimido por chefões políticos locais. Ao final do texto, chega a dizer que, por aceitar essa condição, o povo tem o governo que merece.

**5. As riquezas da Bruzundanga, n. 101, ano III, 10 de fevereiro de 1917, p. 12.**

Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, após a assinatura do autor: “6-2-17”. O texto foi publicado, posteriormente, na primeira edição em livro de *Os Bruzundangas*, de 1922, com o mesmo título.

Publicado no livro como o quinto capítulo, o texto trata das riquezas naturais do país, mencionando o carvão, o café e a borracha, sempre de forma satírica. Inicia o texto denunciando que muito do que se diz sobre tais riquezas é invenção ou que elas são mal administradas. Destaca, por exemplo, que o país possui carvão, mas compra dos ingleses; possui ouro, mas ninguém viu. O café, uma das maiores riquezas, é também umas das maiores pobreza. Os donos dos latifúndios do café ganham muito, mas também “torram” as riquezas. Quando este entra em crise, apelam para a ajuda do governo, que compra o café pelo preço que querem e o estocam para vender quando o preço aumentar. Assim, o povo sempre sofre com impostos e as oligarquias sempre lucram. Outro problema é que o café esgota as terras. A borracha é mais engraçada. Tem em abundância no país, mas em áreas alagadiças ou infestadas por febres. Os ingleses levaram sementes e as germinaram em suas colônias e, logo, conseguiram oferecer o produto por preços mais baixos. Durante anos, a taxaçoão fez a região crescer, e teatros e palácios foram construídos como a riqueza que foi tão breve. A riqueza tornou-se pobreza.

**6. O ensino na Bruzundanga, n. 104, ano III, 3 de março de 1917, p. 6.**

Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, após a assinatura do autor: “28-2-17”. O texto foi publicado, posteriormente, na primeira edição em livro de *Os Bruzundangas*, de 1922, com o mesmo título.

Publicado no livro como o sexto capítulo, o texto trata sobre o sistema educacional da Bruzundanga. Destaca que há diversos tipos de escolas: mantidas pelo governo geral, províncias e particulares. Estas últimas são livres e as outras, oficiais. Destaca também que os exames preparatórios são temidos, por isso, muitas manobras são feitas: os ricos compram e outros buscam fazê-lo em escolas mais fáceis. Essas manobras continuam no ensino superior e por isso há muitos malformados. Mas o ensino superior traz muitos privilégios e regalias. Filhos dos ricos não são reprovados e tornam-se os novos doutores da nação (nobreza doutoral). Lima Barreto sugere uma solução para o ensino: cada um deveria ser responsável pela sua própria formação, escolha das disciplinas, declarando livre o exercício de qualquer profissão, tirando, assim, o prestígio do diploma.

Esse texto, por tratar da temática da educação, será retomado no terceiro capítulo desta dissertação.

**7. A constituição da Bruzundanga, n. 105, ano III, 10 de março de 1917, p. 12.**

Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, antes da assinatura do autor: “5-3-17”. O texto foi publicado, posteriormente, na primeira edição em livro de *Os Bruzundangas*, de 1922, com o título “A Constituição”.

Publicado no livro como o oitavo capítulo, o texto trata das mudanças na lei do país, com a transição da forma de governo de monarquia para república, inclusive citando alguns grupos que participaram da sua redação. Diz que muitos criticavam a constituição monárquica, mas não foram capazes de criar uma constituição republicana própria para o país, preferindo copiar a de outro (Estados Unidos), modificando-a apenas nos artigos que poderiam conceder mais regalias para as nobrezas. A constituição não valia caso fosse aplicada, negativamente, a um destes ou a algum de seus parentes. Destaca ainda que os governantes, se estivessem de acordo com o presidente – chamado de mandachuva –, podiam fazer qualquer coisa; que o presidente não precisava saber muita coisa, mas precisava não ter vontade própria; e que, nisso, a Constituição foi obedecida, em todo o resto foi sendo modificada.



**8. A diplomacia da Bruzundanga, n. 106, ano III, 17 de março de 1917, p. 13-14.**

Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, antes da assinatura do autor: “11-3-17”. O texto foi publicado, posteriormente, na primeira edição em livro de *Os Bruzundangas*, de 1922, com o mesmo título.

Publicado no livro como o sétimo capítulo, este texto apresenta o espírito dos diplomatas da Bruzundanga e a influência do Visconde Pancome (uma caricatura do Barão do Rio Branco) para a manutenção deste perfil. O autor destaca que todos os naturais da Bruzundanga sonham em viver fora do país. Um dos meios usados pela nobreza doutoral para isso são os empregos diplomáticos. Os mais corruptos não querem isso, são até patriotas, pois precisam estar aqui para os desvios. Os demais topam ir para qualquer lugar. O treinamento é simples: basta aprender o “corriqueiro francês” e bons costumes, costumes *chics*, de vestir, comer, andar e até de amarrar os cadarços. Outra recomendação é possuir títulos literários, o que se tornava mais um objeto de manobra: alguns escrevem meia dúzia de artigos e já se consideram ótimos escritores; outros escrevem livros estafantes e pedem bonitas críticas; outros, ainda, fazem uma encadernação maravilhosa, às custas do governo, e os publicam. Mandam diplomatas para todos os países do mundo, até para os que não têm nenhuma relação comercial com a Bruzundanga, gastando fortunas. Ao final, destaca que a diplomacia naquele país é meramente decorativa. Não faz mal, nem bem: enfeita.

Mais uma vez, Lima Barreto faz críticas fortes e bem direcionadas às figuras políticas conhecidas no Brasil, como o Barão do Rio Branco, que foi Ministro das Relações Exteriores do Brasil de 1902 a 1912 (ano do seu falecimento), e aos literatos e à literatura oficial, ou seja, à utilidade que é dada à literatura.

**9. Um mandachuva - IX, n. 107, ano III, 24 de março de 1917, p. 15-16.**

Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, após a assinatura do autor: “18-3-17”. O texto foi publicado, posteriormente, na primeira edição em livro de *Os Bruzundangas*, de 1922, com o título “Um mandachuva”.

Publicado no livro como o nono capítulo, este texto expõe a trajetória do presidente da Bruzundanga, cargo conhecido pelo nome de Mandachuva. Quando não sobe ao poder por meio de uma revolta, mais ou menos arranjada, é escolhido entre os membros da nobreza doutoral (geralmente advogado), porém, não deve ser inteligente, mas medíocre, para que não seja um empecilho às manobras que interessam à nobreza. Costuma ser um figurão que veio galgando cargos de deputado e senador, somente com experiências locais, habilidoso apenas em “amaciar” os influentes. Logo, começa a ficar conhecido e a agradar as elites regionais,

passando a ser elogiado pelos jornalistas. Costuma ser ignorante, considera a cultura chata, gosta apenas do gramofone, dos jornais e do cinema. Quanto mais se desenvolve na carreira política, mais católico se torna; com o apoio dos padres, destaca-se ainda mais.

Lima Barreto volta a criticar, diretamente, personagens políticos conhecidos, nesse caso, provavelmente, se refira ao então presidente Venceslau Brás, ao qual também se referiu no primeiro capítulo, como Idle Bhras, termo que pode significar “Brasil(eiro) ocioso”. E, novamente, critica a influência da Igreja Católica na política brasileira.

**10. Um ministro da agricultura – X, n. 108, ano III, 31 de março de 1917, p. 9-10.**

Ao final do texto, há a indicação da data de sua redação, após a assinatura do autor: “25-3-17”. O texto foi publicado, posteriormente, na primeira edição em livro de *Os Bruzundangas*, de 1922, com o título “Um ministro”.

Na ordenação do livro, este texto é o décimo-primeiro capítulo, e não o décimo, como pode sugerir o seu título. Ele aborda questões agrárias e a trajetória e o perfil de um ministro da agricultura da Bruzundanga. Destaca que a Bruzundanga é essencialmente agrícola e o regime de propriedade é latifúndio, com toque feudal. Os donos são pouco entendidos do que plantam e péssimos gestores; só maltratam os trabalhadores rurais, ou “párias agrícolas” – também chamados, no país, de colonos ou caboclos –; usam de ameaças, pagam baixíssimos salários e não dão condições de trabalho. Os trabalhadores, rapidamente, se cansam dessa vida e vão para as cidades em busca de melhores condições, aumentando a superpopulação destas, despreparadas para acolhê-los. A solução que encontram é atrair, com enganos, estrangeiros. De época em época, variam de país de onde trazem trabalhadores, para que não saibam das condições de trabalho. Logo, esses estrangeiros se cansam também das más condições de trabalho e, no máximo, a geração dos seus filhos se submete a elas. Os fazendeiros costumam ser políticos e viver fora das terras, nas cidades, com a desculpa de cuidar da educação dos filhos. Quando conseguem agradar ao presidente, são até convidados a assumir um ministério relacionado ao que se planta em suas terras, ainda que sem saber nada sobre o assunto e, por isso, precisam de tantos auxiliares, assessores, conselheiros. Muitas vezes, ainda, ao assumirem o ministério, propõem reformas ao seu gosto particular. Sempre que possível, quando o seu produto tem uma alta, aproveitam para ganhar dinheiro no cargo, nem se importando com a sua função pública; ficam cada vez mais ausentes, deixando que os ajudantes tomem conta do ministério.

**11. Os heróis da Bruzundanga – XI, n. 112, ano III, 28 de abril de 1917, p. 10.**

Não há a indicação de quando foi redigido, como ao final dos textos anteriores. O texto foi publicado, posteriormente, na primeira edição em livro de *Os Bruzundangas*, de 1922, com o título “Os heróis”.

Na ordenação do livro, este texto é o décimo-segundo capítulo e não o décimo-primeiro, como pode sugerir o seu título. Ele trata da necessidade de se ter um herói para justificar o domínio de uma determinada classe na Bruzundanga e exemplifica com alguns casos. O herói mais curioso, na verdade uma heroína, é uma senhora que nada fez pela República, ao contrário, perturbou-lhe a vida, auxiliando um aventureiro estrangeiro que se meteu nas suas guerras civis (provavelmente Anita Garibaldi). Já entre os homens, um militar que ficou descontente, decidiu juntar-se a civis também descontentes, logo, conseguindo apoio dos senhores de escravos para lutar por seus interesses. A princípio, eles lutavam a favor do império, mas quando perceberam a possibilidade da vitória da república, juntaram-se a ela, traido os monarquistas. Este herói é chamado de consolidador da República (provavelmente, Floriano Peixoto), mas, ao invés de consolidar algo, passou por cima de muitas leis e governou ao seu modo. Outro herói convenceu o presidente de que deveria modificar completamente a capital (provavelmente, o prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos). Tal reforma era necessária, mas lentamente; ele, porém, a fez com rapidez, tomando dinheiro emprestado para destruir as velhas casas. Deixou o país com uma dívida enorme para os anos seguintes, mas o povo, sem saber a origem da crise, ainda o exaltava até a sua morte.

Novamente, Lima Barreto direciona suas críticas a personagens conhecidos da política brasileira e evidencia a escolha de muitos da população em idolatrá-los como seus “heróis”.

**12. A sociedade da Bruzundanga – XII, n. 113, ano III, 5 de maio de 1917, p. 9-10.**

Não há a indicação de quando foi redigido, como ao final de alguns textos anteriores. O texto foi publicado, posteriormente, na primeira edição em livro de *Os Bruzundangas*, de 1922, com o título “A sociedade”.

Na ordenação do livro, este texto é o décimo-terceiro capítulo e não o décimo-segundo, como pode sugerir o seu título. Ele descreve o comportamento de grupos que formam as elites sociais da Bruzundanga, seu arrivismo (referente a um indivíduo que é capaz de tudo para ascender socialmente) e as manifestações artísticas daquele país. Já no início, destaca que não é uma sociedade estável e sua estrutura está sempre mudando. As pessoas vivem a maior parte da vida tentando ganhar dinheiro. Os mais respeitáveis são os que enriquecem “honestamente” pelo comércio ou pela indústria. Os “médicos ricos, os

advogados afreguesados, os tabeliões, os políticos, os altos funcionários e os acumuladores de empregos públicos” são os que Lima Barreto chama de “grande sociedade”. Outra grande preocupação dessa sociedade é a política, porém, não como séria guiadora dos destinos da nação, mas como uma vulgar especulação de cargos, propinas e favores para os mais chegados. Essa sociedade é incapaz de criar intelectuais ou de produzir algum artista importante, pois suas elites são ignorantes; pior, ela ainda não apoia os que nascem fora dela. Vive de imitação aos estrangeiros, ao invés de resgatar os valores indígenas, os do nosso povo mesmo. Apresenta outra característica que virou moda com a República, a de sempre comprar-se obras de arte e outras coisas com o dinheiro do Estado; mesmo entre os mais endinheirados, a moda da generosidade à custa do governo se generalizou. Até na morte, os que compõem essa sociedade são medíocres, pois seus túmulos são caríssimos, geralmente, com material importado. As suas casas também são obras arquitetônicas; há modas de época para elas. Tudo lá na capital é de época. Uma das provas da incapacidade e mediocridade dessa sociedade é a escolha de, ao invés de utilizar os recursos para manter e valorizar um teatro nacional (modelo indígena), antes, contentam-se em investir em óperas italianas ou com representações de celebridades estrangeiras.

Novamente, as críticas às incoerências que marcavam o funcionamento da sociedade brasileira no início da república são claras, como a escolha de dispendir os recursos públicos mais com produtos e serviços estrangeiros do que com os nacionais, o que disfarçava também a discriminação contra a população nacional (maioria negra).

13. **Notícias da Bruzundanga, n. 194, ano IV, 23 de novembro de 1918, p. 8.**

Não há a indicação de quando foi redigido, como ao final de alguns textos anteriores. O texto foi publicado, posteriormente, na terceira edição de *Os Bruzundangas*, de 1952, com o título “Outras notícias”.

Além deste texto ter sido publicado e, provavelmente, redigido com um intervalo grande de tempo dos anteriores (mais de um ano e meio), não compôs a primeira edição do livro, mas apenas a terceira e, nesta, foi alocado como o último texto do livro. O autor inicia o texto fazendo referência à primeira edição do livro, composto pelas primeiras notas sobre a Bruzundanga e, neste, escreve como que atualizando as notícias sobre aquele país a partir de cartas que recebe de amigos que vivem na Bruzundanga. Destaca a opção da entrada do país em uma guerra contra o império dos Ogres (uma clara referência à entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial contra os alemães), mas não mandou tropas para combatê-los de imediato. Tempos depois, resolveram enviar uma esquadra para ajudar na guerra, logo, todo o

país se entusiasmou e batizou a sua divisão naval de “Invencível Armada”. A esquadra levou longos meses para se preparar e, com ela, partiu também uma missão médica para tratar dos feridos. Porém, antes de chegarem ao local da guerra, foram acometidos por uma peste pouco conhecida (epidemia) e os médicos não conseguiram lidar com ela, sendo assim, a esquadra demorou-se tanto para chegar aos mares da batalha, que a guerra já havia acabado. Neste mesmo texto, ele narra como absurda a nomeação de um papagaio para um cargo público; o pior, fizeram-no baseando seus motivos e justificativas em cientistas como Comte e nas artes egípcias, gregas e góticas; na arte escrita, Lima Barreto lembra de La Fontaine, na literatura cita Robinson Crusóé. O ministro gostou tanto do parecer que nomeou o papagaio.

Lima Barreto, claramente, satiriza a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Em outubro de 1917, o presidente Venceslau Brás declarou guerra à Alemanha em apoio aos Aliados. O Brasil, então, enviou uma armada naval para a Europa, mas os seus tripulantes foram acometidos por uma epidemia e a armada chegou a Dacar, na África, bastante desfalcada. Apesar de assuntos distintos, no mesmo texto, aproveita para criticar novamente a fragilidade da democracia na organização política do Brasil, com a nomeação de pessoas incapacitadas (papagaio) e com a manipulação da lei.

14. **A arte na Bruzundanga, n. 236, ano V, 13 de setembro de 1919, p. 9.**

Ao final do texto, há a indicação de local e data da redação após a assinatura do autor: “Rio, 7-9-19”. O texto foi publicado, posteriormente, na terceira edição de *Os Bruzundangas*, de 1952, com o título “A arte”.

Assim como o anterior, este texto foi publicado e redigido com um intervalo grande de tempo dos anteriores e também não compôs a primeira edição do livro, mas apenas a terceira. Nele, o autor destaca, já no início, que a Bruzundanga mantém escolas de artes com o intuito de se considerar um país civilizado. Naturalmente, dessas escolas saem competências em pintura, escultura, gravura, arquitetura, mas ninguém lhes dá importância, tendo que viver de migalhas, de favor, e, devido a tamanho desgosto, muitos se entregam às drogas (cita a cachaça). A justificativa de não lhes darem importância é por serem javaneses (equivalente a negro) e por não saberem sânscrito, sendo que as elites de lá, todas têm alguma ascendência javanesa e ninguém sabe sânscrito. Preferem as artes estrangeiras; não as conhecem, mas as preferem, seja de qual for o artista, seja qual for a qualidade, são consideradas melhores que as dos nacionais.

O inconformismo de Lima Barreto com a política das elites brasileiras de sempre valorizar mais o que é estrangeiro em detrimento do que é nacional volta à cena. Neste texto,

tratando da arte, cita a valorização da arte australiana e espanhola, chegando a citar alguns artistas espanhóis em detrimento da brasileira (javanesa), fazendo referência novamente também ao preconceito social e racial.

### 1.2.2 Textos editados como capítulos da primeira edição de *Os Bruzundangas*

O segundo grupo de textos ou capítulos que compuseram, ainda, a primeira edição do livro, diferentemente dos textos comentados anteriormente, compreende dez textos que não foram previamente publicados em nenhum periódico. Estes foram entregues por Lima Barreto ao editor Jacinto Ribeiro dos Santos, conforme já mencionado, para serem publicados já como capítulos de *Os Bruzundangas*. Considerando que a última publicação de Lima Barreto para esta obra, no periódico *A.B.C.*, havia sido em 5 de maio de 1917, e que ele entregou os originais do livro para o editor em julho do mesmo ano, é possível conjecturar que os mesmos foram redigidos nesse período, com aproximadamente a mesma frequência dos anteriores, ou seja, um por semana.

#### 1. Os samoiedas

Apesar de ter sido redigido depois dos primeiros textos, na ordenação dos capítulos do livro, Lima Barreto incluiu este texto como o primeiro, como um capítulo especial, logo após o prefácio, porém, sem numeração. Esta opção sugere a importância que ele dava para assuntos que envolviam a literatura, além da sua inconformidade com os rumos que ela tomava, com os literatos eruditos e oficiais e com a linguagem usada por eles. Essa acidez ao tratar sobre o assunto se evidencia nas primeiras linhas, nas quais é possível estender suas críticas também aos admiradores desse tipo de literatura, justamente pelo fato de que estes não a entendiam.

Queria evitar, mas me vejo obrigado a falar na literatura da Bruzundanga. É um capítulo dos mais delicados para tratar, do qual não me sinto completamente habilitado. Dissertar sobre uma literatura estrangeira supõe, entre muitas, o conhecimento de duas coisas primordiais: ideias gerais sobre literatura e compreensão fácil do idioma desse povo estrangeiro. Eu cheguei a entender perfeitamente a língua da Bruzundanga, isto é, a língua falada pela gente instruída e a escrita por muitos escritores que julguei excelentes;

mas aquela em que escreviam os literatos importantes, solenes, respeitados, nunca consegui entender, porque redigem eles as suas obras, ou antes, os seus livros, em outra muito diferente da usual, outra essa que consideram como sendo a verdadeira, a lúdima, justificando isso por ter feição antiga de dois séculos ou três. Quanto mais incompreensível é ela, mais admirado é o escritor que a escreve, por todos que não lhe entenderam o escrito (BARRETO, 2004, p. 17).

Ele segue suas críticas destacando que muitos desses literatos não têm obras próprias escritas, que a bagagem deles consta de conferências, poesias recitadas nas salas, discursos proferidos em batizados ou casamento. Destaca ainda que a Escola Samoieda caracteriza a literatura da Bruzundanga, que só são literatos pelo *status*, que não se importam com estudos e sentimentos aprofundados, mas contentam-se apenas com as aparências literárias. Davam um ar de mistério à Escola, para valorizá-la, sustentando que ela nasceu do poema de um príncipe samoieda que viveu às margens do Ártico, na Sibéria. Todos admiram os samoiedas, povo que mal conhecem, mas que têm como superior. Consideram, ainda, essa literatura samoieda como uma religião, não se aprofundam, mas nela se escoram cegamente, sem críticas, com “fé cega” (talvez isso explique o fato de Lima Barreto ter colocado um texto bíblico no início do capítulo). O autor comenta que foram criadas leis para a aplicação dessa literatura, as quais os da Bruzundanga as adotaram e exageraram-nas sem a mínima adaptação. Neste ponto, ele destaca que a estética da Escola pedia que seus membros se vestissem com peles de urso, de renas, o que fazia sentido na Sibéria, mas não na Bruzundanga, país tropical, mas, ainda assim, vestiam-se nesses moldes. Uma das leis que o autor se recorda diz que a poesia tem a função de provocar sono e, para tanto, deve ser monótona.

## 2. **Força armada**

Este texto, como o anterior, também foi redigido depois dos primeiros que foram publicados no periódico *A.B.C.*, mas foi ordenado por Lima Barreto como o décimo capítulo do livro quando enviou os originais para o editor, alterando a ordem previamente pensada por ele, subentendida no título dado ao texto que, supostamente, seria o décimo - “Um ministro da agricultura – X” –, e que passou a ser o décimo primeiro.

Trata-se de um texto curto, mas com críticas severas às forças armadas, chegando a dizer que de fato não há força armada na Bruzundanga, porém, há dezenas de almirantes, centenas de generais e milhares de oficiais. Do Exército, diz que a sua maior preocupação e ocupação é estudar a mudança de uniformes dos oficiais e em conceber, anualmente, novos

fardamentos. Mais severo ainda é com a Marinha, destacando que além da preocupação com o fardamento, há também a de raça, ou seja, os mestiços javaneses não deveriam, em nenhuma hipótese, ocupar postos de oficiais para não envergonhar o país no estrangeiro. Finaliza dizendo que os armamentos de ambos são obsoletos, tratando-os pelos adjetivos de “navios paralíticos” e “brinquedos aperfeiçoados” e que a força armada é a “coisa mais inocente deste mundo”.

Nessa crítica à Marinha, provavelmente, Lima Barreto se refere ao fato de que a discriminação racial era evidente nessa Força Armada, de maneira que era comum, no período, os oficiais brancos utilizarem-se de castigos corporais contra seus tripulantes negros, sendo esse um dos fatores que causaram movimentos que culminaram com a Revolta da Chibata, em 1910.

### **3. As eleições**

Ordenado como o décimo quarto capítulo, este texto trata do processo eleitoral na Bruzundanga, que o autor define, já no início, como uma das mais curiosas superstições políticas, apontando-a como ineficiente, uma vez que, considerando os enormes distritos eleitorais, as dificuldades de comunicação, materiais e intelectuais, contribuem para que os eleitores elejam um candidato que “[...] não sabem quem é, quais são seus talentos, as suas ideias políticas, as suas vistas sociais, o grau de interesse que ele pode ter pela causa pública; é um puro nome sem nada atrás ou dentro dele”. (BARRETO, 2004, p. 74). Denuncia ainda que os políticos quase haviam conseguido eliminar do aparelho eleitoral o voto – um elemento perturbador para eles –, por meio da compra de votos, da corrupção dos mesários, da indução de votos por meio de ameaças, da manipulação dos votos, tendo até eleitores votando com nomes de mortos. Lembrando, ainda, que o voto não era secreto nesse período.

Narra o depoimento de um “ingênuo e inteligente eleitor” que, fazendo uso do seu direito livre de escolher seu candidato, resolveu estudar a proposta de cada um deles, mas decidiu votar, por piedade, em um candidato pobre que visava ao emprego público como a única fonte de renda. No dia da votação, foi intimidado por “sujeitos horrendos” que exibiam suas facas, revólveres, mas, como insistiu na sua escolha, foi agredido ao sair da seção, tendo levado muitas pauladas e quatro facadas. O pior, após sua recuperação no hospital, foi saber que o seu candidato não tivera um único voto.



Mais uma vez, Lima Barreto é bastante direto nas suas críticas, denunciando abusos que de fato marcaram o processo eleitoral brasileiro no início do período republicano, o qual propiciava a prática do voto de cabresto.

#### **4. Uma consulta médica**

Ordenado como o décimo quinto capítulo, este texto trata de algo que muito incomodava Lima Barreto, da fama indevida dada aos médicos, tratada por ele na personagem de um doutor da Bruzundanga, o Adhil Ben Thaft, cuja notoriedade não parava de crescer. O dito médico aparecia nos jornais mais que o presidente, era elogiado por todos como milagreiro, educado, herói do futebol, bom bailarino, mágico dos salões, poeta dos acrósticos, fazia sucesso com homens e mulheres e seu consultório vivia lotado. À medida que seu sucesso aumentava, o valor da sua consulta também; moças pobres deixavam de gastar com outras coisas para se consultarem com ele e todos enchiam-se de orgulho em declarar que se tratavam com o clínico. Certo dia, um pequeno comerciante, que vinha enriquecendo à custa de muito suor, mesmo um pouco contrariado devido ao preço, em virtude de uma dor inconveniente no estômago, resolveu consultar-se com o médico; ficou furioso, ao final de alguns minutos de exame, quando o doutor disse que ele não tinha nada.

Lima Barreto satiriza a importância dada aos médicos, atribuindo-lhes poderes quase divinos e destaca, em diferentes pontos do capítulo, os motivos que faziam aumentar a fama dos mesmos, ou seja, habilidades sem nenhuma relação com a medicina, como conhecer de futebol, ser bom atirador, entre outras.

#### **5. A organização do entusiasmo**

Ordenado como o décimo sexto capítulo, este texto trata do valor dado para as cerimônias na Bruzundanga. Inicia satirizando que, em algumas questões, esse país não imita os estrangeiros, como era o caso da manifestação ou ato de fazer ressaltar alguém com aclamação. Tratava-se de fazer ressaltar alguma personalidade com aclamação, honrá-la com banquetes, saraus, piqueniques. Destaca que através dessa aclamação organizada, algumas personalidades conseguiam ir para a mídia, para o sucesso e até para cargos melhores, de acordo com a vontade do governo da República, que banca essa aclamação e até a aluga para aclamações privadas. Chegou-se ao ponto de criar empresas para organizar essas manifestações, a fim de evitar infortúnios comuns, como o ocorrido quando os manifestantes

não sabiam nem mesmo a quem homenageavam. Devido à importância dessas manifestações, que só visavam a popularidade e a aparição em jornais, alguém teve a ideia de discipliná-las, de organizá-las. Fez-se um tratado para delinear como elas deveriam ser, citando as roupas, quantas palmas ou gritos deveriam dar, entre outras. O pior foi que o “fulano” foi tão convincente que, em pouco tempo, os governantes da Bruzundanga resolveram contratá-lo para organizar a “guarda”.

## 6. Ensino prático

Ordenado como o décimo sétimo capítulo, este texto trata do ensino na Bruzundanga. Destaca que os grandes estadistas do país perceberam que o dinheiro do comércio de grandes e pequenos estava nas mãos de estrangeiros e que essa soma era maior que o lucro com o café, então, resolveram nacionalizar o comércio, criando um estabelecimento de instrução comercial nos moldes alemães e americanos, ou seja, prático. Era intuito dos fundadores da Academia Comercial, banir o “pedantismo”, “o luxo teórico”; fazê-lo prático, moderno. Essa Academia Comercial queria formar administradores de lojas, caixeiros, ou seja, todos os trabalhadores braçais necessários para dar conta da demanda de ofícios no comércio; queria que ao final de um curso rápido de um ou dois anos, no máximo, esse profissional já saísse pronto, com experiência na prática. Os cursos não ficariam instalados em um enorme edifício, bonito e inútil, mas em pequenas casas situadas nas regiões da capital onde mais cresce o comércio do gênero que se quer aprender. Por exemplo, em uma espécie de Rua da Alfândega, equivalente às ruas Núncio e São Jorge, no Rio, seria estabelecido o curso de venda ambulante de fósforos. A aula prática ficaria a cargo de um velho “turco” afeito ao negócio. A aula de jornalismo (venda ambulante das gazetas) seria instalada em frente ao popular – Bosomsy-Gazetta.

São citados alguns exemplos de cursos, os quais durariam pouco tempo e confeririam o título de bacharel e o direito ao uso de um anel simbólico. Haveria ainda curso de barbeiro, de botequim, de compra de ferro velho e outros. O mais difícil seria o de armarinho, cujas aulas funcionariam na rua principal da cidade, por dever ela ser guarnecida de assentos no anfiteatro, como nas grandes escolas superiores. Esse curso teria a duração de dois anos e conferiria o grau de doutor em artigos de armarinho e boas maneiras. Semanalmente, haveria duas aulas gerais a todos os cursos, cuja frequência seria obrigatória: a de dança e a de coisas de Carnaval.

Apesar do assunto principal nesse capítulo do livro ser o ensino, a crítica de Lima Barreto abrange desde questões políticas e econômicas, até aspectos mais triviais da vida brasileira da época. Sobre ele, tratarei, no terceiro capítulo, mais detalhadamente. Por hora, destaco apenas que o Carnaval foi utilizado também como uma tentativa de apagar as culturas de festas populares de rua, tentativa de europeizar os costumes populares, pois o mesmo seria à moda italiana.

#### **7. A religião**

Ordenado como o décimo oitavo capítulo, este texto trata da religião e possui apenas três parágrafos. Destaca que a religião dominante no país é a católica apostólica romana e considera curioso o fato de muitos cargos eclesiásticos serem ocupados por estrangeiros. O próprio tamanho do texto expressa sua crítica, sua ironia, pois apesar de tratar da religião em outros capítulos, ao final deste declara: “Não há mais que dizer sobre tão relevante assunto”.

#### **8. Q.E.D.**

Ordenado como o décimo nono capítulo, este texto trata da excessiva burocracia republicana e diz respeito à abreviação de uma expressão em latim que significa “como se queria demonstrar”, satirizando como a função de Secretário de Ministro torna-se uma função indispensável para o funcionamento do aparelho governamental da Bruzundanga, preocupando-se com a saúde dos ministros, cuidando dos seus filhos, administrando suas agendas, sendo até “mártires” ao sofrerem e até morrerem por seus ministros.

#### **9. Uma província**

Ordenado como o vigésimo capítulo, este texto trata de uma província específica da Bruzundanga – a província do Kaphet (referindo-se a São Paulo). As províncias têm autonomia, quase como países, e Kaphet destaca-se como um modelo, um exemplo. O traço do seu povo é ser vaidoso, cujos componentes são os mais ricos, mais bonitos, mais inteligentes, possuem as melhores instituições, julgam-se capazes de exercer qualquer profissão do mundo, entre outros. Fazem questão de evidenciar que sua educação é a melhor,

suas escolas, professores, tudo é de primeira. Lançam nos jornais que a arte em geral, principalmente a escrita, só cabe à gente rica e *chic*.

O escritor dos Bruzundagas foi conhecer com grande expectativa a sua arte, mas descobriu que vivem de farsas; as grandes obras (quadros) exibidas lá eram cópias e não originais. Outra pretensão daquela província é afirmar que sua capital é como uma cidade europeia (como se existisse apenas um modelo de cidade na Europa). Porém, destaca ele, o seu pior mal é um exagerado culto ao dinheiro. Quem não o tem, nada vale, nada pode. As inteligências são asfixiadas por ele. Não há independências de espírito, liberdade de pensamento. A polícia abafa todas as tentativas de crítica aos dominantes. Ninguém pode contrariar as cinco ou seis famílias que governam a província.

#### **10. Pancome, as suas ideias e o amanuense**

Ordenado como o vigésimo primeiro capítulo, este texto trata do ministro de estrangeiros da Bruzundanga, o Pancome. Esse Visconde de Pancome é uma caricatura do Barão do Rio Branco, que foi nomeado como o ministro das relações exteriores e ficou no cargo por dez anos. Dentre tantos atos absurdos na sua gestão, narrados pelo autor, destaca que um dos piores foi a nomeação de um amanuense (copista, secretário, escrevente, que cuida das correspondências). Por lei, deveria abrir um concurso, mas odiava concursos públicos e não se incomodava nem um pouco em transgredir as leis. O problema do concurso é que acontecia dos javaneses (negros) passarem melhor colocados que os brancos, bonitos. E Pancome não aceitaria um javanês representando o seu ministério diante de estrangeiros. Ainda assim, era adorado no seu país, inclusive pelos javaneses. Se alguém o criticava, a própria imprensa o defendia com unhas e dentes. O governo, para premiá-lo, e assim ficar de bem com o povo, nomeou-o como embaixador junto ao governo de uma potência europeia. As medidas que tomava eram: usar papel de linho nos ofícios, estabelecer uma cozinha na sua secretaria, determinar que seus funcionários engraxassem as botas todos os dias, entre outros. Exercia grande influência sobre o Mandachuva (presidente), conseguindo, em geral, realizar seus desejos, como: investir na propaganda do Brasil na Europa para atrair trabalhadores estrangeiros, comprar uma esquadra caríssima, munida de tecnologia que os marinheiros não sabiam dominar e transformar a capital aos moldes de uma cidade europeia. Acabou se tornando o maior estadista da nação, enquanto a situação interna do país só piorava e as dívidas aumentavam.

Voltando ao seu problema de contratar um amanuense, o ministro já tinha funcionários que se vestiam do jeito que ele queria, que se portavam conforme as formalidades que ele estipulava, mas queria mais. Queria um amanuense modelo, bonito, sem nenhuma característica dos javaneses. Já estava resolvido de que, simplesmente, ignoraria a lei que obrigava o concurso público e contrataria ao seu gosto. Um dia, recebeu o requerimento de uma promoção para o cargo de amanuense, com duas fotos que o impressionaram pela beleza do candidato. Na sua entrevista avaliou quesitos do postulante à vaga, como: o sorriso, como cumprimentava as pessoas, se sabia dançar, assoviar. O ministro o nomeou logo, ainda que não soubesse redigir uma carta. Ainda assim, ficou no cargo por seis anos e tornou-se, tempos depois, membro da Academia de Letras da Bruzundanga (Academia Brasileira de Letras).

Por trás dessas críticas mais diretas que Lima Barreto fazia ao Barão do Rio Branco, havia ainda a de que, diante dessas condições, os próprios negros (javanese) aceitavam e acreditavam na sua inferioridade diante dos estrangeiros. O autor poderia estar se referindo a algumas das teorias que circulavam pelo Brasil no período e que procuravam justificar a inferioridade negra, como o “darwinismo social”.

Essa exclusão social, que muitas vezes está relacionada à questão racial, é uma permanência do período, denunciada pelo grupo de rap Racionais MC’s na atualidade de sua música.

[...]  
 Família Brasileira,  
 contra o mundo,  
 Mãe solteira,  
 De um promissor,  
 Vagabundo,  
 Luz, Câmera e Ação,  
 Gravando a cena vai,  
 O Bastardo,  
 Mais um filho pardo,  
 Sem Pai,  
 [...]  
 Aquele loko,  
 Que não pode errar,  
 Aquele que você odeia,  
 Má nesse instante,  
 Pele pardo,  
 Ouço Funk,  
 E de onde vem,  
 Os diamante,  
 Da lama,  
 [...]

(Racionais MC’s, 2002).

Composição: Edy Rock / Mano Brown

A racialização à qual se refere Dussel (1993) desvela-se nessa canção. O termo “pardo” refere-se à cor de Mano Brown – integrante do grupo, um dos compositores da letra e que canta esse trecho –, ou como ele prefere, “mais um promissor vagabundo”, seja pela sua cor, por ter sido criado sem o pai ou pelo fato de crescer em uma periferia, à semelhança de inúmeros outros indivíduos que são alvo do preconceito racial e social, especialmente em São Paulo, onde reside o líder do grupo. Mais adiante, ele se define como “aquele loko que não pode errar” e que é odiado por sua condição. Todas essas expressões usadas por Mano Brown me remetem aos “javaneses”, modo como Lima Barreto referiu-se aos negros e mestiços em *Os Bruzundangas*. Associo a figura personificada em “Negro Drama” à dos “javaneses”, pois ambos representam um grupo que “não pode errar”, um grupo odiado pelas elites, seja pela sua cor “parda”, seja por sua cultura que, na música, se materializa no gosto por ouvir *funk*. Essas duas vertentes, ainda que distintas no tempo e no espaço, retratam, enfim, uma exterioridade que tenta fazer parte de uma totalidade excludente, sendo esta última capaz até mesmo de criar barreiras legais para impedir o desenvolvimento da primeira.

## 11. Notas soltas

Ordenado como o vigésimo segundo capítulo, este texto trata de pequenos ensaios, alguns esboços, algumas críticas aparentemente inacabadas, sobre diversos temas, mas que Lima Barreto resolveu incluir como um capítulo do livro. Apresenta críticas aos anúncios de livros de escritores, fazendo referência ao parentesco do escritor e não a ele próprio, pois conseguiu sua fama às custas da fama de outros; critica a disputa pelos cargos de Prefeito da polícia e de Almotacé-mor (oficial da casa real encarregado de prover todo o necessário onde estivesse a corte, como estradas, pontes, entre outros), pois além de serem bem remunerados, possibilitavam conseguir propinas. Critica a questão de viver de aparência, de exaltar a pessoa pelo cargo que ocupa, a questão de não precisar escrever nada para ingressar para a Academia de Letras. A respeito do teatro, diz que foi a várias peças em diferentes teatros e se deparou com a mesma apresentação, apenas com acompanhamentos musicais diferentes. Em relação aos literatos, diz que precisam de dinheiro para conseguir publicar um livro. Sobre a ignorância nas publicações dos jornais, destacou uma notícia que incluía o México como sendo na América do Sul. Critica, ainda, as traduções erradas que apareciam nos periódicos; a pouca exigência para as contratações públicas; os engenheiros que se julgam geômetras; os médicos que se consideram sábios e literatos. Reprova, também, a ideia de considerar como

sábios aqueles que citam mais autores e obras estrangeiras, não precisando escrever nada próprio, apenas citações. Condena a ostentação dos sábios na Bruzundanga, de carros, festas, palácios, entre outros bens. Por fim, critica a ideia de vender produtos do próprio país para os estrangeiros por preços menores que os praticados para os nacionais.

As críticas apresentadas nessas “notas soltas” aparecem em outros artigos ao longo do livro, a maioria das vezes, explicitamente, algumas vezes indiretamente. Ainda assim, nessas notas, tais críticas ganham nova configuração. Sugiro que talvez se sentindo pressionado pelo tempo de entrega dos escritos para o editor ou talvez em uma fase da vida mais impaciente, Lima Barreto tenha resolvido despejar suas críticas em um único texto, como quem joga fora a água suja de um balde ou como quem dispara sua metralhadora em diferentes direções, sem muita precisão ou pretendendo um alvo inatingível.

Neste ponto, a maneira como essas críticas foram disparadas, remete-me à música *O Tempo não Para*, de Cazuzza, onde as “mágoas” do poeta parecem se assemelhar às “implicâncias” de Lima Barreto, expressando a revolta de alguém “cansado de correr na direção contrária”, mas ao mesmo tempo, de alguém que não se deu por vencido, que ainda resiste, que tem esperança, que não está “derrotado”.

Disparo contra o sol  
 Sou forte, sou por acaso  
 Minha metralhadora cheia de mágoas  
 Eu sou o cara  
 Cansado de correr  
 Na direção contrária  
 Sem pódio de chegada ou beijo de namorada  
 Eu sou mais um cara  
 Mas se você achar  
 Que eu tô derrotado  
 Saiba que ainda estão rolando os dados  
 Porque o tempo, o tempo não para  
 [...]  
 (CAZUZA, 1989).

### 1.2.3 Textos publicados em outros periódicos

O terceiro conjunto de textos, colocados no livro *Os Bruzundangas* como uma segunda parte, chamada de “Outras histórias dos Bruzundangas”, refere-se aos textos que passaram a compor apenas a sua terceira edição, de 1952, pela Editora Mérito. São seis textos

ao todo, publicados em diferentes periódicos (*O Parafuso*, *A.B.C.* e *A Careta*), sendo que dois deles – “A arte” e “Outras notícias” – já tratei, anteriormente, por terem sido publicados no periódico *A.B.C.*

**1. As letras na Bruzundanga, O Parafuso, São Paulo, 12 de março de 1919.**

Ordenado como o primeiro capítulo da segunda parte do livro *Os Bruzundangas*, o autor inicia este texto justificando que desejava atualizar o livro a partir de novidades que vinha recebendo da Bruzundanga, mas que não eram possíveis de serem incluídas na primeira parte dele, pois o livro já estava para edição. Resolveu escrever outra parte que poderia ser incorporada a uma segunda impressão, caso acontecesse. Voltou a escrever sobre os literatos, ressaltando que os sábios e homens das letras sempre se julgaram inspirados pelos deuses em todos os lugares e épocas, mas todos eles até morreriam de fome por amor às suas obras, sem nunca aceitar que elas virassem passatempo de poderosos e ricos. Destaca que, na época da Monarquia, os homens das letras eram mais estimados, sobretudo os poetas, mas, com a República, muitas coisas mudaram, inclusive as letras perderam importância e foram desvalorizadas. Aos poucos, porém, as novas elites foram sentindo falta de um pouco de beleza e sonho e passaram a pagar os artistas para que produzissem, por encomenda, obras que os engrandessem, que os elogiassem, e usavam-nas nos eventos que promoviam.

Além dessa crítica mais direta aos literatos e aos rumos e utilidades que davam para a literatura, Lima Barreto não esconde sua implicância pela República, transparecendo alguma preferência pelo período monárquico, certamente, entre os motivos para essa preferência, constam a influência de seu pai e do seu padrinho, Conde Afonso Celso, já citado.

**2. Lei de promoções (crônica militar), Careta, Rio, 29 de janeiro de 1921.**

Ordenado como o terceiro capítulo da segunda parte do livro *Os Bruzundangas*, Lima Barreto inicia este texto denunciando que o que regula as promoções no exército, polícia e guarda nacional, na Bruzundanga, é o arbítrio, o capricho e a ignorância cega dos elementos científicos que são mal entendidos e mal aplicados como critérios. Criam-se regras absurdas para os cargos, que nada têm a ver com a função, dizendo ser métodos baseados nas ciências e chegando a citar René Descartes, Gottfried Wilhelm von Leibnitz, Pierre de Fermat, Francesco Bonaventura Cavalieri, Gilles Personne de Roberval, para sustentá-los. Usavam também um critério que diziam ser mais humano, o método empírico, que só admitia à



promoção, oficiais que nunca tivessem visto soldados, fortalezas, quartéis, ou seja, que não soubessem de guerras, mas de materiais de escritório. Em caso de empate, o método utilizado deveria ser o de maior “pistolão”. Por isso, os oficiais que serviam em terras distantes nunca eram promovidos, pois não tinham nenhum conhecimento que lhes favorecesse.

### **3. Rejuvenescimento (crônica militar), Careta, Rio, 19 de março de 1921.**

Ordenado como o quarto capítulo da segunda parte do livro *Os Bruzundangas*, o texto trata da carreira militar. Com a desculpa de que os oficiais militares precisavam ser jovens ao chegar aos mais altos postos, porque são mais eficientes e mais dinâmicos, utilizaram-se de teorias de um filósofo-político-militar dinamarquês, de nome Hans Reykavyk, para propor duas carreiras militares. Uma era para os praças que entravam como soldados e no máximo chegariam a sargentos; outra, para os oficiais que começam a carreira como tenentes e podem alcançar os mais altos postos. Dessa forma, legalmente, mantinham os pobres nos baixos postos e aos ricos permitiam outros. Essa ideia foi, ainda, aproveitada para outros setores do governo.

Lima Barreto não critica apenas os militares, chama também a atenção para o fato de como as elites brasileiras, principalmente, a política e econômica, sempre davam jeito de manipular tudo e todos, inclusive as leis, sempre para os seus próprios benefícios.

### **4. No salão da marquesa, Careta, Rio, 5 de novembro de 1921.**

Ordenado como o quinto capítulo da segunda parte do livro *Os Bruzundangas*, o texto volta a tratar sobre as artes. Inicia destacando que, na república da Bruzundanga, nunca houve grande gosto pelas coisas do espírito (artes), a não ser farsas, como livros e folhetos, revistas e “revistecas”, de modo que o país, artificialmente, tinha certa atividade artística. Notavam todos a falta de salas literárias, de salões espirituais, que pudessem revelar grandes escritores e filósofos. Muito menos as mulheres conseguiam se destacar nesse ramo, mas, certa vez, consciente dessa falta, uma mulher, denominada de Marquesa de Borós, uma senhora de alta estirpe e inteligente, fundou um salão literário no palácio onde morava e começou a reunir intelectuais do país. No início, recebeu alguns de valia, mas logo os simuladores, farsantes, tomaram conta da sala. Por sua educação e delicadeza, ela recebia-os. Esse salão começou a dominar a atividade artística do país e promoveu-se como uma espécie de órgão regulador das artes, criticando umas, aprovando outras, sempre com critérios absurdos para o jeito de se

vestir, de falar, referentes à raça, entre outros. Certo dia, apareceu nele, um homem mal vestido que chamou a atenção de todos e quando lhe perguntaram quem era, apresentou-se como Francisco II, rei da Prússia, e todos rapidamente esvaziaram o salão.

Novamente, Lima Barreto se mostra inconformado com os padrões que regiam a sociedade brasileira à sua época, sempre pautada pela aparência, pelas relações acima da competência, pelas desigualdades motivadas pela raça ou pelo gênero, nesse caso, ao reconhecer a superioridade literária de uma mulher.



Neste capítulo, entrecruzo aspectos do contexto histórico em que Lima Barreto viveu com a sua trajetória pessoal. A característica autobiográfica de suas obras estimulou-me a seguir nessa direção. Estou convicto de que sua obra é atravessada por suas experiências de vida, as quais não podem ser desconectadas de uma cartografia e análise das suas “implicâncias”.

Construí um único texto trazendo um panorama do período, buscando flagrar com quem e por onde Lima Barreto transitava, onde trabalhou, quais autores lia, o que o incomodava e em que consistiam suas “implicâncias”. Busquei ampliar a compreensão de tais implicâncias, colocando-as em conexão com alguns fatos e questões mais candentes do período e de sua vida. Para tanto, em um primeiro movimento, procurei por subsídios nas biografias elaboradas, sobretudo por Barbosa (2002) e Schwarcz (2017), mas sem descuidar de outros autores que enriqueceram esta pesquisa. Mais adiante, direcionei o meu foco para o período de 1917 a 1922, anos finais da vida de Lima Barreto, nos quais sua produção se caracterizou por ser mais agressiva, mais ácida, suas críticas mais severas e direcionadas com maior vigor aos temas que o sensibilizavam e fragilizavam. Nesse período, entre outros, ele escreveu *Os Bruzundangas*.

O contexto histórico a que me refiro compreende o período de anos em que ele viveu (1881-1922). Este foi marcado por transformações radicais e acontecimentos no Brasil e no Mundo, conjunto de fatos que não passaram despercebidos por Lima Barreto. Ele foi tocado, atravessado e deslocado (LARROSA, 2014) por eles, como sua produção literária registra. Sobre esse contexto, lembro ainda que Lima Barreto escrevia do e muito sobre o Rio de Janeiro, então, capital do Brasil e, por isso, de certa maneira, tomada como uma cidade “exemplar” no Brasil.

## **2.1 Entrecruzando Biografias: Uma Vida, Vários Olhares**

Neste tópico, pela amplitude de pesquisas que foram desenvolvidas nas últimas décadas em torno da vida e das obras de Lima Barreto, promovo uma análise e um diálogo entre alguns trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. Essa discussão é necessária para evidenciar a atualidade de Lima Barreto e a possibilidade de pensar o Brasil a partir da sua obra.

Tratam-se de trabalhos acadêmicos – livros, teses, dissertações, artigos – que oferecem discussões envolvendo diversos aspectos sobre Lima Barreto, tais como: sua vida, suas obras, o período histórico e literário que viveu, o Rio de Janeiro do início do século XX, suas considerações sobre a educação, a literatura, a política e comparações entre suas colocações, além de categorias conceituais de Walter Benjamin e Paulo Freire. Essa discussão é indispensável para situar esta pesquisa na relação com outras pesquisas já realizadas sobre Lima Barreto. Porém, entrecruzei também tais trabalhos acadêmicos e autores com alguns trechos literários de Carolina Maria de Jesus e de músicas do Cazuzza e do Racionais MC's, posto que a história se faz a partir do presente e de questões que nos tocam, atravessam e deslocam (LARROSA, 2014).

Início essa discussão, mobilizando as biografias elaboradas por Barbosa (2002)<sup>30</sup> e Schwarcz (2017), por considerar que é difícil dissociar acontecimentos que marcaram a história pessoal de Lima Barreto e suas obras. Não se trata de sacralizar a produção literária deste, mitificá-la, atribuir-lhe valor fantástico ou considerá-la um monumento ao invés de um documento (LE GOFF, 1990), o que, necessariamente, implicaria em um descompromisso com o olhar sensível e crítico indispensável para um pesquisador.

Barbosa (2002) contribuiu para dar visibilidade a Lima Barreto enquanto um dos principais literatos deste país. Ele propõe uma biografia com duas características que merecem ser enfatizadas. A primeira é que fica evidente que Barbosa (2002) não se preocupou apenas em narrar fatos da vida de Lima Barreto, mas mostrou-se também um conhecedor das obras do biografado, relacionou diferentes momentos da sua vida e de suas experiências, evidenciando conexões entre sua literatura e sua vida propriamente dita, o que justifica um dos atributos literários reconhecido de Lima Barreto – a de ser um autor autobiográfico. A segunda característica é que a narrativa a respeito da vida de Lima Barreto, por Barbosa (2002), foi entremeada por acontecimentos significativos da

---

<sup>30</sup> Francisco de Assis Barbosa possui uma obra muito vasta e diversificada, assim como o seu currículo, tendo desempenhado diversas funções, sendo muitas delas concomitantemente. Fundou a Associação Brasileira de Escritores (ABDE), foi consultor literário, assessor editorial, inclusive, de obras internacionais, documentarista e chegou até a desempenhar uma carreira no serviço público no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), tendo exercido cargos de técnico de educação e redator de anais e documentos parlamentares da Câmara dos Deputados. Foi sócio efetivo da Sociedade Capistrano de Abreu (1960) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1962), membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e chegou a lecionar em diversas universidades, inclusive estrangeiras, sobre assuntos envolvendo política e literatura. Por seus trabalhos literários, recebeu o prêmio *Silvio Romero*, da Academia Brasileira de Letras, pelo ensaio *Romance, conto e novela no Brasil* (1950) e o prêmio *Fábio Prado*, da Sociedade Paulista de Escritores, pelo livro *A vida de Lima Barreto* (1952). Além das obras citadas, publicou muitos outros livros, inúmeros artigos, conferências e outros textos, organizou a obra de diversos autores, preparando os textos e prefaciando as edições.

história do Brasil e do Rio de Janeiro, ou seja, Lima Barreto foi contextualizado no seu lugar e tempo, o que requer conhecimento histórico e historiográfico, além de habilidade e sensibilidade para lidar com fontes diversas (livros, jornais, manuscritos pessoais, obras literárias, fotografias) (NASCIMENTO; GODOY; GUIMARÃES, 2018, p. 74).

O trabalho de coleta de fontes, leitura, organização, compilação e escrita, que culminaram na primeira edição dessa obra em 1952, deu-se de 1946 a 1951. Porém, a partir da leitura dos prefácios escritos pelo próprio Barbosa, como da 5ª edição, em 1974, por exemplo, é notório que o autor não parou as suas pesquisas sobre Lima Barreto, pois a cada nova edição, atualizava o desenvolvimento (aumento) do interesse pelo estudo deste literato no Brasil e pelo mundo.

Na edição de 2002 deste livro, a 8ª, é possível constatar que as obras de Lima Barreto ganharam mais notoriedade mundialmente. Dessa edição foram levantados 51 livros ou teses e 272 artigos publicados em livros ou periódicos, também em outras línguas, todos propondo estudos relacionados a Lima Barreto (BARBOSA, 2002, p. 424-444). Os títulos sugerem os mais variados temas, sendo, porém, possível perceber algumas tendências ou permanências ao observar que, entre os mais pesquisados, encontram-se o estudo sobre sua vida, sobre o Rio de Janeiro da sua época de atuação como escritor (início do século XX) ou sobre o contexto brasileiro à época e até alguns estudos sobre aspectos que marcaram sua vida, como a loucura, a boemia, a infelicidade, o preconceito e a condição de ser negro. Alguns trabalhos tratam da sua opinião sobre movimentos sociais e atividades que ganhavam força no período, como o feminismo, e a prática de esportes, como o futebol, ou sobre momentos breves da sua vida, como sua passagem na Escola Politécnica. Muitos trabalhos fazem referência à sua produção literária, geral ou alguma obra específica, neste caso, sobretudo, *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, um pouco menos sobre *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* e *Numa e Ninfa*, ainda menos sobre *Clara dos Anjos* e, apenas uma fazendo referência direta à sua obra *Os Bruzundangas*, dado que, conforme observei, contribui para justificar a escolha desta obra específica nesta pesquisa. Aparecem também alguns trabalhos sobre dois dos seus contos mais conhecidos - *A Nova Califórnia* e *O Homem que Falava Javanês*. Alguns trabalhos propõem o estudo de sua obra em comparação com outros literatos, como Machado de Assis, Graça Aranha, Monteiro Lobato e Euclides da Cunha. E, ainda, outros propõem o estudo da obra de Lima Barreto como precursora do Modernismo (NASCIMENTO; GODOY, GUIMARÃES, 2018).

A partir do levantamento de diferentes edições dessa obra de Barbosa, foi possível perceber sua relevância, pois

*A Vida de Lima Barreto* encontra-se já na 11ª edição, sendo póstumas a partir da 8ª edição, em 2002, o que evidencia a relevância e atualidade tanto do livro quanto do biografado. Não à toa, o livro é consultado por diversos pesquisadores que se propõem a estudar e a avançar no conhecimento já produzido relacionado à vida e à obra de Lima Barreto (NASCIMENTO; GODOY, GUIMARÃES, 2018, p. 74).

Outra obra relevante para pesquisar Lima Barreto foi lançada em 2017 por Lilia Moritz Schwarcz,<sup>31</sup> intitulada *Lima Barreto - Triste Visionário*, em diálogo com *A Vida de Lima Barreto*. Schwarcz revela que já conhecia as obras de Lima Barreto há mais de vinte anos, mas as pesquisas que culminaram nessa obra iniciaram dez anos antes. Considero relevante fiar-me nas próprias palavras da autora para conseguir expressar melhor essa relação entre pesquisadora e pesquisado, evitando simplificações que podem comprometer a potencialidade desta pesquisa.

Marquei meu primeiro encontro profissional com Lima Barreto dez anos atrás. Desde então o revejo com imensa frequência. Dialogo, discuto e sonho com ele. Às vezes, o acho engraçado; às vezes o julgo triste; sempre polêmico. Em muitas ocasiões, me emociono com o personagem; em algumas, me decepciono. Me divirto quando o escritor descreve e ironiza as trapalhadas dos políticos da sua época, e me insurjo, como ele, quando fazem mau uso do Estado. Sofro com as injustiças que o cronista denuncia, identifico-me com sua preocupação constante com os mais desfavorecidos. Em muitas circunstâncias suas conclusões me sensibilizam profundamente; em algumas poucas fico desapontada. Acompanho sua dança em ritmo tenso com a literatura, enquanto ele, ora procura um lugar ao sol nas instituições de consagração de seu tempo, ora as contesta, e de frente. Torço por seus ideais, me comovo com suas lutas públicas e privadas. Mais que um personagem, Lima virou um amigo da minha intimidade (SCHWARCZ, 2017, p. 9).

Conforme pesquisa anterior, publicada no artigo intitulado *Para Ler Lima Barreto*<sup>32</sup>, a biografia escrita por Schwarcz, por diferentes motivos, contribui para dar ainda maior visibilidade para Lima Barreto nesse início do século XXI. Para a elaboração dessa biografia, a autora leu os escritos de Lima Barreto, os autores que ele lia, procurou visitar lugares que

---

<sup>31</sup> Lilia Schwarcz é antropóloga, historiadora, editora, professora do Departamento de Antropologia da USP, professora visitante de universidades nos Estados Unidos (EUA), curadora do Museu de Artes de São Paulo (MASP) e colunista do jornal eletrônico *Nexo*. É autora de muitos livros importantes, principalmente sobre questões brasileiras, como *Retrato em branco e negro* (1987), *O espetáculo das raças* (1993), *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos* (1998), *Racismo no Brasil* (2001), *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e seus trópicos difíceis* (2008) e *Brasil: Uma biografia* (2015). Coordenou importantes obras também, como o volume IV da *História da vida privada no Brasil* (1998) e a coleção *História do Brasil Nação 1808-2010* (2011), além de ter publicado outras importantes obras em parceria com outros pesquisadores.

<sup>32</sup> No artigo *Para Ler Lima Barreto*, este pesquisador, juntamente com Lilian Florêncio de Godoy e Maria de Fátima Guimarães, relatamos o levantamento que fizemos de algumas obras relevantes para o avanço nas pesquisas a respeito da vida e da obra de Lima Barreto, às quais refiro-me aqui novamente.

ele frequentava (bares, cafés, subúrbios, ruas, casas, trens, incluindo sua antiga moradia na Ilha do Governador – hoje um Parque de Material Bélico da Aeronáutica do Rio de Janeiro) e as pessoas com as quais ele mantinha relações, fossem pessoais ou profissionais, amistosas ou não. Obviamente, Schwarcz ainda bebeu na fonte de Barbosa – o que é possível notar pelo menos de três maneiras – “[...] a lombada do seu livro foi inspirada na primeira edição do livro do primeiro biógrafo, o fato daquela obra ter sido a mais citada pela autora também indica este diálogo e na conclusão, mais diretamente, ela oferece uma grande dedicatória a ele” (NASCIMENTO; GODOY; GUIMARÃES, 2018, p. 75).

Assim, apesar das pesquisas de Barbosa e Schwarcz terem o mesmo “objeto” – Lima Barreto – e de dialogarem entre si sob diversos aspectos, a pesquisa de Schwarcz (2017) representa um avanço, em comparação à de Barbosa (2002), sobretudo pelas respostas alcançadas, que indicam maior preocupação com temas diferentes, entre os quais destaco a questão racial. As discussões sobre esse tema não apenas se avolumaram nas últimas décadas, mas também se tornaram mais complexas, inclusive pelo espaço de fala reivindicado e muitas vezes conquistado por movimentos negros, que denunciam a falta de políticas públicas para promover a presença do negro no mercado de trabalho e nas universidades.

Aí está, pulsante, a questão racial, para lembrarmos de um tema sensível e definidor da pessoa e de toda a obra do autor. O escritor jamais deixou passar o fato de o Brasil ter sido o último país do Ocidente a abolir a escravidão mercantil; viu e denunciou práticas de discriminação presentes, teimosamente, no seu próprio contexto. [...] até aquele momento, eram poucos os que declaravam fazer uma literatura impactada pelos sofrimentos, mas também pela criatividade, pelo trabalho e pelos conhecimentos das populações afrodescendentes (SCHWARCZ, 2017, p. 16).

As discussões sobre questões raciais e de gênero avançaram muito, em particular após a década de 1970 do século XX, indo até mesmo ao encontro da educação escolar através dos Parâmetros Curriculares Nacionais até meados da segunda década do século XXI. Schwarcz atribui um certo vanguardismo de Lima Barreto ao propor discussões avançadas para a sua época, como sobre racismo e sobre outros problemas da República. Nesse sentido é que sua obra se torna atual e necessária para se pensar o Brasil e a permanência de algumas mazelas nacionais, como sugere Carolina de Jesus no seu diário de 2 e 10 de maio de 1958, ao narrar a intimação à seu filho, uma criança de 9 anos, à delegacia.

Recebi intimação para comparecer as 8 horas da noite na Delegacia do 12. Passei o dia catando papel. A noite os meus pés doíam tanto que eu não podia andar. Começou chover. Eu ia na Delegacia, ia levar o José Carlos. A intimação era para ele. O José Carlos está com 9 anos.



[...]

O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil à pátria e ao país. Pensei: se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Janio Quadros, o Kubstchek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades. O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças (JESUS, 1960, p. 25-26).

Nos dias seguintes, 11 e 13 de maio, ao narrar sobre a fome.

A D. Teresinha veio visitar-me. Ela deu-me 15 cruzeiros. Disse-me que era para a Vera ir no circo. Mas eu vou deixar o dinheiro para comprar pão amanhã, porque eu só tenho 4 cruzeiros. Ontem eu ganhei metade de uma cabeça de porco no frigorífico. Comemos a carne e guardei os ossos. E hoje pui os ossos para ferver. E com o caldo fiz as batatas. Os meus filhos estão sempre com fome. Quando eles passam fome eles não são exigentes no paladar.

[...]

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. Nas prisões os negros eram os bodes expiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz. [...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (JESUS, 1960, p. 26-27).

Permanências! Permanências! Quantas permanências! Em uma criança negra e favelada que é assistida pelo Estado por meio de uma delegacia, em um agente do Estado (tenente) que sabe apontar os perigos de uma favela, mas que não pretende fazer nada para solucioná-los, na pobreza sendo pensada como sinônima de perigo, em uma mãe que precisa optar em alimentar os filhos ou proporcionar-lhes um dia de diversão em um circo, nas desigualdades socioeconômicas nos centros urbanos, materializadas, neste caso, na luta diária de uma família favelada contra a fome. Permanências! Permanências! Quantas permanências!

Para além das questões racial e de gênero, as perguntas que Schwarcz se faz ao voltar-se para Lima Barreto, levam-na ainda a flagrar outros interesses ou preocupações do nosso literato, entre elas: o bovarismo, sua amizade com Manoel de Oliveira e sua condição de frequentador tanto de lugares situados nos subúrbios quanto no centro do Rio de Janeiro.

Cabe aqui um parêntese para a apresentação de Manoel de Oliveira, um escravizado negro que se apaixonou por uma mulher que o abandonou, fato que, por não ter conseguido assimilar, abalou sua lucidez, motivando sua ida para a colônia de loucos, na Ilha do Governador, onde conheceu o escritor – que fora para lá com a família devido ao trabalho

do pai – e passou a conviver com eles até o final da sua vida. Ele cuidava dos porcos na colônia e mimava muito Lima Barreto, dando-lhe doces. Segundo Schwarcz (2017), Lima Barreto diz que foi esse Manoel que o ensinou a olhar para a África como local de origem de muitos brasileiros. Ele representa um personagem por meio do qual Lima percebe que os negros tinham cultura, conhecimento, teorias, mas que, ao mesmo tempo, carregavam a marca de terem sido escravizados, os estigmas, as memórias, as crenças limitantes.

Schwarcz (2017, p 155) afirma que bovarismo<sup>33</sup> é quando nos imaginamos em outro lugar que não o nosso, em outro corpo, em outra situação; é uma autoimagem deturpada, geralmente associada com características grandiosas e admiráveis. Lima Barreto dizia isso dos brasileiros, ao perceber que sempre queremos ser quem não somos (brancos, europeus), estar onde não estamos (Europa, Estados Unidos, Java).

No conto *O Homem que Sabia Javanês* (1911), aparece essa crítica, um homem que, endividado, sem poder pagar pela hospedagem em pensões no Rio de Janeiro, avista um anúncio de jornal que dizia precisar de um professor de língua javanesa. O tal homem nunca estivera em Java, não sabia nem a sua localização geográfica, nem tampouco conhecia o idioma lá praticado, mas, motivado por sua precária situação financeira, dirigiu-se até uma biblioteca, buscou em uma enciclopédia pelo termo “Java”, copiou as letras do seu alfabeto, aprendeu algumas palavras desse idioma, um ou outro cumprimento e, poucos dias depois, candidatou-se para a vaga de professor de javanês. Para sua surpresa, conseguiu a vaga, pois quem pretendia aprender o idioma era um velho herdeiro de família nobre da época do Império que fizera uma promessa de aprender tal idioma. Nas aulas, o que ensinou foram as poucas palavras que aprendera e algumas histórias inventadas que convenciam ao velho e à sua família da sabedoria do professor. Pouco tempo depois, devido à influência da família do seu aluno, fora reconhecido por todo o país como uma referência nesse idioma e fora empregado para representar o Brasil em um congresso de linguística.

Nesse conto, o encantamento do velho, da sua família e da elite política do Brasil, que passam a admirar o “espertalhão”, honrando-lhe com cargos e regalias por deter um conhecimento pouco comum e estrangeiro, representam essa crítica de Lima Barreto ao bovarismo, esse desejo de ser quem não é.

---

<sup>33</sup> Schwarcz (2017, p. 155) atribui a utilização desse conceito por Lima Barreto a uma grande influência da teoria de Jules de Gaultier, um filósofo francês jornalista do *Mercure de France*. Essa teoria girava em torno do poder da ilusão e da capacidade humana de se conceber a partir do que não se é. Para ele, os homens eram grandes mentirosos e produziram sentidos com base nas ilusões que criavam para si. Segundo o filósofo, essa conduta poderia ser aferida em um grupo, em uma sociedade e até mesmo em uma nação.

A condição de arrimo de família, com a doença do seu pai, faz Lima Barreto ir morar nos subúrbios, o que lhe possibilita transitar por lugares frequentados por grupos sociais muito diferentes e que pouco dialogavam entre si. O autor se torna um frequentador tanto do centro quanto dos subúrbios do Rio de Janeiro, dos trens, dos bondes. Essa condição o coloca, por um lado, como interlocutor desses espaços ou grupos sociais e, por outro, marca sua experiência singular e o faz sofrer com o preconceito que sofre por parte de ambos os grupos, o que dificulta sua identidade com os mesmos, aumentando suas angústias, suas inquietações, seu sentimento de não pertencimento, de desenraizamento (SENNETT, 2003)<sup>34</sup>. Isso o autoriza a fazer uma literatura dos subúrbios e uma literatura que transgride os padrões literários e estéticos da época.

Esse último aspecto pontuado por Schwarcz, obriga-me a destacar que o processo de urbanização do Rio de Janeiro, que se pautou por uma dada concepção de progresso, civilidade e cultura, sob muitos aspectos, pode ser considerado como precursor do processo ocorrido em outras cidades brasileiras, como São Paulo e Belo Horizonte, assim como outros processos ocorridos em tantas outras cidades pelo mundo, como em Londres, Paris e Nova York. Trata-se de um processo que foi pensado, planejado por representantes das elites letradas urbanas a partir de algumas preocupações comuns, independente do país, como, por exemplo: a preocupação com o trânsito e circulação das pessoas, da fluidez das mercadorias pela cidade, em como, por onde e quando deveriam transitar; a emergência da percepção das multidões e a vinculação da pobreza à noção de perigo (LOPES, 2000; BRESCIANI, 1982).

Richard Sennett, no seu livro *Carne e Pedra – O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental* (2003), sugere que uma análise descuidada ou superficial desses espaços urbanos, em pleno século XX, pode levar à falsa impressão de multiculturalismo, ou seja, de que a existência (ou coexistência) de classes sociais diversas signifiquem harmonia ou ausência de conflitos entre elas. Na verdade, ele flagrou que, apesar de coexistirem na mesma cidade, as fronteiras simbólicas que as separam são muito poderosas, sejam elas os lugares que devem frequentar ou morar, o individualismo, o tempo (momentos distintos para se estar nos mesmos espaços) ou até com que finalidade, de maneira a criar um conceito que melhor caracteriza essas cidades – “parêntese étnico”.

---

<sup>34</sup> O sociólogo e historiador norte-americano Richard Sennett, nascido em Chicago em 1943, é professor de história e sociologia na New York University e coordenador acadêmico da London School of Economics. Também é consultor da Unesco na área de planejamento urbano. *A formação do caráter em um mundo desigual, A autoridade, Carne e pedra, A cultura do novo capitalismo e O artífice* são alguns de seus livros publicados no Brasil. Disponível em: [http://www.record.com.br/autor\\_sobre.asp?id\\_autor=1788](http://www.record.com.br/autor_sobre.asp?id_autor=1788). Acesso em 26 jan. 2018.

Tratando especificamente do processo de urbanização de Nova York, analisando um dos seus bairros com fama de multicultural – Greenwich Village –, ele considerou que

As ruas e prédios bem conservados contribuíam para reforçar a impressão de que o lugar diferia do resto de Nova York, possuindo um forte senso comunitário e permitindo que estranhos vivessem em relativa segurança. [...]. Contudo, a realidade não é como parece à primeira vista. [...] Hispânicos, judeus e coreanos zanzam na Segunda Avenida, mas além dela, cada grupo guarda seu próprio território, encerrando-se num verdadeiro parêntese étnico (SENNETT, 2003, p. 288).

Esses temas interessam muito à esta pesquisa, na medida em que eu me preocupo com a visão de Lima Barreto acerca de movimentos sociais dos quais foi contemporâneo, com suas críticas à República e a forte influência dos Estados Unidos e da Europa no Brasil, com seu olhar para o outro, com sua condição de interlocutor dos moradores e frequentadores dos subúrbios e do centro do Rio de Janeiro, com seu sentimento de não pertencimento a nenhum desses lugares ou grupos, preocupações que me remetem ao conceito de desenraizamento (SENNETT, 2003). Sendo assim, talvez Lima Barreto tenha tido experiências marcadas por tensões, disputas e conflitos decorrentes de sua condição de negro, pobre, mas foi um arguto crítico e literato de sua época. Entendendo que

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara (LARROSA, 2014, p. 18).

Dois livros de Antonio Arnoni Prado<sup>35</sup> também contribuíram para esta pesquisa: *Lima Barreto - o crítico e a crise* (1976) e *Lima Barreto – uma autobiografia literária* (2012).

Em *Lima Barreto - o crítico e a crise* (1976), Prado trata da relação entre Lima Barreto, seus personagens e sua produção, de 1904 a 1922, assim como do período literário

---

<sup>35</sup> Arnoni Prado possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade de São Paulo (1970), graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1967), mestrado em Letras pela Universidade de São Paulo (1975), doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo (1980) e pós-doutorado pela Fondazione Gianjacomo Feltrinelli (1986). Atualmente, é professor titular da Universidade Estadual de Campinas. Atuando principalmente nos seguintes temas: Pré-modernismo, Modernismo, Crítica literária, História Literária (Informações coletadas na Entrevista do autor dada ao Jornal da Unicamp, Campinas, 22 de junho de 2015 a 28 de junho de 2015 – ANO 2015 – Nº 629. Disponível em: <Ihttp://www.unicamp.br/unicamp/ju/629/antonio-arnoni-prado-o-observador-dos-invisiveis>. Acesso em 26 jan. 2018).

(pré-modernismo), político (início da República) e de outras mudanças sociais. Ele persegue também os rastros das direções e do alcance do inconformismo do escritor, “[...] num país que passava por muitas mudanças que exigiam novas explicações e respostas aos problemas, por conseguinte, que suscitou uma nova linguagem na literatura encontrada em Lima Barreto”. (NASCIMENTO; GODOY; GUIMARÃES, 2018, p. 76).

Prado (1976) evidencia a linguagem desenvolvida por Lima Barreto a partir de 1904, quando rompe com outros modelos mais consagrados que, segundo este, serviam para disfarçar (falsear) os problemas reais. Conforme Prado (1976, p. 18-19).

a sua [de Lima Barreto] preocupação é mostrar que por trás dessa atitude (desse empenho da linguagem) está o falseamento da realidade, que é preciso denunciar. [...] A decisão de situar a linguagem “oficial” no plano do falso é, no fundo, reflexo de uma visão de mundo que recusa a conversão do real em metáfora, uma espécie de pessimismo anti-imagem dado pela obsessão da própria inversão da imagem – o bovarismo.

Atitude que permanece até hoje se atentamos para a recepção que as letras de músicas dos rappers provocam nas elites letradas urbanas. Daí a importância de algumas universidades públicas, tomadas como referência de excelência, colocarem nas suas provas vestibulares questões com tais músicas, pois tal procedimento questiona o falseamento da realidade. Refiro-me aqui, em particular, à Universidade Estadual de Campinas, que inclui entre as obras de leitura obrigatória para o vestibular de 2020 o álbum *Sobrevivendo no Inferno*, clássico dos Racionais MC's. Esta mesma universidade, além da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, já havia também incluído à lista de leituras obrigatórias para o vestibular a obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus.

Porém, além da linguagem, muitos outros temas são amplamente tratados por Prado (1976) em *Lima Barreto - o crítico e a crise* (1976), como: a posição antiacadêmica de Lima Barreto, o que justifica sua posição em não se considerar um literato; a função do escritor; o público leitor; sua literatura como meio de atuação social e política. A segunda parte deste livro de Prado (1976) traz também alguns capítulos discutindo a influência anarquista em Lima Barreto e a função humanizadora e social da literatura.

A par de tais pontuações sobre a influência anarquista em Lima Barreto, senti-me provocado a mobilizar Quijano, quando se reporta ao marxismo. Quijano (2009) considera que não é possível um padrão único de poder, de relação de poder, de projeto econômico, que dê conta de explicar todas as sociedades e tempos diferentes. Para cada lugar e tempo distintos devem ser observadas suas especificidades. A ideia de capitalismo mundial

desconsidera essa heterogeneidade das sociedades, criando alguns pressupostos únicos que sirvam para todos: o Estado-nação, a família burguesa, a racionalidade moderna. Nesse sentido, Quijano considera que tanto o liberalismo quanto o marxismo, ainda que este último contestasse o primeiro, ambos propuseram padrões europeus que deveriam ser adotados por todo o Mundo.

Já foi assinalada a dificuldade das propostas estruturalistas e funcionalistas, não só para dar conta da heterogeneidade histórica das estruturas sociais, como também por implicar relações necessariamente consistentes entre os seus componentes. Resta, conseqüentemente, a proposta marxiana (uma das fontes do materialismo histórico) sobre o trabalho como meio primado de toda a sociedade e do controle do trabalho como o primado em todo o poder social. São dois os problemas que levanta esta questão e que requerem que sejam discutidos (QUIJANO, 2009, p. 83).

As relações de trabalho apresentadas no marxismo, segundo Quijano, no trecho citado, são uma dessas formas de generalização para todo o Mundo. Outra forma seria a ideia de classe social. Esse conceito não foi criado por Marx, mas foi utilizado por ele na sua teoria. Marx não chega a negar a existência de outras classes, para além de burgueses e proletários, mas sua teoria propõe explicações que não extrapolam essas classes.

O materialismo histórico, a respeito da questão das classes sociais, assim como noutras áreas, em relação à herança teórica de Marx, não é, exatamente, uma ruptura, mas uma continuidade parcial e distorcida. Esse legado intelectual é reconhecidamente heterogêneo e é ainda mais o seu percurso final, produzido, precisamente, quando Marx colocou sob questão os núcleos eurocentristas do seu pensamento, infelizmente sem conseguir encontrar uma relação eficaz para os problemas epistêmicos e teóricos implicados. Admite, pois, leituras heterogêneas. Mas o materialismo histórico, sobretudo na sua versão marxista-leninista, pretendeu, não sem êxito, fazê-la passar como uma obra sistematicamente homogênea e impor a sua própria leitura no sentido de ser admitido como o único legítimo herdeiro (QUIJANO, 2009, p. 89).

No seguinte trecho Quijano (2009) foi ainda mais direto, referindo-se a Marx e não apenas ao marxismo. Também foi mais generalista, na medida em que se refere a outras teorias europeias, como o weberianismo, acusando-o também de ser reducionista.

Por outras palavras, a teoria eurocêntrica sobre as classes sociais, e não somente no materialismo histórico marxo-positivista, ou entre os weberianos ou nos descendentes de ambos, mas no próprio Marx, é reducionista: refere-se única e exclusivamente a um único dos meios do poder: o controle do trabalho e dos seus recursos e produtos. [...] Tudo isso significa que a ideia de classes sociais é elaborada no pensamento eurocêntrico, entre o fim do século XVIII e o fim do século XIX, quando a percepção da totalidade a

partir da Europa, nessa altura o ‘centro’ do mundo capitalista, tinha já sido definitivamente organizada como uma dualidade histórica: a Europa e a Não-Europa (QUIJANO, 2009, p. 98-99).

Em decorrência dessas ideias, entendo que, em pesquisas futuras, será possível refletir e avaliar se o que Quijano afirma sobre o marxismo é aplicável a qualquer outra teoria europeia, incluindo o anarquismo. Em outras palavras, o fato de uma teoria ser europeia inviabiliza que ela seja decolonial? Não me parece uma questão fechada neste momento e sim um campo aberto para futuras investigações. Apenas esclareço que esta preocupação origina-se do fato de estar propondo aproximações entre as críticas de Lima Barreto e alguns conceitos decoloniais, sabendo que ele recebeu influência e escrevia em alguns jornais anarquistas.

Em seu outro livro, *Lima Barreto – uma autobiografia literária* (2012), o qual Prado organizou a partir de textos escritos por Lima Barreto, ele demonstra destreza ao lidar com textos de gêneros, assuntos e origens variadas e ao “[...] ordená-los a partir de nove temáticas (autorretrato, o narrador, persona e personagens, crítica e comentário, sobre arte e literatura, de fora do Panteão, alma libertária, morte e penitência e, outros retratos)”. (NASCIMENTO, GODOY; GUIMARÃES, 2018, p 77). Para além da organização dos textos de Lima Barreto, Prado também apresenta, ao final de cada capítulo, comentários que contribuem para a interpretação de cada texto.

Esta obra serviu para mim como um sumário para ler Lima Barreto, uma vez que apresenta trechos de textos de diversas obras organizados a partir de uma sequência lógica temática. Pelo quanto me marcaram, cito dois textos tirados do Diário íntimo de Lima Barreto, de 16 de julho de 1908 e 5 de setembro de 1917.

[Lembro que] armei um laço numa árvore lá do sítio da ilha [do Governador], mas não me sobrou coragem para me atirar no vazio com ele ao pescoço. Nesse tempo, eu me acreditava inteligente e era talvez isso que me fazia ter medo de dar fim a mim mesmo. Hoje, quando essa triste vontade me vem, já não é o sentimento da minha inteligência que me impede de consumir o ato: é o hábito de viver, é a covardia, é a minha natureza débil e esperançada.

No dia 30 de agosto de 1917, eu ia para a cidade, quando me senti mal. Tinha levado todo o mês a beber, sobretudo parati. Bebedeira sobre bebedeira, declarada ou não. Comendo pouco e dormindo sabe Deus como. Andei porco, imundo. Voltei para casa, muito a contragosto. Deitei-me, vomitei e andava com fluxo de sangue, que me levava à latrina frequentemente. Numa das vezes em que fui, caí e fiquei como morto. Meus irmãos acudiram-me e trouxeram-me [...]. Não sei o que se passou (PRADO, 2012, p. 21, 22).

Outra obra que contribuiu significativamente para esta pesquisa foi *Literatura como Missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (1999), de Nicolau Sevcenko<sup>36</sup>. Nela, a partir da análise e comparação das obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto, Sevcenko aponta sintonias e antinomias, ou seja, possibilidades de aproximações e de distanciamentos entre tais autores e suas obras, como se verifica neste trecho:

[...] é que ambos possuíam a consciência de que alguma coisa tinha que ser feita pelos escritores a serviço do povo brasileiro para retirá-lo da situação de miséria e ignorância em que vivia, abandonado pelos governos, consequência da própria organização social e política do país, quer sob o Império, quer sob a República (SEVCENKO, 1999, p. 14).

A maior relevância dessa obra de Sevcenko para esta pesquisa, porém, é o seu valor metodológico, por tratar-se de uma pesquisa histórica que se utiliza de um texto literário como fonte. Para Sevcenko (1999, p. 20),

Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover; mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais? O estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, todavia, preenche-se de significados muito peculiares. Se a literatura moderna é fronteira extrema do discurso e o prosaísmo dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência. Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real. Nesse sentido, enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir-a-ser.

É possível traçar paralelos entre o pensar a literatura como uma história do “vir-a-ser” e o conceito de uma “história inoficial”, ideia que Kothe (1976) atribuiu a Walter Benjamin, conforme mencionei anteriormente. Ambos os conceitos sugerem pensar a história para além dos fatos, a pensar no período estudado, nas tensões que estavam postas, nos grupos sociais

---

<sup>36</sup> Nicolau Sevcenko (1952-2014) formou-se em história na Universidade de São Paulo, lecionou na PUC de São Paulo, na Unicamp e na USP. Foi membro honorário do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Londres e membro do conselho editorial da revista *Travessia*, publicada pelo Centro de Estudos de Cultura Latino-Americana do King's College de Londres. Entre as obras que publicou, estão: *Robert Mandrou - Magistrados e feiticeiros na França do século XVII* (tradução); *A Revolta da Vacina, mentes insanas em corpos rebeldes*; *Lewis Carroll - Alice no país das maravilhas* (tradução); e *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na I República* (BLOG Grupo Companhia das Letras). Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=00468>. Acesso em: 26 jan. 2018.



envolvidos nelas, a pensar nos “vencedores” e nos “vencidos” dessas disputas, ou seja, uma proposta de história preocupada também com as possibilidades.

Sevcenko (1999) sugere um estudo de Lima Barreto a partir de três aspectos: a linguagem, a obra e os fundamentos sociais. Referindo-se à linguagem desenvolvida por Lima Barreto, Sevcenko fez um levantamento dos temas e sua amplitude, dos seus personagens, dos ambientes e também dos registros históricos a que Lima Barreto faz referência. Propõe uma divisão da sua obra em cinco gêneros (romance, sátira, conto, crônica e epistolografia e memórias); considera também como uma opção de Lima Barreto, o uso de uma linguagem aparentemente descuidada, na busca de fugir aos padrões literários; e sugere ainda que a produção de Lima Barreto pode submeter-se a um mandamento: variar e atrair. Outra proposição sua é que em Lima Barreto diferentes estilos de escrita se confundiam, uma vez que sua preocupação com a comunicabilidade, respeitando a naturalidade dos personagens e cenários, se sobrepuja às preocupações gramaticais e estilísticas. Sevcenko aponta ainda a existência de uma ligação entre os conteúdos abordados pelo escritor e a linguagem que utiliza na sua obra, e resume assim esse aspecto:

A linguagem final decorrente da adoção de todo esse conjunto de procedimentos literários resultou numa solução bastante criativa. Ela se apresenta comum, transparente, descuidada, de comunicação imediata, de feição jornalística, anti-retórica, despida de efeitos, expurgada de clichês e chavões, anti-rebarbativa, fluente, homogênea, com pequena variação, sociolinguística, utilizando a paródia e a prosopopeia, reveladora, direta, pouco metafórica, pouco imagística e altamente concreta. [...] E Lima Barreto procurou premeditadamente essa descaracterização do estilo, na busca de uma comunicabilidade mais imediata e expressiva com um público muito mais vasto (SEVCENKO, 1999, p. 167-168).

A respeito da obra de Lima Barreto, que Sevcenko trata como o segundo aspecto de uma divisão sugerida, ele diz que o poder é o critério mais abrangente para analisar o acervo temático do escritor, uma vez que ele era muito sensível para flagrar essas relações que influenciavam, muitas vezes, o pensamento dos homens na sociedade, desde os relacionamentos cotidianos até as relações das estruturas políticas. Conforme sugere Nascimento, Godoy e Guimarães (2018, p. 79), Sevcenko percebeu isso

[...] em diversas críticas de Lima Barreto dirigidas às mazelas do governo republicano, às ideologias dominantes, à imprensa, à ciência, às atitudes de mistificação (cosmopolitismo e bovarismo) e aos símbolos de distinção social (objetos ou personagens). Identifica ainda uma “espécie de segundo plano” menos evidente, mas presente por toda a sua obra, no qual surgem assuntos mais íntimos ao autor, mais pessoais, tratando das suas crises internas, nos quais aparecem os modos de deformação, resistência e

compensação desencadeados nos personagens afligidos, principalmente nos que o autorretratava, como os mestiços.

O terceiro aspecto que Sevcenko propõe a respeito da obra de Lima Barreto diz respeito aos fundamentos sociais. Lima Barreto, conforme sugere Sevcenko, teve a percepção de que a República promoveu a mediocridade, a imoralidade e a incapacidade em detrimento dos “verdadeiros homens de valor”.

Essa era pois a concepção mais ampla que o escritor tinha do seu tempo: o país estava entregue “à desmoralização nas mãos dos mediócras”, enquanto que “os expoentes da intelectualidade eram considerados como mediocridades”. O Brasil constituía portanto a própria “República da Bruzundanga”, ou o “Reino de Jambom”, espécies de sociedades bizarras, onde os valores e as referências operavam às avessas (SEVCENKO, 1999, p. 186).

E o mecanismo que desencadeara esse processo de inversão de valores era identificado na ganância, na anestesia moral, percebida com o cinismo de processos para obter riqueza, que promovia o enriquecimento de um restrito grupo social e empobrecimento e abandono completo do povo, tanto na cidade quanto no campo. Lima Barreto atribuía boa parte dessa culpa a São Paulo, considerada por ele a capital do espírito burguês e da avidez de dinheiro, reconhecendo, também, que por trás estariam as metrópoles europeias e especialmente os Estados Unidos, tido por ele como o símbolo universal do espírito burguês. Afora esses agentes, colaboravam com eles as “falsas indústrias”, criadas para facilitar desvios de verbas, e, sobretudo, as “elites políticas”, entregues a uma luta brutal por cargos.

Sevcenko considera que esse cenário justifica a posição de Lima Barreto em primar por sua independência intelectual. Em relação a alinhamentos ou categorizações que pudessem restringir sua autonomia de pensamento ou que de alguma maneira classificasse os seres humanos, por sua classe, cor ou gênero, o escritor posicionava-se contrário, aceitando apenas a ética como uma possibilidade de divisão da sociedade.

Nesse meio social amplo, eram as virtudes sobretudo e as disposições morais que distinguiam os homens. Assim, a única divisão social que o autor admite repousa sobre um fundo ético, separando os responsáveis pelas falcaturas da República de “todos nós que não enriquecemos de uma hora para a outra”. (SEVCENKO, 1999, p. 191).

Como entendo que o historiador não deve ser apenas reproduzidor de uma história cheia de vícios, de máscaras, uma história a serviço dos vencedores, é inevitável não pensar em alguns pontos de aproximação entre a obra de Lima Barreto e algumas teses de Walter

Benjamin, das quais destaco, para esta finalidade, algumas das que escreveu “Sobre o conceito de história”. Para essas aproximações, foram fundamentais as leituras de Flávio Kothe, Michael Löwy e Reyes Mate sobre as teses de Benjamin, assim como a tese de doutoramento *Uma leitura benjaminiana da narrativa de Lima Barreto* (2013), de José Carlos Mariano do Carmo<sup>37</sup>.

Nesta tese, Carmo aponta como semelhantes as abordagens de Lima Barreto e Walter Benjamin ao recusarem uma leitura da história no sentido convencional, linear, positivista, evolucionista. Ainda que Lima Barreto não escreva história, mas literatura, nos seus textos é evidente que escreve “do ponto de vista dos vencidos”, como propunha Benjamin. A partir desta leitura da história, o autor buscou relacionar as teses de Walter Benjamin com diferentes obras ou ideias distribuídas em diferentes obras de Lima Barreto, como: *A História do “Negritismo”* com as Teses I e II; *Recordações do escrívão Isaías Caminha* com a Tese V; *Clara dos Anjos* com a Tese VI; *Triste fim de Policarpo Quaresma* com as Teses VIII, X, XI e XII e *A loucura e a lucidez do Diário do hospício* com a Tese XIV, entre outras.<sup>38</sup>

Ao tratar especificamente sobre *Os Bruzundangas*, relacionou-o com as Teses XVI e XVII, procurando ressaltar o conceito de alegoria de Benjamin. No primeiro capítulo deste livro, “Os Samoiedas”, Lima Barreto ironiza as escolas literárias do Brasil, para as quais a literatura popular é excluída em favor daqueles que “só querem a aparência das coisas”. Neste mesmo capítulo, destaca ainda os privilégios especiais disponíveis para quem possui o título de “doutor”. A comparação neste ponto com as teses benjaminianas feita por Carmo é que, ao tratar sobre historicismo, Benjamin acusa-o de fazer da história a história dos vencedores e dos grandes acontecimentos, privilegiando uma classe social em detrimento de outras. Outro ponto de aproximação está no capítulo que trata sobre os heróis da Bruzundanga, entre eles o Barão do Rio Branco, caricaturado como o “Visconde de Pancome”, o qual era um historiógrafo, mas não um historiador; detinha-se sobre datas e fatos, especificamente sobre os políticos (vencedores) e não sobre a história dos vencidos. Outros pontos de comparações ainda são destacados por Carmo, como no capítulo “A organização do entusiasmo”, onde Lima Barreto critica o costume do povo em exaltar autoridades políticas sem saber

---

<sup>37</sup> A tese *Uma leitura benjaminiana da narrativa de Lima Barreto* foi defendida por José Carlos Mariano do Carmo, em 2013, no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Prof. Dr. Cláudio Celso Alano da Cruz.

<sup>38</sup> Essas teses são apresentadas por Michael LÖWY, no seu livro *Walter Benjamin: aviso de incêndio - Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*, o qual também oferece a sua leitura a elas. As teses não têm títulos, são referenciadas apenas por essa numeração em algarismos romanos.

exatamente a quem estão exaltando e por quê, e no capítulo “Sobre os sábios”, ele questiona o fato de a cultura desenvolvida no país ser apenas cópia, sem originalidade.

Além desses trabalhos e autores, os quais são referência para toda a minha pesquisa, para avançar e estreitar mais o meu olhar sobre *Os Bruzundangas*, apoio-me, principalmente, na dissertação *Palavras de um Revoltado: a contribuição de Lima Barreto ao periódico A.B.C. (1916-1922)*<sup>39</sup>, de Henrique Sérgio Silva Corrêa. Nesta dissertação, o autor fez um levantamento de toda a produção de Lima Barreto nesse periódico entre 1916 e 1922, no qual foram publicados a maioria dos textos que posteriormente foram organizados e lançados como o livro *Os Bruzundangas*, após a morte de Lima, no final de 1922.

Em 1916, quando Lima Barreto inicia sua colaboração no periódico *A.B.C.*<sup>40</sup>, aos 35 anos, ele já tinha experiência com a publicação de três dos seus grandes romances (*Recordações do escrivo Isaiás Caminha* – 1909, *Triste fim de Policarpo Quaresma* – 1915 e *Numa e a ninfa* – 1915), além de outros contos. Em 1917, sua participação no periódico foi mais efetiva, tendo publicado catorze textos, sendo doze satíricos, os quais compõem *Os Bruzundangas*, e duas crônicas. Se em 1917 o satírico sobressai, em 1918, ano em que mais publicou nessa revista (vinte e nove textos), suas publicações apresentam um Lima Barreto mais multifacetado, pois tratavam-se de sete contos, dezesseis crônicas, cinco críticas literárias e uma sátira, sendo que esta última também compõe *Os Bruzundangas*.

Em 1919, Lima Barreto suspendeu sua contribuição ao periódico *A.B.C.* de janeiro a agosto motivado por sua interpretação de que o diretor do periódico, Paulo Hasslocher, tivesse feito um comentário racista ao escrever um artigo endereçado a Antônio Torres, antigo colaborador do periódico<sup>41</sup>. Ainda assim, de agosto a dezembro, foram publicados onze textos, sendo oito crônicas, uma carta, uma crítica literária e uma sátira, a qual também compõe *Os Bruzundangas*. De 25 de dezembro de 1919 a 2 de fevereiro de 1920, Lima esteve internado pela segunda vez no hospício<sup>42</sup>. Em 1920 publicou quinze textos no periódico,

<sup>39</sup> Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista (UNESP) para a obtenção do título de Mestre em Letras (Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social), em 2012, sob orientação do Dr. Álvaro Santos Simões Junior.

<sup>40</sup> O primeiro texto publicado teria sido “O ideal do Bal-Ami”, crônica que vem a público em 25 de novembro de 1916, porém, segundo Henrique Corrêa, a coleção microfilmada do periódico *A.B.C.*, pertencente à Fundação Biblioteca Nacional, não possui o segundo semestre de 1916, portanto, não foi possível conferir se este foi de fato o primeiro texto do escritor na revista (CORRÊA, 2012, p. 44).

<sup>41</sup> O artigo que Lima Barreto considerou agressivo aos negros, “Polarizada embriaguez”, foi publicado em 25 de janeiro de 1919. Quatro dias depois, Lima enviou uma carta ao diretor do *A.B.C.* informando que deixaria de colaborar no periódico, pois não querendo magoar o amigo Paulo Hasslocher, nem querendo negar suas ideias, decidia tomar essa decisão. À pedido de Lima, a carta foi publicada, junto a um pequeno texto, contextualizando-a (CORRÊA, 2012, p. 52).

<sup>42</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2002, p. 409.

sendo treze crônicas e duas críticas literárias. Em 1921, foram dezessete publicações, sendo sete crônicas, um conto e nove críticas literárias. Em 1922, quatro foram as publicações, três crônicas e uma crítica literária, sendo em agosto suas últimas contribuições à revista, pouco mais de dois meses antes da sua morte, em 1º de novembro.

## 2.2 Trajetória e Experiência Familiar de Lima Barreto

A relevância em considerar alguns eventos da vida da família de Lima Barreto, especialmente de seus pais, encontra-se no fato de que considero a sua influência sobre a vida do escritor, desde a primeira infância, representando aspecto fundamental no homem, escritor e inconformado que se tornou mais tarde.

Seu pai, João Henriques de Lima Barreto, fora um tipógrafo<sup>43</sup> que se destacara na função, tendo trabalhado em alguns jornais, entre eles o *Jornal do Commercio* e o *Jornal A Reforma*, periódicos de posições distintas em relação às questões políticas que envolviam o Império.<sup>44</sup> Do *Jornal do Commercio*, pediu demissão por entender que estava sendo vítima de injustiça, mesmo sendo este um jornal de prestígio e, considerando que ficaria sem emprego, revela seu temperamento inconformado. Ofereceu-se na oficina d'A *Reforma*, jornal que defendia causas nas quais acreditava, publicando-as diariamente no órgão do Partido Liberal, como: a reforma eleitoral, a reforma judiciária, a abolição do recrutamento militar e da guarda nacional e a emancipação dos escravos.

A mãe de João Henriques fora escrava, Carlota Maria dos Anjos, e seu pai, um português madeireiro que não reconhecera sua paternidade. João Henriques nascera liberto, mas certamente trazia na pele o estigma da cor, o que justifica sua preferência pelo *Jornal A Reforma*. Era liberal por sentimento e convicção. Seguia à risca a orientação dos chefes, aos quais admirava (Francisco Otaviano, Cesário Alvim e Afonso Celso) e por isso foi se destacando, chegando a chefe da paginação. Era ambicioso e tinha muitos sonhos, entre eles, o de entrar para a Escola de Medicina e fazer-se “doutor”, respeitado e admirado por todos.

Ampliou seus projetos de vida com a ideia de casamento ao conhecer Amália Augusta, na casa dos Pereira de Carvalho, uma menina que haveria de ser sua esposa e mãe dos seus

---

<sup>43</sup> Tecnologia. Indivíduo que executa ou dirige as operações para impressão tipográfica. AURÉLIO Buarque de Holanda Ferreira. Dicionário Aurélio Junior. 2. ed. Curitiba, Editora Positivo, 2011, p. 857.

<sup>44</sup> Barbosa (2002, p. 35) registra tensões em alguns posicionamentos entre os editores do *Jornal do Commercio* e d'A *Reforma*.

filhos. Os Pereira de Carvalho tratava-se de uma família outrora abastada, descendente de um senhor de terras no estado do Rio de Janeiro que, perto de falecer, obrigou os filhos irem empregar-se nas repartições do governo na Corte, para onde levaram alguns dos escravos já alforriados, incluindo a mãe de Amália. Apesar de terem sido escravos dos Pereira de Carvalho, Amália e seus irmãos foram escolarizados, o que possibilitou a Amália diplomar-se como professora. Outra questão que revela certo apreço dos Pereira de Carvalho aos Lima Barreto foi o fato de terem emprestado o seu nome para eles, tendo Amália chegado a assinar, quando solteira, Amália Augusta Pereira de Carvalho.

Aos 15 anos, Amália fora pedida em casamento por João Henriques e se casaram meses depois, fato que o levou a reavaliar alguns dos seus planos, mas, a princípio, mantendo o sonho de tornar-se “doutor”. Receberam sempre algum apoio, inclusive financeiro, de Afonso Celso,<sup>45</sup> que fora seu padrinho de casamento, apoio que provavelmente possibilitou que Amália abrisse um pequeno colégio para meninas, o Santa Rosa, em Laranjeiras, onde também foram residir logo que se casaram.

Em 1879, Amália tivera seu primeiro filho, Nicomedes, o qual perdeu alguns dias depois, deixando-lhe um sério traumatismo, seguido de paralisia nas pernas, da qual não chegou mais a se restabelecer por completo. Logo depois, teve Afonso Henriques, nome escolhido para homenagear seu padrinho Afonso Celso, o qual presenteou João Henriques, às vésperas do seu casamento, com um emprego público na *Imprensa Nacional*, onde trabalhou concomitantemente com *A Reforma* por algum tempo. Depois de Nicomedes, tiveram Afonso (1881), Evangelina (1882), Carlindo (1884) e Eliézer (1886).

Devido às necessidades familiares, saúde de sua esposa e criação dos filhos, desistira de estudar Medicina e não media esforços ao trabalhar em dois empregos. Nesses anos,

---

<sup>45</sup> Afonso Celso, no início do século XX, posteriormente à proclamação da república, foi professor de Direito Civil e Comercial da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Foi um dos políticos mais importantes do Segundo Império e grande amigo de D. Pedro II. Foi eleito senador pela província de Minas Gerais e tomou posse em 26 de abril de 1879. Também ocupou os cargos de secretário de Polícia, inspetor da Tesouraria Provincial e Procurador da Fazenda. Tendo sido deputado provincial em dois mandatos e deputado geral por Minas Gerais por quatro vezes. Foi ministro da Marinha e da Fazenda e membro do Conselho de Estado. Presidiu o último Conselho de Ministros do Império. Assis Figueiredo foi preso em 15 de novembro de 1889, no Quartel-General do Campo de Santana, no dia da Proclamação da República, com todo o ministério, tendo sido exilado em seguida. Ainda no Império, o Visconde de Ouro Preto, monarquista convicto, abraçou a causa abolicionista. Quando senador, criou um imposto de 20 réis sobre o preço das passagens de bonde, fato que gerou grande agitação no Rio de Janeiro, conhecida como a "Revolta do Vintém", em janeiro de 1880. Publicou, entre outras obras, *A esquadra e a oposição parlamentar* e *Advento da ditadura militar*. Foi agraciado com o título nobiliárquico de visconde em 13 de junho de 1888. PILLA, Lúcia. Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Afonso-Celso-de-Assis-Figueiredo-Visconde-de-Ouro-Preto/6000000015711236765>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

também se mudaram algumas vezes de moradia, algumas delas devido à saúde de Amália e outras devido às dificuldades financeiras. Mas não adiantaria o sacrifício, pois Amália faleceu em 1887, vítima de uma tuberculose, ficando João Henriques viúvo, aos 35 anos, com quatro filhos pequenos, sendo o mais velho com 7 e o mais novo com 2. Após esse trágico acontecimento, mudaram-se novamente, desta vez para o centro do Rio. Os filhos mais velhos foram estudar em colégios da vizinhança, enquanto João se dedicara mais do que nunca ao trabalho.

Neste ponto, traço um paralelo entre a epidemia que acometeu Amália – a tuberculose – e a imigração, um fator que impactou a vida dos brasileiros na virada do século XIX para o XX. Essa “campanha imigrantista” estava ligada diretamente ao preconceito racial das elites brasileiras que, com a abolição da escravatura, preferiram se utilizar da mão-de-obra estrangeira, considerando-a mais competente, mais adaptada para o trabalho agrícola e industrial. O que pretendiam de fato era o branqueamento do Brasil. Essa intenção se evidencia, ora mais sutilmente, ora menos, nas políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro. Uma dessas sutilezas foi apreendida por Costa & Schwarcz (2000) ao tratarem do quadro epidemiológico do Rio de Janeiro no período estudado.<sup>46</sup>

Em 1895, em um dos primeiros quadros de demografia sanitária publicado pela revista *Brasil Médico*, a tuberculose aparecia como a doença mais fatal no Rio de Janeiro, responsável, sozinha, por 15% das mortes. A segunda, em ordem de grandeza, era a febre amarela. Estranho pensar que a contenção da febre amarela teve prioridade na ação do governo brasileiro, que pouco investia contra a tuberculose (LOPES, 2000). Indispensável evidenciar mais dois dados deste cenário: a febre amarela assustava os imigrantes europeus, tornando-se um obstáculo à política encontrada pelo governo para o problema da mão-de-obra, enquanto a tuberculose acometia um maior número de negros e mestiços e era associada à sua própria condição de vida. Diante desses dados, uma conclusão pertinente é considerar que uma das motivações base da escolha era a ideologia do branqueamento da raça.

Mais uma vez, levando em consideração esse descaso, mais ainda, essa intencionalidade do Estado destinada ao extermínio dos negros (LOPES, 2000), cabe o diálogo com a música *Negro Drama*, lembrando que em nosso país, ainda hoje, temos um

---

<sup>46</sup> Nesse quadro epidemiológico, as autoras classificaram também outras epidemias, como: a varíola, malária, cólera, beribéri, febre tifoide, sarampo, coqueluche, peste, lepra e escarlatina, que junto às duas mais fatais – tuberculose e febre amarela –, foram responsáveis por 42% das mortes do Rio de Janeiro em 1895 (Costa & Schwarcz, 2000, p. 118, 119).

descaso com a alta porcentagem de violência entre as camadas mais populares, sobretudo entre jovens negros.

Desde o início,  
 Por ouro e prata,  
 Olha quem morre,  
 Então veja você quem mata,  
 Recebe o mérito, a farda,  
 Que pratica o mal,  
 Me vê,  
 Pobre, preso ou morto,  
 Já é cultural,  
 Histórias, registros,  
 Escritos,  
 Não é conto,  
 Nem fábula,  
 Lenda ou mito, [...]  
 (Racionais MC's, 2002).

Mesmo não considerando outros detalhes e características da imigração no Brasil neste período, fato é que os imigrantes mudaram a paisagem social do Centro-Sul do país, com sua presença nas atividades econômicas, seus costumes, seus hábitos alimentares, contribuindo também para valorizar uma ética do trabalho.

As condições em que foram pensadas e incentivadas as imigrações no Brasil também não passaram despercebidas por Lima Barreto, em *Os Bruzundangas*, o qual evidenciou seus aspectos negativos, seja pelo preconceito que escondiam, pela falta de respeito a esse ser humano que imigrava para o país em busca de melhores condições de trabalho, mas que encontrava condições também muito ruins e por considerá-las também como um mecanismo que, no lugar de resolver o problema econômico, aumentava-o.

Em face de um país com uma população já numerosa em relação ao território ocupado efetivamente – na Bruzundanga, os seus políticos só pedem e proclamam a necessidade de introduzir milhares e milhares de forasteiros. Dessa maneira, em vez de procurarem encaminhar para a riqueza e para o trabalho a população que já está, eles, por meio de capciosas publicações, mentirosas e falsas, atraem para a nação uma multidão de necessitados cuja desilusão, após certo tempo de estadia, mais concorre para o mal-estar do país. (BARRETO, 2004, p. 42).

Mais adiante, foi mais específico ao tratar de como o Brasil fazia essas propagandas no exterior para atrair esses imigrantes (BARRETO, 2004, p. 98): “Nos anúncios luminosos, então, a sua imaginação foi fértil. Houve um que ficou célebre e assim rezava: ‘Bruzundanga, País rico – Café, cacau e borracha. Não há pretos’”.



Voltando à vida dos pais de Lima Barreto, em fins de 1888, seu pai, por convicção própria e por influência de Afonso Celso, seu padrinho que se tornara Visconde de Ouro Preto, tomou posições mais partidárias a favor da Monarquia e foi trabalhar na *Tribuna Liberal*, jornal criado por Sinimbu, Lafaiete, Otaviano e Afonso Celso, senadores do Partido Liberal, para divulgar a campanha liberal. Sem deixar o emprego público, João Henriques trabalhava de noite na *Tribuna Liberal*, para onde, muitas vezes, levava o pequeno Afonso Henriques. Porém, seus esforços não foram suficientes, pois a agitação pró-república já estava nas ruas e pouco tempo depois, com o apoio dos militares, veio a República. A *Tribuna Liberal* não fechou as portas, ainda que diante de muita pressão e até ameaças anônimas, mas o Visconde de Ouro Preto foi deportado para a Europa.

O ano de 1889, principalmente após a Proclamação da República, foi marcado por intensa perseguição dos republicanos aos monarquistas resistentes, tendo sido presos diversos líderes monarquistas. Nesta ocasião, o proprietário da *Tribuna Liberal*, Antônio de Medeiros, fora demitido do seu emprego público na *Imprensa Nacional* e os dias de João Henriques estavam contados. Ele, porém, não esperou que o demitissem, antes, ele próprio se demitiu (BARBOSA, 2002).

### 2.3 Lima Barreto Sob Vários Ângulos

Neste ponto, para compor a biografia de Lima Barreto, considero indispensável trazer imagens que o representem; imagens visuais que registrem seu rosto, suas vestimentas, seus costumes, enfim, que o retratem. Isso porque compactuo com a ideia de que nas experiências humanas se inscrevem percepções e sensibilidades no corpo (BUENO, 2007). Na busca por tais imagens, tive a impressão de que não havia muitas. Minhas impressões se confirmaram quando tive acesso aos relatos de Schwarcz (2017b) compartilhando as dificuldades que teve para encontrar fotos ou outras imagens de Lima Barreto e como tais imagens foram manipuladas.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> As imagens usadas para representar Lima Barreto foram tiradas do Blog da Companhia das Letras, onde Lilia Moritz Schwarcz, em 26 de maio de 2017, compartilhou uma matéria expressando as dificuldades que teve para construir uma imagem que representasse o Lima Barreto da sua biografia. Disponível em: <http://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/O-retrato-de-Lima-na-capa-entre-o-silencio-e-o-ruído>. Acesso em: 18 set. 2018.

FIGURA 3 - Lima Barreto (1903): Início da carreira de amanuense na Secretaria da Guerra



Fonte: Disponível em:  
<http://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/O-retrato-de-Lima-na-capa-entre-o-silencio-e-o-ruído>. Acesso em: 18 set. 2018.

Schwarcz (2017b, s.n.) avalia que esta fotografia é a mais conhecida de Lima Barreto, na qual ele aparece “[...] muito arrumado: terno composto, nó da gravata bem-feito, e o cabelo à moda com apenas uma mecha lhe caindo estrategicamente à testa” e, nela, ele “parece branco”. A autora apresenta dois argumentos para afirmar que esta foto não retrata bem o Lima Barreto: primeiro, porque as descrições a que teve acesso apontam para um Lima Barreto desleixado, não raro calçando um sapato de cada cor, gravata frouxa, cabelo desalinhado e a camisa encardida. Segundo, porque esta foto deve ter sido manipulada para que ele parecesse mais branco, um procedimento comum à época, com o objetivo de melhorar a imagem do retratado, fazendo-o passar por um processo de branqueamento.

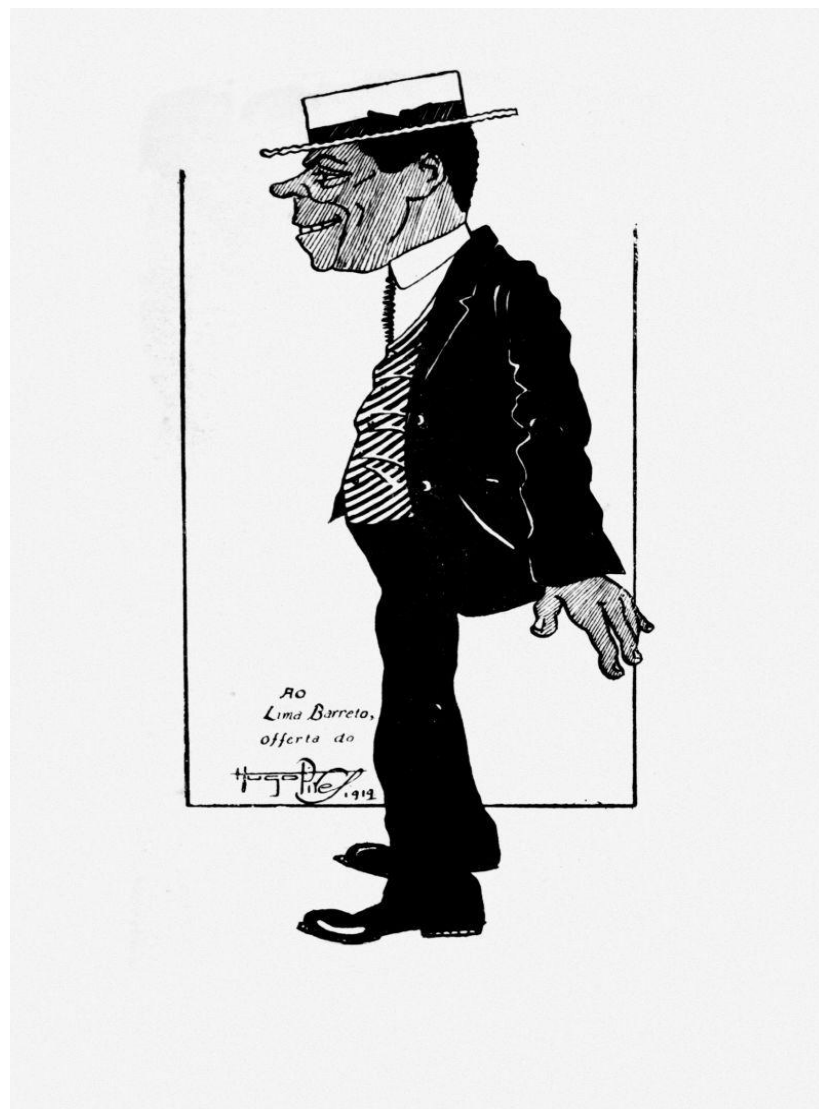
FIGURA 4 - Internações no Hospício Nacional em imagens de 1914 e 1918



Fonte: Disponível em: <http://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/O-retrato-de-Lima-na-capacite-entre-o-silencio-e-o-ruído>. Acesso em: 18 set. 2018.

Estas fotos, menos manipuladas por terem sido tiradas para compor os prontuários de internação de Lima Barreto, no Hospício Nacional, em 1914 e 1918, representam-no com maior fidedignidade, na questão da sua cor. Entretanto, Schwarcz (2017b) destaca que nos registros da primeira internação, quando Lima Barreto chegou ao hospício como funcionário público, ele foi internado como “branco”. Já na segunda internação, quando ele foi levado ao hospício como “indigente”, no seu prontuário foi registrado como “pardo”. Considero essa dificuldade de definição da cor uma das permanências no Brasil desde a época de Lima Barreto. Mais uma vez, remeto-me à música do Racionais MC’s, que apesar de se chamar *Negro Drama*, traz na segunda parte, a qual é cantada pelo Mano Brown, uma das maneiras de como ele se autodefine: “pardo”. Porém, em outras partes da mesma música, aparecem outros termos para definir os negros, como: “preto” e “pretinho”. Lima Barreto, por sua vez, definia-se também de diferentes maneiras, dentre elas: “negro”, “descendente de africanos” e “cor azeitonada” (SCHWARCZ, 2017b).

FIGURA 5 - Caricatura de Lima Barreto: Revista *A Cigarra* (1919)



Fonte: Disponível em:

<http://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/O-retrato-de-Lima-na-capa-entre-o-silencio-e-o-ruído>. Acesso em: 18 set. 2018.

Ainda que não se trate de uma foto, esta imagem, uma caricatura para retratar Lima Barreto, feita por Hugo Pires para a revista *A Cigarra*, de 1919, retrata-o como um típico “malandro carioca: chapéu de palha, sapato brilhante, sorriso largo”. Schwarcz insiste que esta caricatura também não representa bem o Lima Barreto da sua biografia, pois ele não costumava trajar “roupa à moda, sapato brilhante, cabelo assentado e barba feita”, pelo contrário, sobretudo por esses anos, “o escritor suava muito, tinha as maçãs do rosto macilentas, os olhos inchados pela bebida e não se preocupava com o que trajava” (SCHWARCZ, 2017b).

A partir da leitura dessas imagens visuais, em busca de uma representação imagética de Lima Barreto, prossigo com a sua biografia desde a infância. Nos primeiros anos da vida de Lima Barreto, algo que o marcou sobremaneira foi a morte da mãe. “Aos sete anos – confessa-se no Diário íntimo –, logo depois da morte de minha mãe, quando fui acusado injustamente de furto, tive vontade de me matar”, registra Barbosa (2002, p. 61). Afonso foi alfabetizado por sua mãe e, apenas após sua morte, foi estudar na escola pública. Foi um aluno aplicado e levava as lições a sério. Não gostava muito de brincar e ficava bastante isolado, conta sua irmã Evangelina (BARBOSA, 2002).

Aos sete anos, assistiu com o pai os festejos da Abolição, no dia do seu aniversário, quando a princesa Isabel assinara a Lei Áurea, momento que relatou em um artigo no *Gazeta da Tarde*<sup>48</sup> em 1911. Já sobre a Proclamação da República, não escreve muito nas suas recordações, a não ser sobre movimentações militares e a demissão do seu pai. Suas recordações apontam para sua aversão à República e certa “simpatia” pela Monarquia, inclusive ao lembrar-se da Princesa Isabel e do Imperador, talvez por influência de seu pai. Numa de suas crônicas, *Feiras e Mafuás*, a qual foi publicada postumamente, Lima Barreto chegou a fazer uma comparação entre a vida modesta do imperador frente ao luxo dos hábitos do presidente da República.

D. Pedro II, que tinha por avós não sei quantos reis e imperadores, tinha três ridículas casas, no Rio de Janeiro, que eram da coroa ou da nação; e uma em Petrópolis, que era dele. Um nosso presidente qualquer, bacharel qualquer e filho de um coronel qualquer, tem quatro ou mais palácios suntuosos, recebe de vencimentos anualmente quase tanto quanto a antiga dotação imperial; o Estado paga a sua famulagem, enquanto a dele, o imperador pagava e, por muito favor, custeava unicamente o seu feijão com carne-seca, prato de luxo que ele não dispensa porque é hoje iguaria de potestade. (BARRETO, 1953, p. 125, 126 apud BARBOSA, 2002, p. 66).

Ao longo das suas obras, incluindo *Os Bruzundangas*, Lima Barreto não poupou críticas à República, ou melhor, à maneira como esta se desenvolveu no Brasil. Em um artigo intitulado *15 de novembro*, fazendo referência à proclamação da República, o qual passou a compor o seu livro *Marginália*, Lima Barreto (1995, p. 46) assim implicou:

Em seguida, lembrei-me de que o eminente senhor prefeito quer cinco mil contos para reconstrução da avenida Beira-Mar, recentemente esborrachada pelo mar. Vi em tudo isso a República; e não sei por quê, mas vi. Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repoussoir* a

---

<sup>48</sup> Barreto, Lima. *Feiras e Mafuás*, p. 255-256.

miséria geral? Não posso provar e não seria capaz de fazê-lo. Saí pelas ruas do meu subúrbio longínquo a ler as folhas diárias. [...] Quase todas elas estavam cheias de artigos e tópicos, tratando das candidaturas presidenciais. Afora o capítulo descomposturas, o mais importante era o de falsidade. Não se discutia uma questão econômica ou política; mas um título do Código Penal. Pois é possível que, para a escolha do chefe de uma nação, o mais importante objeto de discussão seja esse?

Alguns dos aspectos que marcaram o Brasil neste período, por tangenciarem a vida de Lima Barreto, valem ser destacados. Fausto (2003) lembra que este período da Primeira República também recebeu outras designações, entre elas: República Oligárquica, República dos “coronéis” e República do “café-com-leite”. Nenhuma dessas designações, sozinha, é suficiente para se construir uma caracterização geral do período, mas entender o motivo de ser assim denominado possibilita uma aproximação às complexidades que lhe caracterizaram. Considerações sobre essas designações, sobretudo as duas primeiras (República Oligárquica, República dos “coronéis”), são importantes porque permitem traçar paralelos com algumas críticas postas por Lima Barreto em *Os Bruzundangas*.

Começemos pela primeira expressão, “República Oligárquica”. O próprio significado da palavra oligarquia já nos indica suas características – governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou uma família. De fato, embora a aparência da nova organização do país fosse liberal, na prática o poder foi controlado por um reduzido grupo de políticos em cada Estado.

A República concretizou a autonomia estatal, dando plena expressão aos interesses de cada região. Isso se refletiu no plano da política através da formação dos partidos republicanos restritos a cada Estado. As tentativas de organizar partidos nacionais foram transitórias ou fracassaram. Controlados por uma elite reduzida, os partidos republicanos decidiam os destinos da política nacional e fechavam os acordos para a indicação de candidatos à presidência da República (FAUSTO, 2003, p.261).

Algumas características eleitorais desse período contribuem para a compreensão do controle dessas oligarquias. Primeiramente, destaca-se a baixa adesão popular pelo voto, o que se evidencia na porcentagem de votantes que, segundo Fausto (2003, p. 262), “[...] oscilou entre o mínimo de 1,4% da população total do país (eleição de Afonso Pena em 1906) e 5,7% (eleição de Júlio Prestes em 1930)”. Outro aspecto é que o voto não era secreto, o que facilitava o controle dos eleitores por meio da pressão dos chefes políticos (ameaças ou troca

de votos por favores) – voto de cabresto<sup>49</sup>. Além disso, havia ainda a fraude eleitoral através da falsificação de atas, do voto dos mortos, dos estrangeiros, entre outras maneiras.

Estando entre os grandes eventos e costumes que marcaram o período, essas características eleitorais foram retratadas por Lima Barreto, indiretamente, em diversos trechos de *Os Bruzundangas* e, mais diretamente, no capítulo XIV “As eleições”, onde denunciou esses vícios do controle político por meio de ameaças físicas, compra de votos, fraudes nas urnas com voto de mortos e corrupção do mesário e até a conversão ao catolicismo para ganhar votos.

A segunda expressão usada para denominar o período, “República dos coronéis”, refere-se aos coronéis da antiga Guarda Nacional que eram, em sua maioria, proprietários rurais com base local de poder. Apesar desses coronéis não terem, de fato, dominado o cenário político na Primeira República, eles possuíam uma influência local muito grande e, por isso, eram importantes para a sustentação da base do sistema oligárquico.

O coronelismo tratava-se de uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo –, que já vinha desde os tempos da Colônia, existente tanto no campo quanto nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado. Considerando que o “coronel” controlava os eleitores em sua área de influência, estavam formadas as condições ideais para que ocorresse a corrupção dos votos, ou seja, os votos em candidatos por ele indicados eram trocados por favores bastante variados, incluindo um par de sapatos, uma vaga no hospital ou um emprego.

Lima Barreto também tratou sobre essa influência dos “coronéis” na política nacional, quando narrou o caminho mais comum para a presidência da República, questionando até a capacidade intelectual dos presidentes.

Durante este longo tempo em que ele passa como deputado, senador, isto e aquilo, o esperançoso Mandachuva é absorvido pelas intrigas políticas, pelo esforço de ajeitar os correligionários, pelo trabalho de amaciar os influentes e os preponderantes, na política geral e regional. A sua atividade espiritual limita-se a isto. Os preponderantes e influentes têm todo o interesse em não fazer subir os inteligentes, os ilustrados, os que entendem de qualquer coisa; e tratam logo de colocar em destaque um medíocre razoável que tenha mais ambição de subsídios do que mesmo a vaidade do poder. Além disso, eles têm que atender aos capatazes políticos das localidades das províncias; e, em geral, estes últimos indicam, para os primeiros postos políticos, os seus

---

<sup>49</sup> O voto de cabresto representava um sistema tradicional de controle de poder político através do abuso de autoridade, incluindo ameaças físicas, compra de votos ou utilização da máquina pública. Era um mecanismo muito recorrente, principalmente nas regiões mais pobres do Brasil, como característica do coronelismo.

filhos, os seus sobrinhos e de preferência a estes: os seus genros. (BARRETO, 2004, p. 60).

Retornando à biografia de Lima Barreto, em 1890, João Henriques, seu pai, graças a Cesário Alvim, seu velho amigo d'A *Reforma*, então no Ministério do Interior, conseguira ser nomeado escriturário das Colônias dos Alienados da Ilha do Governador. João não levaria os filhos mais velhos de mudança para não interromperem os estudos e apostava em Afonso Henriques, que neles se destacara, para concretizar o seu sonho de tornar-se “doutor”. Ele estendia esse desejo de conquista ao seu filho e como não conseguira tornar-se médico, desejava que Lima Barreto alcançasse a posição de “doutor”, pois no Brasil desse período todos sonhavam com esse título. (BARRETO, 2004).

Para isso, procurou o compadre Afonso Celso, que regressara a pouco do exílio, o qual concordou em custear os estudos do menino. Matriculou-o no Liceu Popular Niteroiense, considerado uma escola de excelência, frequentada por ricos, no qual ficara até 1894, completando o curso secundário e parte do suplementar. Devido à distância, Afonso Henriques estudara no sistema de internato, retornando ao seu lar, na Ilha do Governador, apenas aos finais de semana. Não foi um tempo fácil para ele, não se adaptara bem à condição do internato, com a disciplina das aulas e dos estudos, com os gritos e as palmatórias dos professores, os horários certos para tudo controlados por apitos. Diante disso, passou a adorar os finais de semana na ilha, nessa época ainda uma roça, isolada do Rio de Janeiro.

Desses anos iniciais da década de 1890, não poderia deixar de traçar um paralelo com a promulgação da Primeira Constituição Republicana, em 1891, inspirada no modelo norte-americano. Sendo assim, foi adotado o federalismo, que pressupunha maior autonomia para os Estados, agradando, entre outros, o Estado de São Paulo que, mais tarde, utilizou-se dessa autonomia para contrair empréstimos no exterior e valorizar o café.

As principais mudanças propostas na Constituição foram: o estabelecimento dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), que deveriam ser harmônicos e independentes entre si; o sistema presidencialista com mandato de quatro anos; os deputados seriam eleitos em cada Estado em número proporcional ao de seus habitantes por um período de três anos; os senadores deixaram de ser vitalícios e tiveram o mandato limitado a nove anos; o sistema de voto direto e universal (acabou com o censo econômico); foram considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos – excluídos os analfabetos, os mendigos, os praças militares e as mulheres; garantiu a separação do Estado e Igreja, deixando o



catolicismo de ser a religião oficial do país, refletindo a convicção laica dos dirigentes republicanos.

Apesar das tendências mais liberais, republicana e de igualdade, essa Constituição foi acusada de ter promovido mudanças que, na prática, beneficiaram somente as elites, como destaca Magnani (1982, p. 47-48).

O Estado republicano garantia constitucionalmente direitos civis ao conjunto da população, mas impediu o livre exercício destes direitos, quando utilizados para contestar o padrão de dominação vigente, o que atingiu sobretudo os movimentos reivindicatórios do operariado. Os direitos políticos foram definitivamente negados aos trabalhadores através da interdição de voto ao estrangeiro. [...] O Estado não permitiu a abertura de canais institucionais capazes de assimilar as demandas de ordem política, econômica e social, que brotavam no interior do grupo, e tampouco canais constitucionais capazes de mediatizar os conflitos agudos entre o capital e o trabalho. (Os sindicatos, por exemplo, não foram reconhecidos como instituições de mediação e representação).

De todos esses conflitos e tensões que envolveram a promulgação da Primeira Constituição Republicana, Lima Barreto tratou em diversos textos, incluindo os que compuseram *Os Bruzundangas*, no capítulo V, “As riquezas da Bruzundanga”, sobre a importância do café e da sua elite nos rumos da nação, no capítulo XX, “Uma província”, sobre a influência de São Paulo nas decisões políticas nacionais e, sendo mais direto no capítulo VIII, “A Constituição”. Neste, apontou a influência das principais elites que se beneficiariam com essa Constituição (militares e cafeicultores paulistas), acusou-a também, com ar de deboche, de ter sido inspirada na Constituição de outro país por incompetência dos constituintes em concebê-la personalizada, mas não deixou de denunciar que, nos pontos de interesse dessas elites, a lei foi alterada sempre para beneficiá-las.

Os deputados não deveriam ter opinião alguma, senão aquelas dos governadores das províncias que os elegiam. As províncias não poderiam escolher livremente os seus governantes; as populações tinham que os escolher entre certas e determinadas famílias, aparentadas pelo sangue ou por afinidade. Havia artigos muito bons, como por exemplo o que determinava a não acumulação de cargos remunerados e aquele que estabelecia a liberdade de profissão; mas, logo, surgiu um deputado prudente que estabeleceu o seguinte artigo nas disposições gerais: “Toda a vez que um artigo desta Constituição ferir os interesses de parentes de pessoas da ‘situação’ ou de membros dela, fica subentendido que ele não tem aplicação no caso”. (BARRETO, 2004, p. 57).

Retornando à história de Lima Barreto, em 1891, João Henriques, seu pai, fora designado para cuidar de duas colônias de alienados: *São Bento* e *Conde Mesquita*. Seria o

primeiro contato da família com a loucura e, *a priori*, não teria sido tão ruim. Não fora muito otimista inicialmente, ainda com suas lembranças da vida no Rio, sentia-se como exilado na sua própria pátria, tendo se tornado ainda mais amargurado, buscando refúgio na bebida. Porém, o álcool de fato nunca atrapalhara seu desempenho profissional e logo destacou-se também neste novo posto, chegando a se responsabilizar por mais de duas centenas de loucos.

Como sugestão de tratamento, alguns doentes deveriam trabalhar e, por isso, João Henriques os acompanhava e ajudava com tarefas na roça, tornando-se, em pouco tempo, um apaixonado pela agricultura. Sua vida neste período se assemelha muito a um dos personagens de Lima Barreto, o Policarpo Quaresma, até pelo que plantavam: milho, feijão e a batata-inglesa. Em fins de 1897, do antigo asilo de mendigos que vivia abandonado, fizera um sítio com mais de mil árvores frutíferas.

Fora um tempo bom para a família, mas logo interrompido pela revolta da Armada<sup>50</sup>, quando um contingente de marinheiros rebelados contra Floriano Peixoto ocupou a Ilha do Governador. Lima Barreto não tem boas recordações desse fato ao tratá-lo no seu romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, conforme Barbosa (2002, p. 81):

Da Ilha do Governador fez-se uma verdadeira mudança de móveis, roupas e outros haveres. O que não podia ser transportado, era destruído pelo fogo e pelo machado. A ocupação deixou lá a mais execranda memória e até hoje os seus habitantes ainda se recordam dolorosamente de um capitão, patriótico ou da guarda nacional, Ortiz, pela sua ferocidade e insofrido gosto pelo saque e outras vexações.

Esse período da virada do século XIX para o XX foi marcado também por outros movimentos sociais no campo (Canudos, Contestado, Cangaço, dentre outros) e nas cidades (Revoltas da Armada, da Chibata, da Vacina, dentre outros) por motivos diversos, mas todos eles apontando para um descontentamento com a organização política, social e econômica do país, o que indiretamente indica um aumento no interesse de participação política pela população. Os movimentos sociais urbanos foram mais complexos do que os movimentos rurais, mas basicamente estão relacionados ao crescimento das cidades, à diversificação das atividades e à constituição da classe trabalhadora.

---

<sup>50</sup> A Revolta da Armada foi um movimento promovido por unidades da Marinha Brasileira contra os governos da recém-imposta República. O movimento desenvolveu-se em dois momentos; uma no governo de Deodoro da Fonseca e outra no governo de Floriano Peixoto. Este segundo momento, o qual impactou mais diretamente a vida de Lima Barreto, começou a delinear-se em Março de 1892, quando treze generais enviaram uma Carta-Manifesto ao Presidente da República, Floriano Peixoto, exigindo a convocação de novas eleições presidenciais, alegando ilegitimidade no seu governo. Floriano reprimiu duramente o movimento, determinando a prisão de seus líderes. Disponível em: < <https://atlas.fgv.br/verbetes/revolta-da-armada>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Não pretendo me alongar ao tratar desses movimentos, porém, por ter ocorrido no Rio de Janeiro e, portanto, por ter impactado mais diretamente a vida de Lima Barreto, teço algumas considerações a respeito de um deles: a “Revolta da Vacina”. Lopes (2000) fez um estudo aprofundado deste movimento, trazendo à tona um debate presente no Rio de Janeiro no início do século XX, entre os positivistas contrários à vacinação e os adeptos às campanhas vacinistas, que representavam as intenções do Governo (Prefeito Pereira Passos e o médico sanitário Oswaldo Cruz), debate que foi silenciado pela historiografia tradicional. Esse silenciamento foi tão contundente que, segundo a autora, conseguiu anular outras tendências médicas divergentes, acusando-as de charlatãs e irracionais, de maneira que até materiais sobre essas posições tornaram-se raros.

Não encontramos nas coleções médicas cariocas nenhum registro sobre as reações à vacina contra a varíola. Sabemos, com os dados atuais, que a vacina pode provocar a morte em alguns organismos. Silenciar sobre as reações mórbidas provocadas nos testes imunológicos é compactuar com a irracionalidade de algumas experiências realizadas no corpo humano. Como este silêncio se produz? Na corporação, o médico crítico da tecnologia médica ganha, com frequência, o rótulo de charlatão e as suas dúvidas são classificadas como irracionais (LOPES, 2000, p. 62).

A compreensão de algumas ideias positivistas, assim como notar o quanto elas entremeavam o pensamento popular, é indispensável para entender os motivos e a proporção que tomou a Revolta da Vacina. O positivismo predominante no Rio de Janeiro estava baseado nas ideias de Augusto Comte e considerava muito perigosa a inoculação da varíola com a vacina, pois nesta estava presente o próprio vírus.<sup>51</sup> A prevenção seria respeitar o tempo das epidemias que é cíclico, enquanto o tempo do progresso é linear. Essa ideia fundamenta seu posicionamento político de crítica às vacinações, pois diziam não ter governo capaz de impedir epidemias.

---

<sup>51</sup> Augusto Comte dizia que no diagnóstico médico deveria estar combinado dois aspectos da natureza humana: o físico e o moral. Ele esquematizou a relação do meio e do organismo em dois itens básicos: 1) é o exterior que regula o interior; 2) a história humana é o desenvolvimento de um germe à atualização da natureza humana. O progresso é apenas o desenvolvimento da ordem. Para ele, cada organismo é uma totalidade pertencente à totalidade do seu meio. Exemplifica com o alimento, que é produzido pela natureza e a sua assimilação pelo organismo produzirá uma harmonia meio/organismo necessária à vida. A teoria da história universal, dos positivistas, divide a história em três estados: o teológico, o metafísico e o positivo. O teológico corresponde ao período primitivo até a Idade Antiga; o metafísico seria a partir da Idade Média (momento de transição, de crise e desorganização dos valores morais; o positivo é caracterizado pela organicidade, por sua simbiose entre o espiritual e o corporal, o progresso e a ordem). Para os positivistas, degenerado é tudo o que se encontra afastado do estado de natureza, por isso, entre os povos primitivos havia mais harmonia, enquanto que a evolução social produz conflitos que predispõe à moléstia. As epidemias seriam uma consequência dessas transformações (LOPES, Myriam Bahia. *O Rio em Movimento - Quadros Médicos e(m) História: 1890 – 1920*. 2000, p. 52, 53).

Os sanitaristas, vacinologistas, consideravam que os doentes em potencial deviam ser obrigados a cumprir as prescrições médicas oficiais, tendo decretado a vacinação nas escolas, estalagens e avenidas, residências da população de baixa renda, criando cinturões de vacinações, isolando grupos mais suscetíveis à doença e fazendo amplo uso da propaganda. Em contrapartida, até 1904, a campanha contra a vacina contava com o apoio de vários simpatizantes da imprensa. A partir dessa data, ano a ano, após alguns sucessos das campanhas de vacinação, a campanha contra a vacina vai se reduzindo e enfraquecendo.

Os positivistas levantavam a bandeira da liberdade e do direito à resistência da população diante da imposição legal da vacinação em massa e tangenciavam muitas das insatisfações populares. Considerando que suas ideias estavam difundidas entre a população, contribuiu para justificar a proporção tomada na revolta, a qual apesar de ter durado poucos dias foi muito intensa, com saques a lojas e prédios públicos, fachadas apedrejadas, bondes queimados, trilhos arrancados, barricadas, tiroteios nas ruas entre a polícia e os manifestantes, além de ter contado até com o apoio dos militares da Escola de Cadetes da Praia Vermelha, que também se revoltaram (LOPES, 2000).

Em *Os Bruzundangas*, Lima Barreto não dirigiu nenhuma crítica diretamente a algum dos movimentos sociais, porém, ao tratar sobre a província do “Kaphet” (São Paulo), indiretamente denunciou a maneira como os governantes lidavam com esses movimentos.

Não há lá independência de espírito, liberdade de pensamento. A polícia, sob este ou aquele disfarce, abafa a menor tentativa de crítica aos dominantes. Espanca, encarcera, deporta sem lei hábil, atemorizando todos e impedindo que surjam espíritos autônomos. É o arbítrio; é a velha Rússia. E isso a polícia faz para que a província continue a ser uma espécie de República de Veneza, [...]. Ninguém pode contrariar as cinco ou seis famílias que governam a província, em cujo proveito, de quando em quando, se fazem umas curiosas valorizações dos seus produtos. Ai daquele que o fizer! (BARRETO, 2004, p. 93).

Por estar diretamente relacionado a fatores que contribuía com esses movimentos sociais, teço também alguns comentários sobre o processo de urbanização do Rio de Janeiro, o qual, por sua vez, está vinculado ao fim da escravidão. Um dos motivos que levaram o governo brasileiro a retardar o fim da escravidão foi a falta de ações públicas no sentido de distribuição de terras para os escravos libertos que trabalhavam no campo e geração de trabalho para os trabalhadores urbanos. Ao contrário, foram simplesmente libertos e jogados à concorrência do mercado de trabalho com os imigrantes já nele inseridos, da moradia, educação e proteção social. Foram libertos cerca de 730 mil escravos correspondendo a 5% da

população que vivia no Brasil. Muitos desses libertos foram ocupar cortiços e iniciaram o processo de favelização das cidades brasileiras.

A cidade do Rio de Janeiro, no período 1902 a 1906, transformou-se em um gigantesco canteiro de obras e, no final do governo Rodrigues Alves e de sua equipe, tinha se transformado completamente, sendo comparada a uma nova Paris. Assim como outras cidades brasileiras, agigantou-se e aumentou substancialmente a população urbana, composta, em grande parte, de pobres, vítimas da péssima distribuição de renda vigente e da falta de emprego para eles. A esse contingente de pobres urbanos acresceu outro de miseráveis oriundos da migração interna, expulsos pela falta de condições de permanecerem na área rural.

Cavalcanti (2006, n.p.)<sup>52</sup>, ao tratar da urbanização no Brasil, conclui que:

Os planos urbanísticos realizados nas cidades voltaram-se, em sua grande maioria, para o embelezamento e a geração de novas áreas de moradia para a classe média e rica, para as indústrias e o comércio. Pouco se fez para beneficiar as populações pobres que viviam nos núcleos favelados, em habitações precárias, em áreas de risco e em loteamentos clandestinos. As cidades brasileiras aprofundaram a imagem das injustiças construídas, historicamente, pelo descaso dos sucessivos governos e de suas discriminatórias políticas social, econômica e cultural, postas a serviço da parcela formada pelos mais aquinhoados.

Lima Barreto, em *Os Bruzundangas*, também tratou dessa reforma urbana pela qual passou o Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, entendendo-a como uma forma de manipulação do então Ministro das Relações Exteriores (Barão do Rio Branco) sobre o então Presidente da República (Rodrigues Alves), com a intenção de melhorar a imagem do Brasil para os estrangeiros.

Estava como embaixador em um país qualquer e um Mandachuva fê-lo Ministro de Estrangeiros. [...] a sua influência sobre o ânimo do Mandachuva, era imensa. Convenceu-o que devia modificar radicalmente o aspecto da capital. Era preciso, mas devia ser feito lentamente. Ele não quis assim e eis a Bruzundanga tomando dinheiro emprestado, para pôr as velhas casas de sua capital abaixo. De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia (BARRETO, 2004, p. 70).

---

<sup>52</sup> Nireu Cavalcanti é arquiteto e historiador, professor na Pós-Graduação da Escola de Arquitetura e Urbanismo/UFF, Autor de *O Rio de Janeiro setecentista* (Jorge Zahar Ed.). Este estudo é um excerto do artigo *O problema da urbanização e o papel da política do Brasil, apresentado na Universidade de Estudos Estrangeiros de Kyoto – Japão*, jan. 2006. Publicado na Revista Educação em Linha. Disponível em: <<https://www.educacaoemlinha.com.br/blog-celeiro-de-textos/2-celeiro-de-textos/39-urbanizacao-do-rio-de-janeiro-nos-seculos-xix-e-xx.html?showall=1&limitstart=>>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

Ao tratar desses últimos dois aspectos no Brasil (movimentos sociais e urbanização) e, sobretudo, no Rio de Janeiro no início do século XX, algumas semelhanças com esses mesmos processos em Londres e Paris no século XIX se evidenciam. O suporte teórico que possibilita esta análise comparativa baseia-se nos estudos da Maria Stella Martins Bresciani (1982) e de Richard Sennett (2003), ambos, ao fornecerem um profundo estudo desses processos nessas cidades europeias. Com os adventos da Primeira e Segunda Revoluções Industriais, o cenário social europeu sofreu profundas mudanças com a grande urbanização e consequentemente com o aumento de movimentos sociais populares.

Bresciani se apropriou das lentes de intelectuais como Walter Benjamin, Hannah Arendt e Edward Palmer Thompson para sua análise, além das percepções de contemporâneos desses processos, sejam eles historiadores, literatos ou críticos, como Charles Baudelaire, Charles Dickens, Friedrich Engels, Jules Michelet e Edgar Allan Poe, permitindo uma visão ampla do desenvolvimento de grandes cidades europeias enquanto objeto de estudo. A partir da leitura desses intelectuais, Bresciani (1982) evidencia um novo personagem histórico – a multidão –, considerado por seus contemporâneos como fascinante e ao mesmo tempo aterrorizante. Sua vida diurna e noturna, a perda da identidade individual que é dissolvida na multidão, sua locomoção nos transportes públicos, seu falar, seu andar, suas atividades laborais, sua pressa controlada pelo tempo do relógio (THOMPSON, 1998), tudo passou a ser observado como um espetáculo.

Na sua análise, Bresciani (1982) destacou algumas contradições do período, afinal, essa aglomeração urbana trouxe consigo novos desafios e os observadores contemporâneos notaram o contraste entre a opulência material e a degradação do homem; o tom otimista desapareceu ao ser avaliado o custo social do crescimento econômico, os efeitos devastadores da aglomeração urbana. Engels retratou a cidade de Londres com um tom negativo, ficou assustado e indignado ao notar a multidão, a indiferença brutal e o isolamento de cada um voltado aos seus próprios interesses. Cada indivíduo possuía uma finalidade, um princípio; a individualidade foi levada ao extremo. Ele percorreu os bairros populares de Londres, onde moravam os operários, e relatou prédios mal construídos, sem planejamento, ruas estreitas, sujas, fétidas. Pior era dentro das casas, com vidros e portas quebradas, muros sujos, dormitórios em porões, detritos e água suja por toda parte. As péssimas condições de moradia e a superpopulação eram duas observações constantes sobre os bairros operários londrinos. Engels ainda comparou os moradores desses bairros londrinos a selvagens desconhecidos da

África. Era visível a deterioração das condições de vida nos bairros pobres. Poucos chegavam a envelhecer, pois muitos morriam antes, de fome e frio.

Assim como no Rio de Janeiro, essas condições já eram vistas como obstáculos à educação e ao desenvolvimento moral pelos sanitaristas, de forma a impedir o crescimento das capacidades produtivas que passaram a considerar os custos das medidas preventivas como menores que os custos com a doença. Ao custo econômico somava-se a ameaça social, pois esse londrino não seria extinto de maneira pacífica, antes se arriscaria com o trabalho irregular, biscates, prostituição e até protestos públicos e tumultos. A preocupação com a multidão estava menos relacionada com as suas condições degradantes de vida do que com o perigo que ela representaria caso resolvesse unir-se e rebelar-se.

Assim como as condições de vida precárias, a preocupação com a multidão, o aumento da violência, tantas outras comparações são possíveis entre o caso londrino e o carioca, incluindo ainda o desejo do extermínio, se possível fosse, dos pobres que ficavam desempregados, sendo no Rio de Janeiro a maioria deles negros. Bresciani (1982) traz um termo que era utilizado para definir esses pobres - resíduo social - que precisavam ser eliminados, pois representavam uma ameaça à ordem para as elites. Definiam-nos como um peso morto sobre o mercado de trabalho que interferia nos interesses dos trabalhadores de mérito e de boa vontade. Tinham medo que esse proletariado matasse-os, que se revoltassem de maneira fatal. Diziam que se a polícia não desse jeito de “limpar a cidade” expulsando os vagabundos desempregados que se amontoavam nas praças, que eles contratariam bandos armados para o fazer.

Assim como no Brasil, com o aumento das greves entre 1917 e 1920, o ludismo e o cartismo<sup>53</sup> escancararam a questão da participação dos pobres na política, deixando claro que não eram incapazes de organizar-se e por isso representavam uma ameaça mais séria às elites. Organizavam-se por meio dos jornais, por meio dos sindicatos; não seria mais possível desconsiderar os pobres da vida política, como seres irracionais. Essa mudança de opinião quanto à condição política do trabalhador, aumentou a distância entre os trabalhadores e os sem trabalho. O desemprego passou a ser visto não mais apenas como um fenômeno

---

<sup>53</sup> Ambos movimentos estão relacionados às péssimas condições de vida e de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores desde o início da Revolução Industrial, que provocaram revolta e manifestações de descontentamento. O ludismo promoveu a quebra das máquinas das fábricas na Inglaterra, a partir de 1811. O cartismo surgiu alguns anos depois, quando os operários ingleses perceberam que o caminho para vencer a opressão e a miséria era o da luta política pela conquista ou o da disputa pelo poder do Estado (FIGUEIRA, 2003, p. 245).

temporário e opcional, mas como uma criação do próprio sistema industrial, como resíduo, que produzido por ele, nele não tem lugar. A sociedade sentia-se ameaçada por algo que ela mesma produziu. A sociedade inglesa que sempre se achou capaz de controlar a miséria que esteve à sua volta, espantou-se ao descobrir que o homem pobre nascia de suas próprias entranhas, e era insuportável a sua presença.

Bresciani conclui seu estudo comparando a multidão parisiense a uma força da natureza, inevitável, poderosa, comparação pertinente também ao Rio de Janeiro, do ponto de vista das elites, por representar uma ameaça que se não observada, estudada e contida, poderia ameaçar seus interesses.

A mesma imagem da multidão revolucionária como força da natureza está subjacente nas intenções daqueles que procuram exorcizar o perigo de convulsão que ronda a sociedade. Para esses, trata-se de precisar a dimensão da ameaça. Trata-se de vasculhar minuciosamente o terreno onde germina o inimigo, a cidade de Paris. À ação repressiva explícita nos momentos de agitação sobrepõem-se toda uma política insidiosa de um olhar constante que detalha, esquadrinha, classifica a vida cotidiana dessa colmeia popular. Do recôndito do lar do homem pobre ao seu lugar de trabalho, todo o percurso pelos espaços públicos torna-se objeto permanente de investigações. Desde chefes de polícia até prefeitos de Paris, um imenso exército de funcionários sai às ruas diariamente perscrutando os sinais menos visíveis dessas classes perigosas. A tarefa de demolir uma revolução, na Paris do século XIX, foi entregue a equipes de técnicos que formularam soluções pontuais permitindo devassar toda a vida das classes pobres. As portas das suas casas foram abertas, seus interiores vasculhados, sua conduta avaliada, seus valores morais aquilatados. O arsenal de informações colhidas e sistematizadas fornece as bases sobre as quais a família do pobre se transforma numa realidade social passível de ser estudada cientificamente (BRESCIANI, 1982, p. 120, 121).

Nesse sentido, Richard Sennett, no seu livro *Carne e Pedra: o Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental* (2003), também oferece um valioso estudo da relação entre a experiência corporal e as cidades, desde a antiguidade até a atualidade, fazendo menção ao movimento de homens e mulheres, odores, o que viam e sentiam, hábitos de vestir, entre outros. Neste estudo, flagrou que os projetos arquitetônicos mais modernos induzem à “passividade, monotonia, e ao cercamento táctil”. Essa carência dos sentidos tornou-se mais notável nos tempos modernos, que contraditoriamente privilegiam determinadas sensações do corpo e a liberdade de movimentos. No início das suas investigações chegou até a considerar estar enganado ao perceber que os projetos arquitetônicos perdiam a conexão com o corpo humano.



Ele destaca alguns adventos da modernidade como responsáveis por essa desconexão entre os corpos, como a televisão e o cinema, que induzem à passividade, ao relaxamento, exigindo pouca concentração dos telespectadores, proporcionando a “transferência geográfica das pessoas para espaços fragmentados” (cinema com ar condicionado em um shopping), produzindo um “efeito devastador”, que enfraquece os sentidos. Aliado a estes, ele destaca ainda que essa transferência geográfica só é viável graças à outra experiência física – a experiência da velocidade. A tecnologia da locomoção permitiu que as pessoas se deslocassem para áreas além da periferia. O espaço tornou-se um lugar de passagem. Transformado em um simples corredor, o espaço urbano perde qualquer atrativo para o motorista que só deseja atravessá-lo. A condição física do corpo em deslocamento reforça a desconexão do espaço. Em alta velocidade é difícil prestar atenção à paisagem. Navegar pela geografia da sociedade moderna requer pouco esforço físico e por isso quase nenhuma vinculação com o que está ao redor.

Esses fatores produzem o que ele chama de “liberdade de resistência”. O objetivo de libertar o corpo da resistência associa-se ao medo do contato, evidente no desenho urbano moderno. Os projetos urbanísticos modernos direcionam o fluxo de tráfego para isolar uma comunidade, separar zonas pobres de ricas ou etnicamente diversas. As comunidades fechadas com portões que as protegem são vendidas como ideias de qualidade de vida. Através do tato arriscamo-nos a perceber algo ou alguém como estranho; a tecnologia nos permite evitar esse risco, pois nesta ideia de modernidade, ordem significa justamente falta de contato. Ele chega a considerar que nesse sentido estamos vivendo um fenômeno sem precedentes, vinculado ao consumismo.

A plenitude dos sentidos e a atividade do corpo foram de tal forma erodidas que a sociedade atual aparece como um fenômeno histórico sem precedentes. [...] A massa de corpos que antes aglomerava-se nos centros urbanos hoje está dispersa, reunindo-se em polos comerciais, mais preocupada em consumir do que com qualquer propósito mais complexo, político ou comunitário (SENNETT, 2003, p. 19).

Londres, ou “Nova Roma”, como prefere Sennett, foi uma dessas cidades ocidentais para a qual ele direcionou o seu olhar a fim de estudar essa relação entre os homens e as cidades na modernidade. Ele destaca que, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a cidade exibia todo o seu “esplendor imperial”, na era eduardina, com construções magníficas, dando a impressão de estar isolada da pobreza e miséria social e de dominar a disciplina política em todo o seu território, o que seria um motivo de inveja para um político parisiense, visto que

Paris enfrentara seguidas revoluções sociais desde o final do século XVIII, em 1789, 1830, 1848 e 1871. “É óbvio que essas impressões sobre lugares tranquilos e povos felizes são enganosas e até preferíveis. De qualquer forma, elas nos instruem”, considera Sennett (2003, p. 260).

Houve um crescimento urbano acelerado na Inglaterra no final do século XIX, movimento percebido em diversas grandes cidades no mundo ocidental. Mas esse crescimento não significava, certamente, igualdade na distribuição das riquezas, de forma que em 1910, na Inglaterra, apenas 10% da população detinha 90% da riqueza nacional. Sennett (2003, p. 263) então nos propõe a seguinte questão: “Nessas condições, em que se fundamentava a ordem social e pública?”. Ele identificou que o individualismo é uma característica da cidade que ajuda a entender essa “ordem social e pública” e que não se dera naturalmente, mas fora concebido junto ao planejamento da cidade, do espaço urbano. As cidades engendradas do século XIX pretendiam facilitar a livre circulação das multidões e desencorajar os movimentos de grupos organizados, o que foi conquistado, segundo o autor, e se evidencia em três grandes projetos que marcaram essa mudança: construção do Regent’s Park; a reconstrução das ruas parisienses; e a construção do metrô de Londres. Ambos ensinavam as pessoas a se mover.

Os grandes parques construídos eram pensados como pulmão da cidade e precisavam ser policiados e cercados, tornando-se um lugar de passagem, mas dificultando a aglomeração. Até sua calçada foi pensada para permitir o movimento rápido, em torno do parque, pelo lado de fora, formando um “cinturão” que foi comparado a uma pista de corridas. Todos os obstáculos que existiam foram demolidos, aplainados ou corrigidos. O tráfego que passaria pelo parque viria do centro e não das imediações, cuja população andava mais a pé. O conjunto *Regent’s Park* e *Regent Street* conferiu à locomoção um novo sentido social. Funcionando como um isolante do espaço, o trânsito espalhou os pontos de encontro, praticamente impossibilitando as aglomerações. Ambos privilegiaram o corpo em movimento, evitando os tumultos.

Retomando a ideia de pensar Londres como a “Nova Roma”, Sennett (2003) sugere que o princípio utilizado na reconstrução das ruas de Londres adaptou os princípios lineares usados pelos romanos para calcular os seus traçados. Os bairros operários eram cortados por largas avenidas. As ruas permitiam a passagem de duas carroças militares, uma ao lado da outra, desse modo, a milícia poderia reprimir qualquer revolta. Ainda por volta da região do parque foram projetadas quadras contínuas de construções, com lojas no térreo e apartamentos nos andares de cima. A ideia era manter “os ricos mais perto da rua, os pobres mais perto do

céu”. Os projetos dessas ruas dividiam politicamente a multidão, fazendo com que os indivíduos mergulhassem em uma excitação quase frenética. O fluxo de veículos divorciou-se das construções ao longo das ruas e as fachadas se tornaram vias de escape do centro urbano, que deixou de ser um lugar de moradia.

O metrô de Londres, continua Sennett (2003), também foi pensado com essa lógica. Com o avanço tecnológico, a cidade conseguiu confinar a miséria em um espaço de dimensões reduzidas e distantes. O metrô contribuiu para que os poucos pobres que ainda moravam próximo ao centro, em locais precários, fossem procurar domicílio em algum lugar melhor e mais distante. Se por um lado o fluxo desses pobres aumentou, criando uma cidade mais misturada, suas fronteiras temporais mantinham-se bastante claras. Durante o dia, a cidade fluía por baixo do solo em direção ao centro; à noite, esses mesmos canais subterrâneos esvaziavam o centro, à medida que as pessoas regressavam às suas casas. A geografia passou a depender do relógio: densidade e diversidade, de dia, dispersão e homogeneidade, à noite. Evidentemente, o contato diurno não aproximava as classes tanto assim. Os que trabalhavam ou faziam compras, acabavam partindo.

Sennett (2003) aponta ainda que além dessa reorganização da cidade, relacionada à velocidade, o conforto também contribuiu para o aumento do individualismo que caracterizava os londrinos. O modo mais cômodo de viajar, mobílias mais confortáveis, lugares destinados ao repouso permitiam que se recuperasse as forças exauridas no trabalho. A comodidade assumiu um caráter individual e podia ser notado no ato de sentar-se (no formato dos assentos nas casas, nos transportes públicos e nos bares), nos sistemas de ventilação dentro das casas, na luz elétrica, na construção de prédios cada vez mais altos, na invenção do elevador, sempre desencorajando o encontro de pessoas, a troca de ideias, tornando-as mais distantes, mais individualistas.

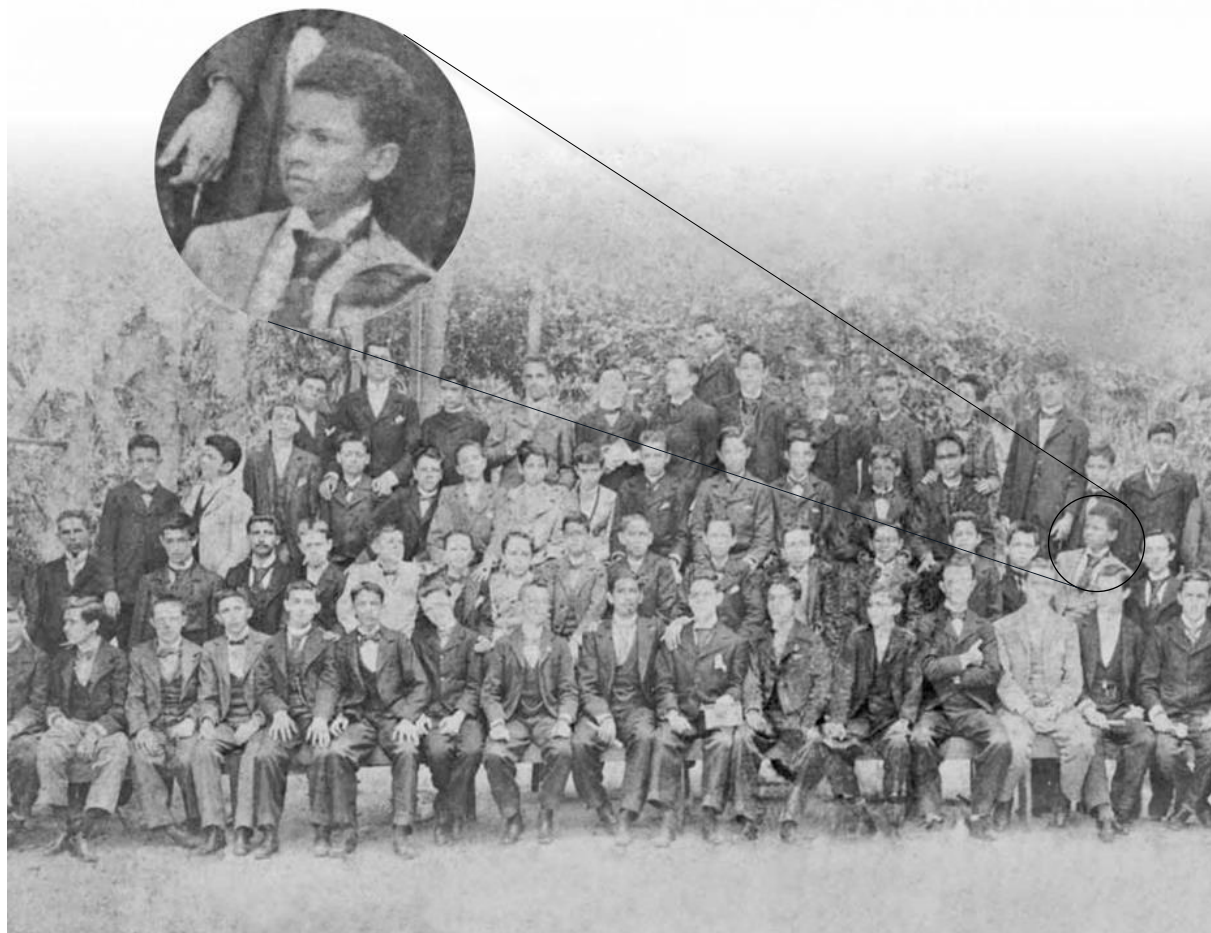
Esses processos que envolveram o planejamento (ou replanejamento) das grandes cidades pelo Mundo, incluindo o conflito entre classes, a relação das construções com as pessoas, a intencionalidade das elites que pensavam esses planejamentos, a inserção dessas cidades no capitalismo, entre outros aspectos, marcaram também cidades brasileiras, inclusive o Rio de Janeiro. Lima Barreto não deixaria de comentar esses processos em diversos textos, incluindo *Os Bruzundangas*, ora mais diretamente, ora menos, como quando trata do “doutor Karpatoso”, deputado que virou ministro da Fazenda da Bruzundanga, entre outros motivos, por deixar claro que sua formação estava baseada no mecanismo financeiro do “Velho Mundo”. (BARRETO, 2004, p. 30): “A fama do doutor Karpatoso subia e a sua elegância também. Fez uma viagem à Europa, para estudar o mecanismo financeiro dos países do Velho

Mundo. Voltou de lá naturalmente mais sábio; [...]”. Também refere-se a esses processos quando critica a maneira como foi executada a reforma urbana do Rio de Janeiro, já citada; quando retrata a influência das leis de outros países na nossa Constituição; e quando trata da província do Kaphet (referência a São Paulo), acusando-a de gozar de mais independência e privilégios que outras, de presunção ao se considerar melhor em tudo (melhor educação, melhor saúde, melhores artistas, entre outros), de se considerar uma “cidade europeia”, mas, principalmente, da sua relação com o capital.

O mal da província não está só nessas pequenas vaidades inofensivas; o seu pior mal provém de um exagerado culto ao dinheiro. Quem não tem dinheiro nada vale, nada pode fazer, nada pode aspirar com independência. Não há metáfora de classes. A inteligência pobre que se quer fazer, tem que se curvar aos ricos e cifrar a sua atividade mental em produções incolores, sem significação, sem sinceridade, para não ofender os seus protetores. A brutalidade do dinheiro asfixia e embrutece as inteligências. (BARRETO, 2004, p. 92-93).

Retornando à biografia de Lima Barreto, em 1897, ele prestou vestibular e começou a cursar engenharia civil, a gosto do pai, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Tinha 16 anos e mais do que antes, no Liceu, sentiria como pesavam as diferenças de classe social, agora na Politécnica, também reduto de jovens ricos, elegantes, ostentando sobrenomes famosos, sentiria na pele a aspereza do preconceito. Fez um curso bem irregular, pois em vez de assistir às aulas, preferia ficar na biblioteca da escola estudando filosofia.

FIGURA 6 - Lima Barreto na Politécnica



Fonte: Disponível em: <http://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/O-retrato-de-Lima-na-capa-entre-o-silencio-e-o-ruído>. Acesso em: 18 set. 2018.

Nesta imagem, Lima Barreto aparece em meio a uma grande turma de estudantes e professores da Politécnica, instituição de prestígio em que estudou de 1897 a 1903. Muitos dos seus colegas faziam parte das elites do Rio de Janeiro e de outros estados brasileiros. Entre observações possíveis a partir desta imagem, destaco a sua gravata um pouco frouxa ou desajeitada, talvez por ele não estar habituado ao seu uso, e o fato de ele ser o único negro, aparentemente, no meio de tantos alunos, o que sugere discriminações que sofreu, o seu baixo rendimento na Politécnica, diferente de escolas anteriores que estudou, enfim, que sugere o tamanho do esforço para agradar seu pai. Disponível em: <http://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/O-retrato-de-Lima-na-capa-entre-o-silencio-e-o-ruído>. Acesso em: 18 set. 2018.

Em 1902, por uma fatalidade, seu pai deitou-se sadio e acordou em delírio; enlouquecera de súbito. A loucura fazia sua primeira aparição no cenário cotidiano dos Lima Barreto. Diante desse fato, duas providências tomou Lima Barreto: abandonou a Escola Politécnica e prestou um concurso público para amanuense (escriturário) no Ministério da Guerra, onde, em 1903, começou a trabalhar, ou melhor, onde se iniciou seu martírio diário de copiar e redigir avisos, conforme confessou por meio de Augusto Machado, um dos personagens do seu romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*.

Puseram-me também a copiar ofícios e a minha letra tão má e o meu desleixo tão meu, muito papel fizeram-me gastar, sem que isso redundasse em grande perturbação no desenrolar das cousas governamentais. Tudo era igual e repetido sempre, de forma que o trabalho não apresentava outra dificuldade senão vencer a monotonia das longas horas a fio – das 10 da manhã à 3 da tarde – que passava debruçado à mesa da Secretaria. Como se fosse máquina a funcionar com uma ou outra interrupção, para o cafezinho, o lanche ou para atender a uma parte que desejasse alguma informação, o oficial pegava na pena e escrevia como que acionado por mola invisível: ‘Declaro-vos, para os fins convenientes...’ ou ‘Na forma do disposto...’ (BARRETO, 1919, p. 172-173 apud BARBOSA, 2002, p. 140).

Porém, no mesmo Ministério trabalhava Domingos Ribeiro Filho, escritor, revolucionário e um dos mais ativos propagandistas do anarquismo que àquele tempo ganhava força no Brasil e foi ele quem levou Lima Barreto a frequentar os cafés do centro da capital, onde pôde conhecer de perto gente do meio jornalístico. Por esses caminhos, um ano mais tarde, chegou ao *Correio da Manhã*<sup>54</sup>, um importante jornal do Rio de Janeiro naquele tempo, dando início oficialmente à sua vida literária.

À medida que emergia a vocação de romancista, tornava-se cada vez mais penoso suportar a mediocridade do Ministério e do meio doméstico. No trabalho, tinha que ouvir as ironias e gozações em torno do letrado; no subúrbio onde morava, a sua paixão era reduzida a mania de literatura. Nos comentários de um e de outro lado, percebia-se o preconceito contra o negro que se julgava capaz de virar intelectual e famoso. A requintada educação que Lima Barreto recebera estava se mostrando como uma “faca de dois gumes”. (MORAIS, 1983, p. 12).

---

<sup>54</sup> Antes do *Correio da Manhã*, ajudou a organizar revistas (*A Quinzena Alegre* e *O Diabo*) e até foi convidado a ser responsável pela secretaria da *Revista Época*, mas não ficou muito tempo devido aos seus princípios de não se conformar em elogiar figurões da elite política. Talvez as necessidades financeiras o tenham impulsionado a procurar fazer do jornalismo mais que um passatempo, um meio de ganhar a vida (BARBOSA, 2002, p. 148-149).

Em meio a toda essa pressão, seu quarto – misto de dormitório, biblioteca e gabinete de trabalho – era o refúgio possível, onde se dedicava com paixão à literatura, pois estava convencido de que “[...] a glória das letras só as tem, quem a elas se dá inteiramente; nelas, como no amor, só é amado quem se esquece de si inteiramente e se entrega com fé cega” (BARRETO, 2004, p. 21). Lima Barreto escrevia de forma desordenada e quase compulsiva: planejava duas ou três obras, iniciava todas e não concluía nenhuma. Nesse período, redigiu a primeira versão de alguns capítulos de *Clara dos Anjos*, obra que seria concluída apenas no ano de sua morte (1922). Clara, a negra seduzida e abandonada pelo namorado branco, é o primeiro personagem a ilustrar a preocupação do escritor em denunciar o preconceito sofrido pelos negros e pobres no Rio de Janeiro nesse início do século XX. Em uma sociedade em que injustiça e racismo falavam muito alto, as negras estavam fatalmente condenadas ao mesmo destino de Clara. Mas, em 1904, o romance ainda era um projeto; a primeira licença para tratamento de saúde, em 1906, afastou-o do Ministério por algum tempo, mas não da literatura. Lima Barreto continuava a escrever.

Tantos contrassensos vivia Lima Barreto; tantos outros vivia o Brasil. Esse período da virada do século XIX para o XX também foi caracterizado por uma “onda de progressos” no Brasil. As oligarquias tinham consolidado seu poder, mantendo seus antigos privilégios e, ao mesmo tempo, procuravam atualizar, no país, as relações capitalistas de produção. O resultado era a convivência da miséria para muitos com o conforto e progresso para poucos; progresso esse conseguido através de um maior intercâmbio com os países europeus ou com os Estados Unidos, atitude que também é atacada por Lima Barreto. O Rio de Janeiro, por exemplo, tinha seus casarões antigos do centro demolidos em favor da abertura de largas avenidas, com prédios novos, tidos por modernos. Enquanto nos subúrbios, nos morros, a população pobre ficava marginalizada e abandonada à própria sorte, sem urbanização, sem saneamento, sem saúde, quase sem participação no mercado de trabalho ou nos resultados do “progresso”. Ao mesmo tempo as relações sociais das camadas próximas ao poder se mantinham na base do protecionismo, das concessões mútuas, dos favores pessoais, dos privilégios de toda ordem, conforme destaca Sevcenko (1999, p. 186-187).

A força da nova sociedade estava concentrada justamente nos comportamentos mais antisociais, elevados à condição de valores máximos da elite: o gosto pela fruição do conforto material e pelas situações de privilégio e superioridade, despertando a discriminação e as mais variadas formas de desprezo mútuo entre os cidadãos. Era a condenação de qualquer princípio de solidariedade de antemão. Daí o desenvolvimento do ‘canibalismo dos argentários’ e a transformação do ‘preconceito em conceito’. A riqueza, as posições, os cargos, os símbolos de distinção, de

carreira e o saber passavam a exercer a indigna função de separar e indispor os homens entre si, enquanto a República cumpriria o papel de ‘enriquecer os ricos e empobrecer os pobres’.

Costa & Schwarcz (2000) fizeram uma análise do período, tanto das tendências europeias quanto de como elas eram sentidas e vividas no Brasil. Iniciam a obra com o relato de um espectador encantado com o bailado *Excelsior*, da Companhia de Ópera Italiana, administrada pelo empresário Ferrari, que fazia uma turnê pelo mundo e agora (1883) chegara ao Rio. O relato é perfeito para a compreensão do período, consideram, pois retratava a luta das trevas (cavaleiro medieval representando o atraso, o obscurantismo) contra a luz (Gênio do Progresso); sendo que este último venceu a batalha inaugurando um novo tempo sem volta. Vitória da “sciencia”, derrota do obscurantismo. Desaparecem as nuvens e quem lidera a cena para sempre é o progresso e a civilização com seus símbolos: a pilha, a locomotiva, o telégrafo, o navio a vapor, a luz elétrica. O enredo do bailado é quase um sinônimo da época, conhecida como a “era da sciencia”, o final do século XIX representa esse triunfo da modernidade, com os lemas velocidade e rapidez.

A burguesia industrial, orgulhosa de seu avanço, viu na ciência a possibilidade de expressão de seus mais altos desejos. Aqueles homens passavam a domar a natureza a partir de uma série de invenções sucessivas. O momento era para sonhar e imaginar, a chegada da virada do século enchia os olhos daqueles “cidadãos novidadeiros”. A chegada de um novo século sempre traz novas esperanças, novos sonhos, mas esse sem dúvida foi mais caracterizado pela utopia. A ciência impunha-se como forma de redimir incertezas. Ainda não conseguiam prever a guerra e outros problemas que abalaram o Mundo no século XX, então, os novos avanços técnicos traziam uma confiança absoluta no domínio sobre a natureza e os homens. As ambiguidades do progresso, porém, já estavam presentes. A luz elétrica que iluminava as noites obscuras causava acidentes; os carros causavam engarrafamentos e acidentes; mas prevalecia o otimismo. Não é para menos que a expressão *belle époque* é usada para representar o período, que parecia alheio aos problemas. No terceiro capítulo, irei aprofundar o conceito de colonialidade do saber, mas destaco aqui a possibilidade de relação direta desse conceito com o papel delegado à ciência, a partir da virada do século XIX para o XX, como balizadora de todo conhecimento mundial, detentora da verdade, enfim, como uma das estratégias mais eficazes da tentativa de sobreposição do saber europeu sobre os saberes de outros povos.

Sevcenko (1998, p. 9), ao citar uma lista de invenções do período, considera que estas estão ligadas diretamente à segunda Revolução industrial, que teve seu auge em 1870 e ficou



conhecida como científico-tecnológica, possibilitando o desenvolvimento de novas fontes energéticas como a eletricidade e os derivados do petróleo. Porém, esse desenvolvimento levou a uma disputa por matérias-primas que levou ao neocolonialismo ou imperialismo, ou seja, o domínio ou colonização de terras ainda não colonizadas (Ásia e África), processo que gerou dependências nesses continentes em relação à Europa ainda não superadas totalmente, fator que Quijano (2009) denomina de “colonialidade”. Era o paradoxo do período: a evolução de uns representava o terror de outros. Essa expansão territorial europeia gerou muitos conflitos e muitas mortes. A certeza de que se podia dominar tudo encontrava seus limites no lado menos brilhante da história. Não há dominadores sem dominados, vencedores sem vencidos. Assim se colocava a *belle époque*, com seus hábitos e costumes extravagantes.

O Brasil entrava no século XX tão confiante como as demais nações, imaginando que seria possível domesticar o futuro, prever e impedir situações que fugissem ao controle. Achou-se no direito de viver o mesmo momento de euforia, com um processo que ficou conhecido como “regeneração”, trazendo a impressão de que estava em harmonia com o progresso de outros países. A República representava bem esse sentimento de modernidade, tirando o Brasil do atraso da monarquia e do escravismo. Viveu-se uma verdadeira batalha simbólica, quando nomes, hinos, bandeiras, heróis e modelos foram substituídos, marcando a diferença da República. Como já pontuado, os processos de reconstrução de algumas cidades brasileiras, incluindo o Rio de Janeiro, expressam esse sentimento de harmonia com a Europa, pois se espelharam em modelos de modernidade europeus, preocupavam-se com questões higienistas e não incluíam os pobres no cenário, pelo contrário, os expulsavam do centro da cidade, destruíram suas moradias.

Um ícone dos novos tempos foi a “nova avenida central” – atual Rio Branco – marco do projeto urbanístico do Rio de Janeiro, que se transformava em um verdadeiro cartão-postal. Paralelamente, expulsava a população pobre que habitava os casarões das regiões demolindo as residências e disseminando as favelas, cortiços e hotéis baratos, com moradias precárias. Sofreram repressão também as suas festas, que foram substituídas pelo carnaval ao estilo de Veneza. As estratégias utilizadas por Rodrigues Alves para essa remodelação do Rio de Janeiro, a qual aconteceria em diferentes direções, foram observadas pelas autoras Costa e Schwarcz (2000, p. 29).

Estávamos nos tempos do presidente Rodrigues Alves (1902-6), que montou uma equipe a quem concedeu poderes ilimitados. Com o intuito de fazer da cidade uma vitrine para a captação de recursos estrangeiros, concebeu-se um plano em três direções: a modernização do porto ficaria a cargo do engenheiro Lauro Muller; o saneamento da cidade – acometida por doenças

e epidemias infecciosas - seria responsabilidade do médico sanitário Oswaldo Cruz; e a reforma urbana restaria ao engenheiro Pereira Passos, que havia conhecido de perto a obra de Paris, empreendida pelo barão de Haussmann [...].

Lopes (2000), a respeito dessa reformulação da cidade do Rio de Janeiro, traz ainda informações sobre a lógica capitalista que fundamentava essa ação.

Ao realizarmos uma leitura crítica do sentido dominante, assinalamos outros sentidos possíveis, que foram apagados na construção da memória histórica. Durante a remodelação da cidade, os adjetivos 'rural' e 'colonial' designam tudo aquilo (morros, cortiços e ocupações) que se visa a eliminar. [...] As atividades identificadas como rurais, expressão do avesso da trama urbana, são redefinidas e reorganizadas, durante o processo de remodelação da cidade do Rio de Janeiro. A noite e os subúrbios se configuram como tempo e espaço da afirmação do que é enquadrado como negativo da lógica urbana. Neste sentido, é permitido o trânsito de mueres somente à noite e é proibida a existência de hortas e capinzais no perímetro urbano. [...] A utopia da cidade-jardim prescreve a expulsão da cidade de toda manifestação 'selvagem' da natureza, de tudo o que não passa pelo crivo da racionalidade tecnicista. (LOPES, 2000, p. 24).

A euforia do novo regime político passava a certeza de que o futuro seria mais generoso. Todo esse panorama de otimismo resultou em novos costumes e hábitos, sobretudo na capital, onde se encontrava a alta sociedade, políticos, por isso, nela se concentrava o grande polo dessa sociedade, com seus centros de recreação, teatros e confeitarias. O francesismo representa bem um desses modismos incorporados nos hábitos dessa classe, o qual já vinha desde a monarquia. Estava presente na literatura, na educação, na moda, nas diversões, na arquitetura e nas aulas particulares de francês. Os trajes, perfumes, chapéus, comidas, cardápios (*menu*), tudo tinha a influência francesa. Relaciono esse francesismo ao eurocentrismo, uma das principais características sustentadoras dos diferentes aspectos da colonialidade, incluindo a colonialidade do poder, colonialidade do ser e colonialidade do saber, conceitos que serão aprofundados no terceiro capítulo.

Mas o período não foi apenas de euforia, como se todos usufríssem desse novo modo de vida. Ainda que timidamente, algumas minorias começavam a reivindicar sua participação social, como as mulheres (temas como divórcio, voto, trabalho feminino, começam a ser debatidos). Longe dos centros, as festas religiosas e populares continuavam existindo, mostrando resistência a essas mudanças. As festividades populares pareciam na contramão desse processo civilizatório que implicava, entre outros, "desafricanizar costumes" e inibir manifestações de rua. Mesmo com tantos problemas, o tom geral estava mais para júbilo.

Todos esses paradoxos eram notados e incomodavam Lima Barreto. Em fins de 1907, fundou a *Floreal*<sup>55</sup>, revista que pretendia abrir espaço aos escritores que produziam jornalismo e literatura militantes, ou seja, comprometidos em denunciar os problemas da sociedade em que viviam. A revista conseguiu chamar a atenção de dois ou três críticos somente quando estava no terceiro número, no qual apareceram os capítulos iniciais de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Lima Barreto alegrou-se muito, porém, curta foi a duração dessa primeira alegria do escritor, pois já no quarto número encerrou-se a publicação da *Floreal* e ele encontrava-se novamente sem meios de publicar seu romance (BARBOSA, 2002, p. 172). Procurou então refúgio para tantos problemas e decepções no álcool e se pôs a beber, e em excesso. “Só o álcool me dá prazer e me tenta... Oh! Meu Deus! Onde irei parar?”, escreveu em seu diário íntimo”, conforme registra Faraco (2004, p. 12). Onde ele iria parar a história nos mostrou. Em consequência dos constantes dias em que se punha a beber, por duas vezes foi parar no hospício, vítima de alucinações alcoólicas e posteriormente em sua casa veio a falecer.

Em 1910, solicitou nova licença para tratamento de saúde, pois já se evidenciavam no organismo do escritor os danos produzidos pelo álcool, conforme relatou em *O Cemitério dos Vivos* (1953).

Muitas coisas influíram para que eu viesse a beber; mas, de todas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma catástrofe doméstica sempre presente. Adivinhava a morte de meu pai e eu sem dinheiro para enterrá-lo; previa moléstias com tratamento caro e eu sem recursos; amedrontava-me com uma demissão e eu sem fortes conhecimentos que me arranjassem colocação condigna com a minha instrução; e eu me aborrecia e procurava distrair-me, ficar na cidade, avançar pela noite adentro; e assim conheci o *chopp*, o *whisky*, as noitadas, amanhecendo na casa deste ou daquele. (BARRETO, 1953, p. 36 apud FARACO, 2004, p. 14).

Nesta altura da vida, Lima Barreto já era a figura de um alcoólatra e tinha consciência disso. Em uma noite do mês de abril de 1914, tudo estava calmo na casa do escritor, quando repentinamente, ele começa a delirar; um delírio povoado de gatos, fantasmas e inimigos que tentavam invadir a casa. Diagnóstico médico: alucinações alcoólicas. A família resolveu levá-lo para descansar na casa de um tio, mas os fantasmas o acompanharam, de tal forma que vendo inimigos por toda parte, Lima Barreto tornou-se agressivo. Não restava outra saída: um

---

<sup>55</sup> Lima Barreto não fundou a *Revista Floreal* sozinho; entre o grupo de intelectuais anarquistas que o ajudaram, estavam Domingos Ribeiro, Fábio Luz, Curvelo de Mendonça e Elísio de Carvalho.

carro-forte da polícia teve de conduzi-lo até o hospício da Praia Vermelha, onde permaneceu por dois meses (BARBOSA, 2002).

Após esse período, sua colaboração na imprensa tornou-se muito mais frequente e regular, chegando a atuar na imprensa anarquista. Lima Barreto nunca foi um revolucionário militante, ou seja, orador de comício, agitador de assembleias, organizador de greves, mas sem sombra de dúvida, sempre alimentou ideias, princípios e sentimentos anarquistas. Era um simpatizante. Assim demonstra, pelo menos, escrevendo na *Voz do Trabalhador*, órgão de reivindicações proletárias, com o pseudônimo de Isaías Caminha reflexões como as que se seguem.

O que não é justo, é que muito poucos possam encontrar na vida mais que o supérfluo e alguns mais, unicamente o necessário. [...] Os anarquistas falam da humanidade para a humanidade, do gênero humano para o gênero humano, e não em nome de pequenas competências de personalidades políticas; e se há muitos que o são por ignorância ou ‘snobismo’ consoante o dizer do jornalista conservador, mesmo assim merecem simpatias dos desinteressados, porque não usam daquelas ignorâncias nem daqueles ‘snobismos’ que dão gordas sinecuras na política e sucessos sentimentais nos salões burgueses (BARRETO, 1913 apud BARBOSA, 2002, p. 253).

Sua colaboração na imprensa libertária anarquista se iniciou com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Com a guerra, o movimento anarquista tomou força no Brasil, oferecendo resistência aos que desejavam que o Brasil entrasse nessa guerra e esses ideais libertários possibilitaram a conscientização do proletariado. É a época em que surgem numerosos comitês operários, defendendo reivindicações que para muita gente pareciam absurdas, aumento de salários e redução das horas de trabalho, entre outras.

Quanto à guerra, a posição de Lima Barreto é conhecida, ou seja, antiamericana. Desde o primeiro momento, rebelou-se contra o governo que, respaldado pelos Estados Unidos, desejava aderir à guerra ao lado dos norte-americanos.

Daqui por diante, só fará crescer essa antipatia feroz aos americanos-do-norte, e por dois motivos, facilmente compreensíveis: solidariedade aos negros perseguidos e horror ao imperialismo econômico. Via nos Estados Unidos o país que tudo obtinha e resolvia pela força do dinheiro [...] (BARBOSA, 2002, p. 273).

Em *Os Bruzundangas*, sobre a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, Lima Barreto satirizou, de maneira tão rica e detalhada, que vale o registro de toda a sua narrativa.

Diz-me um amigo, em carta de meses atrás, que a Bruzundanga declarou guerra ao império dos Ogres; mas não mandou tropas para combatê-los ao lado dos outros países que já o faziam. [...] Outra carta que de lá recebi, mais tarde, conta-me que os governantes da Bruzundanga resolveram afinal mandar uma esquadra para auxiliar os países amigos que combatiam os Ogres. Logo toda a Bruzundanga se entusiasmou e batizou a sua divisão naval de “Invencível Armada”. [...] A esquadra levou longos meses a preparar-se e com ela, mas em pacote, partiu também uma missão médica, para tratar dos feridos da guerra contra os Ogres. Tanto a esquadra como a missão chegaram a um porto intermediário, onde, em ambas, se declarou uma peste pouco conhecida. Chamado o chefe da comissão médica, este respondeu:

- Não entendo disto... Não é comigo... Sou parteiro.

Um outro doutor da missão dizia:

- Sou psiquiatra.

E não saiu daí.

- Não sei – acudiu um terceiro, ao se lhe pedir os seus serviços profissionais – não curo defluxos. Sou ortopedista.

Não houve meio de vencer-lhes a vaidade de suas especialidades, de anúncio de jornal. Assim, sem socorros médicos, a “Invencível Armada” demorou-se longo tempo no tal porto, de modo que chegou aos mares da batalha, quando a guerra tinha acabado (BARRETO, 2004, p. 126-127).

Em outro trecho de *Os Bruzundangas*, porém, Lima Barreto deixa claro o que o incomodava, com o que implicava, ou seja, não era apenas com o fato do Brasil entrar na Primeira Guerra por desejo e influência dos Estados Unidos, mas pelos outros aspectos presentes no militarismo.

Na Bruzundanga não existe absolutamente força armada. Há, porém, cento e setenta e cinco generais e oitenta e sete almirantes. Além disto, há quatro ou cinco milheiros de oficiais, tanto de terra como de mar, que se ocupam em fazer ofícios nas repartições. O fim principal dessas repartições, no que toca ao Exército, é estudar a mudança de uniformes dos mesmos oficiais. Os grandes costureiros de Paris não têm tanto trabalho em imaginar modas femininas como os militares da Bruzundanga em conceber, de ano em ano, novos fardamentos para eles (BARRETO, 2004, p. 62).

Lima Barreto também se posicionou contra a guerra através do *Correio da Noite* e então já não se continha. Dentre em pouco não se limitaria mais ao escrever, ao seu medo de outrora, que refreava os seus impulsos revolucionários, ou seja, medo de perder o emprego público, pois seus irmãos estavam crescidos e já trabalhavam, o que o desobrigava de continuar a sustentar economicamente sua família.

Em 1915, Lima Barreto inicia o combate propriamente dito e já ataca diretamente a burguesia. No *Correio da Noite* escreveu:

O nosso regímen atual é da mais brutal plutocracia, é da mais intensa adulação aos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais, aos agentes de negócios, aos charlatães tintos com uma sabedoria de pacotilha. Não há entre os ricos, entre os poderosos, nenhuma generosidade; não há piedade, não há vontade, por parte deles, desejo de atenuar a sua felicidade, que é sempre uma injustiça, com a proteção aos outros, com o arrimo aos necessitados, com o fervor religioso de fazer bem. Têm medo de ser generosos, têm medo de dar uma esmola, têm medo de ser bons (BARBOSA, 2002, p. 269).

Em 1917, em um artigo publicado no periódico *A.B.C.*, escreve contra um ministro de Estado, o Sr. José Bezerra, acusando-o de utilizar a pasta da Agricultura para promover a alta do açúcar, o qual foi defendido pelo jornal *Correio da Manhã*. Então, Lima Barreto escreve ao diretor do *Correio da Manhã*:

Amaral [Azevedo Amaral], tu és notável, tu tens talento, tu és doutor, tu possuis tudo para ser um grande homem. [...] Falta-te essa cousa que é o amor pelos outros, o pensamento dos outros, a dedicação para enfrentar com a vida na sua majestosa grandeza de miséria e de força. Quanto aos teus algarismos, vai te catar que não tenho medo deles; e, quanto a mim, diga ao Rufino que sou terceiro oficial da Secretaria da Guerra, há quinze anos. Ele que arranje, se for capaz, a minha demissão. Não garanto, mas, talvez, seja possível que eu lhe fique agradecido. Até logo (BARBOSA, 2002, p. 269-270).

A lucidez de Lima Barreto em relação a essas manobras que evidenciavam a influência da elite agrícola sobre os políticos que representavam o poder Federal foi notada e registrada por ele. O escritor percebeu inclusive os mecanismos dessa dominação, neste caso, que incluía a compra do café excedente pelo Governo Federal, para que seu preço voltasse a crescer e essa elite mantivesse os seus lucros altíssimos, mesmo nos períodos de crise do produto.

Com o café dá-se uma coisa interessante. O café é tido como uma das maiores riquezas do país; entretanto é uma das maiores pobrezaas. Sabem por quê? Porque o café é o maior “mordedor” das finanças da Bruzundanga. Eu me explico. O café, ou antes, a cultura do café é a base da oligarquia política que domina a nação. A sua árvore é cultivada em grandes latifúndios pertencentes a essa gente, que, em geral, mal os conhece, deixando-os entregues a administradores, senhores, nessas vastas terras, de baração e cutelo, distribuindo soberanamente justiça, só não cunhando moeda, porque, desde séculos, tal coisa é privilégio do Rei. Os proprietários dos latifúndios vivem nas cidades, gastando à larga, levando vida de nababos e com fumaças de aristocratas. Quando o café não lhes dá o bastante para as suas impondências e as da família, começam a clamar que o país vai à garra; que é preciso salvar a lavoura; que o café é a base da vida econômica do país; e – zás – arranjam meios e modos do governo central decretar um empréstimo de milhões para valorizar o produto. [...] Arranjando o empréstimo, está a

coisa acabada. Eles, os oligarcas, nadam em ouro durante cinco anos, todo o país paga os juros e o povo fica mais escorchado de impostos e vexações fiscais. Passam-se os anos, o café não dá o bastante para o luxo dos doges, dogaresas e dogarinhas da baga rubra, e logo eles tratam de arranjar uma nova valorização. A manobra da “valorização” consiste em fazer que o governo compre o café por um preço que seja vantajoso aos interessados e o retenha em depósito; mas acontece que os interessados são, em geral, governo ou parentes dele, de modo que os interessados fixam para eles mesmos o preço da venda, preço que lhes dê fartos lucros, sem se incomodar que “o café” venha a ser, senão a pobreza, ao menos a fonte da pobreza da Bruzundaga, com os tais empréstimos para as valorizações. (BARRETO, 2004, p. 46, 47).

Lima Barreto continua a escrever na imprensa libertária.

Com o desaparecimento de *O Debate*, logo depois da declaração da guerra com a Alemanha, comparece frequentemente nas colunas do *A.B.C.*, de *Brás Cubas*, da *Revista Contemporânea*, panfletos políticos ou revistas libertárias, que dão guarida às ideias maximalistas.<sup>56</sup> Escreve também nos jornais revolucionários do Rio de Janeiro, de São Paulo e até de Porto Alegre, como *A Lanterna*, *O Cosmopolita*, *O Parafuso*, *A Patuléia* e *A Luta*, porém com menos assiduidade (BARBOSA, 2002, p. 275).

Também nesse período, com seu livro *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, conseguiu o que até então não conseguira: que falassem dele e de sua obra, porém, infelizmente, pelo uso do dinheiro tomado emprestado para publicar esse romance. De tanto dinheiro que tomou emprestado para bancar as edições de seus livros, em 1917, o escritor já devia 20 contos de réis, uma verdadeira fortuna para um simples funcionário público. Nesse mesmo ano candidatou-se à Academia Brasileira de Letras, mas não foi eleito. Em 1918, internou-se novamente para tratamento de saúde e em seguida solicitou aposentadoria do seu cargo no Ministério da Guerra, que foi concedida mediante o diagnóstico dos médicos que o consideraram inválido para o serviço público.

Em meio a tantas decepções, a vida parece dar uma pequena trégua para Lima Barreto. Do leito do hospital enviou a Monteiro Lobato, então dono de uma editora, os originais de *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* e como resposta, pela primeira vez em sua vida, apresentaram-lhe uma proposta de edição em que receberia direitos autorais. Publicada em 1919, a obra recebeu aplausos da crítica e Lima Barreto novamente candidata-se à Academia Brasileira de Letras na vaga deixada pela morte do poeta Emílio de Menezes, mas novamente não foi aceito.

---

<sup>56</sup> Maximalistas são mais conhecidos como bolchevistas ou comunistas; suas ideias são o comunismo.

Sua decepção e revolta só aumentavam, tanto que na noite de Natal de 1919, na mesa dos Lima Barreto, faltava Afonso Henriques, que passara a noite andando pelas ruas em delírio. O irmão Carlindo o encontrou na manhã seguinte sujo e com a roupa rasgada na porta de uma vendinha no subúrbio. Lima Barreto delirava como o seu “grande e infeliz” pai. Por uma segunda vez precisou ser levado ao hospício onde ficou até fevereiro de 1920. Em 1921, Lima Barreto candidatou-se pela terceira vez à Academia Brasileira de Letras, mas, prevendo que não seria eleito e querendo evitar nova decepção, acabou retirando a candidatura. Tinha nessa época 40 anos, porém uma fisionomia de mais idade.

Um admirador de Lima Barreto, o Doutor Ranulfo Prata, que era médico e também escritor, tentou salvá-lo. O médico morava em Mirassol, interior de São Paulo, e convenceu Lima Barreto a deslocar-se até lá. De passagem pela capital paulista, o escritor conheceu pessoalmente Monteiro Lobato. Em Mirassol, uma esperança: os cuidados do amigo médico, a dieta controlada, a abstinência de álcool, o afeto dos novos conhecidos, conseguiram colocar Lima Barreto em situação melhor. Mas esse progresso não durou muito tempo, pois na primeira situação desafiante, ou seja, um convite a pronunciar uma palestra sobre a função da literatura (ele não ficava à vontade para falar em público), Lima Barreto deixou claro que não tinha controle sobre o vício e voltou a beber.

Em 1922, ano do centenário da Independência do Brasil, Lima Barreto tinha saído para assistir aos festejos do 7 de Setembro; andara o dia todo em visita aos lugares que costumava frequentar no centro do Rio de Janeiro, como quem despedia-se. E realmente essa foi sua despedida de sua terra, de seu povo, pois poucos o viram depois desse dia. No primeiro dia de novembro desse mesmo ano, sua irmã Evangelina entrou no quarto trazendo-lhe uma refeição; ao voltar, uma hora depois, encontrou-o morto. À noite começaram a chegar para seu velório muitos humildes desconhecidos, sem sobrenomes ilustres, de quem se fizera amigo nas suas andanças e nas mesas dos bares. Pelo menos alguns desses anônimos conseguiam entender e foram contagiados pelo poder de seus escritos, que por isso mesmo podem ser chamados de “[...] literatura feita na contramão”. (FARACO, 2004, p. 27).

Sua obra é bastante extensa, apesar de tantas dificuldades que encontrou para escrevê-las e publicá-las, tanto que a maior parte delas foi publicada apenas após sua morte em 1922. Dificuldade em escrevê-las porque tinha que conciliar seus escritos com seu emprego burocrático e monótono no Ministério da Guerra, mas era o que lhe dava sustento e à sua família; e em publicá-las, por que não tinha boas relações pessoais (amigos ricos e influentes) e nem dinheiro para fazer com que suas obras se tornassem conhecidas. As obras que Lima Barreto escreveu podem ser separadas por gênero e foram publicadas da seguinte forma e nas



seguintes datas: romances – *Recordações do escrivo Isaias Caminha* (1909), *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915), *Numa e Ninfa* (1915), *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919) e *Clara dos Anjos* (1948); humorismo – *Aventuras do Dr. Bogóloff* (publicada semanalmente, às terças-feiras, em 1912); sátiras – *Os Bruzundangas* (1922) e *Coisas do Reino do Jambom* (1952); Contos – *História e sonhos* (1920) e *Outras histórias e Contos argelinos* (1952); Artigos e Crônicas – *Bagatelas* (1923), *Feiras e Mafuás* (1953), *Marginália* (1953) e *Vida Urbana* (1953); e Memórias – *Diário Íntimo* (1953), *Diário do Hospício* (1953), *Cemitério dos Vivos* (1953) e *Inventário da Biblioteca* (1953).

Moraes (1983), em seu livro sobre a vida de Lima Barreto, compara-o a um homem revoltado.

O homem revoltado é aquele que, durante algum tempo, aceitou caminhar sob as ordens do seu opressor, mas em uma altura definida da vida precisou dizer não [...]. Provavelmente, um dos retratos mais perfeitos do homem revoltado, com conseqüências imensamente inovadoras para a nossa literatura, é o de Lima Barreto (MORAIS, 1983, p. 34).

Ele fez essa comparação porque considera que tanto a vida de Lima Barreto como a de qualquer outro “homem revoltado” pode ser dividida em duas partes: a de aceitação dos valores impostos pelo opressor e a de revolta ou negação desse passado de aceitação. Em um primeiro momento de sua vida, a necessidade de cultivar um bom francês, de trajar-se elegantemente, a ânsia de fazer-se um “doutor” em engenharia (mesmo que por desejo do pai), a discreta luta para ser um branco por aproximação ao mundo dos brancos burgueses do Rio de Janeiro; todas essas coisas compuseram o quadro das aceitações iniciais dos valores impostos por um mundo que o oprimia, sem que o negro disso se apercebesse. Até que a certa altura de sua vida, ele se espanta, vê as coisas mais claras e resolve dizer não. Nesse exato momento, nasce o peculiar, intrigante e inovador escritor.

Certamente sua maior paixão fora a literatura, mas ele não fez uso da literatura para vestir o “uniforme da classe dominante”, antes, utilizando-se dela, preferiu vestir o “traje de uma história pessoal, que ele mesmo duramente se arriscaria a tecer”. (FARACO, 2004, p. 28). Lima Barreto escreveu em um período literário brasileiro conhecido como Pré-modernismo, compreendido nas primeiras décadas do século XX, que não chegou a constituir uma escola ou um movimento literário. Foi antes uma miscigenação de várias tendências estéticas do fim do século XIX (Realismo, Naturalismo, Parnasianismo, Impressionismo e Simbolismo) com a incorporação de alguns aspectos novos. É um período de transição para o modernismo, por isso já traz elementos inovadores dos quais Lima Barreto se utilizou em suas

obras, aproximando-o dos modernistas. A ousadia é um desses elementos inovadores que o escritor inaugura no cenário do nosso Pré-modernismo: um estilo oposto ao bem-comportado modo de escrever de quase todos os seus contemporâneos.

Naquele momento em que o tom geral da literatura era determinado por “[...] sonetos bem rimadinhos, penteadinhos, perfumadinhos, lambidinhos...” (BARRETO, 2004, p. 53), suas obras traziam a dupla marca da irreverência: além de fugir aos padrões de linguagem daquele momento, satirizava a imprensa. Desta forma, ele insultava os representantes da chamada “grande imprensa”, ou seja, os donos da cultura, jornalistas, escritores e críticos responsáveis pela divulgação das novidades literárias (CAPELATTO, 1988). Isso certamente contribuiu para que os jornais não divulgassem suas obras; o principal deles – *O Correio da Manhã* – guardou absoluto silêncio sobre o primeiro romance de Lima Barreto, como faria em relação a todos os demais, e contribuiu também para que fossem negadas duas das suas tentativas de ingressar na Academia Brasileira de Letras. (FARACO, 2004).

Esses fatos e a citação a seguir refletem o poder que essa “grande imprensa”, também conhecida pela burguesia como “boa imprensa”, exercia e exerce sobre a sociedade, conforme considera Capelato (1988, p. 28): “A ótica burguesa distingue a ‘boa’ e a ‘má’ imprensa. A primeira, bem-comportada, goza de privilégios; a outra é sempre depreciada e punida porque ameaça os bons costumes e a ordem”. A “má” imprensa (anarquista, comunista, socialista) é comumente conhecida como questionadora ou contestadora da ordem burguesa e em raros momentos gozou de liberdade, tanto que Maria Helena Capelato, estudiosa da imprensa brasileira, reconheceu a dificuldade de estudar essa imprensa contestadora porque ela sempre viveu escondida e perseguida. Graças aos cuidados dos “guardiões” da sociedade, a “má imprensa” não consegue se expandir, atuando sempre na clandestinidade, mantendo seu pequeno porte, público reduzido e vida curta. Foi nessa imprensa que Lima Barreto atuou, mais especificamente na anarquista, quando se punha a combater, questionar e a denunciar os males causados pelas elites.



Na perspectiva de considerar indícios decoloniais em personagens ou movimentos sociais anteriores à própria criação do conceito de colonialidade, conforme já tratei no primeiro capítulo, proponho o acréscimo do nome de Lima Barreto às listas sugeridas pelos intelectuais do Grupo Modernidade/Colonialidade, não querendo classificá-lo como decolonial, antes, porém, busco rastrear tais indícios decoloniais nas suas implicações.

Lima Barreto foi um crítico severo de personalidades públicas, instituições, grupos, costumes e problemas conhecidos na capital e em outras partes do Brasil nas duas primeiras décadas do século XX. Em um momento em que os literatos consagrados tinham um tom mais ameno, a irreverência e as sátiras literárias de Lima Barreto, bem como suas implicações, custaram-lhe os afetos e o livre trânsito em meio a essa elite literária e instituições sociais, de maneira que apenas após sua morte, ele teve sua obra reconhecida e valorizada, conforme Beatriz Resende<sup>57</sup> no prefácio da primeira biografia sobre Lima Barreto publicada em 1952.

Até a publicação desta biografia, a fortuna crítica de Lima Barreto se resumia à crítica que lhe foi contemporânea, alguns prefácios, um ou outro estudo breve. Nosso cânone literário continuava resistindo a incorporar o romancista. Foi somente depois de sua edição e a das Obras completas -, que contou com prefácios dos principais críticos literários, historiadores, sociólogos e filólogos de então – que os estudos literários sobre a obra de Lima Barreto começaram a atrair, realmente, estudiosos (BARBOSA, 2002, p. 18).

Doravante, com o intuito de facilitar a compreensão do leitor, identificarei os capítulos aos quais me reportarei pelo lugar que eles ocupam *Os Bruzundangas*, na terceira edição do ano de 2004, segundo o sumário da obra (ANEXO I).

### 3.1 Exterioridade

Retomando um dos aspectos mais marcantes da vida de Lima Barreto, o que se evidencia também pelo quanto está presente nos seus textos, ou seja, a sua não aceitação no

---

<sup>57</sup> Beatriz Resende é Professora Titular de Poética do Departamento de Ciência da Literatura da Faculdade de Letras da UFRJ. Trabalha em especial com os seguintes temas: Literatura contemporânea, Estudos da Cidade, Lima Barreto, Literatura e novos suportes. Escreve regularmente para suplementos literários do Rio e de São Paulo. (Texto informado pelo autor). Disponível em: <<https://elmcip.net/person/beatriz-resende>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

meio da elite literária da sua época, é possível uma primeira aproximação a um conceito decolonial: exterioridade (DUSSEL, 1995). Ao escrever sobre a produção filosófica na América Latina, ou melhor, ao reivindicar o direito da América Latina de pensar por si mesma, de pensar os seus problemas, a sua realidade, não mais a partir do olhar eurocêntrico, Enrique Dussel reconhece sua condição periférica, porém, não como uma condição inferior em relação ao homem do centro, pelo contrário, defende que essa condição periférica lhe dá um olhar privilegiado para propor uma filosofia que de fato seja uma expressão de uma realidade de um povo excluído, oprimido, ainda que, no primeiro momento, precise se expressar na linguagem do centro.

Escrito da periferia para homens da periferia, dirige-se, contudo, também ao homem do centro, como filho alienado que protesta contra o pai que vai ficando velho; isto é, o filho vai se tornando adulto. A filosofia, patrimônio exclusivo do Mediterrâneo, desde os gregos, e na Idade moderna só europeia, começa pela primeira vez seu processo de mundialização real. [...] Parte, evidentemente, da periferia, mas ainda usa a linguagem do centro. Nem pode ser de outra forma, como o escravo que fala a língua do senhor quando se revolta, ou a mulher que sem saber se exprime dentro da ideologia machista quando se liberta. Filosofia da libertação, filosofia pós-moderna, popular, feminista, da juventude, dos oprimidos, dos condenados da terra, condenados do mundo e da história (DUSSEL, 1980, p. 7).

Essa condição periférica, de estar fora de uma totalidade, é o que Dussel denomina de exterioridade. No seu livro *Filosofia da Libertação: Crítica à Ideologia da Exclusão* (1995), no capítulo que trata sobre “a razão do outro: a interpelação enquanto ato-de-fala”, ele dialoga com o filósofo Karl-Otto Apel<sup>58</sup>, por considerar seus estudos importantes para pensar a América Latina, sobretudo sua crítica à filosofia da linguagem. Dussel (1995) atribui à América Latina a posição de exterioridade em relação aos Estados Unidos e à Europa no que tange à filosofia, cultura popular e economia; e em “[...] referência à totalidade hegemônica (político-autoritária, econômico-capitalista, erótico-machista, pedagógico-ilustrada, cultural-imperial-publicitária, religião fetichista etc.)”. (DUSSEL, 1995, p 46). A exterioridade é oposta à totalidade; esta é excludente, sistêmica, enquanto aquela considera o outro.

---

<sup>58</sup> Karl-Otto Apel nasceu em Düsseldorf, Alemanha, em 15 de março de 1922. Licenciado em Bonn e doutor em Maguncia, em 1960. Depois lecionou em Kiel, de 62 a 69, e em Saarbrücken, até 72 e finalmente na Universidade de Frankfurt. Especialista em linguagem e comunicação, e crítico da corrente hermenêutica, além de com Habermas ser um dos mais influentes da Escola de Frankfurt, apesar de ele não se ver da antiga escola, mas de uma nova. Crítico do cientificismo positivista, assim elaborou trabalhos sobre a ética do discurso e restaurou a filosofia prática. Assim introduziu a linguística na filosofia. Suas obras em destaque são “Transformações da Filosofia”, “O desafio da crítica total da razão” e “Teoria da verdade e ética do discurso”. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/biografias/5951638>. Acesso em: 10 out. 2018.

Interpelação significa dirigir-se a alguém com alguma pergunta ou pedido de explicação, em tom confrontativo. O ato-de-fala é muito mais do que uma oração, mais do que a estrutura da língua; tem a ver com a comunicação. Sendo assim, considera Dussel (1995, p. 52),

[...] como ‘interpelação’, um enunciado de desempenho *sui generis* emitido por alguém que, em relação a um ouvinte, encontra-se ‘fora’ ou ‘além’ (nesse sentido, transcendental) do horizonte ou marca institucional, normativo do ‘sistema’, [...] que representam como a totalidade.

Nesse sentido, a América Latina é quem está fora e que deseja falar, interpelar, sendo “[...] participante de uma comunidade de comunicação periférica – dentro da qual a experiência da exclusão é um ponto de partida (e não de chegada) cotidiano” (DUSSEL, 1995, p. 60).

Lima Barreto representa esse olhar periférico como filho alienado, oprimido, condenado da terra; representa essa exterioridade que deseja falar, interpelar; que reivindica sua participação na comunidade de comunicação dos literatos enquanto uma totalidade hegemônica; fala (escreve) da e ao homem da periferia e também ao homem do centro. Esse autor brasileiro não se importa, em seu tempo, em ser reconhecido por sua condição periférica, pois, assim como Dussel, entende que esse olhar periférico é que o possibilita considerar os problemas, as questões reais do Brasil e do Rio de Janeiro e não mais continuar reproduzindo uma literatura eurocêntrica alienada de sua realidade. Porém, muitas vezes, como o escravo que fala a língua do senhor quando se revolta, fosse para garantir o seu sustento (e o da sua família) vendendo artigos para revistas e jornais, fosse para conseguir um financiador para a publicação de seus livros, precisou aprender e se comunicar na linguagem do centro, ora utilizando-se de palavras menos agressivas, ora fazendo uso do francês, pois tinha convicção de que para essa totalidade hegemônica, “[...] todas as manifestações de cultura dessa sociedade são inferiores”. (BARRETO, 2004, p. 72).

Ao tratar da diplomacia na Bruzundanga, no capítulo VII, Lima Barreto denuncia que um dos pré-requisitos para tornar-se diplomata é ser um literato, sobretudo da Academia de Letras da Bruzundanga (referência à Academia Brasileira de Letras) e continua satirizando as formas de se ingressar nesta totalidade da Academia de Letras, que em último lugar, segundo Lima Barreto, julgava a competência escritora como critério para o ingresso.

Pelo simples fato de terem palmilhado terras estranhas e terem visto naturalmente algumas obras-primas, os diplomatas da Bruzundanga se julgam todos eles artistas, literatos, homens finos, *gentlemen*. Não pensem

que eles publiquem obras maravilhosas, profundas de pensamentos, densas de ideias; não é isso bem o que publicam. [...] Publicam esses catálogos de ourivesaria, quando não são de modistas e alfaiates, em edições luxuosas; e, imediatamente, apresentam-se candidatos à Academia de Letras da Bruzundanga. [...] O Visconde de Pancome era de fato um escritor; o novo ministro não o era absolutamente, mas como substituiu aquele, julgou-se no direito de o ser também membro da Academia de Letras, como tinha sido o seu predecessor. (BARRETO, 2004, p. 53-54).

Essa crítica à Academia Brasileira de Letras, ou melhor, aos seus mecanismos de ingresso, é recorrente no livro *Os Bruzundangas*, e também pode ser remetida ao conceito de colonialidade do saber que será ampliado adiante. Faço menção novamente do capítulo XXI, intitulado “*Pancome, as suas ideias e o amanuense*”, no qual, dentre outros assuntos, Lima Barreto discute os critérios usados por um ministro para a contratação de um funcionário para sua secretaria.

Neste momento, porém, chamo atenção apenas para o fato de que esse funcionário, um amanuense, foi contratado simplesmente por suas características fenotípicas (sua beleza, a partir da perspectiva eurocêntrica), pois, para além disso, não atendia a nenhum pré-requisito necessário para a função, como redigir uma carta. Apesar disso, “[...] feito amanuense, aprendeu logo a copiar minutas e, em menos de seis anos, Sune, o tal da carta, acabou eleito, por unanimidade, membro da Academia de Letras da Bruzundanga” (BARRETO, 2004, p. 102).

Certamente a recorrência a essa crítica expressa a característica autobiográfica *de Os Bruzundangas* e trata de uma das suas “implicâncias” mais amargas. Conforme já pontuado, recorro das suas tentativas e recusas de ingresso na Academia Brasileira de Letras, em 1917 e 1919; e em 1921, quando ele próprio retirou sua candidatura antes mesmo de esperar o resultado, talvez para evitar tal decepção pela terceira vez. O que destaco, é que a Academia Brasileira de Letras representava para Lima Barreto essa totalidade excludente, enquanto ele representava essa exterioridade.

### **3.2 Dupla Consciência Criolla**

Outro conceito explorado pelos integrantes do Grupo Modernidade/Colonialidade, que mobilizo analiticamente para abordar uma das implicâncias de Lima Barreto, é o de “dupla consciência criolla”. Segundo Mignolo (2005), este conceito foi introduzido no início do

século XX pelo sociólogo e intelectual W. E. B. Du Bois<sup>59</sup> para explicar as diferentes formas de como a colonialidade (mesmo após o fim da colonização dos países latino-americanos) fora recepcionada, assimilada por diferentes grupos dos diferentes países americanos.

Neste momento, mobilizo mais um indício significativo que reforça meu interesse de pensar em Lima Barreto na relação com a decolonialidade. No conto *Harakashy e as Escolas de Java*, que se passa em um lugar fictício (Batávia, na ilha de Java), Lima Barreto volta a criticar a literatura e a educação, provavelmente fazendo referência à Academia Brasileira de Letras e à Escola Politécnica, chegando a citar Du Bois como sendo um pesquisador que “[...] achou partes do esqueleto do *Pithecanthropus erectus*” (BARRETO, S.d., n.p.) nessa ilha misteriosa, a ilha de Java. Apesar de não se aprofundar nas referências a Du Bois, essa evidência é suficiente para considerar que Lima Barreto tinha conhecimento da obra desse intelectual.

Antes de se aprofundar detidamente neste conceito de “dupla consciência crioula”, Mignolo (2005) explora a ideia de “hemisfério ocidental”. Tal ideia demonstra uma preocupação europeia de posicionar a América. “A América é a diferença, mas ao mesmo tempo é a mesmidade.<sup>60</sup> É outro hemisfério, mas é ocidental. É diferente da Europa (que por certo não é o Oriente), mas está ligada a ela. É diferente, no entanto, da África e da Ásia”. (MIGNOLO, 2005, p. 41).

Segundo Mignolo (2005), a ideia de hemisfério ocidental foi recebida de diferentes maneiras entre os crioulos de ascendência hispânica (conforme a *Carta da Jamaica*, escrita por Bolívar referindo-se ao processo de independência dos países colonizados pela Espanha) e os crioulos de ascendência anglo-saxônica (de acordo com Jefferson acerca do processo de

---

<sup>59</sup> William Edward Burghardt Du Bois (Great Barrington, Massachusetts, 23 de fevereiro de 1868 — Acra, Gana 27 de agosto de 1963) foi um sociólogo, historiador, ativista, autor e editor estadunidense. Nascido no interior do estado de Massachusetts, Du Bois cresceu em uma comunidade tolerante, quase não sendo vítima de racismo durante sua infância. Após se graduar em Harvard, onde se tornou o primeiro afro-americano a obter um doutorado, se tornou professor de história, sociologia e economia na Universidade de Atlanta. Du Bois foi um dos fundadores da *National Association for the Advancement of Colored People (NAACP)* em 1909. Ganhou proeminência nacional como líder do Movimento do Niagara, um grupo de ativistas afro-americanos que lutava por direitos iguais para os negros. Du Bois defendia que os negros tivessem os mesmos direitos civis e políticos que os brancos, o que ele acreditava que deveria ser defendido por uma elite intelectual afro-americana. Ele se referia a esse grupo como *os décimos talentosos* e acreditava que os afro-americanos precisavam de mais chances na educação para que essa liderança pudesse ser desenvolvida. O racismo foi sempre o alvo principal das críticas de Du Bois. Foi um autor prolífico. Sua coleção de artigos, *As Almas da Gente Negra (The Souls of Black Folk)*, foi uma obra seminal da literatura afro-americana. Sua obra-prima, *A Reconstrução Negra na América (Black Reconstruction in America)*, lançada em 1935, desafiou a ortodoxia até então prevalente de que os negros foram responsáveis pelos fracassos da Reconstrução dos Estados Unidos. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/w-e-b-du-bois/>. Acesso em: 10 out. 2018.

<sup>60</sup> Mesmidada é uma totalidade excludente e unidimensional que estabelece a dialética do mesmo e do outro, numa relação em que o outro é a diferença, é a inferioridade e por isso deve ser eliminado.



independência dos Estados Unidos da Inglaterra). A maneira como Jefferson se dirigia aos ingleses era mais agressiva, usando termos como: “[...] exterminadores dos americanos nativos”. (JEFFERSON, 1903-1904 apud MIGNOLO, 2005, p. 42). Porém, para além das diferenças, essas duas visões tinham em comum o surgimento da consciência crioula, anglo-saxã ou hispânica, a qual não representava a consciência afro-americana nem tampouco a consciência ameríndia, pois essas não eram herdeiras dos colonizadores. Tais diferentes formas de consciência, marcadas pelo vínculo colonial, deram origem ao colonialismo interno, ou seja, ao fato de os Estados Unidos, assim que se tornaram independentes, se acharem no direito de serem os novos colonizadores de outros países na América.

A consciência crioula negra, contrária à consciência crioula branca (anglo-saxã ou ibérica), não era a consciência herdeira dos colonizadores e emigrados, e sim a herdeira da escravidão. [...] Em suma, “hemisfério ocidental” e “nossa América” são figuras fundamentais do imaginário crioulo (anglo-saxão ou ibérico), mas não do imaginário ameríndio (no Norte e no Sul), ou do imaginário afro-americano (tanto na América Latina, quanto no Caribe e na América do Norte). [...] A diferença colonial transformou-se e reproduziu-se no período colonial, passando a ser chamada de “colonialismo interno”. O colonialismo interno é, assim, a diferença colonial exercida pelos líderes da construção nacional. Este aspecto da formação da consciência crioula branca é o que transformou o imaginário do mundo moderno/colonial e estabeleceu as bases do colonialismo interno que atravessou todo o período de formação nacional, tanto na América ibérica como na América anglo-saxã [...] A negação da Europa não foi, nem na América hispânica nem na Anglo-saxônica, a negação da “Europeidade”, já que em ambos os casos, e em todo o impulso da consciência crioula branca, tratava-se de serem americanos sem deixarem de ser europeus; de serem americanos, mas diferentes dos ameríndios e da população afro-americana [...]. (MIGNOLO, 2005, p. 43).

Essa negação da Europa e não da europeidade é uma característica muito presente nas elites que apoiaram a República no Brasil. Elites que viviam no Brasil, mas desejavam viver na Europa ou nos Estados Unidos, ou melhor, comportavam-se como se lá vivessem. Negavam a Europa até o ponto que desejavam manter a independência política do Brasil, mas de maneira alguma negavam a europeidade presente nos ideais republicanos que lhes interessava, nos seus referenciais intelectuais, nos seus valores e práticas, no que e como comiam, no que vestiam, entre outros.

Essa situação, essa europeidade, pode ser flagrada na crítica que Lima Barreto faz a tais elites ou a toda sociedade brasileira (incluindo ele próprio), presente também em seus diferentes personagens, para tanto basta atentar-se para o bovarismo que é uma das marcas de suas obras. Schwarcz (2017, p. 155) propõe algumas considerações esclarecedoras.

Conforme Lima gostava de destacar, essa seria uma idiosincrasia da sociedade brasileira, igualmente presente na vida dos personagens dele. [...] Pode ser reconhecida, nessa peculiaridade, uma grande influência na obra de Lima Barreto: a utilização do conceito de bovarismo que fora retirado da teoria de Jules de Gaultier. [...] A teoria do francês girava em torno do poder da ilusão e da capacidade humana de se conceber a partir do que não se é. Para ele, os homens eram grandes mentirosos e produziram sentidos com base nas ilusões que criavam para si. Segundo o filósofo, essa conduta poderia ser aferida num grupo, mas também numa sociedade e até mesmo numa nação.

Tanto a ideia de colonialismo interno, representando a influência política e econômica dos Estados Unidos no Brasil, quanto a de “bovarismo”, representando esse desejo de alguns segmentos significativos da população brasileira de serem ou de pelo menos parecerem europeus ou estadunidenses. O bovarismo está presente em uma crítica de Lima Barreto que trata da Constituição da Bruzundanga, no capítulo VIII, quando ele satiriza como se deu a sua redação, relatando que houve a eleição de uma Constituinte composta por intelectuais que representavam diversas elites do país. Lima Barreto destaca que eles não foram capazes de criar uma constituição própria, preferindo copiar a de outro país, modificando apenas os artigos nos quais poderiam conceder mais regalias para as nobrezas. Essa crítica se evidencia quando Lima Barreto (2004, p. 56) afirma que “A população da Bruzundanga, [...] eram minúsculos bonecos, portanto, que queriam possuir uma Constituição de gigantes”.

### **3.3 Colonialidade do Poder**

Outro conceito explorado pelos integrantes do Grupo Modernidade/Colonialidade que instrumentalizou aproximações às implicações de Lima Barreto é o de colonialidade do poder que, segundo Ballestrin (2013), já havia sido desenvolvido por Aníbal Quijano em 1989 e foi amplamente explorado e extrapolado por outros integrantes do grupo.

Antes, porém, de prosseguir no detalhamento do conceito de colonialidade do poder, considero indispensável, neste momento, esclarecer que, embora os conceitos de colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser, doravante serão mobilizados separadamente, inclusive ressaltando fatores que possam distingui-los, eles tiveram uma origem em comum – a compreensão da Modernidade a partir da colonialidade ou

da experiência colonial –, de maneira que as margens, as fronteiras que os separam, não são rígidas, pelo contrário, são flexíveis e tênues. Maldonado-Torres (2009, p. 355) afirma que

Foi com base nestas reflexões sobre a modernidade, a colonialidade e o mundo moderno/colonial que surgiu o conceito de colonialidade do Ser. A relação entre poder e conhecimento conduziu ao conceito de ser. E se, então, existia uma colonialidade do poder e uma colonialidade do conhecimento (colonialidade do saber), pôs-se a questão do que seria a colonialidade do ser.

Reforçando essa ideia de que esses conceitos são diferentes, mas ao mesmo tempo estão interligados, noutro texto, ao tratar mais especificamente da colonialidade do ser, Maldonado-Torres (s.d., p. 129-130) afirmou:

La idea era que si em adición a la colonialidad del poder también existía la colonialidad del saber, entonces, muy bien podría haber una colonialidad específica del ser. Y si la colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación, y la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la apistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento em la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto em el lenguaje.

No mesmo sentido, ampliando a compreensão de língua, Mignolo (2003, p. 633) também atesta a ligação entre esses três conceitos: “E, dado que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são, a colonialidade do poder e a colonialidade do conhecimento engendram a colonialidade do ser”.

Tal esclarecimento a respeito dos conceitos de colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser, ora pontuando fatores que os distanciam ou diferenciam ora fatores que os aproximam (sobretudo os raciais e geoculturais), é necessário, pois as comparações ou aproximações que serão feitas às implicações de Lima Barreto em *Os Bruzundangas*, algumas vezes caberão a um desses conceitos e outras vezes a mais de um.

Retomando especificamente o conceito de colonialidade do poder, destaco que ele traz a ideia de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo. A expressão colonialidade do poder explica esses resquícios do colonialismo ainda presentes no mundo periférico, principalmente imposto pelos Estados Unidos da América (EUA), através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Pentágono e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Utilizando-se de conceitos diferentes, Thompson<sup>61</sup> (1998) se aproxima das implicações da colonialidade de poder exercidas por instituições estadunidenses ou europeias sobre nações em desenvolvimento na África, Ásia e América Latina. Na sua obra *Costumes em Comum: Estudo sobre a Cultura Popular Tradicional*, no Capítulo 6, intitulado *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*, Thompson flagrou o momento em que, na Europa, o tempo passa a ser associado ao dinheiro, ou seja, o momento em que surgiu a relação patrão-empregado, em que se contrata mão-de-obra. O empregador passa a cuidar para que o tempo do empregado não seja desperdiçado, porque tempo é dinheiro. “O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta”. (THOMPSON, 1998, p. 272). Thompson enfatiza que essa relação patrão-empregado não foi hegemônica e nem homogênea na Europa, antes, porém, desde o século XVIII foi causa de muita resistência por parte dos trabalhadores, contudo, reconhece diversos agentes que contribuíram para que essa relação sobrepujasse outras, formando assim novos hábitos de trabalho e impondo uma nova disciplina de tempo, como: “[...] divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes”. (THOMPSON, 1998, p. 297). Esses novos hábitos de trabalho e nova disciplina de tempo foram “exportados”, posteriormente, para o mundo em desenvolvimento, conforme Thompson (1998, p. 300-302),

Sociedades industriais maduras de todos os tipos são marcadas pela administração do tempo e por uma clara demarcação entre o “trabalho” e a “vida” [...] Sem a disciplina do tempo, não teríamos as energias persistentes do homem industrial; e adotando as formas do metodismo, do stalinismo ou do nacionalismo, essa disciplina chegará ao mundo em desenvolvimento. [...] Esse é um problema que os povos do mundo em desenvolvimento devem enfrentar em sua vida e em seu crescimento. Espera-se que eles tomem cuidado com modelos convenientes e manipuladores, que apresentam as massas trabalhadoras apenas como uma força inerte de trabalho.

O que é instigante na proximidade das ideias de Thompson com as implicações da colonialidade é que, nas últimas páginas deste Capítulo 6, enfaticamente o historiador inglês

---

<sup>61</sup> O historiador inglês Edward Palmer Thompson nasceu na cidade de Oxford, na Inglaterra, no dia 3 de fevereiro de 1924. Marxista convicto, ele é respeitado até hoje como um dos maiores da história do século XX nesta área. Ele lecionou por muito tempo em diversas Universidades, mas sua maior experiência acadêmica foi na Universidade de Leeds, quando se dedicou, aí, à elaboração de cursos noturnos para a classe trabalhadora. Dessa experiência, ao lado de Raymond Williams e Richard Hoggart, nasceram as raízes teóricas dos Estudos Culturais. Neste momento, o historiador reflete sobre a natureza da pedagogia, pretendendo, com estas meditações, possibilitar a transcendência dos padrões impostos pela elite. Seus artigos versam, em grande parte, sobre as histórias do trabalho e da Cultura, sempre no âmbito das questões sociais. O historiador mantém seu ponto de vista centrado na classe trabalhadora, argumentando que a trajetória dessa camada da população não é compreendida apenas no sentido econômico, mas principalmente na edificação de suas vivências históricas. Disponível em: <https://www.infoescola.com/biografias/edward-palmer-thompson/>. Acesso em: 14 out. 2018.

desdenha das orientações do Banco Mundial para os países em desenvolvimento e alerta para o perigo desses países obedecerem tais orientações, isto porque elas não consideram a singularidade histórica e sociocultural deles, o que significa que os mesmos são considerados atrasados em relação à uma visão eurocêntrica de mundo e unilateral de exploração e avanço econômico, atrelada à tal visão.

Retornando ao conceito de colonialidade do poder, antes, porém, de aprofundar-me nele, esclareço que colonialidade (decolonialidade) e colonialismo (descolonialismo) não representam a mesma ideia, apesar de uma estar diretamente relacionada à outra. O próprio Quijano (2009, p. 73) diferenciou-os.

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizado e prolongado.

Segundo Quijano (2009), a colonialidade é um dos principais elementos constitutivos do capitalismo e está sustentado em uma classificação racial/étnica da população mundial, operando em meios materiais e subjetivos, tendo sua origem e mundialização a partir da América, ou seja, a partir do processo de conquista da América, o qual se dá concomitantemente à emergência e mundialização do poder capitalista, tendo como centro a Europa, que passa a estabelecer a colonialidade e a modernidade como eixos constitutivos do seu padrão de poder. Em outras palavras, a colonialidade não deve ser desvinculada das questões raciais e geoculturais, sendo que juntas elas constituem o que é modernidade, pelo menos segundo os padrões eurocêntricos.

No decurso da evolução dessas características do poder actual foram-se configurando novas identidades sociais da colonialidade – índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços – e as geoculturais do colonialismo, como América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente (as suas últimas, mais tarde, Ásia), Ocidente ou Europa (Europa Ocidental, depois). E as relações intersubjectivas correspondentes, nas quais se foram fundindo as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, foram-se configurando como um novo universo de relações intersubjectivas de dominação sob hegemonia eurocentrada. Esse específico universo é o que será depois denominado como a modernidade (QUIJANO, 2009, p. 74).

Uma consideração importante sobre o eurocentrismo é que ele não é exclusivamente europeu, mas encontra-se difundido nos povos dominados (colonizados), quase naturalizado, como verdades inquestionáveis. Segundo Quijano (2009), essa naturalização do eurocentrismo veio sendo construída historicamente desde o século XVIII, sobretudo com o Iluminismo, quando a Europa construiu e difundiu a ideia de que já era o centro do mundo desde a antiguidade, consolidando a concepção de humanidade, segundo a qual “[...] a população do mundo se diferencia em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos”. (QUIJANO, 2009, p. 75). O poder que contribui para a manutenção do eurocentrismo encontra-se diluído, difundido, em diversas relações sociais, como no trabalho, na relação de domínio da natureza, no sexo, na autoridade, entre outras.

Certamente um dos principais problemas do eurocentrismo é considerar os padrões europeus como universais, o que pressupõe a sobreposição, o silenciamento, a anulação de outros padrões, da cultura de outros povos, como destacado em Quijano (2009), identificado posteriormente como modernidade.

Não é possível criar um padrão único de poder, de relação de poder, de projeto econômico, que sirva para todas as sociedades em lugares e tempos diferentes. Para cada lugar e tempo distintos devem ser observadas suas especificidades. Reporto-me, mais uma vez, a Thompson, quando se refere aos costumes do trabalhador mexicano que não atendia às exigências conforme os padrões capitalistas europeus daquele momento e que por isso era considerado “indolente ou infantil”.

Não há como quantificar a percepção de tempo de um trabalhador, nem a de milhões de trabalhadores. [...] Assim os peões mexicanos nos primeiros anos deste século eram considerados um “povo indolente e infantil”. O mineiro mexicano tinha o costume de voltar à sua vila para o plantio e a colheita de cereais. A sua falta de iniciativa, sua incapacidade de poupar, suas ausências para celebrar muitos feriados, sua disposição para trabalhar apenas três ou quatro dias por semana se isso satisfizesse as suas necessidades, seu desejo insaciável por bebidas alcoólicas – tudo era apontado como prova de uma inferioridade natural. (THOMPSON, 1998, p. 299).

A ideia de capitalismo mundial desconsidera essa heterogeneidade das sociedades criando alguns pressupostos únicos que sirvam para todas: “[...] o Estado-nação, a família burguesa, a racionalidade moderna”. (QUIJANO, 2009, p. 79). Esses pressupostos homogêneos são impostos por meio da força ou ideologicamente, para convencer os indivíduos a submeterem-se a essas relações.

Espalhadas pelas obras de Lima Barreto, há críticas que se aproximam ao conceito de colonialidade e mais especificamente ao de colonialidade do poder, incluindo os padrões sobre os quais estão sustentados – questões racial/étnicas, geoculturais, eurocentrismo –, principalmente levando-se em conta a dependência econômica do Brasil em relação aos Estados Unidos. A respeito das questões racial/étnicas, lembro da obra *Clara dos Anjos*, sobre a qual discutirei brevemente mais adiante e, no tocante à questão eurocêntrica, como na sua crítica ao patriotismo, uma das marcas da República, lembro da obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Contudo, interessa, neste momento, destacá-las n’*Os Bruzundangas*, sendo assim, proponho a seguir algumas dessas possibilidades de aproximações.

Uma das críticas mais diretas e recorrentes n’*Os Bruzundangas* é direcionada à elite literária. No “Capítulo Especial” sobre *Os Samoiedas* (como eram chamados os literatos da Bruzundanga) – que, como observado, foi redigido após os primeiros textos, mas intencionalmente ordenado antes do primeiro capítulo, ainda na primeira edição, provavelmente, devido à importância que Lima Barreto dava às questões literárias –, além de criticar a superficialidade da literatura brasileira, claramente implicou com o seu caráter eurocêntrico.

Para Lima Barreto, os literatos brasileiros, para além de procurar copiar a literatura europeia, não a conheciam e nem consideravam a realidade brasileira, conforme se observa na crítica satírica de Lima Barreto (2004, p. 21) ao pontuar jocosamente que os “[...] poetas da Bruzundanga, para dar uma origem altissonante e misteriosa à sua escola, sustentam que ela nasceu do poema de um príncipe samoieda, que viveu nas margens do Ártico, nas proximidades do Obi ou do Lena, na Sibéria.”

Lima Barreto fazia constantes referências aos lugares e personagens europeus, sempre com tom satírico, conforme se observa nos dois trechos a seguir.

Entretanto, na opinião dos poetas daquela república, que dizem seguir as teorias da literatura do Oceano Ártico, não são os samoiedas assim, como o contam os mais autorizados viajantes; mas sim os mais belos espécimes da raça humana, possuindo uma civilização digna da Grécia Antiga. Esta Grécia serve para tudo, especialmente na Bruzundanga [...]. (2004, p. 22-23).

E, mais adiante:

Eles, os “samoiedas” da Bruzundanga, encontram o mestre nos escritos de um tal Chamat ou Chalat, um aventureiro francês que parece ter estado no país daquela gente ártica, aprendido um pouco da língua dela e se servido do livro do viajante inglês para defender uma poética que lhe viera à cabeça (2004, p. 23).

Por todo este capítulo de *Os Bruzundangas*, há críticas que se poderia chamar aqui de decoloniais, mas gostaria de me servir de apenas mais dois trechos que, além desse caráter eurocêntrico, também dão visibilidade às questões geoculturais e racial/étnicas.

Em geral, os vates bruzundanguenses adeptos da tal escola samoieda, como os senhores veem, não primam pela ilustração; e, quando se conteste no tocante à beleza de tais esquimós, respondem categoricamente que devem ter extraordinária, pois quanto mais fria é a região, mais belos são os tipos, mais altos, mais louros, e os samoiedas vivem em zona frigidíssima (BARRETO, 2004, p. 22).

E, mais adiante,

A Bruzundanga, como sabem, fica nas zonas tropical e subtropical, mas a estética da escola pedia que eles se vestissem com peles de urso, de renas, de martas e raposas árticas. É um vestuário barato para os samoiedas autênticos, mas caríssimo para os seus parentes literários dos trópicos. Estes, porém, crentes na eficácia da vestimenta para a criação artística, morrem de fome, mas vestem-se à moda dos trópicos (BARRETO, 2004, p. 26).

Nas críticas que Lima Barreto dirige aos Samoiedas, apesar de serem usadas para discutir o conceito de colonialidade do poder, conforme previsto anteriormente, trata-se também de um ponto de intersecção com o conceito de colonialidade do ser. Ou melhor, as implicações de Lima Barreto ao entendimento dos Samoiedas em considerar o ser europeu um fator que por si só indica superioridade enquanto padrão literário e padrão de beleza, pressupõe hierarquização de seres, discriminação, características comuns à colonialidade do ser, conceito que será aprofundado adiante.

No capítulo I, intitulado “Um Grande Financeiro”, de *Os Bruzundangas*, Lima Barreto trata da trajetória de um financista da República da Bruzundanga (o Dr. Karpatoso), assim como das finanças e da economia do país que “vivia de expedientes”. Nele, Lima Barreto critica a fragilidade da economia brasileira baseada em ciclos de monocultura (crítica direta à monocultura cafeeira), a ignorância e as más intenções dos políticos (deputados, ministros e presidente nacionais), o aumento inescrupuloso de impostos, a importação de modelos europeus para resolver os problemas financeiros do país. Acusa que o Dr. Karpatoso preocupava-se mais com sua autoimagem, com sua elegância e em ser *chic*, do que com os problemas do país. Em um trecho desse capítulo fica evidente, mais uma vez, sua crítica ao eurocentrismo.

A fama do doutor Karpatoso subia e a sua elegância também. Fez uma viagem à Europa, para estudar o mecanismo financeiro dos países do Velho Mundo. Voltou de lá naturalmente mais sábio; o que, porém, ele trouxe de fato, nas malas, e foi verificado pelos elegantes do país, foram fatos, botas,



chapéus, bengalas, *dernier bateau*, como dizem os *smarts* das colônias francesas da Ásia, da África, da América e da Oceania. (BARRETO, 2004, p. 30).

Ao tratar dos tipos de nobrezas na República da Bruzundanga (referência aos tipos de elites brasileiras) Lima Barreto esclarece que há dois tipos de nobreza na Bruzundanga – a doutoral e a de palpite. Sobre esta última destaca ironicamente que “não tem base em coisa alguma” por não possuir nem mesmo um título de doutor. São “novos ricos” que decidem mudar o próprio nome e atribuem-se títulos de nobres, como duque, marquês, conde, às vezes até inventando alguma ascendência nobre europeia, para conquistarem, mais que dinheiro, o prestígio social. Novamente faz referência a certa colonialidade em relação à Europa, pois o simples fato de comprovar uma ascendência europeia já garantiria prestígio social.

Noutro ponto de *Os Bruzundangas*, no capítulo XX, intitulado “Uma Província”, Lima Barreto faz críticas que novamente podem ser analisadas na perspectiva decolonial. Esta província, a do Kaphet (referência ao estado de São Paulo), para os bruzundagueses, trata-se de um modelo de província, de um exemplo. Ele segue criticando que o seu povo é muito vaidoso, considera-se o mais rico, mais bonito, mais inteligente, possui as melhores instituições, a melhor educação, que se importa mais com dinheiro do que com qualquer outra coisa e, inclusive, lança nos jornais que a arte em geral, principalmente a escrita, só cabe à gente rica e *chic*. Ao longo do capítulo, fica evidente que os padrões de beleza, de boa qualidade, de superioridade, são europeus, o que me remete ao conceito de “eurocentrismo” e que há, nos moradores dessa província, um desejo de serem quem não são, de serem outro, de serem europeus, o que me remete ao conceito de “bovarismo”, ambos evidentes no seguinte trecho:

Outra pretensão curiosa da gente daquela província da Bruzundanga é afirmar que a sua casquilha capital é uma cidade europeia. Há tantos tipos de cidades europeias que tenho vontade de perguntar se ela é do tipo Atenas, do tipo de Veneza, do tipo Carcassone, do tipo Madri, do tipo Florença, do tipo Estocolmo – de que tipo será afinal? Certamente do de Paris. Ainda bem, que ela não quer ser ela mesma. (BARRETO, 2004, p. 92).

Uma das críticas mais diretas e severas de Lima Barreto aparece novamente no capítulo XXI, intitulado “Pancome, as suas Ideias e o Amanuense”, crítica que remete à questão racial/étnica enquanto um sustentáculo da colonialidade. O personagem Visconde de Pancome, ministro responsável pelos estrangeiros da Bruzundanga, representa o Barão do Rio

Branco<sup>62</sup>, que foi nomeado como ministro das relações exteriores e ficou no cargo por dez anos. Dentre tantos atos na sua gestão, Lima Barreto escolhe evidenciar a nomeação de um amanuense (copista, secretário, escrevente, aquele que cuida das correspondências) que por lei deveria ser concursado, mas Pancome odiava concursos públicos. O problema do concurso, para Pancome, conforme já observei, era que ele não conseguia escolher os seus funcionários conforme o padrão de beleza eurocêntrico que desejava para representar seu ministério diante dos estrangeiros, conforme se evidencia no seguinte trecho:

Uma das suas quizílias era com os feios e, sobretudo, com os bruzundanguenses de origem javanesa – coisa que equivale aqui aos nossos mulatos. Constituíam o seu pesadelo, o seu desgosto e não julgava os indivíduos dessas duas espécies apresentáveis aos estrangeiros, constituindo eles a vergonha da Bruzundanga, no seu secreto entender. [...] e desejava muito infantilmente fabricar, no palácio do seu ministério, uma Bruzundanga peralvilha e casquilha, gênero boulevard, sem os javaneses, que incomodavam tanto os estrangeiros (BARRETO, 2004, p. 94).

Conforme já pontuado, a “colonialidade”, na sua característica eurocêntrica, não é exclusividade europeia, mas encontra-se difundida, assimilada, introjetada nos povos dominados (colonizados), de maneira quase naturalizada, como verdade inquestionável. Isso se evidencia na postura dos bruzundanguenses diante dos atos do Pancome que, não podendo fazer tudo exatamente como queria, mesmo assim construiu, no “seu” ministério, um espaço para touradas, campo de futebol, café-concerto, tudo para receber os estrangeiros. Ainda assim, Pancome era adorado no seu país, até pelos javaneses, como se fosse um herói ou um semideus; e se alguém o criticava, “[...] logo os jornalistas habituados a canonizações simoníacas [...], gritavam: que tipo mesquinho! Criticar esse patrimônio nacional que é o Visconde de Pancome, por causa de ninharias! Ingrato!” (BARRETO, 2004, p. 95). Bem como em:

Quando, porém, se diz lá fora que, na sua população, há milhões de javaneses e mestiços deles (o que é verdade), imediatamente todos se aborrecem, zangam-se, lançando tristemente o labéu de vergonha sobre os seus compatriotas de tal extração. É uma tolice deles (aí entram também muitos javaneses), pois tanto os de origem javanesa como os de outras raízes raciais têm dado inteligências e atividades que se equivalem. Não há este que de tal procedência que sobrepuje aquele de outra procedência, nem mesmo na quantidade; os de uma origem não sobrelevam os de outra, isto dura há três séculos e pouco; e, pode-se dizer, que é uma prova perfeitamente

---

<sup>62</sup> Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Júnior) (1845-1912) foi diplomata, advogado e político brasileiro. Foi Ministro das Relações Exteriores durante o governo de quatro presidentes (Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca). Foi o segundo ocupante da Cadeira nº. 34 da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/barao\\_riobranco/](https://www.ebiografia.com/barao_riobranco/). Acesso em: 10 out. 2018.

experimental, obtida no laboratório da história. Tão bom como tão bom... (BARRETO, 2004, p. 97).

Por trás dessas críticas mais diretas que Lima Barreto fazia ao Barão do Rio Branco, havia ainda a de que, diante dessas condições, os próprios negros (javaneses) aceitavam e acreditavam na sua inferioridade diante dos estrangeiros.

Schwarcz (1993), no seu livro *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930*, como o título sugere, debruçou-se sobre essa temática das “raças” no período citado ou, mais especificamente, sobre a imagem (interna e externa) de um Brasil que era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial, o que se evidenciava inclusive nos diversos termos usados para se referir ao país: “festival de cores”, “sociedade de raças cruzadas”, “espetáculo brasileiro da miscigenação”, entre outros. Schwarcz (1993) considera que a mestiçagem geralmente era vista como uma condição de inferioridade e, por isso, vários projetos de desenvolvimento, de “progresso” do Brasil, pressupunham o “branqueamento”.

Essa condição mestiça do Brasil era veiculada também no exterior e por isso cientistas estrangeiros vinham estudar esse “fenômeno”, essa mestiçagem, sempre vinculado a um fator de atraso e adjetivado com muita negatividade. Uma interpretação dada por estudiosos dessas teorias que foram trazidas e amplamente veiculadas no Brasil, considera Schwarcz (1993), é que o Brasil as copiou das europeias sem fazer o mínimo ajuste, tomando-as como verdade. Entre os autores que reforçam essa explicação, ela citou: Nelson Werneck Sodré, em *História da Literatura Brasileira* (1938); Dante Moreira Leite, em *O caráter nacional brasileiro* (1954); João Cruz Costa, em *Contribuição à história das ideias no Brasil* (1956); Thomas E. Skidmore (1976).

Schwarcz (1993) propõe uma interpretação diferente. Para ela, essas teorias não foram simplesmente copiadas para o Brasil, mas foram sim, ressignificadas aqui a partir de interesses nacionais. Ela não nega que essas teorias tenham sido amplamente consumidas no Brasil, mas insiste na originalidade de como elas foram veiculadas. O recente fim e enfraquecimento da escravidão e o interesse de um novo projeto político para o país fizeram com que essas teorias raciais se apresentassem enquanto modelo teórico viável na justificação do jogo de interesses que se montava.

Um dos argumentos mais fortes para convalidar sua interpretação é o de que a apropriação dessas teorias no Brasil uniu teorias formalmente contrárias (inconsistentes),

como o darwinismo social e o evolucionismo social, pegando o que interessava de cada uma delas, conforme se verifica na passagem abaixo.

É na brecha desse paradoxo – no qual reside a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento – que se acha a saída original encontrada por esses homens de ciência, que acomodaram modelos cujas decorrências teóricas eram originalmente diversas. Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a ideia de que a humanidade era una. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso. (SCHWARCZ, 1993, p. 18).

Outra consideração indispensável sobre essas teorias é que elas eram veiculadas e defendidas por “homens de ciência” que se moviam nos limites que os modelos permitiam: entre a aceitação das teorias estrangeiras – que condenavam o cruzamento racial – e a sua adaptação a um povo à essa altura já muito miscigenado. Em um momento em que a ciência se afirmava como a “detentora do saber”, a grande “balizadora das verdades”, não é difícil entender a repercussão e ampla aceitação social de tais teorias.

Nesse último trecho que tratamos d’*Os Bruzundangas*, no qual Lima Barreto discute a aceitação popular da sua condição de inferioridade, ele não deixa dúvidas de que teve acesso a tais teorias, ainda que claramente com uma posição diversa. Nesta e em outras obras, ele demonstra certo protagonismo a respeito dessa questão racial, inclusive ao dar o papel principal para uma personagem negra, Clara dos Anjos, em uma das suas obras, fazendo questão de detalhar sua cor, em um período em que o tema não era comum no meio literário. Conforme Schwarcz (2017, p. 408-409),

A partir desse pretense pequeno detalhe, a cor, é possível descobrir um escritor muito atento às variações em torno do tom de pele marrom e às especificidades de uma literatura impactada pelos temas e pelas cores sociais da população afrodescendente. Isso, numa época em que os personagens oriundos desses grupos, quando apareciam nos romances, ainda eram majoritariamente escravos ou, se tanto, remediados, quando não, vilões. Naquela altura, já fazia mais de trinta anos que a Lei Áurea fora decretada e, mesmo assim, os estereótipos continuavam presentes. Clara, ao contrário, crescera alheia a tudo isso: era filha única de uma família bem estruturada, morava em casa própria, estudava e tinha sonhos iguais aos das demais mocinhas, que imaginavam a chegada de seu príncipe encantado.

Apesar de Lima Barreto destacar a cor de Clara dos Anjos e a sua condição familiar em geral mais bem estruturada do que a de outras famílias negras, conforme destaca Schwarcz, ainda assim, o que prevalece, a força que predomina, que determina o seu futuro, como um destino certo, é a sua cor, como um estigma, uma marca visível que estabelece o seu lugar social. É como se, em Clara dos Anjos, Lima Barreto quisesse gritar, expressando sua revolta, que não importava o que fizesse, tampouco o seu mérito, pois no fim o que importava era o fato de ser negro.

### 3.4 Colonialidade do Ser

O conceito de colonialidade do ser, assim como os anteriores, inclusive por não possuir uma fronteira rígida em relação aos conceitos de Colonialidade do Poder e Colonialidade do Saber, também nos permite pensar em aproximações às implicações de Lima Barreto. Nelson Maldonado-Torres (2009, p. 350) diz que “Walter Mignolo foi o primeiro a sugerir o conceito de colonialidade do ser”, mas que o seu surgimento se deu a partir de conversas entre diversos componentes do Grupo Modernidade/Colonialidade, incluindo Enrique Dussel e Aníbal Quijano, ao tratarem da relação entre a modernidade e a experiência colonial, ou melhor, ao proporem a explicação da modernidade a partir da experiência colonial.

Maldonado-Torres aprofunda esse conceito de colonialidade do ser no seu texto *A Topologia do Ser e a Geopolítica do Conhecimento – Modernidade, Império e Colonialidade*, dialogando com outros autores, atribuindo protagonismo às questões do espaço e às relações geopolíticas, ao pensar na constituição de um sujeito que se coloca como um “[...] sujeito epistêmico neutro”, que tende a “afirmar as suas raízes numa região espiritual invariavelmente descrita em termos geopolíticos: a Europa”. (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 338). Porém, Maldonado-Torres esclarece que,

Embora a introdução da espacialidade como fato significativo na compreensão da filosofia seja um avanço para a disciplina, pode ser um passo limitado se promover a reafirmação de um novo sujeito epistêmico neutro, capaz, por si só, de cartografar o mundo e estabelecer associações entre pensamento e espaço (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 339).

No diálogo que estabelece com Martin Heidegger<sup>63</sup> e Emmanuel Lévinas<sup>64</sup>, Maldonado-Torres constrói a primeira parte do seu texto, na qual ele reconhece as contribuições de ambos os filósofos nos estudos voltados para relação entre a filosofia, a linguística e a ética, porém, considera que suas filosofias permanecem comprometidas por uma visão limitada ocidentalizada que ele denomina de “esquecimento da colonialidade”.

A obra de Heidegger, segundo Maldonado-Torres (2009), é uma referência ao que chama de “viragem linguística” e conquistou o seu espaço internacionalmente ao oferecer novas maneiras para pensar o sujeito, a linguagem e a historicidade, porém, seu entendimento do Ser está comprometido devido à tradição ocidental percebida inclusive em questões metafísicas. Para a compreensão do homem moderno Heidegger propõe o deslocamento da reflexão filosófica das questões epistemológicas para as ontológicas, ou seja, um sentido abrangente do Ser como o que torna possível as múltiplas existências. Em seguida, passou a considerar também a linguagem enquanto lugar da reflexão ontológica, ou seja, “[...] a viragem ontológica acabou por representar também uma viragem linguística”. (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 341). Sendo assim, a viragem ontológica e linguística passou a uma viragem geopolítica, conferindo nova base para o racismo. Maldonado-Torres atribui a Charles Bambach a percepção de uma relação na obra de Heidegger com um mito

---

<sup>63</sup> Martin Heidegger (1889-1976) foi um filósofo alemão da corrente existencialista, professor e escritor, exercendo grande influência em intelectuais como Jean-Paul Sartre. Com o objetivo de ser padre, cursou Teologia na Universidade de Friburgo, onde foi aluno de Edmund Husserl, teórico e filósofo criador da fenomenologia (sistema filosófico que estuda o conjunto de fenômenos e estruturas da experiência consciente e como eles se manifestam através do tempo e do espaço), de quem mais tarde tornou-se herdeiro na liderança da mesma. Ao estudar os clássicos protestantes de Martinho Lutero, João Calvino, entre outros, enfrentou uma crise espiritual e rompeu com o catolicismo. Com a publicação da obra-prima “Ser e Tempo” (1927), foi reconhecido como um dos mais importantes filósofos do mundo. Em 1933, quando Hitler tornou-se chanceler, Heidegger foi nomeado reitor da Universidade de Friburgo, apoiando o nacional-socialismo (Texto adaptado da biografia de Martin Heidegger. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/martin\\_heidegger/](https://www.ebiografia.com/martin_heidegger/). Acesso em: 04 jan. 2019).

<sup>64</sup> Emmanuel Lévinas (1906-1995) foi um filósofo francês nascido numa família judaica na Lituânia. Bastante influenciado pela fenomenologia de Edmund Husserl, de quem foi tradutor, assim como pelas obras de Martin Heidegger e Franz Rosenzweig. O pensamento de Lévinas parte da ideia de que a Ética, e não a Ontologia, é a Filosofia primeira. É no face-a-face humano que irrompe todo sentido. Diante do rosto do Outro, o sujeito se descobre responsável e lhe vem à ideia o Infinito. Chegou a ser aluno de Husserl e Heidegger, dos quais seria um dos primeiros a introduzir o pensamento na França. Retornou a Paris, até que, tendo eclodido a II Guerra Mundial (1939), é capturado e feito prisioneiro pelos alemães. Ficou exilado por cinco anos e, no cativeiro, foi escrita grande parte de sua obra *De l'existence à l'existant* (1947), publicada dois anos após o fim da guerra. Filosoficamente, Lévinas percebe que o pensamento ocidental, a partir da filosofia grega, desenvolveu-se como discurso de dominação. A obra de Lévinas transmite o alerta de uma emergência ética de se repensar os caminhos da filosofia a partir de um novo prisma, de se partir do e já em direção ao Outro. Uma tal inspiração, Lévinas buscará na sabedoria bíblico-judaica. Confrontando a filosofia ocidental, dialoga constantemente com os pensadores da tradição, como Platão, Descartes, Kant, Hegel, Bergson, Husserl e Heidegger. Esses dois últimos estão sempre presentes em sua obra, seja partindo deles, seja já tentando superá-los (Texto adaptado da biografia de Emmanuel Lévinas. Disponível em: [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2223&secao=277](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2223&secao=277). Acesso em: 04 jan. 2019).

ateniense (mito da autoctonia), o qual vincula a ideia de Ser a um local, a um espaço, ao seu solo.

A visão do mito é clara: a grandeza de Atenas dependia de uma relação igualmente íntima entre os cidadãos de Atenas e o seu solo. Na Alemanha, muitos pensadores consideravam a crise política do seu país em termos similares. Só a afirmação das raízes da terra poderia resistir à força do niilismo e do cosmopolitismo desenraizado do Iluminismo francês. E essas raízes encontravam-se, precisamente, no mundo dos Gregos (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 342).

A geopolítica percebida em Heidegger baseia-se em uma relação entre o povo, a língua e a terra, no entanto, seu entendimento de geopolítica pressupõe uma política de exclusão, conferindo à Alemanha uma posição central inclusive diante dos demais países europeus (germanocentrismo). Maldonado-Torres (2009) insiste que Heidegger construiu a sua geopolítica na mesma base que dividia a Europa em Sul e Norte, sendo que os países do Sul (Portugal e Espanha) eram marginalizados diante dos países do Norte, no período entre os séculos XVI e XIX, porém, ele não trata de Sul e Norte, mas de centro, de meio (Alemanha). Mais excludente e racista, era a visão de Heidegger em relação aos judeus, que ele entendia como uma ameaça à pátria.

Maldonado-Torres (2009) continua o seu diálogo, desta vez com Emmanuel Lévinas, um dos maiores críticos de Heidegger. A base da filosofia proposta por Lévinas está justamente no ponto mais desprezado por Heidegger: a tradição hebraica. Sem descartar o legado grego, Lévinas reconfigurou a ideia de Ocidente incluindo os judeus, aproveitando dos gregos não o mito da autoctonia, mas a ideia de universalidade. Para Lévinas, “[...] a filosofia tornou-se precisamente a fusão criativa das fontes gregas e judaicas. A seu ver, Atenas e Jerusalém não constituíam princípios opostos, mas sim coabitações do universal no humano”. (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 347). Em relação aos judeus, a postura de Lévinas era de inclusão, mas isso não se estendia para outros povos, portanto, apenas parcialmente se contrapõe a Heidegger, pois sua preocupação continua na defesa da ideia de encontrar raízes na Europa ou na ideia de Ocidente.

Maldonado-Torres (2009) estende o diálogo ainda a um terceiro intelectual, Frantz Fanon<sup>65</sup>, ao pensar em uma proposta de compreensão de Homem e de Mundo moderno em que o colonialismo geopolítico seja percebido.

---

<sup>65</sup> Frantz Fanon (1925-1961) foi um importante pensador negro do século XX, de origem francesa e africana, nascido em uma família de classe média na Martinica, uma colônia francesa na região do Caribe americano. Lutou na Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha e posteriormente seguiu para Lyon para estudar medicina

É este o lado da história que nem Heidegger nem Lévinas conseguiram – ou quiseram – ver. A procura de raízes europeias cegou-os para este tipo de geopolítica descolonial. [...] Em vez de tentar encontrar raízes na terra, Fanon propôs-se dar uma resposta responsável aos condenados da terra. A geopolítica descolonial de Fanon oferece uma alternativa ao racismo filosófico de Heidegger e às perspectivas limitadas daqueles que, à semelhança de Lévinas, embora sejam críticos em relação a certos aspectos deste projeto, continuam, de alguma forma, a ser cúmplices dele (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 349).

Em geral, os componentes do Grupo Modernidade/Colonialidade adotam os estudos pós-coloniais como referência, mas atribuem a eles ainda certa limitação, sobretudo no que tange à compreensão da América. Nesse sentido, Maldonado-Torres (2009) considera que estudiosos pós-coloniais (incluindo Fanon) consideravam as questões da espacialidade e da colonialidade, porém, ainda acatando a definição de modernidade conforme os padrões europeus. Por isso, os intelectuais do Grupo M/C atribuem à conquista da América, a partir de 1492, um papel central na explicação que sugerem da modernidade.

Prosseguindo no diálogo com outros autores, Maldonado-Torres (2009) se apropria da relação que Walter Mignolo propõe ao considerar a colonialidade do ser como o *locus* do ser-colonizado. Este ser-colonizado surge quando o poder e o saber se tornam instrumentos de exclusão, como “[...] produto da modernidade/colonialidade na sua íntima relação com a colonialidade do poder, com a colonialidade do saber e com a própria colonialidade do ser”. (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 356).

Mais adiante, Maldonado-Torres (2009) estende o diálogo com Michael Hardt<sup>66</sup> e Antonio Negri<sup>67</sup> a partir da concepção destes em relação a um império que, segundo eles,

---

e psiquiatria. Teve sua tese de doutorado em psiquiatria discutindo os efeitos psíquicos do racismo colonial rejeitada por confrontar as correntes positivistas então hegemônicas em sua área de estudos. Aos 27 anos, revisou o texto que utilizara em sua primeira tese rejeitada e o publicou com o título: *Peau noir, masques blancs*, livro que, com o advento da viragem pós-colonial na década de 80, marcaria definitivamente a história dos estudos sobre o racismo. Casou-se em 1956 e posteriormente mudou-se para a Argélia por motivos profissionais, onde pode compreender os impactos do colonialismo na estrutura psíquica humana. Neste ano, o autor presencia o nascimento da revolução nacionalista na Argélia e a violenta repressão francesa que daí resulta, quando decidiu renunciar ao seu cargo no Hospital psiquiátrico para se filiar à Front de Liberation Nationale – FLN onde contribuiu ativamente como escritor do jornal *El Moudjahid*, na Tunísia. Em 1959, publica *L’an V de la Révolution Algérienne*, que retrata de maneira sistemática o desenrolar da revolução anticolonialista da Argélia. Aos 36 anos, quando foi diagnosticado com leucemia, inicia uma corrida contra o tempo para escrever o seu último livro: *Les damnés de la terre*, o qual foi prefaciado por J. P. Sartre. Fanon chega a viver para ver uma versão impressa do livro, mas morre logo em seguida (Texto adaptado da biografia de Frantz Fanon. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/20-de-julho-de-1925-nascia-frantz-fanon/>. Acesso em: 04 jan. 2019).

<sup>66</sup> Michael Hardt (1960, Washington DC) é um teórico literário e filósofo político que leciona na Duke University, de Nova Iorque. Uma das suas obras mais conhecidas é o livro *Império (Empire)*, escrito com Antonio Negri. A continuação, denominada *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire*, foi lançada em Agosto de 2004 e detalha a ideia de multidão, a qual foi elaborada inicialmente pelos autores em *Império*, como o sítio potencial para um movimento democrático global. Muitas vezes intitulado como o



caracteriza-se, sobretudo, pela inexistência de fronteiras, ou seja, um governo sem limites. Sendo assim, considera Maldonado Torres (2009, p. 359), “Ser e Império estão intimamente ligados na medida em que, mais do que ser limitados, são limitadores”, ou seja, o ser-colonizador segue expandindo o seu território, suas fronteiras, o seu “governo sem limites”, sobrepondo-se ao ser-colonizado, limitando o espaço deste. Segue ainda nessa comparação chamando atenção para a importância da raça e da colonialidade nessa relação de sobreposição de um império sobre uma colônia, de maneira que até “[...] poderia existir um Império sem colônias, não existe Império sem raça ou colonialidade. O Império (se é que existe) opera dentro da lógica global ou da marca d’água da raça e colonialidade”. (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 361).

Enfim, a colonialidade do ser pressupõe a sobreposição de um ser sobre o outro, pressupõe discriminação, dinâmicas de poder nas quais existem hierarquias de ser, um caráter preferencial no qual seres são preferidos e outros preteridos, sendo que sobre estes últimos recai a “[...] colonialidade do poder, que liga o racismo, a exploração capitalista, o controle sobre o sexo e o monopólio do saber”. (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 363).

Impactado por esse aprofundamento de Maldonado-Torres ao conceito de colonialidade do ser, faço um adendo, neste momento, para considerar algumas possibilidades da operação atual dessa colonialidade, dentro e fora do Brasil, em diversas relações, envolvendo diferentes grupos sociais, mas todas elas sob essa lógica de um ser que se coloca como superior aos demais, a mesma lógica em que propôs Dussel às relações Norte-Sul, Centro-Periferia e Ser e não-Ser. Trago à memória a situação prisional no Brasil, as

---

“Manifesto Comunista do Século 21”, *Império* dividiu a crítica política. Michael Hardt é também autor de Gilles Deleuze: uma apreciação filosófica; e com Antonio Negri escreveu ainda *Labor of Dionysus: a Critique of the State-form* (Biografia resumida de Michael Hardt. Disponível em: <http://www.carpe.pt/pt-pt/node/134>. Acesso em 05 jan. 2019).

<sup>67</sup> Antonio Negri nasceu em 1933, na Itália, graduou-se em Filosofia e sempre esteve ligado a atividades políticas, inicialmente junto a movimentos da esquerda católica e depois se tornou membro do Partido Socialista Italiano (PSI) em 1956. Nos anos 1960, colaborou com o círculo de intelectuais marxistas que girava em torno da revista *Quaderni Rossi* e acabou rompendo com o PSI em 1963. Envolvido profundamente com o movimento operário, Negri ocupa um papel central em um contexto perpassado por greves selvagens, levantes estudantis, manifestações de rua e o não alinhamento à esquerda parlamentar. Chegou a ser preso na Itália, quando tentou fazer a sua própria defesa em vão. Passou vários anos no horror do sistema prisional italiano, quando se dedicou a estudar, a escrever e conheceu a obra do filósofo luso-holandês Espinosa, essencial para suas formulações posteriores. Quando foi liberto, fugiu para a França, onde foi acolhido por intelectuais do porte de Gilles Deleuze e Felix Guattari e passa a lecionar nas principais universidades locais. Com Guattari, escreve o livro “As Verdades Nômades”; em 1997, retorna voluntariamente à Itália para se entregar às autoridades para o cumprimento do resto de sua pena. Escreve *Império* (2000) com o pensador americano Michael Hardt, dando início à trilogia que teve ainda *Multidão* (2004) e *Comum* (2009), a qual lhe deu franca notoriedade mundial, sobretudo por tratar de temas caros ao movimento alterglobalista, que vivia seu auge, enquanto manteve os olhos na América Latina e, depois, nos movimentos multitudinários iniciados pela Primavera Árabe – dos quais se seguiram o Occupy Wall Street e fenômenos congêneres pela Europa, sobretudo na Espanha, e pelo mundo (Texto adaptado da biografia de Antonio Negri. Disponível em: <https://autonomialiteraria.com.br/confira-biografia-antonio-negri/>. Acesso em: 05 jan. 2019).

superlotações nos presídios de uma maioria pobre, negra e com baixa escolaridade, as condições a que são submetidos todos, independentemente do seu delito. Lembro também da situação dos milhares de refugiados que hoje vagam pelo mundo em busca de um novo lar, comida, abrigo, mutilados física e psicologicamente, obrigados a abandonarem a sua terra por motivações políticas, religiosas, mas também mal recebidos em outras terras às quais gritam por socorro. Nesses dois casos, a associação à imagem do não-Ser, do Sul, da Periferia é direta.

Antes de seguir para os textos de *Os Bruzundangas*, que me permitem pensar na aproximação com a colonialidade do ser, trago mais um exemplo atual que figura essa exclusão do não-Ser: a pessoa hígida (saudável) que se submete à pesquisa de saúde no Brasil. Essa discussão foi proposta pelos professores e pesquisadores Carlos Roberto da Silveira e Nilo Agostini no artigo intitulado *A Bios no discurso do logos: pessoa/participante hígida em projetos de pesquisa em saúde no Brasil*, no qual criticam o que entendem por um retrocesso legal, envolvendo pesquisas vinculadas à área da saúde no Brasil, a partir da Resolução 466/2012, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), que passou a admitir a possibilidade de ganhos financeiros às pessoas que aceitem submeter-se a procedimentos que podem comprometer a sua saúde e até sua vida, o que não era admitido pela resolução anterior, 196/1996. Dada a situação econômica do país, inclusive considerando o crescimento da pobreza nos últimos anos, uma hipótese provável é considerar que essa brecha deverá atrair mais pessoas interessadas em submeterem-se a tais procedimentos, sobretudo as mais pobres, que seguindo essa lógica podem ser associados à figura do não-Ser.

Em diversos textos e críticas de Lima Barreto em *Os Bruzundangas*, é possível pensar em aproximações ao conceito de colonialidade do ser. Como vimos, a colonialidade é caracterizada por questões racial/étnicas e geoculturais, as quais são perpassadas pelo eurocentrismo. Reitero que tais fatores marcam diversos conceitos decoloniais, incluindo aqueles dos quais me apropriei nesta pesquisa (exterioridade, dupla consciência criolla, colonialidade do poder, colonialidade do ser, colonialidade do saber), por isso muitos dos textos de *Os Bruzundangas* que utilizei anteriormente para flagrar as implicâncias de Lima Barreto podem ser reutilizados neste momento em relação direta à colonialidade do ser. A fim de evitar redundâncias, no parágrafo a seguir apenas rememoro três desses textos que já foram utilizados e na sequência retomo a crítica de Lima Barreto aos Estados Unidos de maneira mais detalhada.

Trata-se do capítulo XXI, intitulado *Pancome, as suas ideias e o amanuense*, o qual utilizei anteriormente na relação com aproximações possíveis aos conceitos de exterioridade e

colonialidade do poder, onde acentuei a crítica de Lima Barreto relacionada às questões racial/étnicas; do capítulo especial intitulado *Os Samoiedas*, na relação com a colonialidade do poder, onde destaquei a crítica de Lima Barreto ao fato dos literatos brasileiros enxergarem a Europa como um padrão ideal de literatura e cultura; da crítica que Lima Barreto faz à ideia de mestiçagem ou negritude enquanto condição de inferioridade, a qual fundamentei nos estudos de Schwarcz (1993) sobre as teorias raciais consumidas no Brasil à época. Nesses três casos é possível pensar em aproximações ao conceito de colonialidade do ser, pois em todos eles existe uma clara sobreposição de um ser sobre o outro, uma relação de discriminação, uma dinâmica de poder que pressupõe preferência de alguns seres em detrimento de outros, seja por motivações racial/étnicas ou geoculturais.

Um ponto menos explorado até agora nesta pesquisa, mas que surge em *Os Bruzundangas* em diferentes textos e que me permite pensar na relação direta ao conceito de colonialidade do ser é a dominação que os Estados Unidos da América exercem sobre os demais países americanos de origem latina. Tratei dessa dominação ao explorar o conceito de dupla consciência crioula, a partir do qual é possível perceber as diferentes maneiras de como os crioulos de ascendência hispânica e os crioulos de ascendência anglo-saxônica enxergavam e se relacionavam com os seus dominadores em relação à colonização e em relação à possibilidade de lutar por independência. O que retomo, neste momento, é que essa diferença de recepção originou um colonialismo interno na América, na qual os Estados Unidos se estabeleceram como o novo colonizador.

Há espaço ainda para ampliar essa discussão, desta vez, em relação ao conceito de colonialidade do ser e, mais especificamente, no diálogo de Madonado-Torres (2009) com Hardt e Negri, ao tratar de um império. Hardt e Negri, conforme discutido anteriormente, dizem que um império se caracteriza pela ausência de fronteiras (governo sem limites), é limitador e tem as questões da sobreposição de raça e colonialidade como condições de existência, ainda que não tenha colônias. Essas características não apenas se aplicam à relação de dominação dos Estados Unidos sobre outros países americanos no início do século XX, bem como, na atualidade, a outros países americanos e a outros povos, como os muçulmanos. Os Estados Unidos, juntamente com a Europa, representam hoje a ideia de Ocidente moderno e, como um império emergente, estão a estabelecer suas fronteiras e definir os novos padrões imperiais, assim como a Europa o fez no século XVI.

À semelhança da própria Europa, o novo império ergue-se no processo de estabelecimento de diferenças coloniais na fronteira sul do Mediterrâneo [e Médio Oriente] (com o mundo árabe) e na fronteira [sud]oeste com o

Atlântico. [...] A lógica da colonialidade ajudou não só a interpretar os ataques terroristas como atos de guerra, mas também a conceder a um líder político a autoridade moral para traçar no mapa um ‘eixo do mal’. [...] Seguindo uma lógica semelhante [...], a fronteira entre os EUA e o México foi sendo, a pouco e pouco, militarizada. O Iraque e a fronteira entre o México e os EUA tornaram-se zonas de morte. No nosso mundo, as fronteiras surgem como mapas da morte imperiais. O discurso em torno da ideia de defesa da Pátria, com os seus ecos da querida Heimat de Heidegger, favorece geopolíticas racistas e conduz à justificação de agressões militares, que são vistas como trabalho missionário. A América tem de ser defendida dos homens maus que vêm de sítios maus. O Médio Oriente e a América Latina são os primeiros da fila, juntamente com esses outros sujeitos vindos de espaços liminares das modernidades ocidentais (africanos, negros, pessoas indígenas e, de modo geral, pessoas de cor) (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 371-372).

Sendo assim, segundo os seus próprios padrões, os Estados Unidos atribuem-se o direito de balizar os novos padrões mundiais de certo e errado, de justo e injusto, de bem e de mal, de cultura e não-cultura, de avanço e atraso, enfim, de Ser e não-Ser, em uma relação que a dominação do outro se justifica pelo simples fato dele não-Ser. Evidente que, no decorrer do século XX até o início do século XXI, os Estados Unidos se ajustaram melhor a este papel de Ser, entretanto, já nas críticas de Lima Barreto, nas duas primeiras décadas do século XX, é possível perceber que os europeus já dividiam com os estadunidenses esse lugar.

Essa crítica de Lima Barreto a respeito dos Estados Unidos dividirem com a Europa o lugar de Ocidente moderno e, como um império emergente, passarem a buscar a expansão e definição das suas fronteiras é notada em *Os Bruzundangas*, na influência que exercem sobre o Brasil na política, na educação, na sociedade, no modo de viver e nos valores. No capítulo VIII, intitulado *A Constituição*, ao qual me referi anteriormente em diferentes momentos, Lima Barreto flagrou e satirizou que os constituintes brasileiros não foram capazes de criar uma Constituição para o país, antes, preferiram copiar um modelo pronto e alterá-lo no que pudesse comprometer os interesses de algumas elites. Nessa ocasião, certamente por um jogo tenso de relações de poder, o modelo escolhido foi o dos Estados Unidos, inclusive porque interessava à elite cafeeira paulista adotar o federalismo.

De maneira pouco mais sutil, no capítulo XIII, *A Sociedade*, no qual Lima Barreto diz que o arrivismo, ou seja, uma ganância desenfreada pelo dinheiro, que justifica qualquer atitude, caracteriza a sociedade brasileira e, no capítulo XX, *Uma Província*, no qual ele faz referência ao Estado de São Paulo, destacando duas das suas características: uma vaidade percebida na sua mania de considerar que tudo seu é melhor e um exagerado apego ao dinheiro. É possível notar a implicância de Lima Barreto aos Estados Unidos, ou melhor, ao

modo americano de vida enquanto um modelo internacional, ou ainda, como prefere Sevcenko (1999), como o símbolo universal do espírito burguês. Esse modelo, para Lima Barreto, pressupõe um valor atribuído ao dinheiro maior do que a qualquer coisa, valor humano, sentimento ou pessoa.

O mal da província não está só nessas pequenas vaidades inofensivas; o seu pior mal provém de um exagerado culto ao dinheiro. Quem não tem dinheiro nada vale, nada pode fazer, nada pode aspirar com independência. Não há metáfora de classes. A inteligência pobre que se quer fazer, tem que se curvar aos ricos e cifrar a sua atividade mental em produções incolores, sem significação, sem sinceridade, para não ofender os seus protetores (BARRETO, 2004, p. 92-93).

Finalmente, em mais dois momentos em *Os Bruzundangas*, essa crítica de Lima Barreto aparece. O último capítulo do livro, que não está numerado, intitulado *Outras Notícias*, trata da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial a favor dos Aliados, lado em que lutava os Estados Unidos, certamente pela influência que eles exerciam sobre o Brasil. Lima Barreto não satiriza apenas a inexpressiva ajuda que o Brasil pode oferecer ou o desastroso envio da esquadra, que evidenciava a sua completa inexperiência em guerras, mas o fato de não se manter neutro em uma guerra que não era sua e que fora causada por motivações e interesses alheios. E, no capítulo XVII, *Ensino Prático*, Lima Barreto satiriza o modelo americano de educação, que se dizia “inteiramente prático”, moderno e podia ajudar o Brasil a “[...] banir do seu ensino todo o pedantismo, todo o luxo teórico: fazê-lo prático, moderno, à yankee” (BARRETO, 2004, p. 86).

A lógica excludente proposta por Heidegger, que desejava justificar o imperialismo alemão inclusive sobre outros países da Europa; a lógica de Lévinas, que incluiu os judeus na compreensão de Ocidente, sem contudo incluir outros povos perseguidos; a lógica de império, que permite comparações à colonialidade do ser, conforme sugerem Hardt e Negri; é a mesma lógica que possibilitou a Maldonado-Torres atribuir aos Estados Unidos esse papel de ‘império emergente’ e que me instrumentaliza a afirmar que essa relação de subordinação do Brasil diante dos Estados Unidos foi notada e denunciada por Lima Barreto em *Os Bruzundangas*.

### **3.5 A Tessitura da Colonialidade do Saber na Relação com a Educação**

Assim como os anteriores, o conceito de colonialidade do saber também nos permite pensar em aproximações às implicâncias de Lima Barreto. Como vimos, a colonialidade se iniciou junto ao processo de colonização, mas se mantém mesmo após o fim desta, e de maneira muito intensa, pois encontra-se diluída, disseminada, segmentada em diversos aspectos socioculturais. O saber é, então, um desses aspectos que, na América Latina, encontra-se ainda sob efeito da colonialidade europeia, conforme considera Porto-Gonçalves<sup>68</sup> (2005, p. 3).

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, [...] há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. Como nos disse Walter Mignolo, o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico, não quer dizer que tenham inventado O Pensamento. O pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida. Há, assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens.

Ampliando esse conceito, Santiago Castro-Gómez (2005), no seu livro *La hybris del punto cero: ciência, raza e ilustración em la Nueva Granada (1750-1816)*, busca compreender a origem de discursos que faziam parte do imaginário das elites crioulas nas colônias espanholas, na América no século XVIII, entre eles, os discursos de pureza de sangue e o de pureza epistemológica, os quais acentuavam e desejavam justificar o domínio dos crioulos brancos sobre os negros, índios e mestiços, a quem consideravam seres inferiores, como um domínio natural.

Na busca pela origem desses discursos, motivado também em compreender “A qué se debía la fe ciega de las elites em la superioridade del conocimiento Occidental, sobre el conocimiento de las castas?”, Castro-Gómez (2005, p. 186) teve acesso ao livro *El Orinoco ilustrado*, de 1741, do jesuíta espanhol José Gumilla<sup>69</sup>, no qual ele se pergunta pela origem

---

<sup>68</sup> Carlos Walter Porto-Gonçalves, no texto de apresentação da edição em português do livro *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas*, organizado por Edgardo Lander.

<sup>69</sup> Joseph Gumilla nasceu em Valência, na Espanha, em 1686, e faleceu na Venezuela, em 1750, estudou filosofia e teologia na Universidade Javeriana de Bogotá, Colômbia e trabalhou, em 1714, na Colômbia, antes de se tornar missionário jesuíta na região das planícies do Orinoco, na Venezuela. Durante sua carreira como sacerdote, na Companhia de Jesus, fundou várias populações nos rios Meta, Apure e no Orinoco. Pesquisou sobre a História Natural do Orinoco, além da fauna e flora, elaborando mapas da região. Foi autor de *El Orinoco ilustrado y defendido e História Natural, civil y geográfica de este gran rio y de sus caudalosas vertientes*. (Traduzido do Blog Venezuela e História. Disponível em: <http://venezuelaehistoria.blogspot.com/2016/05/jose-gumilla.html>. Acesso em: 04 jan. 2019.

histórica dos indígenas que habitavam a região do Vice-Reino espanhol de Nova Granada (Noroeste da América do Sul, território atual da Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela). Sua resposta corresponde ao discurso da pureza de sangue, no qual ele entende que tanto europeus quanto os indígenas são descendentes de Noé<sup>70</sup> e, portanto, filhos de Deus, porém, enquanto os europeus são descendentes de Jafé, o filho a quem Deus abençoou, os índios são descendentes de Cam, o filho a quem Deus amaldiçoou por ele ter zombado da nudez do seu pai.<sup>71</sup>

Segundo esse discurso da pureza de sangue, os filhos de Jafé povoaram a região da Europa, os filhos de Cam a região da África e os filhos de Sem a região da Ásia. Os índios habitantes da América seriam também descendentes de Cam, porém, segundo uma hierarquização dos povos sugerida por Gumilla, os índios encontram-se em uma escala ainda inferior aos africanos, pois apesar da sua inferioridade mental e cultural, os africanos são pelo menos leais e receptivos ao evangelho, enquanto os índios continuam insistindo na sua barbárie e resistindo ao progresso, à civilização, à aceitação do evangelho, conforme se verifica no trecho a seguir.

Gumilla plantea una taxonomización jerárquica de la población americana em razón de su origen étnico. Em la cúspide se encuentran los blancos (españoles y criollos), cuyas instituciones sociales, culturales y políticas son esencialmente superiores a las de todas las demás razas. Luego vendrían los negros, que pese a su inferioridad mental y cultural, son por lo menos leales a sus amos y receptivos frente al mensaje liberador del evangelio. Finalmente, em la parte baja de la escala se encuentran los índios, que muy a pesar de todos los esfuerzos civilizadores, persisten todavía em una barbárie que parecen tener “embebida em las medulas”. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p 188).

Isso explicaria a miséria na África e justificaria o seu domínio e o da América. Isso também justificaria a aceitação de uma hierarquização epistemológica, na qual os conhecimentos produzidos pelos europeus “naturalmente” seriam superiores aos dos demais

---

<sup>70</sup> A história de Noé é narrada na Bíblia, nos capítulos de 6 ao 9, do livro de Gênesis. Essa narrativa a respeito de bênção e maldição sobre os filhos de Noé ocorreu após o dilúvio no qual Deus castigou os humanos enchendo toda a Terra de água e salvando apenas os que entraram na Arca, ou seja, Noé, sua esposa, seus três filhos (Jafé, Cam e Sem) e as esposas dos seus filhos. Quando as águas baixaram, Noé começou a cultivar a terra e, do fruto da uva, fez um vinho com o qual se embebedou e se despiu. O primeiro que o viu nu foi Cam, o qual não o vestiu, antes foi comunicar aos irmãos, os quais com respeito o vestiram. Por isso Noé amaldiçoou a Cam e abençoou a Jafé e a Sem.

<sup>71</sup> Nos estudos para a elaboração desta dissertação, ao deparar-me com esse discurso da pureza de sangue que data do século XVIII ou antes, imediatamente remeti-me aos ensinamentos do meu pai a mim e aos meus irmãos. Quando éramos crianças, meu pai já era protestante, porém, na sua juventude, fora um seminarista católico e tivera acesso a esse discurso, tanto que, praticamente idêntica fora a explicação que nos dera a respeito das diferenças fenotípicas dos diferentes povos espalhados pelo mundo. Não pude deixar de pensar na potência das tradições e da memória.

povos. De acordo com os jesuítas do século XVIII, essa inferioridade epistemológica dos indígenas se devia e era percebida na sua própria língua, uma língua inferior, limitada, pois não era capaz de referir-se a conceitos abstratos como o amor, a razão, a saudade, senão a objetos concretos, como ferramentas, utensílios, elementos da natureza.<sup>72</sup> Segundo Castro-Gómez (2005), muitos teóricos europeus do século XVIII pensavam que o passo decisivo que marca a saída da barbárie e o ingresso na civilização é a formação de uma linguagem abstrata, por isso, somente povos civilizados desenvolveram a ciência, porque o conhecimento científico deveria ser um conhecimento universal. Os índios eram vistos como seres bárbaros, dotados de uma mentalidade primitiva e incapazes de gerar conhecimento abstrato, um conhecimento que pudesse ser universal, portanto, incapazes de gerar conhecimento científico.

Castro-Gómez (2005) flagrou um exemplo do desvelamento desse discurso próprio dos europeus do século XVIII, que pressupunha incompatibilidade entre a língua indígena (entendendo a língua como a própria produção de conhecimento) e a produção científica: na medicina. Todos os conhecimentos indígenas no campo da medicina, mesmo os que os europeus se apropriavam, eram vistos como fruto da ignorância e da superstição e, portanto, inválidos. Por isso, os trabalhos dos curandeiros indígenas eram tidos como charlatania, ao passo que rituais parecidos praticados por ordens religiosas, como os franciscanos, eram aceitos. O tratamento para picadas de serpentes, por exemplo, que podiam ser interpretadas como um castigo divino, muitas vezes era realizado por remédios descobertos pelos indígenas, porém, nesse caso, eram entendidos como a graça de Deus aos homens e não como sabedoria indígena. Então ocorria que, enquanto uns europeus negavam a eficácia dos remédios à base de ervas descobertas pelos indígenas, outros até reconheciam essa eficácia, mas atribuíam isso à graça e à bondade de Deus. De uma forma ou de outra, o conhecimento indígena era desqualificado, conforme se verifica no trecho a seguir.

No es que los índios fueran capaces de tener una ciencia médica siquiera comparable a la desarrollada por Europa. Lo que puede enseñar este suceso es que la experimentación es el comienzo del camino hacia el descubrimiento de la verdad científica, tal como lo dijera Newton. Pero en realidad los índios apenas iniciaron este largo camino, y lo hicieron guiados más por la casualidad que por el intelecto (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 197).

---

<sup>72</sup> Essa inferioridade linguística dos indígenas, segundo os jesuítas do século XVIII, era fruto da confusão de línguas ocorrida na passagem bíblica da Torre de Babel narrada também no livro de Gênesis, no capítulo 11, a qual explica o surgimento de diferentes línguas entre os povos a partir de uma maldição divina para forçar a dispersão dos povos pelo mundo.



Outro exemplo utilizado por Castro-Gómez (2005) que reforça a ideia de uma autoimagem europeia de superioridade do ser e do saber é a compreensão de que a drástica diminuição dos indígenas até o século XVIII se deveu ao seu modo de vida, aos seus costumes insalubres, ao seu conhecimento limitado, o que se verifica nas quatro razões sugeridas por Gumilla (1741 *apud* CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 198): “[...] la ninguna piedad que tienen con sus enfermos”, “la voracidad con que comen cuando hallan ocasión”, “su desnudez y desabrigo” y “el arrojarse al río a lavarse, aunque estén sudando”. Ou seja, até o fato dos índios lavarem-se muitas vezes ao dia incomodava os costumes europeus e foi apontado como causa da diminuição da população indígena, mas em nenhum momento ele cita as matanças sofridas pelos indígenas durante a conquista espanhola, nem a crueldade dos pesados tributos impostos pelos espanhóis, nem tampouco as enfermidades importadas da Europa para explicar a crise demográfica indígena, antes, porém, culpam os indígenas, que por sua incapacidade epistemológica, por sua selvageria, não conseguem sobreviver diante das adversidades “naturais”.

Apropriar-me-ei ainda sobre mais um ponto desenvolvido por Castro-Gómez (2005), ao buscar as origens da coloniedade do saber europeu sobre outros saberes: o seu diálogo com Michael Foucault. Castro-Gómez atribui a Foucault a percepção de que o século XVIII foi decisivo para a história natural enquanto ciência, devido ao surgimento de uma classificação de todos os seres vivos do mundo. A grande variedade de seres vivos devia ser reduzida a um linguajar universal que permitiria classificar qualquer indivíduo, em qualquer parte do mundo. Por exemplo, elefantes e cavalos podem ser observados e comparados a partir de algumas semelhanças (ambos são mamíferos, quadrúpedes e vertebrados). Essa mudança corria em paralelo à economia política do Estado da dinastia francesa Borbon, em seu esforço por centralizar o conhecimento sobre a natureza, e à expropriação epistemológica da população americana, incluindo os indígenas, por parte dos crioulos.

Esses “novos” paradigmas científicos se fiavam principalmente na tecnologia e tornaram-se os pilares do crescimento econômico das nações europeias que se destacavam como impérios (França, Inglaterra e Espanha), conforme se verifica na dominação da dinastia francesa dos Borbons sobre a Espanha desde o início do século XVIII, quando introduziram reformas que pressupunham que:

El control y la apropiación de la naturaleza debían ser implementados en las colonias mediante la institucionalización de un conjunto de ciencias que permitieran al Estado reconocer, evaluar, nombrar, clasificar, exportar y comercializar aquellos recursos naturales que considerara útiles para el proyecto de acumulación de riqueza. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 205).

Assim como na medicina, o saber europeu sobre botânica também se sobrepôs aos saberes de outros povos; o conhecimento de outros povos sobre as plantas, incluindo o dos indígenas, foi substituído e centralizado nas mãos do Estado. As diferentes maneiras de conhecer e se apropriar dos diversos saberes a respeito da natureza, do homem, da sociedade, produzidos por sociedades indígenas, teriam que dar lugar à hegemonia de uma forma de conhecimento que se colocava como verdadeiro, a hegemonia da racionalidade científico-técnica da modernidade. Diante dela, todas as demais formas de produzir conhecimento passaram a ser vistas como sinônimas de ignorância, superstição e barbárie.

A postura adotada pelos europeus diante dos outros povos, dos seus saberes, nesse momento, pode muito bem, pelo seu posicionamento como um povo superior, ser comparada a uma postura divina ou pelo menos como a de alguém que age em nome de Deus, uma vez que o botânico e o político europeus passaram a dispor de uma linguagem universal que lhes permitia conhecer a verdade sobre o mundo natural em que o homem deveria dominar, assim como Deus confiou a Adão o poder de nomear a natureza, lembrando que, no século XVIII, “[...] nombrar la naturaleza significa ordenala, colocarla bajo el dominio sistemático del lenguaje científico”. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 207-208). Essa postura justificou a escolha de uma língua que, conforme a compreensão dos europeus, pudesse ser universal, que pudesse representar a ciência em toda parte do mundo, que pudesse classificar todos os elementos da natureza, fossem animais, vegetais ou minerais, que pudesse ser falada e entendida por cientistas de todas as partes do mundo, enfim, uma língua que não fizesse referência a sua utilidade religiosa ou medicinal, como faziam os indígenas e camponeses: o latim.

Todos esses pontos levantados por Castro-Gómez (2005) ao buscar as origens, as bases, os fundamentos sobre os quais se estabelecem a colonialidade do saber, gerando uma dependência nos demais povos, incluindo os latino-americanos, assim como puderam ser notados no século XVIII, mantêm suas bases e podem ser notados ainda hoje, como também no início do século XX quando foram notados e denunciados por Lima Barreto.

Essa dependência sob a qual nós – latino-americanos – nos encontramos, que foi denominada de colonialidade do saber, não sem resistências, tenta nos impedir de ter um pensamento próprio, de “compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos”. (PORTO-GONÇALVES, 2005). Ainda, busca nos impossibilitar de produzir os nossos saberes, de discutir as nossas questões, de considerar os saberes indígenas, afro-americanos ou qualquer outro saber que não esteja sob o domínio eurocêntrico. Pensar a colonialidade do saber não mais se coloca, hoje, como uma opção de pensamento, mas como uma urgência;

não se propõe dar voz aos excluídos dessa totalidade hegemônica eurocêntrica, mas propõe-se, sim, dialogicamente, reconhecer-lhes como interlocutores paritários, o que pressupõe uma forma de comunicação sensível, cúmplice e respeitosa entre as partes envolvidas, que reconheça os seus saberes e práticas acerca “[...] da vida, das águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens”. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3).

Em *Os Bruzundangas*, a colonialidade do saber evidencia-se, sobretudo, nas críticas de Lima Barreto à dependência brasileira às influências europeias na literatura e na educação. Em páginas anteriores, ao tratar do conceito de colonialidade, utilizei-me de exemplos que contemplaram a questão da literatura, por isso, nas próximas páginas, o foco será na colonialidade do saber evidenciada na questão educacional, pois conforme considera Paim (2016, p. 146), “[...] a colonialidade do saber evidencia-se especialmente nos sistemas educativos, em todos os níveis e idades, nos quais se prima por conhecimentos e ciências pautados na modernidade e racionalidade eurocêntrico”.

Quando me refiro à educação, não considero que esta se dê apenas no espaço escolar, mas compactuo com a ideia de que a educação escolar, que o processo de escolarização no Brasil, teve um papel fundamental na colonialidade do saber desde o início do processo de colonização, ao sobrepor-se aos outros saberes - dos indígenas e dos negros. Para Candau & Russo (2010, p. 154),

A construção dos estados nacionais no continente latino-americano supôs um processo de homogeneização cultural em que a educação escolar exerceu um papel fundamental, tendo por função difundir e consolidar uma cultura comum de base ocidental e eurocêntrica, silenciando e/ou inviabilizando vozes, saberes, cores, crenças e sensibilidades.

A fim de enriquecer essa discussão relacionada à educação no Brasil, inclusive no diálogo com as contribuições decoloniais para a educação, proponho um diálogo com Paulo Freire. Primeiramente, em relação às suas contribuições referentes ao período final do século XIX e início do século XX, mobilizo os conceitos de “intransitividade da consciência”, “transitividade ingênua” e “transitividade crítica”, os quais constam no livro *Educação como prática da liberdade* (2014a) e também remetem a uma análise histórica da educação. Neste livro, Freire propõe que a educação para além do aspecto pedagógico, tem um componente libertador e político, que tem suas raízes na cultura popular. Esses conceitos tratam das possíveis transições de uma sociedade.

Referindo-se ao Brasil, o conceito de “intransitividade da consciência”, segundo Freire (2014a), compreende o período que vai até meados do século XIX, antes dos primeiros surtos

de industrialização, quando a sociedade era mais fechada, expectadora de uma economia comandada pelo capital externo, alienada, objeto e não sujeito.

A segunda fase de trânsito, “transitividade ingênua”, deu-se no Brasil, a partir dos primeiros surtos de industrialização, de maneira natural, ingênua, sem que o povo tomasse consciência dessa transição, por isso, tendendo mais à sectarização do que à radicalização<sup>73</sup>, oscilando entre o otimismo ingênuo e a desesperança, sendo incapazes de formularem projetos autônomos de vida, preferindo “transplantes” inadequados de modelos externos para a solução de problemas de seu contexto.

A terceira fase, “transitividade crítica”, segundo Paulo Freire, requer, necessariamente, a conscientização. Como esta última fase pressupõe grande mudança no cenário social, ela é bastante tensa, de maneira que as elites, os grupos que ocupam os altos postos na sociedade, resistem como podem para que esse trânsito não ocorra, ameaçando, acusando o povo que quer a mudança do doente e que o remédio é justamente o silêncio, a quietude, conforme Freire (2014a, p. 86-87).

Estas elites, assustadas, na proporção em que se encontram na vigência de seu poder, tendem a fazer silenciar as massas populares, domesticando-as com força ou soluções paternalistas. Tendem a travar o processo, de que decorre a emersão popular, com todas as suas consequências. [...] Quanto mais se falava nas necessidades das reformas, na ascensão do povo ao poder, [...] mais se arregimentavam essas “elites”, “irracionalmente”, na defesa de privilégios inautênticos.

Freire insiste que a educação é um valioso instrumento para que este último trânsito ocorra, mas uma educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, caracterizada pela profundidade na interpretação dos problemas, pela substituição de respostas mágicas por princípios causais, enfim,

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no

---

<sup>73</sup> Paulo Freire diferencia sectarização de radicalização. Sectarização caracteriza indivíduos ou sociedades que não amadureceram para o diálogo, pois suas convicções são baseadas na emoção, por isso, diante de situações divergentes, não ouvem, não discutem ideias, antes, são agressivos. Esse conceito, segundo Freire, pode caracterizar ditaduras, tanto de direita quanto de esquerda. Radicalização caracteriza indivíduos ou sociedades amadurecidas para o diálogo, mesmo diante de divergências; sabem ouvir e respeitar opiniões contrárias e discuti-las até chegar em um consenso. São radicais porque se preocupam em fundamentar suas opiniões na razão, em entender a origem dos problemas que geram divergências.

sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos. Não podíamos compreender, numa sociedade dinamicamente em fase de transição, uma educação que levasse o homem a posições quietistas ao invés daquela que o levasse à procura da verdade em comum, “ouvindo, perguntando, investigando”. Só podíamos compreender uma educação que fizesse do homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível criticamente, ou com acento cada vez de racionalidade. (FREIRE, 2014a, p. 90).

Destaco a importância dada por Paulo Freire aos conteúdos que são ensinados no sentido de pensar em uma educação revolucionária e apropriada à realidade do Brasil, porém, sem descuidar da importância da metodologia, ao questionar-se sobre como deveria ser o método apropriado para o desenvolvimento da educação brasileira, um método que fosse crítico, que tivesse o diálogo como princípio, diálogo baseado em uma relação horizontal de igualdade, enfim, um método que reconhecesse a cultura popular como cultura. Então considerou as seguintes premissas: “a) Num método ativo, dialogal, crítico e criticizador; b) Na modificação do conteúdo programático da educação; e c) No uso de técnicas como a da Redução e da Codificação”. (FREIRE, 2014a, p. 107).

A primeira edição desta obra de Paulo Freire, *Educação como prática da liberdade*, datada de 1967, quando ele sugeriu que o Brasil ainda vivia em uma sociedade fechada de intransitividade ou transitividade ingênua, remetendo-se novamente à história do país, ao considerar que, desde o período colonial, a sociedade brasileira não fora preparada para ser livre, democrática, para tomar suas próprias decisões. Esse passado marcado pela colonização, escravidão, coronelismo, segundo Freire (2014a), dificultava o desenvolvimento de relações democráticas na sociedade, de maneira que as relações entre pessoas de classes sociais diferentes nunca eram naturais. Lembra ainda que os colonizadores não tiveram a intenção de desenvolver a colônia, mas apenas a de explorar e retornarem para a Europa, e também que na colônia havia a tendência de uma organização territorial no sentido da grande propriedade, da fazenda, do engenho, que traziam consigo ideias de relações de dependência, protecionismo e, mesmo quando as relações humanas pareciam mais amenas, o que havia era paternalismo e não diálogo, “[...] condescendência de adulto para menor” (FREIRE, 2014a, p. 70). Em outras palavras, a distância social não permitia o diálogo.

Nesta obra de Freire (2014a) é perceptível a influência marxista nas suas análises ao tratar da luta de classes, na influência burguesa no processo de desenvolvimento da educação no Brasil, entre outros. Entretanto, Freire parece ter notado elementos que extrapolam as tendências marxistas de análise da sociedade ao considerar a fragilidade democrática nas relações sociais brasileiras, ou seja, o elemento “europeização”, conforme consta no trecho a

seguir, o qual me remete a uma das características mais fortes da colonialidade – o eurocentrismo.

Observou-se ainda, como consequência, ou como uma das dimensões deste surto de renovação e de alterações que o País sofreu, com a chegada da Corte, e em contradição com longínquas e tênues condições de democratização que, porventura, poderiam ter surgido com a vida das cidades, a europeização ou a reeuropeização do País, a que se aliou todo um conjunto de procedimentos antidemocráticos, a reforçar a nossa inexperiência democrática. (FREIRE, 2014a, p. 78).

A par de tais contribuições teóricas de Paulo Freire, penso que as ideias desse educador estimularam e garantiram-me subsídios teóricos para atentar com sensibilidade para o pensamento decolonial. Pensadores decoloniais referenciam a concepção de educação proposta por Paulo Freire ao se reportarem à “pedagogia decolonial”, na perspectiva proposta por Walsh (2012) e na “Filosofia da Libertação” de Dussel (1980).

O aporte teórico de Paulo Freire contribuiu para que esta pesquisa se deslocasse em direção aos pensadores decoloniais. Lima Barreto propunha uma literatura militante, inclusive com uma linguagem acessível, por perceber nesta um potencial transformador; ele lançava um olhar para os segmentos populares menos abastados e dava ouvidos às suas vozes em franco diálogo com suas experiências. Penso que Lima Barreto em sua produção literária se propunha ir ao encontro de tais segmentos, assim como Paulo Freire quando se voltava à uma alfabetização, que pressupunha conscientização.

Sempre confiáramos no povo. Sempre rejeitáramos fórmulas doadas. Sempre acreditáramos que tínhamos algo a permutar com ele, nunca exclusivamente a oferecer-lhe. [...] Desde logo, afastávamos qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica. Desde logo, pensávamos a alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, na emersão que fizera no processo de nossa realidade. Num trabalho com que tentássemos a promoção da ingenuidade em criticidade, ao mesmo tempo em que alfabetizássemos. (FREIRE, 2014a, p. 102-103).

Penso que uma maneira de ampliar o diálogo entre a educação tal qual propunha Paulo Freire e as propostas decoloniais para a educação seja considerar a trajetória pessoal, de militância e acadêmica de Catherine Walsh. Desde 1998, Walsh integra o Grupo Modernidade/Colonialidade, conforme já dito, mas antes mesmo de conhecer o conceito de colonialidade, já pensava e militava em causas alinhadas ao pensamento decolonial. Na entrevista intitulada *Aprender, Desaprender y Reaprender, juntos a los Movimientos*

*Sociales*,<sup>74</sup> que concedeu à revista peruana *Pluralidades*, em Quito, 2015, quando perguntada sobre a sua formação, remeteu-se aos anos 80, quando trabalhou com ativistas, comunidades latino-americanas, afro-americanas, haitianas, asiáticas e com uma equipe de advogados que prestavam serviços a essas comunidades no sentido de garantir os seus direitos frente ao governo. Nesse tempo, ela trabalhou ao lado de Paulo Freire, chegou a formar a primeira rede de pedagogia crítica nos Estados Unidos e atribui a ele o primeiro momento importante da sua trajetória no sentido de pensar uma pedagogia política, ativa, crítica, da práxis.

En este mismo tiempo trabajé al lado del maestro y pedagogo brasileño Paulo Freire. [...] Esse es un primer momento sumamente importante porque con Paulo aprendí la noción política de la pedagogía. No la pedagogía como enseñanza de escuela o inclusive de universidad, sino la pedagogía como política, como práxis, como reflexión-acción-reflexión, de como realmente tomamos el tiempo para reflexionar sobre nuestras acciones y construyendo una lucha no simplemente reactiva o a la defensiva, sino una lucha que construye otras posibilidades (WALSH, 2017, p. 45).

Outro momento que ela considera decisivo para a sua trajetória deu-se na década de 90, quando foi viver no Equador. Nesse período, ela trabalhou na Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), principalmente na parte educacional, quando discutiam sobre a possibilidade de construir uma universidade indígena. Foi uma oportunidade de colocar em diálogo a noção de conhecimentos no plural e não separar o conhecimento acadêmico dos saberes locais ou, considera Walsh (2017, p. 46), uma oportunidade de “trabajar ‘con’ y no estudiar ‘sobre’”, aprendizado que novamente ela atribui a Paulo Freire. Walsh (2017) retrata ainda desse período do início da década de 90, a oportunidade de ter sido convidada diversas vezes para frequentar como aluna uma escola fundamental zapatista em Chiapas, no México; região que, segundo ela, luta há mais de duas décadas para viver fora da tutela do Estado.

Finalmente, Walsh comenta como passou a considerar a questão colonial na sua obra e visão, do final da década de 80 para o início da década de 90, quando chegou a trabalhar e viver em comunidades porto-riquenhas nos Estados Unidos, momento em que Porto Rico ainda era colônia dos Estados Unidos. Isso se deu, portanto, antes mesmo que ela conhecesse Mignolo, o que ocorreu apenas em 1998, o qual a pôs em contato com outros intelectuais que vieram a formar o Grupo M/C. Nas primeiras conversas com Mignolo, Walsh diz ter notado muita semelhança na maneira de entender a América Latina e insiste que, desde o início das

---

<sup>74</sup> Essa entrevista gira em torno de diversos temas: como se deu sua formação intelectual e ativista, o modo como articula seu trabalho intelectual vinculando-se com organizações sociais, questões de gênero, raça, dentre outros.

suas lutas nas comunidades porto-riquenhas, sua prática já estava alinhada à ideia de colonialidade. Portanto, para Walsh, conhecer Quijano e seus trabalhos não representou exatamente um novo conceito para trabalhar academicamente, “[...] sino uma forma de nombrar lo que venía sintiendo, experimentando y viviendo en los procesos de lucha con la gente desde abajo” (WALSH, 2017, p. 50).

Conforme sugere o título da entrevista, uma característica que atravessa cada momento da sua formação intelectual e ativista é o desaprender para reaprender, o que sugere um movimento contínuo, inacabado, de alguém que reconhece estar em reconstrução. Além disso, a importância de se pensar em uma educação da práxis, de reflexão-ação-reflexão e que não pode ser dissociada da política. Essas três características que mais acentuam a trajetória de Walsh, sobretudo as duas últimas, estão diretamente vinculadas à proposta freiriana para a educação. Dessa maneira, a partir desta entrevista de Walsh, entendo que o seu contato com Paulo Freire e a sua prática acadêmica e ativista foram mais decisivos para o desenvolvimento do conceito de “educação intercultural” ou “pedagogia decolonial” do que até mesmo o seu contato com o conceito de colonialidade.

Mas o que significa “educação intercultural” ou “pedagogia decolonial”? Seria uma opção alternativa para pensar a educação em contraposição ao projeto de “base ocidental e eurocêntrica” (WALSH, 2012). Esta opção vem sendo pensada, discutida e avaliada por intelectuais dos pensamentos decoloniais. A educação intercultural pretende promover o reconhecimento da diversidade e o respeito pela multiculturalidade, por saberes outros. No campo educacional, Oliveira & Candau (2010, p. 27), propõem que: “[...] essa perspectiva não restringe a interculturalidade à mera inclusão de novos temas nos currículos ou nas metodologias pedagógicas, mas se situa na perspectiva da transformação estrutural e sócio-histórica”.

A definição de ‘interculturalidade’ de Walsh contribui para esclarecer o que se pretende com a educação intercultural.

- Um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade.
- Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença.
- Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados (WALSH, 2001, p. 10-11).



Eis aí elementos que definitivamente não representavam as propostas educacionais vividas no Brasil nas duas primeiras décadas do século XX. Lima Barreto faz referência a tais propostas em *Os Bruzundangas*, onde, além de alguns comentários dispersos em vários capítulos, o autor dedica dois capítulos exclusivamente para tratar a questão educacional: o capítulo VI, intitulado *O ensino da Bruzundanga*, e o XVII, intitulado *Ensino Prático*.

Uma das críticas mais recorrentes de Lima Barreto no sexto capítulo, *O ensino da Bruzundanga*, é à influência dos “poderosos” na educação, que tem como única preocupação a formação de “doutores”, não importando o que de fato aprendem. Essa crítica se evidencia em diversos trechos do livro.

De forma que os filhos dos poderosos fazem os pais desdobrar bancas de exames, pôr em certas mesas pessoas suas, conseguindo aprovar os pequenos em aritmética sem que ao menos saibam somar frações, outros em francês sem que possam traduzir o mais fácil autor. Com tais manobras, conseguem sair-se da alhada e lá vão, cinco ou seis anos depois, ocupar gordas sinecuras com a sua importância de “doutor”. [...] De resto, é sabido que os lentes das escolas daquele país são todos relacionados, têm negócios com os potentados financeiros e industriais do país e quase nunca lhes reprovam os filhos. (BARRETO, 2004, p. 48-49).

Neste outro trecho, no qual além da crítica à influência dos “poderosos” na educação, sugere maior liberdade do aluno na escolha da grade curricular de acordo com o seu interesse de graduação, a fim de desestimular a busca pelo diploma apenas como uma forma de ascensão social.

Cada qual organizaria o programa do seu curso, de acordo com a especialidade da profissão liberal que quisesse exercer, com toda a honestidade e sem as escoras de privilégio ou diploma todo-poderoso. Semelhante forma de ensino, evitando o diploma e os seus privilégios, extinguiria a nobreza doutoral; e daria aos jovens da Bruzundanga mais honestidade no estudo, [...]. (BARRETO, 2004, p. 49).

As críticas que Lima Barreto direciona às propostas educacionais republicanas podem ser retomadas a partir das contribuições teóricas de alguns intelectuais da época, como: José Veríssimo, Vicente Licínio Cardoso, Antônio Carneiro Leão, Ronald de Carvalho, Miguel Couto, Pedro Basile e Afrânio Peixoto.

A historiadora Maria de Fátima Guimarães, na sua tese intitulada *O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900-1920)*, ao analisar o período pesquisado, ressalta a crescente especialização do conhecimento, condição que garantiu às elites letradas urbanas (literatos, pedagogos, juristas, médicos, higienistas, eugenistas, fisiologistas, engenheiros

sanitários, dentre outros) um determinado poder de intervenção em nome de um projeto civilizatório e modernizante do país, fazendo com que tal conhecimento e suas ramificações se disseminassem pela trama social e, para tanto, a escola foi uma das instituições que testificava a sua validade e importância social. Outro aspecto flagrado por Bueno (2007) está relacionado às tensões referentes à disputa por definir qual das influências estrangeiras, em termos educacionais, o Brasil deveria implementar. Alguns contemporâneos do período pesquisado entendiam que era necessário relativizar a influência europeia e voltar-se para o contexto norte-americano, conforme se verifica nas colocações de Ronald de Carvalho em 1924 (apud BUENO, 2007, p. 63).

O nosso dever é destruir o preconceito europeu, o pior, o mais nocivo de todos os nossos males. Demos à história dos povos americanos o lugar de eminência que, em nossas cogitações, ocupa a das nações de outros continentes. Deixemos de pensar em europeu. Pensemos em americano. Temos o prejuízo das fórmulas dos postulados e das regras que não se adaptam ao nosso temperamento.

Lima Barreto, em *Os Bruzundangas*, trata desta questão no capítulo XVII, intitulado *Ensino Prático*. Porém, indo ao encontro dos ideais decoloniais, sua opinião vai na contramão dessa ideia de colocar o Brasil em posição subalterna às propostas educacionais estrangeiras, fossem norte-americanas ou europeias, quando diz que,

[...] tomaram a iniciativa de fundar, em Bosomsy, um alto estabelecimento de instrução comercial, nos moldes alemães e americanos, isto é, inteiramente prático. [...] era intuito dos fundadores da Academia Comercial banir do seu ensino todo o pedantismo, todo o luxo teórico: fazê-lo prático, moderno, à *yankee* (BARRETO, 2004, p. 85-86).

Ao analisarmos o capítulo XVII de *Os Bruzundangas*, que focaliza o ensino prático, é possível verificar o tom satírico de Lima Barreto ao referir-se a essa influência de propostas educacionais estrangeiras que se materializavam nessa “Academia Comercial”, seja ao considerar que “ao fim de um curso de pequena duração, o aluno pudesse” conquistar o tão sonhado diploma; ao referir-se aos professores desses cursos, entre eles o curso de vendedor ambulante de fósforos, que seria ministrado por um “velho ‘turco’ afeito ao negócio, cujas calças curtas, denticuladas nas extremidades beijam a fugir os canos das botinas muito grandes”; ao referir-se à metodologia de ensino empregada nesse curso, que levava o aluno a “repetir uma, duas, mil vezes: - ‘fofo barato! fofo barato! duas caixa um tostão!’”; e, ao comentar também que o curso mais longo e difícil desta Academia seria o de “armarinho”,

que, segundo ele, “durará dois anos e conferirá, ao aluno que o terminar, o grau de doutor em artigos de armarinho e boas maneiras”.

Outra consideração possível de ser feita a partir da análise desse capítulo é a de que essa iniciativa de criar um “estabelecimento de instrução comercial” estava ligada a uma preocupação de incluir no mercado de trabalho uma parcela específica da população – os mais pobres. Isso se evidencia nos profissionais que tal estabelecimento pretendia formar: caixeiros - magnéticos, com virtude de ímã –, vendedor de fósforos, vendedor ambulante de jornais, barbeiro, botequim, comprador de ferro velho, dentre outros desta natureza (BARRETO, 2004).

Essa preocupação com os pobres, sobretudo com uma parte específica deles – escravizados -, estava presente na pauta de discussão do período. Tratava-se de moldar e formar o “cidadão” mediante a valorização pelo Estado, da saúde, da educação e da formação para o trabalho, pois, na perspectiva de alguns intelectuais do período,

[...] seria necessário ao país que se industrializava e via crescer seus centros urbanos. Ele (Vicente Licínio Cardoso) registra também a inexistência de qualquer plano de educação escolar para os negros emancipados – ao final, o que fazer com essa horda de “miseráveis e analfabetos”, que foi preterida, num primeiro momento, pela força de trabalho imigrante que, já na década de 20, se mostrara “perigosa” por conta das manifestações e greves operárias?. (BUENO, 2007, p. 69).

Bueno (2007) destacou outras características das tendências socioculturais que reverberavam na educação no período pesquisado, como: a influência de pressupostos científicos, a preocupação com o fortalecimento do nacionalismo; a visão de que as classes sociais mais pobres seriam incapazes de avançar no processo de escolarização dada à sua origem mestiça, por conseguinte, marcada pela inferioridade racial; as tensões decorrentes do projeto de colocar a educação como responsabilidade da esfera do Governo Federal; a presença e intervenção do saber médico na escola; dentre outros. Assim também, em *Os Bruzundangas*, Lima Barreto abordou outros aspectos relacionados à educação, como: a fragilidade e a seletividade do projeto educacional republicano, ancorado nos grupos escolares, no método intuitivo, no ensino seriado, e as críticas às manobras de alguns sujeitos das camadas sociais mais abastadas para conseguirem aprovação em exames preliminares, o que garantiria o ingresso em determinadas escolas. Essas outras características e aspectos, entretanto, não foram aprofundados, pois o foco deste capítulo foi dado na relação da percepção de Lima Barreto em *Os Bruzundangas* a respeito da educação e as possibilidades de aproximações com o pensamento decolonial.

Contraditoriamente, de maneira não conclusiva, remetendo-me uma vez mais à Walsh e suas inquietações, à constante necessidade de se repensar, de desaprender para reaprender, como um movimento espiral, circular, como de caracol que nunca termina, ou melhor, um movimento serpentino (WALSH, 2017), sigo em direção à finalização deste capítulo. No seu trabalho na CONAIE, por exemplo, Walsh participou de debates que envolviam a noção de um Estado plurinacional e intercultural, ideia que no Equador chegou a ser incorporada à Constituição. Porém, por também ter tido influência marxista gramsciana na sua formação, e seguir ainda “muchas veces pensando com Gramsci” por entender que “el Estado es parte del enemigo”, continua a se questionar se não seria uma contradição pensar em outra maneira de Estado: “realmente podemos soñar otro Estado? Y como sería este otro Estado?” (WALSH, 2017, p. 51).

Lima Barreto fora um anarquista? Por serem ideologias europeias, necessariamente o anarquismo e o marxismo se contrapõem ao pensamento decolonial? Perguntas que ainda me circundam, perturbam-me. Como vimos, é inegável a influência marxista nas obras de pensadores da educação brasileira, incluindo Paulo Freire (2014a). Nem por isso, suas propostas inviabilizaram aproximações à pedagogia decolonial. Por isso, alinhado ao incômodo de Walsh (2017, p. 54) “[...] cuando hablan de ‘los decoloniales’, como si fuera una etiqueta”, e às “implicâncias” de Lima Barreto às classificações de republicano, socialista ou anarquista, abstenho-me dos rótulos, das etiquetas, das gavetas, das classificações que porventura possam minimizar questões que se colocam hoje à educação, por entender que uma teoria não deve pretender dar conta de diferentes relações de poder, de ser e de saber por todo o mundo, colocando-se como única ou hegemônica.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Talvez por minha formação em História, conclusão remete-me a tempo: presente, passado e futuro. Presente porque é sempre dele que partimos com as dúvidas, questões e angústias em busca de respostas do passado que possam alimentar esperanças futuras. Passado porque para concluir é preciso olhar para trás buscando lembrar o início do caminho, de onde se partiu, como foi o trajeto, aonde se chegou e em que condições. Futuro porque nunca, de fato, um desfecho é conclusivo, sempre está aberto a outras possibilidades, pois trata-se de um processo contínuo, inacabado.

Nessas condições, inicio este texto conclusivo (inconclusivo) retomando os objetivos desta pesquisa – geral e específicos - com o intuito de refletir se e em que medida foram alcançados, a partir do diálogo com os membros da banca avaliadora. Seu objetivo é propor um olhar para Lima Barreto, situado no seu lugar e tempo, e para *Os Bruzundangas*, ancorado por categorias decoloniais; e os específicos: flagrar algumas das implicações de Lima Barreto, identificar como ele se posicionou frente ao contexto educacional do Brasil nos artigos que compõem *Os Bruzundangas* e analisar seu posicionamento à luz das contribuições teóricas decoloniais.

Para propor esse diálogo entre Lima Barreto e os estudos decoloniais, busquei contemplar o objetivo geral e o último objetivo específico, mobilizei cinco conceitos decoloniais – exterioridade, dupla consciência crioula, colonialidade do poder, colonialidade do ser e colonialidade de saber –, ciente, porém, da existência de outros conceitos que poderão ser aprofundados em pesquisas futuras, como: transmodernidade (DUSSEL, 1995), método analítico (DUSSEL, 1980) e colonialidade da natureza (WALSH, 2012). São muitas as possibilidades para esse diálogo e por isso representam um campo promissor, sobretudo se considerarmos a vasta obra de Lima Barreto e o quão recentes são os estudos decoloniais. Mais do que possível, trata-se de um diálogo potente, atual, incômodo, por tratar de questões raciais cujas discussões vêm aumentando nas últimas décadas com o aumento da presença de negros e indígenas ocupando os espaços de fala; de questões socioeconômicas que pressupõem relações intensas e contínuas de tensões, disputas e conflitos entre diferentes classes sociais; além de serem questões atravessadas por questões educacionais e políticas, sendo que todas essas questões encontram-se imbricadas de tal maneira que devem ser pensadas umas em relação com as outras.

Quanto às implicâncias de Lima Barreto – buscando atender ao primeiro objetivo específico –, as quais muitas vezes se materializaram em críticas direcionadas a determinados grupos, pessoas, instituições e vícios sociais – que podem, a princípio ser associadas ao modelo republicano de governo –, considere que as mesmas transcendiam esse aspecto de estar vinculadas a um determinado modelo de governo ou a uma determinada instituição. O que o atravessava, incomodava, o que motivava suas implicâncias, suas revoltas, eram questões mais estruturais, mais pulverizadas pela sociedade, questões que não se restringiam a uma determinada pessoa, grupo ou instituição, como: o arrivismo (desejo de enriquecer ou ascender socialmente a qualquer custo), o bovarismo (desejo de ser quem não é ou de estar onde não está), o nepotismo (favorecimento de parentes nos órgãos públicos), a corrupção. Todas essas práticas, esses vícios sociais, entremeiam suas obras, incluindo *Os Bruzundangas*, associados a diferentes personagens, grupos e instituições, mas sempre expressando sua aversão, seu repúdio a tais práticas.

Nas suas implicâncias, nas suas sátiras incômodas, ácidas, além de representarem permanências visíveis até a atualidade no Brasil, percebo uma revolta, um grito expressado em palavras escritas que me levaram a dialogar com Carolina Maria de Jesus, Cazuzza, Eduardo Kobra e com os Racionais MC's. Resguardadas as distâncias temporais, raciais, sociais, educacionais, de localização e de gênero, que podem interferir na análise, sobretudo ao incluir o Cazuzza nesse diálogo, todos expressaram sua revolta, seu grito, de maneira escrita, falada, pintada ou cantada, mas expressaram-se. Falo, então, não apenas de excluídos, mas do grito dos excluídos, ou seja, daqueles que não aceitam pacificamente a sua exclusão, que não estão satisfeitos com o lugar que lhes relegaram e que estão dispostos a lutar, a dialogar, a interpelar (DUSSEL, 1980).

Valendo-me da perspectiva de Dussel a respeito do grito, entendendo-o como uma ‘interpelação primitiva’, “um rugido”, “um clamor inteligível”, à espera de alguém que o ouça e o atenda (DUSSEL, 1980, p. 19). Do Rio de Janeiro das duas primeiras décadas do século XX, gritou Lima Barreto um grito marcado pela discriminação racial, social e econômica, por sua exterioridade (DUSSEL, 1995) em relação ao meio literário; de uma favela de São Paulo, entre as décadas de 50 e 60, gritou Carolina Maria de Jesus um grito de fome, de exclusão social e econômica, de exclusão do processo escolar; do Rio de Janeiro das décadas de 80 e 90, gritou Cazuzza um grito de exclusão de gênero, de quem não quer ser enquadrado nos padrões preestabelecidos socialmente, de alguém “cansado de correr na direção contrária”. (CAZUZA, 1989); das periferias de São Paulo, continuam gritando Kobra e os Racionais MC's, nas primeiras décadas do século XXI, um grito de exclusão racial,

social, econômica e cultural, de inconformidade com tantas permanências, de alguém que tem clareza das relações de poder que se estabeleceram no Brasil desde a chegada dos portugueses: “[...] desde o início por ouro e prata, olha quem morre então veja você quem mata” (RACIONAIS MC’s, 2002).

Com todos eles, há espaço para a continuação desse diálogo envolvendo Lima Barreto e autores decoloniais, sobretudo com os Racionais MC’s, de cujas produções tenho mais propriedade. Do mesmo álbum de *Negro Drama*, “Nada como um Dia após o Outro Dia”, de 2002, mobilizo a canção *Da Ponte pra Cá*, na qual o grupo faz referência às distâncias, para além de geográficas, que separam os ricos dos pobres em São Paulo, no trecho “o mundo é diferente da ponte pra cá”. Há diversas maneiras de interpretar essa música, mas, em São Paulo, muitas das periferias mais carentes de assistências governamentais costumam ficar mais distantes das regiões centrais, depois das pontes que cruzam os rios Tietê e Pinheiros. Trago ainda o trecho “mesmo céu, mesmo cep, no lado sul do mapa”, que faz referência à região da zona sul da cidade onde há muitas comunidades carentes, incluindo o Capão Redondo, de onde são os membros do Racionais MC’s, e o remeto à exclusão do hemisfério Sul em relação ao hemisfério Norte do planeta. (MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 2009).

Da canção *Diário de um Detento*, também desse álbum, na qual são tratados os motivos que podem levar um “cidadão José” para a cadeia, a sua sensação de exclusão, revolta e inferioridade ao denunciar que “a minha vida não tem tanto valor quanto seu celular, seu computador”, aos maus tratos que são submetidos comendo “rango azedo”, podendo até ser morto, que ninguém se importará: “Tem uma cela lá em cima fechada. Desde terça-feira ninguém abre pra nada. Só o cheiro de morte e Pinho Sol. Um preso se enforcou com o lençol. Qual que foi? Quem sabe? Não conta.” (RACIONAIS MC’s, 2002). Pensar na realidade de um pobre que tem grande chance de tornar-se um detento devido às condições a que foi submetido desde o seu nascimento me remete ao conceito de exterioridade (DUSSEL, 1995), o qual também me leva a outra canção dos Racionais MC’s, *Fim de Semana no Parque*, do álbum “Raio X Brasil”, de 1993, a qual eles dedicam “a toda comunidade pobre da Zona Sul” que olha para o centro a partir de uma periferia, conforme se verifica no trecho abaixo, condição também explorada por Dussel (1980).

Daqui eu vejo uma caranga do ano  
Toda equipada e o tiozinho guiando  
Com seus filhos ao lado estão indo ao parque  
Eufóricos brinquedos eletrônicos  
Automaticamente eu imagino  
A molecada lá da área como é que tá

Provavelmente correndo pra lá e pra cá  
Jogando bola descalços nas ruas de terra  
É, brincam do jeito que dá  
(RACIONAIS MC's, 1993).

Facilmente poderia remeter-me ainda a mais algumas músicas do grupo que permitem esse diálogo, mas penso que os exemplos utilizados já foram suficientes para esclarecer que essa é outra possibilidade futura de pesquisa. Sigo então para o segundo objetivo específico: identificar como Lima Barreto se posiciona frente ao contexto educacional do Brasil nos artigos que compõem *Os Bruzundangas*. Conforme já dito, de todos os temas que trata *Os Bruzundangas*, a educação foi um tema privilegiado, por isso as discussões envolveram mais autores nessa interlocução, tendo sempre em vista de que maneira essas contribuições se relacionavam com as críticas e sugestões de Lima Barreto para a educação da sua época.

Castro-Gómez (2005) foi utilizado para a compreensão da origem da colonialidade do saber europeu sobre outros saberes, passando pelos discursos da pureza de sangue e pureza epistemológica, os quais estão imbricados na ideia de seres humanos superiores a outros, do Ser e do não-Ser (DUSSEL, 1980), inclusive sustentados por textos bíblicos. Paim (2016) e Candau & Russo (2010) foram mobilizados no sentido de perceber, na educação escolar, uma maneira de colonialidade do saber. Freire (2014a), no sentido de pensarmos nos meios práticos para o exercício de uma educação democrática, política, dialogal, crítica, criticizadora, libertadora, além de possibilitar a interlocução entre as contribuições teóricas marxistas e decoloniais. Walsh (2012, 2017) para aprofundar a proposta de uma educação intercultural ou uma pedagogia decolonial afinadas às propostas freirianas, engajadas em promover a decolonialidade do saber sustentadas em bases eurocêntricas. Bueno (2007), por trazer as contribuições de diversos intelectuais que discutiam a educação no Brasil, no início do século XX, em relação a diversas outras questões: influência estrangeira, ensino distinto para as diferentes classes sociais, dentre outras.

Todos esses estudos realizados durante esta pesquisa me atravessaram, deslocaram-me de tal maneira que jamais encararei a educação – considerando todas as suas possibilidades de ser, formal, não-formal, informal, infantil, juvenil, adulta, dentre outras – com os mesmos olhos, com as mesmas posturas. Para além desse desenvolvimento pessoal que ainda não consigo mensurar todas as implicações, considero ter contribuído academicamente para futuras pesquisas, minhas e de outros pesquisadores, no sentido de pensar e promover uma educação menos preocupada com questões teóricas, sejam elas anarquistas, marxistas ou decoloniais, bem como com suas definições, classificações, mas mais engajada em encarar os



desafios que se colocam hoje para a educação no Brasil, sejam eles: políticos, econômicos, sociais, raciais, de gênero ou qualquer outro.

Até certo momento da pesquisa, considerei a possibilidade de ampliar o diálogo entre Lima Barreto e Walter Benjamin, conforme pode sugerir a minha opção em fazer referências às teses benjaminianas sobre a História, a estudiosos da obra de Benjamin, como Flávio Kothe, Michael Löwy e Reyes Mate, à tese de doutoramento *Uma leitura benjaminiana da narrativa de Lima Barreto* (2013), de José Carlos Mariano do Carmo, à escolha de pensar a literatura como uma “história inoficial”, de maneira a não se limitar aos fatos e à sua escolha de “escovar a história a contrapelo”, no sentido de não contribuir para a perpetuação da história dos vencedores como uma verdade, esquecendo-se dos vencidos da história. Entretanto, percebi que as possibilidades para estabelecer esse diálogo são tantas e tão potentes que requerem pesquisas mais focadas nas obras de ambos autores, o que também poderá acontecer em futuras pesquisas. Apesar, porém, de não ter aprofundado esses e outros conceitos benjaminianos, insisto que esta pesquisa está alinhada à opção consciente de “escovar a história a contrapelo”, desde a escolha de *Os Bruzundangas* para a pesquisa e não outra obra mais conhecida, mais “clássica”, passando pela escolha e tensionamento a que foram submetidas as fontes, como os trabalhos de escritores, pintores e cantores marginais, pela escolha de pensar Lima Barreto a partir das contribuições teóricas decoloniais, até o olhar para a História em diálogo contínuo com o presente, cuidando, também, de não deixar escapar os conflitos e as possibilidades que se colocavam no período pesquisado.

A partir do estado da arte à procura de pesquisas voltadas à análise de *Os Bruzundangas*, considero, ainda, estar contribuindo para um avanço nessa discussão, pois constatei que são poucos os trabalhos acadêmicos que o fazem. Nesse sentido, além de uma análise desta obra, na qual procurei resumir e comentar cada capítulo, elaborei um quadro que permite uma leitura panorâmica de *Os Bruzundangas*. A pretensão com a elaboração desse quadro é a de que o leitor possa fazer algumas constatações rápidas, porém importantes para a compreensão da obra, como: a amplitude de temas tratados por Lima Barreto; a condição de ter sido, uma parte, publicada anteriormente como artigo; os periódicos nos quais os artigos foram publicados; e o ano e a frequência com que esses artigos foram redigidos. Considerando essas observações, uma importante contribuição desta pesquisa é oferecer um caminho promissor, ao trazer a análise de uma obra pouco pesquisada – *Os Bruzundangas* –, ao pensá-la a partir das teorias relativamente recentes – decoloniais – e, ainda, ao focalizar o olhar de Lima Barreto para a educação.

Entretanto, no desenvolvimento da pesquisa, percebi que ao restringir a análise para a educação, seria mais relevante ampliar as obras a serem pesquisadas, objetivando uma leitura mais ampla, mais aproximada do que Lima Barreto pensava sobre a mesma. Atentei-me a isto, porém, no final da pesquisa, quando me deparei com um conto de Lima Barreto intitulado *Harakashy e as Escolas de Java*, o qual ainda não conhecia. Neste conto, o narrador personagem trata sobre as escolas e a Academia de Letras de uma cidade chamada Batávia, que fica em Java. Ao que parece, Lima Barreto refere-se, novamente, às escolas brasileiras e à Academia Brasileira de Letras, utilizando-se do mesmo tom crítico como o usado em *Os Bruzundangas*, ao tratar da superficialidade intelectual dos membros da Academia de Letras, duma escolarização preocupada, antes de mais nada, em formar “doutores”, entre outras críticas. Tal ampliação, porém, requereria um tempo maior de pesquisa, a leitura crítica de todas ou de grande parte das produções de Lima Barreto, com a atenção voltada à educação.

Finalmente, faço menção a um incômodo que me acompanha há mais de uma década, pelo menos desde a minha graduação em História, entre 2003 e 2005, e que tomou novo sentido a partir desta pesquisa. Em outubro de 2018, ao participar do *II Congresso Internacional de Educação: História, historiografia, políticas e práticas*, em Sorocaba, ouvi de um professor que fazia uma fala em uma das mesas redondas do evento, o seguinte: “Você não pode dizer que está trabalhando a partir de um viés marxista e começar o seu trabalho agradecendo a Deus”. Recordo-me, porém, de uma das aulas do Prof. Nilo Agostini na qual ele chamou atenção para o fato de que Paulo Freire, antes de ter sido influenciado por leituras marxistas, o fora por leituras dos cristãos personalistas franceses. Além disso, acredito que todos os integrantes do Grupo Modernidade/Colonialidade tiveram influência marxista na sua formação, apesar de estar certo apenas de Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Catherine Walsh. Tal influência, porém, não os impede de considerar saberes outros que muitas vezes vão além da racionalidade, saberes concernentes à humanidade, entendendo humanidade como algo que transcende o fato de ser cristão, judeu, muçulmano, branco, negro, indígena, rico, pobre. O contato com os estudos decoloniais, então, instrumentalizam-me a continuar reconhecendo-me como cristão sem, contudo, desprezar a influência marxista na minha visão de Mundo e da História.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Helena Maria Marques. **Museu da Maré: Entre Educação, Memórias e Identidades**. 2012. 238 f. Tese (Doutorado em Educação), sob orientação da Profa. Dra. Vera Maria Ferrão Candau – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, pp. 89-117, aio/ago. 2013.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. 3. ed. 8. impressão. São Paulo: Ática, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Homem que sabia Javanês**. S.d. Pará: Núcleo de Educação à Distância da Universidade da Amazônia. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000165.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Harakashy e as Escolas de Java**. S.d. Disponível em: <<https://barretolima.blogspot.com/2009/02/harakashy-e-as-escolas-de-java.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOG Coletivo Cultural Esperança Garcia. **Biografia de Carolina Maria de Jesus**. Disponível em: <<http://esperanca-garcia.blogspot.com/2010/07/biografia-carolina-maria-de-jesus.html>>. Acesso em 31 ago. 2018.

BLOG Grupo Companhia das Letras. **Biografia de Nicolau Sevcenko**. Disponível em: <<https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=00468>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

BLOG Fundesign. **Matéria sobre Grafite**. Disponível em: <<https://blogfundesign.wordpress.com/2016/09/06/os-gemeos-e-kobra/>>. Acesso em 16 set. 2018.

BLOG Venezuela e História. **Biografia de José Gumilla**. Disponível em: <<http://venezuelaehistoria.blogspot.com/2016/05/jose-gumilla.html>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: O Espetáculo da Pobreza**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é História).

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. **O corpo e as sensibilidades modernas: Bragança (1900-1920)**. 2007. 292 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Área da Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte, Campinas, 2007.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Revista Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1988.

CARMO, José Carlos Mariano do. **Uma leitura benjaminiana da narrativa de Lima Barreto**. 2013. 323 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CARPE DIEM Arte e Pesquisa. **Biografia resumida de Michael Hardt**. Disponível em: <<http://www.carpe.pt/pt-pt/node/134>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La hybris del punto cero: ciência, raza e ilustración em la Nueva Granada (1750-1816)**. Bogotá (Colômbia): Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CAUE, Ameni. **Biografia de Antonio Negri**. Disponível em: <<https://autonomialiteraria.com.br/confira-biografia-antonio-negri/>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CAVALCANTI, Nireu. **O problema da urbanização e o papel da política do Brasil**. Apresentado na Universidade de Estudos Estrangeiros de Kyoto – Japão, jan. 2006. Publicado na Revista Educação em Linha. Disponível em: <<https://www.educacaoemlinha.com.br/blog-celeiro-de-textos/2-celeiro-de-textos/39-urbanizacao-do-rio-de-janeiro-nos-seculos-xix-e-xx.html?showall=1&limitstart=>>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CAZUZA. O Tempo não Para. In: CAZUZA. **O tempo não para (Álbum)**. Rio de Janeiro: Universal Music Brasil, 1989, 1 CD. Faixa 6.

CORRÊA, Henrique Sérgio Silva. **Palavras de um Revoltado: a contribuição de Lima Barreto ao periódico A.B.C. (1916-1922)**. 2012. 328 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Área de Literatura e Vida Social, Assis, 2012.

COSTA, Angela Marques da.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914 – no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Virando Séculos).

COSTA, Joaze Bernardino. Descolonizando o Conhecimento: Contribuição de Negros Brasileiros ao Diálogo Transatlântico. **Revista Afro-Ásia**, em um. 56, jul./dez., 2017, pp. 239-248. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/770/77055372012.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia na América Latina 1**. Filosofia da Libertação. Tradução Luiz João Gaio. São Paulo: Edições Loyola e Ed. UNIMEP, 1980.

\_\_\_\_\_. **1492 o encobrimento do outro**: A origem do mito da modernidade. Trad. Jaime. A. Clasen. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. **Filosofia da libertação**: Crítica a Ideologia da Exclusão. Tradução Georges I. Maissiat, São Paulo: Paulus, 1995.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Os estudos culturais**. Cartografias – website de estudos culturais. S.d. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3363368/mod\\_resource/content/1/estudos\\_culturais\\_ana.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3363368/mod_resource/content/1/estudos_culturais_ana.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2018.

FARACO, Carlos. Uma Literatura Afiada. In: BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. 3. ed. 8. imp. São Paulo: Ática, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Hollanda. **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**. São Paulo: Editora Ática, 2003. (Série Novo Ensino Médio).

FRAZÃO, Dilva. **Biografia de Barão do Rio Branco**. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/barao\\_riobranco/](https://www.ebiografia.com/barao_riobranco/)>. Acesso em: 10 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Biografia de Martin Heidegger**. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/martin\\_heidegger/](https://www.ebiografia.com/martin_heidegger/)>. Acesso em: 04 jan. 2019.

FREIRE, José Alonso Tôrres. **Um diálogo explosivo**: Sátira, Paródia e História. Araraquara: Itinerários, n. 22, p. 187-203, 2004.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Centauro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 36. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

\_\_\_\_\_. **Política e educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2014d.

GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. **Biografia de W. E. B. Du Bois**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/w-e-b-du-bois/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. São Paulo: Editora Livraria Francisco Alves, 1960.

KOBRA, Eduardo. **Biografia de Eduardo Kobra**. Disponível em: <<http://www.eduardokobra.com/biografia>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

KOTHE, Flávio R. **Para ler Benjamin**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre a experiência. Tradução Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi, 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios).

LOPES, Myriam Bahia. **O Rio em movimento**: Quadros Médicos e(m) História – 1890-1920. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 136 p.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAGNANI, Silvia Lang. **O movimento anarquista em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A Topologia do Ser e a Geopolítica do Conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra (Portugal): Edições Magalhães, 2009.

\_\_\_\_\_. **Sobre la colonialidad del Ser**: contribuciones al desarrollo de um concepto. S.d. Disponível em: <<http://ram-wan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Fonte digital: Nelson Jahr Garcia. 2000. Disponível em: <<https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2018.

MATE, Reyes. **Meia-noite na história**: comentários às teses de Walter Benjamin sobre o conceito de história. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: Colonialidade geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências. Porto: Edições Afrontamento, 2003, p. 627-709.

\_\_\_\_\_. **A colonialidade de cabo a rabo**: hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

MORAIS, Regis de. **Lima Barreto**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

NASCIMENTO, Renato Modeneze do; GODOY, Lilian Florêncio de; GUIMARÃES, Maria de Fátima. Para Ler Lima Barreto. In: III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO. 2018, Criciúma. **Anais eletrônicos do III Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação**. Criciúma, SC: [s. n.], 2018, ISSN 2446-547X.

NKOSI, Deivison. **Biografia de Frantz Fanon**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/20-de-julho-de-1925-nascia-frantz-fanon/>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, 2010.

PAIM, Elison Antonio. Para Além das Leis: o ensino de culturas e histórias africanas, afrodescendentes e indígenas como decolonização do ensino da história. In MOLINA, Ana Heloisa; FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **Entre Textos e Contextos: caminhos do ensino de História**. Curitiba: Editora CRV, 2016. v. 1, p. 141-166.

PILLA, Lúcia. **Biografia de Visconde de Ouro Preto**. Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Afonso-Celso-de-Assis-Figueiredo-Visconde-de-Ouro-Preto/6000000015711236765>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In LANDER, Edgardo. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas**. Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, set. 2005. (Coleção Sur Sur).

PRADO, Antonio Arnoni. **Lima Barreto: o crítico e a crise**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976. 124 p.

\_\_\_\_\_. **Lima Barreto: uma autobiografia literária**. São Paulo: Editora 34, 2012. 200 p.

\_\_\_\_\_. **O observador dos invisíveis: entrevista a Manuel Alves Filho**. Campinas: Jornal da Unicamp, 22 de junho de 2015 a 28 de junho de 2015 – ano 2015 – n. 629. Entrevista. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/629/antonio-arnoni-prado-o-observador-dos-invisiveis>>. Acesso em 26 jan. 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura Souza; MENEZES, Maria de Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009. p. 73-118.

RACIONAIS MC'S. Negro drama. In: \_\_\_\_\_. **Nada como um dia após o outro dia**. São Paulo: Unimar Music, 2002. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/racionais-mcs/discografia/>>. Acesso em: 16 set. 2018. Faixa 5.

REVISTA do Instituto Humanitas Unisinos. [S.l.]: IHU Online. n. 277, 14 out. 2008. **Biografia de Emmanuel Lévinas**. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2223&secao=277](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2223&secao=277)>. Acesso em: 04 jan. 2019.

REZENDE, Beatriz. (Org.). **Impressões de leitura e outros textos críticos: Lima Barreto**. S.l.: Penguin & Companhia das Letras, 2017. 360 p. Kindle Edition, Location 1273. Disponível em: <<https://ler.amazon.com.br/?asin=B073X3Z7R1>>.

SANTANA, Ana Lucia. **Biografia de Edward Palmer Thompson**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/biografias/edward-palmer-thompson/>>. Acesso em: 14 out. 2018.

SANTOS, Boaventura Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In SANTOS, Boaventura Souza; MENEZES, Maria de Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina AS, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. **Lima Barreto: Triste Visionário**. 1 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

\_\_\_\_\_. **O retrato de Lima na capa: entre o silêncio e o ruído**. (2017b). Disponível em: <<http://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/O-retrato-de-Lima-na-cap-a-entre-o-silencio-e-o-ruído>>. Acesso em: 19 set. 2018.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Tradução Marcos Aarão Reis, 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4. ed., 1. reimp. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVEIRA, Carlos Roberto da; AGOSTINI, Nilo. A Bios no discurso do logotipo: pessoa/participante hígida em projetos de pesquisa em saúde no Brasil. **Revista Conjectura: Filosofia e Educação**; Caxias do Sul, v. 22, n. 3, p. 536-560, set./dez 2017, DOI: 10.18226/21784612.

SOLTYS, Mariano. **Biografia de Karl-Otto Apel**. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/biografias/5951638>>. Acesso em: 10 out. 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. 2. reimp. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WALSH, Catherine. **La educación intercultural en la educación**. Peru: Ministerio de Educación (documento de trabalho), 2001.

\_\_\_\_\_. Interculturalidad Crítica y Pedagogia De-Colonial: Apuestas (Des)de el in-surgir, re-existir y re-vitir. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas: Seropédica – RJ**, v. 3, n. 6, jul.-dez. 2012, ISSN 2236-3483.

\_\_\_\_\_. Entrevista à revista pluralidades. **Revista Pluralidades: Puno – Perú**, v. 5-6, julho/2017. Entrevista.



## ANEXO I – Sumário de *Os Bruzundangas*

### SUMÁRIO

#### OS BRUZUNDANGAS

|       |  |     |  |
|-------|--|-----|--|
| ■     | Prefácio                                   | 13  |  |
| ■     | Os samoiedas                               | 17  |  |
| I     | ■ Um grande financeiro                     | 28  |  |
| II    | ■ A nobreza da Bruzundanga                 | 34  |  |
| III   | ■ A outra nobreza da Bruzundanga           | 38  |  |
| IV    | ■ A política e os políticos da Bruzundanga | 41  |  |
| V     | ■ As riquezas da Bruzundanga               | 45  |  |
| VI    | ■ O ensino na Bruzundanga                  | 47  |  |
| VII   | ■ A diplomacia da Bruzundanga              | 50  |  |
| VIII  | ■ A Constituição                           | 54  |  |
| IX    | ■ Um mandachuva                            | 58  |  |
| X     | ■ Força armada                             | 62  |  |
| XI    | ■ Um ministro                              | 63  |  |
| XII   | ■ Os heróis                                | 68  |  |
| XIII  | ■ A sociedade                              | 71  |  |
| XIV   | ■ As eleições                              | 74  |  |
| XV    | ■ Uma consulta médica                      | 78  |  |
| XVI   | ■ A organização do entusiasmo              | 82  |  |
| XVII  | ■ Ensino prático                           | 85  |  |
| XVIII | ■ A religião                               | 88  |  |
| XIX   | ■ Q. E. D.                                 | 88  |  |
| XX    | ■ Uma província                            | 90  |  |
| XXI   | ■ Pancome, as suas idéias e o amanuense    | 93  |  |
| XXII  | ■ Notas soltas                             | 102 |  |
| ■     | Sobre o teatro                             | 106 |  |
| ■     | Sobre os literatos                         | 107 |  |
| ■     | Sobre os jornais                           | 107 |  |
| ■     | Erudição                                   | 108 |  |
| ■     | Sobre a administração                      | 108 |  |
| ■     | No gabinete do ministro                    | 109 |  |
| ■     | Sobre os sábios                            | 110 |  |
| ■     | Sobre a música                             | 111 |  |
| ■     | Sobre a indústria                          | 112 |  |
| ■     | A última nota solta                        | 112 |  |

#### OUTRAS HISTÓRIAS DOS BRUZUNDANGAS

|   |                          |     |
|---|--------------------------|-----|
| ■ | As letras na Bruzundanga | 115 |
| ■ | A arte                   | 117 |
| ■ | Lei de promoções         | 120 |
| ■ | Rejuvenescimento         | 122 |
| ■ | No salão da marquesa     | 124 |
| ■ | Outras notícias          | 126 |

|   |  |
|---|--|
| ■ | <b>VIDA &amp; OBRA DE LIMA BARRETO</b> |
|   | Uma literatura afiada                  |